



PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FAÇAMOS A FAMÍLIA À NOSSA IMAGEM:

A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS DE FAMÍLIA NO RECIFE
MODERNO (DÉCADAS DE 20 E 30)

IRANILSON BURITI DE OLIVEIRA

RECIFE
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

FAÇAMOS A FAMÍLIA À NOSSA

IMAGEM:

A construção de conceitos de família no Recife Moderno
(décadas de 20 e 30)

Iranilson Buriti de Oliveira

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em História.

Orientador:

Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Recife, Dezembro de 2002

Iranilson Buriti de Oliveira

**FAÇAMOS A FAMÍLIA À NOSSA IMAGEM:
A construção de conceitos de família no Recife Moderno
(décadas de 20 e 30)**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Examinadores:

Dra. Isabel Cristina Martins Guillen

Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto

Dra. Marta Maria de Araújo

Dra. Tânia Maria Pires Brandão

Recife, Dezembro de 2002

A Deus,
que pelo prazer de adorá-lo, pude suportar,
aprendi a esperar
até que esta tese eu pudesse fabricar
não posso imagina-la sem a Tua presença

Te louvo Deus de amor,
Pois no dia da batalha tua graça veio me ajudar.
Na fraqueza fui forte e lutei
Tua Palavra sempre me protegeu
Teu Espírito de vida me assistiu e me ensinou

Para cada lágrima, houve uma esperança
para cada dia de batalha,
dupla honra

A G R A D E C I M E N T O S

A

Durval Muniz de Albuquerque Jr, meu orientador, que apostou em mim desde o início do doutorado, em 1999.

Socorro Ferraz e Gabriela Martin, pelo apoio junto ao Programa de Pós-graduação em História.

Denise e Álef, que se acostumaram a ouvir, quase todos os dias a mesma frase: “Agora não dá, estou estudando”.

Meus pais, irmãos e irmãs, participantes, desde longas datas, desde trabalho.

Wellington, Esaú, Zuleide, Adriano, Reginaldo, Paulo, Natanael, amigos e irmãos que se preocupavam comigo e com o encaminhamento deste trabalho.

Marta Araújo e Paula Brito, que me apoiaram e me incentivaram a continuar escrevendo, produzindo, “fabricando” famílias, em um momento de muita tensão na minha vida acadêmica.

Alcinéia, Veranilson, Gilberd e Rosicleide, pesquisadores da UFRN, que dedicaram horas, na Fundação Joaquim Nabuco, me ajudando a pesquisar no Jornal Diário de Pernambuco e na Revista A Pilhéria.

Luciane e Marli, funcionárias do Programa de Pós-graduação em História, da UFPE, que se transformaram em amigas ao longo da nossa convivência.

Aos alunos de História e aos professores do Departamento de História e Geografia da UFRN, pelo incentivo na produção acadêmica. Agradeço, em especial, a Muirakytan, Ione, Marinilce, José Gregório, João Quintino, Douglas, Regina Coelli, Eugênia, Nazineide, Camilo Rosa, Henrique Alonso e Grinaura.

RESUMO

Esta tese analisa as construções dos conceitos de família no Recife dos anos 20 e 30, que ganharam visibilidade mediante as práticas discursivas das obras de Gilberto Freyre e do Diário de Pernambuco. Tomando como referência as obras Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos e Ordem e Progresso, investigamos como foi elaborado o conceito de família patriarcal a partir dos anos 20, momento marcado pela tensão e intensos debates intelectuais entre os termos “moderno” e “atrasado”. Nesses debates, as famílias são (re)visitadas pela imprensa e pela intelectualidade, sendo cada vez mais visível os deslocamentos da elite recifense quanto às maneiras de viver dos tempos passados. Tendo como objetivo problematizar esses deslocamentos e rupturas quanto aos hábitos da elite dita tradicional, pesquisamos no Diário de Pernambuco artigos e propagandas que evidenciavam essas mutações nas condutas de homens e de mulheres ansiosos pela novidade da ocupação de novos territórios. Através da análise de discurso, investigamos como foram elaborados, no Recife, os territórios da família burguesa. Portanto, este trabalho contextualiza o momento em que emergiram ou se tornaram mais visíveis discursos sobre a higienização do corpo e da mente, a moral e o civismo, os códigos de conduta que modelizam homens e mulheres desejosos dos artifícios modernos. Esses discursos são tecnologias que territorializam as famílias burguesas nos espaços de modernidade, mas que também provocam deslocamentos com os hábitos e valores das famílias ditas tradicionais.

Palavras-chaves: família patriarcal, família burguesa, modernidade, gênero.

ABSTRACT

This thesis analyses the constructions of family conceptions in Recife in the 1920's and 1930's, which started getting visibility through the discursive practices of Gilberto Freyre's works and 'Diário de Pernambuco'. Taking as our reference the works 'Casa Grande e Senzala', 'Sobrados e Mucambos' and 'Ordem e Progresso', we managed to investigate how the patriarchal family conception was developed in the 1920's, period characterised by tension and intellectual debates about the terms "modern" and "old". In these debates, families are (re)visited by the Press and intellectuality, becoming more apparent the 'recifense' elite changes with respect to their way of life in the past. Aiming at discussing these changes and ruptures concerning the habits of the so-called traditional elite, we searched for articles and propagandas in 'Diário de Pernambuco' that evidenced these changes in men's and women's behaviour who felt anxious by the novelty of living in new territories. Taking Discourse Analysis as our theoretical basis, we investigated how the bourgeois family territories were developed in Recife. Therefore, this study contextualizes the period where emerged or where were most noticeable the discourses about body hygiene, mind hygiene, moral and public spirit and behaviour codes that shape men and women who are eager for modern devices. Such discourses are kinds of technology which place the bourgeois families in the modernity spaces but they also cause changes in the habits and values of the so-called traditional families.

Key words: patriarchal family; bourgeois family, modernity; gender.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
------------------	----

CENA I - CENÁRIOS

1. Entre luzes elétricas e candeeiros fumegantes, entre modernos e atrasados: a família nas décadas de 20 e 30 no Recife	21
1.1. A família na geografia da modernidade.....	21
1.2. A família na cidade e os territórios sedutores	40
1.2.1. A modernidade e a produção de sujeitos maquínicos	40
1.2.2. A produção de territórios desejanter	50
1.3. A família diante das cenas sedutoras	85
1.4. As transformações históricas e a gestação de novos saberes	91

CENA II - TRADIÇÕES

2. O vendedor de antiguidades: Gilberto Freyre e a construção da família patriarcal no tecido nordestino	96
2.1. As linhas que tecem Gilberto Freyre	96
2.2. Enfiada no solo do passado: a invenção da família patriarcal em Casa Grande & Senzala.....	117
2.2.1. Entre panos grossos e agasalhos pesados: a infância em Casa Grande & Senzala	137
2.3. A Imagem da família em (So)brados e Mucambos	143
2.4. Vigiada e disciplinada: a família da ordem e do progresso	163
2.4.1. As transformações urbanas e o impacto sobre G. Freyre	166
2.4.2. Subjetivando novos códigos, desterritorializando velhas tradições	176

CENA III - MODERNIDADES

3. O vendedor de modernidades: o Diário de Pernambuco e a produção da família burguesa	193
3.1. Entre dotes físicos e intelectuais: a construção da família ideal e	

da infância bem-comportada -----	196
3.1.1. “Fora da higiene não há salvação” -----	200
3.1.2. Tonificando o corpo e restaurando as forças: a importância da alimentação no Diário de Pernambuco-----	222
3.1.3. Entre a vontade de saber e o cuidado de si: a construção da família educada, polida e sabida -----	229
3.2. “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança”: a militarização da infância e a construção da pátria/família bem-comportada-----	254
3.2.1. O Escoteirismo e a produção do “corpo-cidadão”-----	254
3.2.2. Treinando o corpo para a submissão: a militarização do corpo durante o governo Vargas-----	259
CENA IV - RUPTURAS	
4. A modernidade é mulher: as “filhas de Eva” no paraíso tupiniquim -----	272
4.1. “Quero uma esposa que só dependa de mim”: afirmando o lugar-comum -----	272
4.2. “Caindo na buraqueira”: a mulher, a honra e a modernidade -----	289
4.3. “Devagar, devagar, sobe-se a montanha sem cansar”: desconstruindo o lugar-comum-----	299
ÚLTIMAS CENAS -----	325
BIBLIOGRAFIA-----	329

INTRODUÇÃO

Esta é uma tese que analisa a construção dos conceitos de família a partir do início do século XX, sendo a cidade do Recife o espaço por nós privilegiado para desenvolvermos a pesquisa. A questão principal que nos motivou para a escolha desta temática diz respeito ao interesse de investigar as relações familiares no Recife e como foram elaborados os conceitos que lhes rotulam, classificam e definem. Escolher Recife como espaço de pesquisa, é procurar compreender como esta cidade e os seus habitantes delimitaram áreas de contato e isolamento, de trabalho e de lazer, de ser “moderno” ou “tradicional”. Geografias que delimitam quem deve ou não participar, quais são os limites sociais, os pontos de conveniência entre as diversas populações do Recife.

Como fontes de pesquisa, procuramos discutir as obras de Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, Ordem e Progresso*), bem como o Jornal Diário de Pernambuco, com suas crônicas, artigos, anúncios e propagandas, compreendendo ser a imprensa um canal de divulgação das transformações históricas e noticiadora de acontecimentos cotidianos. Portanto, fizemos uma análise dos discursos pelo jornal veiculados, que exploram a imagem do corpo, da infância, da prática educacional, das relações de gênero, procurando entender como essas imagens ditas modernas contribuíram para negar as práticas ligadas ao passado, ao mesmo tempo que canalizavam novas significações, que contornavam uma outra realidade sócio-cultural. Esses discursos são entendidos por nós como codificadores de valores, reveladores de tensões que se estabeleciam entre o “moderno” e o “tradicional”; são manifestações de desejos que assinalaram a transição de uma família dita patriarcal para a burguesa; de uma família baseada apenas na moralidade cristã para outra higienizada e cientificada.

Cruzando os vários discursos que circulavam no Recife nesse momento, indagamos: Qual a maneira de ser marido, de ser esposa e de ser filho(a) no Recife no início do século XX? Como os discursos que emergiam

através dos jornais contribuía para desconstruir as antigas sociabilidades familiares? Até que ponto houve um desmanche dos velhos conceitos de ser família nos anos 20 e 30 do século XX?

Metodologicamente, faremos uma análise dos discursos que emergiram e que foram vencedores sobre os demais no referido contexto. Para tanto, nos apropriamos de leituras que nos possibilitaram pensar o objeto de investigação, a saber, a construção de conceitos de família no Recife (décadas de 20 e 30). Dominique Maiguenau e Rosa Fischer forneceram importante contribuição nesse sentido, pois indicaram-nos os passos que deveriam ser dados na análise do discurso como um todo e da imprensa, em particular.

Michel Foucault, outro teórico por nós trabalhado, possui uma significativa cooperação metodológica nesta tese. Dos vários conceitos que retiramos de suas obras, encontram-se **discurso** e **formação discursiva**, por entendermos que são necessários na compreensão do nosso objeto, ou seja, no início do século XX, estava emergindo no Nordeste uma nova formação discursiva que a denominamos de regionalista-tradicionalista¹, um dos dispositivos de poder que em muito contribuirá para a cristalização da imagem da “família patriarcal”. Segundo Foucault, uma formação discursiva é caracterizada por apresentar um conjunto de enunciados² marcados pelas mesmas regularidades discursivas (tais como ordem do discurso, correlação, posição, funcionamento, etc) e que determinam “o que pode” e o “que deve” ser dito a partir de um lugar social historicamente determinado. O objeto, portanto, é uma construção, não é dado *a priori*, não preexiste a si mesmo, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações, ou seja, relaciona-se com instituições, com processos

¹ Chamamos, aqui, de **formação discursiva regionalista-tradicionalista**, as marcas, tipologias e regularidades que aparecem nos discursos que abordam o Nordeste e o ser nordestino.

² O enunciado, segundo Foucault, é um acontecimento que nem a língua nem o sentido pode de fato esgotar, pois ele está ligado a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra. É assim que os enunciados sobre a família patriarcal vão abrindo para si uma existência no campo da “memória regional”, na escritura narrativa de um romancista, nos artigos ou nos emblemas propagandísticos de um jornal, nas páginas de um livro ou de qualquer outra forma de registro, de documento/monumento. Em relação às camadas documentais/monumentais do passado, cf. FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. 5 ed., Petrópolis: Vozes, 1999. Entendemos o documento não como um simples recorte ou indício do passado, mas como uma visão interessada deste, regida por regras de produção características do período em que foi produzido.

sócio-econômicos, com comportamentos e valores.³ Não existe um objeto chamado **família patriarcal** ou **família burguesa** ou qualquer um outro antes da sua construção. Dessa forma, entendemos que a família não é uma realidade dada, mas a existência de uma série de enunciados heterogêneos e dispersos, que se excluem, que se confirmam, que se transformam; que vieram à superfície, que são substituídos por outros. Não é um objeto neutro, mas é fruto de várias estratégias de poder que se cruzaram, várias ordenações que foram consagradas pela História.

Dentre os conceitos por nós trabalhados neste texto (poder, subjetividade, disciplina, vigilância, gênero, patriarcal, burguês), chamamos a atenção para duas categorias: poder e subjetividade. Como afirma Michel Foucault em *História da Sexualidade I*, o poder participa da produção do saber. É assumindo essa postura teórico-metodológica acerca do discurso, do saber e de sua construção, que analisaremos as fontes de pesquisa selecionadas. Essa análise passa pelo lugar de produção⁴, pelas instituições que o produziram, pelas redes de poder/saber nas quais o discurso está entrelaçado, procurando investigar que interesses haviam para que esses discursos emergissem nesse momento histórico. A inserção do conceito de subjetividade é uma tentativa de entender os meios pelos quais a família – seja ela classificada de patriarcal ou burguesa – participou da sua construção enquanto sujeito moral, posicionando-se frente a novas situações, aceitando, recusando, incorporando, apropriando-se das linguagens existentes nas décadas de 20 e 30, para elaborar suas identidades institucionais, sociais, situacionais. É uma busca para examinar como cada corpo familiar foi produzido enquanto instituição “moderna” ou “atrasada”, ou seja, é uma análise que investiga como cada família incorporou e experimentou as várias (re)definições (rica ou pobre, chique ou matuta, próspera ou decadente) acerca de si e como subjetivou esses estereótipos⁵.

³ Confira FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*, p. 43-51.

⁴ Lugar de produção é a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si e do outro e do referente. Cf. BRANDÃO, H. *Introdução à análise de discurso*. Campinas: Edunicamp, 1995., p. 89.

⁵ Acerca da constituição do sujeito e de sua ligação com o universo do discurso, veja ORLANDI, Eni P. *Discurso e Leitura*. Campinas: Unicamp, 1993. Da mesma autora, verifique o livro *Vozes e Contrastes: Discurso na Cidade e no Campo*, em que é feita uma análise de discursos emitidos no campo (agricultores, merendeiras, etc) e na cidade (professores, jornalistas...) e da constituição do

Nessa operação historiográfica de mapear os documentos, é importante, também, que os localizemos historicamente, atentando para as condições de sua produção e para os interesses aos quais estavam ligados; a que instituição serviram e que conseqüências trouxeram para os sujeitos que lhes nomearam, já que estes (os sujeitos) não existem fora das palavras, embora existam fora dos textos. Para o historiador, os sujeitos são construções históricas que chegam até nós através das palavras, nos são apresentados mediante os inúmeros discursos⁶. Conhecemos, portanto, a criação do conceito de família patriarcal através da produção discursiva de Gilberto Freyre e dos intelectuais que integram e/ou “simpatizam” com o tradicionalismo, sendo o regionalismo⁷ uma das “instituições” que produziram esse discurso. Da mesma maneira, os discursos médico-higienista e o educacional, associados às imagens que veiculam o cenário moderno são arquitetos do conceito de família burguesa, classificando-a, rotulando-a, admirando-a. São vozes que, negando ou afirmando, produzem os sujeitos e os classificam. Participam dessa construção o discurso do jornalista, as propagandas, as receitas de remédios, os relatórios de Estado, os congressos de intelectuais, as revistas, os romances de ficção, dentre outros. Essa produção discursiva são máquinas que produzem sentido e significados, que produzem e instauram uma dada verdade.

Nesta tese, trabalharemos a família partindo de uma nova maneira de problematizar a história, de pensar seus objetos, de analisar as categorias mediante as quais se constrói o discurso do historiador. Ao invés de partirmos da estrutura social para explicar as práticas políticas, familiares e sociais de determinados grupos, procuraremos pensar como essas práticas foram gestadas cultural e historicamente, bem como pensar como foram instituídas as referências paradigmáticas da modernidade em relação à posição do sujeito e às formas de produção do conhecimento.

sujeito nesses enunciados, mostrando que variados sujeitos podem ocupar vários lugares em um mesmo discurso e que, o que cada um fala, depende de seu lugar de produção e de que posição ele assume ao falar.

⁶ Para saber mais sobre a relação entre texto e discurso e a inscrição destes no contexto histórico-social, confira as obras de BRANDÃO, H. N. Op. Cit.; ORLANDI, Eni P. *Discurso e leitura*; MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

⁷ O regionalismo, empregado neste trabalho, é um conjunto de saberes que instituíram uma verdade sobre o Nordeste e sobre o nordestino, sendo um de seus expoentes o pernambucano Gilberto Freyre, conforme veremos na Cena II.

Pretendemos não reafirmar o lugar da família patriarcal, mas o seu não-lugar, problematizando não a existência de um patriarcalismo (e também de uma família burguesa), mas os motivos que levaram a criação desse conceito nas décadas de 20 e 30 do século XX, questionando os interesses que moveram o seu idealizador e os seus propagadores. Procuramos, dessa forma, entender como foi construído por textos e intertextos um certo saber sobre a família patriarcal e que discursos ganharam visibilidade nesse contexto histórico. Ao invés de tomar esse conceito como uma verdade que atravessa a história do Brasil ou como algo objetivado fora de cada sujeito, vamos problematizá-lo, investigando a quem interessava agenciá-lo, propagá-lo e “materializá-lo”.

Questionar a emergência desse conceito é designar um lugar de confrontação, a entrada, nesse teatro, de forças que possibilitam que determinadas coisas passem dos bastidores ao palco, “*cada uma com o vigor e a jovialidade que lhe é própria*”.⁸ Será que Freyre, ao criar o conceito de família patriarcal, não estava desejando uma história contínua, sem fraturas nem descontinuidades? Por que a historiografia da família brasileira, até a década de 80 (século XX), incorporou em seu discurso esse conceito sem interrogá-lo? Por que continuamos repetindo-o em nossas escrituras como uma realidade dada? Por que Freyre cria um modelo normatizador da família brasileira, colocando-o num quadro imagético-discursivo a ser contemplado por todos do Brasil, inclusive apontando-o como o “modelo de sociabilidade” exemplar? Que dispositivos de poder⁹ e de saber condicionaram os regionalistas a enxergarem o conceito de família patriarcal como uma materialidade?

Os discursos sobre a família, portanto, é um produto mutante que vai sendo transformado, condensado, compartilhado por nossos códigos de sensibilidade, pelas posturas políticas, pelos valores e crenças, por nossa subjetividade. Como podemos ilustrar tal afirmativa? Basta acompanharmos a produção literária do Brasil no início do século XX. As obras sociológicas de

⁸ Acerca do conceito de emergência, confira FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*, v. II, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 269.

⁹ Segundo FOUCAULT, **dispositivo de poder** é “*um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas. Em suma, o dito e o não*

Freyre inventam o conceito de família patriarcal para o Brasil; os jornais elaboram a família iluminada pelo discurso burguês, para desfilar sobretudo na cena urbana. Assim, muitos olhares visitam a família, mas são nas regularidades discursivas que encontramos a definição para a família que habita o Recife, tecida pelos fios textuais, particularizada pelos seus sentimentos, pelas normas e perversões, condutas, códigos e costumes, que se singularizam lentamente.

Nosso objetivo é historicizar a construção dos conceitos de família patriarcal e burguesa, de desnaturalizá-los, de localizar, no meio de um *corpus documental*, a sua historicidade. É um trabalho de desmonte de certezas que provoca quem pensou a família enquanto uma história natural e linear, como se houvesse uma linha continuísta entre Colônia, Império e República.¹⁰ Distante de enxergar a família patriarcal como um “refúgio” ou como uma unidade fixa e imóvel, estudaremos-na como uma descontinuidade, como um deslocamento, por isso a importância de discutirmos a elaboração do conceito de família burguesa para confrontá-lo com o de família patriarcal. Mas, indagamos: o que é uma família? Existe uma homogeneidade discursiva sobre esse conceito? O que dá identidade a determinados conceitos como o patriarcal e o burguês? Esses modelos se particularizam a partir de quais referenciais? Quais as condições históricas que proporcionaram o seu surgimento?

A cidade do Recife, especificamente as suas ruas centrais, foram privilegiadas como os espaços através dos quais analisaremos essa construção. A escolha por Recife se deu em função desta cidade ser, à época, o centro de maior efervescência político-cultural do Nordeste, sendo o principal *locus* da produção discursiva regionalista-tradicionalista, polarizada em Gilberto Freyre e no Centro Regionalista do Nordeste. Some-se a isso, a figura de Joaquim Inojosa e de outros simpatizantes do Modernismo, desconstrutores do regionalismo e propagadores de outras sociabilidades ditas modernas. O Recife, desde o início do século XX, “incorporou” ao cenário urbano novos costumes, sendo receptáculo

dito são os elementos do dispositivo”. Cf. FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 244.

¹⁰ Sobre a linha continuísta, o texto de Mariza Correa contesta a visão de Antônio Cândido, que localiza a família burguesa como um fio de continuidade da família patriarcal. CORREA, M. *Colcha de retalhos*. São Paulo: Edunicamp, 1994.

de discursos modernos que chegavam de fora, motivadores da transformação de um jeito de ser tradicional em uma nova maneira de pensar as novidades.¹¹

As décadas de 20 e 30, marcos temporais desta pesquisa, podem ser sinalizadas como o início de uma inflexão, no Brasil, entre as forças urbana e rural, entre o campo e a cidade, que paulatinamente altera a convivência mais ou menos pacífica que outrora existia entre esses dois espaços geográficos. Com essa ruptura cada vez mais visível e dizível socialmente, os termos “moderno” e “modernidade” - com seus significados culturais e econômicos - posicionam-se em oposição às antigas e tradicionais formas de costumes e de relações entre as populações da cidade e do campo. Aos valores rurais, agora definidos como “atrasados”, erguem-se os urbanos, classificados como “progressistas”. Gera-se, então, no âmbito regional, um conflito de concepções e de visões diferentes. O “moderno” e o “atrasado” chocam-se; o “progresso” e a “decadência” entram em colisão.¹²

Este trabalho não é uma história da família, mas dos conceitos sobre ela, da construção do conceito de família patriarcal criado por Gilberto Freyre, assimilado pela formação discursiva regionalista-tradicionalista, e propagada por vários enunciadores; do conceito de família burguesa, construído por um vasto *corpus* documental, a exemplo do já citado Diário de Pernambuco. Nossa tese, portanto, é enfatizar que o conceito de família patriarcal foi elaborado por Gilberto Freyre como uma tentativa de reação ao projeto de modernidade que estava sendo instaurado no Brasil, assustando os tradicionalistas e os motivando a construir uma memória para o passado familiar.

É assim pensando a família, como uma construção proveniente de muitas vozes, de uma pluralidade de discursos, que convidamos o leitor para fazer parte dessa viagem rumo ao teatro de múltiplas cenas¹³. Para tanto,

¹¹ Confira ARRAES, R. *Recife: culturas e confrontos*. Natal: EDUFRRN, 1998; DANDREA, M. S. *A tradição (re)descoberta*. Campinas: Unicamp, 1994; REZENDE, A. P. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife: Fundarpe,

¹² WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. 2ª ed., São Paulo: Cia. das Letras, 2000. D'ANDREA, M. S. *A Cidade Poética de Joaquim Cardozo: Elegia de uma Modernidade*. Campinas, Tese(Doutorado em Teoria Literária), Unicamp, 1993.

¹³ Neste trabalho estamos empregando o conceito de **cena** enquanto “*uma múltipla superposição da enunciação: uma visão de si mesmo, enquanto encarnação concreta; um sujeito de enunciação que duplica o sujeito do enunciado e a distribuição dos papéis; uma gestão coletiva do jogo; uma*

dividimos este trabalho em quatro cenários, nos quais os textos estão dispostos nas seguintes seqüências.

Na Cena I – **ENTRE LUZES ELÉTRICAS E CANDEEIROS FUMEGANTES, ENTRE “MODERNOS” E “ATRASADOS”**: a família nas décadas de 20 e 30 no Recife – situaremos as famílias nesse período, abordando a passagem de um ambiente dito tradicional para outro rotulado como moderno. A cidade do Recife, principalmente as suas ruas centrais, foi o principal palco das transformações urbanas, ocorridas sob os empréstimos de uma série de discursos, a exemplo do médico-higienista, do industrial, do urbanista, do modista, do educacional, que instauravam novas formas de ver, dizer e analisar o urbano, dando visibilidade a um espaço construído na contramão do antigo, demolindo as antigas cartografias espaciais e sentimentais. Essas reformas urbanas estavam intimamente ligadas às mudanças que ocorriam nacional e internacionalmente, como a expansão industrial-capitalista, a modernização dos costumes, os melhoramentos tecnológicos que contribuía para modificar os códigos político-sociais e as condutas dos indivíduos, sobretudo os urbanos. Nesta cena, não trabalharemos com análise dos discursos que vieram à superfície nesse momento histórico, mas faremos uma contextualização histórica, partindo da leitura de outros autores que já lançaram o seu olhar sobre o referido período.

Na Cena II – **O VENDEDOR DE ANTIGÜIDADES: Gilberto Freyre e a Construção da Família Patriarcal no Tecido Nordestino** – procuraremos situar Gilberto Freyre nos agitados anos 20, caminhando nas ruas do Recife enquanto um “vendedor de antiguidades”, um transeunte preocupado com o passado da família e assustado com as inovações. Os choques diante do cenário moderno, das luzes elétricas que iluminam os prédios novos, da revolta ao ver os antigos arcos e sobrados sendo demolidos pelo “espírito modernizador” farão com que Freyre posicione-se ao lado de um discurso batizado de regionalista e de apego à tradição, favorecendo a constituição do conceito de família patriarcal.

interlocução com os comentadores dos acontecimentos; e, enfim, um olhar-vídeo que restitui em feedback o conjunto desses níveis superpostos”. Cf. GUATTARI, F. Caosmose. 3. ed., São Paulo: Editora 34, 2000, p. 18-19.

Na cena III – **O VENDEDOR DE MODERNIDADES: o Diário de Pernambuco e a produção da família burguesa** – mostraremos o jornal Diário de Pernambuco enquanto um palco de construção da família dita burguesa. Rupturas e quebra de valores antigos serão enfatizados, explorando, para tanto, a modernidade apresentada em suas páginas, nas secções de moda, nas mensagens propagandísticas, nos discursos emitidos por autoridades públicas, por civis e militares preocupados em moldar o corpo da família à luz do discurso higienista, do discurso reformador do caráter dos filhos, utilizando para tanto técnicas de controle e métodos de vigilância.

Porém, não analisaremos as famílias numa estrutura conceitual apenas de vigilância e de punição, sem estratégias para burlar as leis jurídicas, os preceitos sanitaristas, os códigos pedagógicos, os poderes dos pais. Em muitos momentos deste trabalho, principalmente na Cena IV - **A MODERNIDADE É MULHER: as “filhas de Eva” no paraíso tupiniquim** - enfocaremos as mulheres que fogem às normatizações, que deixaram o lugar-comum e ordinário para burlar as leis. Analisaremos a condição feminina nas décadas de 20 e 30, tendo como *corpus* documental as secções femininas do Diário de Pernambuco juntamente com uma série de crônicas, de artigos e de propagandas que tematizam a mulher, ora reafirmando as suas feições e funções tradicionais, ora “rasgando o verbo” do passado e conclamando novos espaços públicos para o gênero “frágil”, na trilha do movimento feminista que ora emergia. A moda e a sua influência nos corpos e nas almas serão enfatizadas como uma “válvula de escape”, uma saída do “normal”. Para tanto, empregaremos o conceito de descontinuidade/ruptura, trazido de Michel Foucault, bem como o de subjetividade, de Guattari e o de subjetivação, de Michel de Certeau. Mesmo que esse conjunto de discursos procure a todo tempo regrar os indivíduos, determinando os lugares dos sujeitos, estes rompem com as determinações. Trabalhar com o conceito de subjetivação é, desse modo, entender a negação das normas pelos sujeitos desejantes, inventivos que, ao fugirem do padrão “normal”, andam nas ruas ao seu modo, saem de casa ao seu modo, desconstruindo a história normativa e construindo uma outra baseada na liberdade e na autonomia existencial.

Para tecer, alinhar e costurar esta tese, convidamos você, com os fios da sua interpretação e as agulhas de sua máquina discursiva para fazer parte desta confecção.

CENA I

ENTRE LUZES ELÉTRICAS E CANDEEIROS FUMEGANTES, ENTRE “MODERNOS” E “ATRASADOS”: a família nas décadas de 20 e 30 no Recife

1.1. A família na geografia da modernidade

Faremos uma tentativa de situar historicamente a família no Recife (PE) nas décadas de 20 e 30, partindo da relação entre os conceitos de moderno, modernidade e modernização, fundamentais para entendermos a emergência de novos espaços que deram visibilidade aos modelos e a novas leituras sobre a família. Para tanto, procuraremos assinalar como essas mudanças aconteceram e como elas favoreceram a construção de novos sujeitos. Que modelo familiar a República brasileira estava requerendo? Quais as condições de emergência ou de instauração de uma discursividade referida às famílias nos anos 20 e 30? De que posições e lugares sociais se falam sobre elas? Qual a maneira “ideal” de constituir uma família estruturada a partir das novas verdades discursivas que emergiam nesse contexto? Até que ponto os sujeitos subjetivaram esses enunciados de modo a desconstruir os antigos conceitos de ser homem, de ser mulher, de ser família, de casar e de gerar filhos? De que forma esses novos efeitos do poder possibilitaram aos intelectuais regionalistas resignificarem os hábitos tradicionais? Ao longo desta **cena**, tentaremos dar repostas a essas indagações, começando pela amostragem do contexto histórico, necessário para compreendermos outras discursividades.

Esta situação histórica deve ser compreendida não apenas como um cenário no qual foram construídos os conceitos de família, mas, principalmente, como as condições históricas propiciaram a gestação, no útero da modernidade brasileira, de uma discursividade sobre as famílias no Recife, inserindo-se, aí, o lugar de onde falam os interlocutores, a imagem que cada um fez do outro (o

moderno contrapondo-se e conflitando com o tradicional), como se deu a cena enunciativa e que condições de existência possibilitaram a emergência deste ou daquele enunciado. Suspendendo continuidades históricas, *acolhendo cada momento do discurso e tratando-o no jogo de relações em que está imerso, o arqueologista levanta um conjunto de enunciados efetivos, em sua singularidade de acontecimentos raros, dispersos e dispersivos e indaga: afinal, por que essa singularidade acontece ali, naquele lugar, e não em outras condições?*¹⁴

Uma das condições de emergência desse discurso foi a trilogia moderno, modernidade e modernização. Ser moderno envolve uma série de compreensões, de dilemas, de confrontos com o dito tradicional, desde a *possível perda das raízes culturais e do passado histórico, até a aceitação de que é indispensável superar o atraso histórico*. Ser moderno é quase uma necessidade de sobrevivência, uma imposição, é ser avançado, embora, é claro, o seu conteúdo não expresse, na maioria das vezes, a aceitação do novo como ruptura/revolução, mas o novo enquanto simulacro, fetichizado¹⁵. Na década de 20, o vocábulo *moderno* recebe múltiplos significados, acompanhando as fantasias propiciadas pelo “mundo mágico” das mercadorias; adquire, inclusive, conotações simbólicas associadas ao exótico, ao revolucionário, ao místico, ao alumbramento, ao encantamento. No tocante aos hábitos¹⁶ cotidianos, como o vestuário, o vocábulo “moderno” passou a significar a “última palavra” em bom gosto, uma legenda que classifica e distingue quem é chique de quem é arigó¹⁷. Era um apelo ao refinado, à redenção tecnofábrica da sociedade. É uma “palavra-fetice” que evoca o prodigioso, *muito para além e para acima do cotidiano de homens e mulheres comuns*¹⁸, principalmente numa nação marcada pela condição agrária, subalterna industrialmente, agravada pelas discrepâncias

¹⁴ FISCHER, R. M. B. Análise do discurso: para além das palavras e coisas. In: *Revista Educação e Realidade*. V. 20, n. 02. Porto Alegre: UFRGS, jul/dez/ 1995, p. 31.

¹⁵ REZENDE, A. P. *(Des)encantos modernos*. histórias da cidade do Recife na década de 20. Recife: Fundarpe, 1997, p.16.

¹⁶ Hábito, neste trabalho, pode ser compreendido como um empréstimo cultural exercido por um fenômeno sobre a sua repetição. Por “*meio dos hábitos seria possível a repetição, que diminuiria as resistências do indivíduo, a fim de que se dispusesse a trilhar o caminho para que as funções intermitentes se tornassem espontâneas, voluntárias*”. Cf. STEPHANOU, M. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Educação no Brasil: história e historiografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 327.

¹⁷ Vocábulo popular que denomina pessoas matutas, atrasadas.

¹⁸ SEVCENKO, N. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 229 e 231.

sociais. Essa sociedade era particularmente vulnerável à mística semântica causada pelas expressões **novidade, modernidade, libertação**.

O sujeito dito moderno é construído num contexto de louvação à modernidade, vista e dita como o desejo de emancipação do obscurantismo, dos preconceitos, tecendo uma rede maior de liberdade, de individualização cada vez mais crescente. Era entendida, ainda, como um território envolvido pela valorização do capital e do progresso, pela busca incessante do novo e pelo impulso de esquecer o passado, de sociabilizar-se com as normas atuais rompendo com as antigas, criando aversão a quase tudo que estivesse relacionado com o rural, o atrasado, o anti-higiênico e o anti-científico. Elaborado a partir da lógica da identidade, o discurso moderno criará figuras do outro, calcado na sua negatividade: o tradicional como o inimigo mortal do (ser) atual. A modernidade estava, ainda, relacionada com o progresso sócio-econômico, assim como apontava, também, para a degeneração moral, para a quebra dos valores tradicionais da família. Sobre essa problemática, comenta Rezende:

A trama da modernidade é, na verdade, um drama: a inquietude, o sentimento de solidão, a super-organização, o controle, a angústia diante das muitas faces e dissonâncias do moderno. A vertigem da velocidade, a dessacralização constante de territórios antes proibidos, a exaltação do desejo e sua infinitude, analisado pela psicanálise e explorado pela propaganda, a incomensurável vontade de tudo desejar e os labirintos surpreendentes e enigmáticos de Eros; quantidade e qualidade se misturam, no reino da produção material e, apesar de tudo, a insatisfação e o tédio sobrevivem, não saem de cena dos teatros e 'boulevards' barulhentos da sociedade de consumo. Como traçar, então, as fronteiras entre o novo e o velho, o que significa ser moderno nesse caleidoscópio?¹⁹

Para essa realização, a modernidade necessitava do processo de modernização, da requisição de mudanças na economia, de maiores avanços tecnológicos alimentados pelas produções capitalistas, pelo *predomínio da ciência*

¹⁹ REZENDE, A. P. op. cit., p. 110.

*e da razão prática, burocratização, organização racional do trabalho, Ordem e Progresso, onde o Estado atua como instituição importante na gestão do processo*²⁰. A cidade, enquanto o grande cenário da modernidade, é produtora de tempos modernos, os quais expandiram-se, *nelas arquitetaram seus grandes projetos, acreditaram que poderiam ser livres como nunca, conviveram com as invenções modernas e seus deslumbramentos*²¹.

Culturalmente, é elaborada uma reflexão substancial sobre os destinos da modernidade, mas também há o desencanto com a construção do progresso ligado ao avanço, em termos quantitativos, das forças produtivas. Dessa maneira, não é possível elaborar uma leitura homogênea da modernidade. A sua materialidade é cheia de contradições, ou seja, ao mesmo tempo que o sujeito pode sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas, é rodeado por uma onda de destruição de comunidades, valores, vida. Ser moderno é entrar em um palco de cenas perigosas, de tablados instáveis; é *conviver com a crise e até mesmo com a necessidade de recorrer ao antimoderno para sobreviver às experiências de um mundo que não é transparente, mas confuso e cheio de paradoxos*²².

O território urbano concretizava-se com a expansão industrial, o aumento das migrações, a promoção do consumo e com a produção das subjetividades, necessárias para a concretização do sistema capitalista. A relação homem-natureza transformava-se e o cenário da máquina e das chaminés fascinava as famílias urbanas mais que o cheiro do mato e da bagaceira. O espaço urbano tornava-se um palco de muitas visitas surpreendentes, mas as surpresas e sonhos das cidades modernas do Nordeste em quase nada se comparavam às capitais européias. No Nordeste, a força da tradição foi, juntamente com as dificuldades econômico-sociais, um dos impedimentos para que o projeto da modernidade não tivesse a mesma excitação e o mesmo frenetismo que nas capitais da Europa. Nessas capitais, *as mudanças ocorreram diante da perplexidade e resistência de muitos. Nem todos se sentiram seduzidos*

²⁰ REZENDE, A. P. op. cit. p.18; GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1993.

²¹ Idem, ibidem, p. 21.

²² Idem, ibidem, p. 115.

*pelas invenções modernas, pela renovação dos hábitos, por uma concepção de tempo que exigira mais pressa, pela ruptura com práticas de convivência social enraizadas*²³.

A tecnologia que modificava os espaços público e privado, proporcionando novas rotinas no lar e fora dele, ainda tem como cenário uma economia fragilizada pela “decadência” dos senhores de engenho do Nordeste, uma moldura política instável, um ambiente de tensões sociais crítico, manchado pelas greves operárias, pela inflação, pelas ameaças de epidemias como a gripe espanhola e a varíola e pela falta de uma política pública infra-estrutural que melhorasse as condições de vida (saúde, educação, moradia) da população urbana. Essa convulsão social contribuía para o crescente número de greves, como a registrada no Diário de Pernambuco, em 12 de fevereiro de 1920, feita pelos operários da fábrica de cigarros Caxias, dos proprietários Azevedo & Companhia²⁴. Rezende defende a idéia de que a modernização nesse contexto é marcada pelo autoritarismo e pela antidemocracia. Os “governos modernizadores” reforçam a posição centralizadora do Estado e investem na desarticulação das forças chamadas de populares. Politicamente, a elite recifense tinha objetivos na modernização da cidade, desde que não fosse de encontro aos seus interesses, o que revestiu as políticas públicas de um caráter autoritário, deixando explícito o tom de lutas sociais movidas pelos operários²⁵.

O período que compreende a Primeira República (1889-1930) é marcado, também, por um conjunto de significativas transformações na formação histórica do Brasil, merecendo destaque nesse teatro de múltiplas cenas a instauração do trabalho assalariado e a emergência de novas forças e valores sociais, frutos das injunções demandadas pelo capitalismo. O país insere-se na mundialização do capital²⁶ em sua fase denominada de **capitalista-financeira**, intensificando as exportações de matérias-primas como o café, a borracha, o

²³ Idem, *ibidem*, p. 57.

²⁴ Greve. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 fev. 1920, p. 03.

²⁵ REZENDE, A. P. *op. cit.* p. 37.

²⁶ O capitalismo não é apenas um modo de produção de mercadorias, é também um modo de produção de subjetividades. O capitalismo não consegue se sustentar sem a produção dessa subjetividade, que o reproduz, que valoriza o lucro, o dinheiro, a acumulação, a utilidade, que valoriza um conjunto de saberes que estão na base da produção subjetiva do capitalismo. Confira GUATTARI, F. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

açúcar e o algodão para países europeus, palcos que, ao mesmo tempo que recebem a matéria-prima brasileira, enviam para cá um conjunto de estilos e costumes sociais que transformam o teatro familiar nas terras tupiniquins.

Esses acontecimentos são decisivos na elaboração de uma nova fisionomia política e sócio-econômica do Brasil, com a emergência de novos grupos sociais - agrários e urbanos – e a constituição de setores médios, destacando-se os bacharéis, os médicos, os engenheiros, os jornalistas, dentre outros²⁷ que divulgavam em seus discursos um *script* de normas institucionalizadas e legitimadas que se estendiam sobre vários setores da sociedade (família, medicina, justiça, educação), que promoviam e divulgavam os modelos de indivíduo civilizado, trabalhador, ordeiro e membro de uma família responsável. Se na sociedade escravista brasileira as relações entre senhores e escravos, homens e mulheres se davam através da obediência, do castigo e da violência (física e simbólica), a sociedade moderna e republicana inaugura novas tecnologias do controle populacional, imprescindíveis para manterem docilizados e governados tanto os corpos quanto as mentes. Esse jogo de relações baseia-se nos saberes sistematizados e funciona como *uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação*²⁸.

Esse conjunto de reformas econômicas e político-sociais, que a nação brasileira experimentava no início do século XX, gera alterações e deslocamentos nos costumes familiares, sendo criadas e ensaiadas muitas cenas baseadas num novo comportamento, elaboradas, agora, numa ótica liberal e burguesa, inseridas no interior de uma peça de civilidade escrita para tirar o Brasil da condição de atrasado, de raquítico moral e politicamente. Essas cenas montadas no teatro familiar brasileiro não ficam em cartaz apenas nos tablados do Rio de Janeiro ou de São Paulo – cidades de maior expressividade cultural e econômica desse momento histórico. Esse espetáculo de transformações, de gestações de novas subjetividades ganha circuito nacional e articula-se a um projeto de modernidade

²⁷ FAUSTO, B. *História do Brasil*. 3ª ed., São Paulo: Edusp, 1998. FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1990; PONTE, S. *Fortaleza Belle Époque*. Fortaleza: Multigraf, 1993, p. 29.

²⁸ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. XIV.

para a nação, bem como aos projetos dos reformadores sociais. Muitas cidades, a exemplo do Recife, montam nas ruas – o principal palco de encenações dessas novas artes de relacionar-se, de viver – os cenários dessa nova peça brasileira, escrita pelos atores e atrizes da modernidade, protagonizada ou assistida pelos muitos homens e mulheres que, independentes do setor social ao qual pertencem, são atingidos por essas artes que produzem novos costumes, que convidam as famílias que lhes assistem a subjetivarem essas novas práticas.

Amparados no Positivismo e no Evolucionismo, intelectuais, técnicos e doutores – principais dramaturgos desse espetáculo - perceberam que, com a República, tinha chegado o momento de o Brasil entrar na ordem e no progresso, começando pelas reformas político-institucionais e econômicas de que o novo regime seria portador, como a descentralização política, a industrialização, a doutrinação da “ordem”, a construção de um modelo de família baseado nos ideais positivistas, sendo a eugenia um dos pressupostos básicos para o matrimônio, e a educação moderna a instância de socialização de saberes capazes de dar respostas às necessidades de produção de um modelo familiar “ideal” para a nação, já que deveria se basear na cultura artística, na moral laica, no desenvolvimento intelectual, na atividade física disciplinadora do corpo e na alimentação cientificamente orientada. Esses saberes, *autoproclamados como restauradores da situação de “atraso” em que o país estaria encerrado*²⁹, produzem uma série de práticas que disciplinam os sujeitos a se relacionarem consigo próprios e com os outros a partir destes conhecimentos produzidos e reconhecidos como verdadeiros. Através deles exerce-se o poder, assujeita-se o outro, impõe-se um discurso como verdade científica. São técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos indivíduos: *Governo das crianças, governo das almas ou das consciências, governo de uma casa, de um Estado ou de si mesmo*³⁰.

A emergência da República era vista por esses “artistas modernos” como sinônimo de progresso e, dessa forma, racionalidade técnico-científica e reajuste político-social eram noções inerentes ao ideário da elite urbana, sendo

²⁹ PONTE, S. R. op. cit. p. 20

³⁰ FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 101.

esta um dos setores mais atingidos pela ordem capitalista-civilizatória, tão presente no ocidente de então³¹. Configura-se, portanto, novos saberes que irão disciplinar a população, instituindo lugares para homens, mulheres e crianças, formando “bons hábitos”, pois estes eram ditos como o ponto de partida de uma boa educação dos sentidos. São “regimes de verdade” que possuem forças na invenção de subjetividades e de novos comportamentos, formando um tipo de governo dos homens que provoca descontinuidades com os padrões antigos de sociabilidade familiar, vistos e ditos pela ótica da negatividade. Esses atores da modernidade nomeiam, controlam e assujeitam as famílias aos códigos civilizatórios, mostrando que as práticas “desviantes” ameaçam a sobrevivência da moral e dos “bons costumes”. Esse poder produz diferentes subjetivações *na medida em que é exercido, na medida em que se reage a ele, se resiste, tenta-se fazer valer um outro saber, uma outra verdade, criam-se novas forças que impõem e sujeitam em função de outras argumentações*³².

A idéia de família é usada, nesse momento, para separar simbolicamente e espacialmente os homens e as mulheres pertencentes às classes ditas populares dos setores sociais privilegiados. Família era um termo que identificava a “sociedade respeitável”, civilizada, em dia com as novidades vindas da Europa e dos Estados Unidos, culturalmente “superior” às “classes perigosas”. Ser civilizado nesse período era sinônimo de polidez, de refinamento do gosto, de educar os sentidos pelas emergentes práticas de se vestir, de caminhar, de sentar-se à mesa, adotando uma postura condizente com sua posição social, representar um papel em que o luxo seja convertido numa marca de prestígio. Para tanto, a produção discursiva condizente com essa modernidade elaborou um conjunto de normas de diferenciação social, divulgando uma estética do bom gosto, novo capital simbólico que³³ propiciava uma subjetivação subversiva aos diversos signos “hegemônicos” legitimados pela sociedade tradicional.

³¹ PONTE, S. op. cit, p. 99.

³² ROCHA, C. M. F. *Espaços escolares: nada fora do controle*. In: Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Educação no Brasil: história e historiografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 300.

³³ ORTIZ, R. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 122; CAULFIELD, S. *Em defesa da honra*. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp, 2000, p. 117.

Essas normas sociais são veiculadas nos palcos citadinos desde o momento da implantação do republicanismo, subjetivadas pelos amantes do progresso como fundamentais para a construção de uma identidade nacional, cuja imagem seja refletida pelos muitos flashes das máquinas discursivas do poder político, pelas imagens da industrialização, da urbanização, da democracia liberal, pelos enunciados que equiparavam o Brasil aos países desenvolvidos, pelo desejo de ser uma pátria rica, poderosa, respeitada, higiênica e civilizada³⁴. Políticas de saneamento, escolarização para todos, combate às epidemias tropicais, desenvolvimento de projetos eugênicos são estratégias do poder para que as famílias alcancem e inculquem a desejada regeneração e aperfeiçoamento. São modos instituídos do conhecimento de si, um exercício do poder capaz de produzir discursos de verdade com efeitos produtivos socialmente. A esse respeito, argumenta Foucault:

Existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer num funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade³⁵.

Se entendermos a modernidade brasileira, em particular as décadas de 20 e 30, como um momento em que as famílias subjetivaram novas verdades e afastaram ou negaram o lugar-comum em que viviam, historicamente normalizadas e prisioneiras das interdições culturais da época, é legítimo perceber que uma rede de saberes e de poderes também emergiu nesse “Brasil Moderno” para reger as vidas, discipliná-las com novos discursos, orientada

³⁴ Confira CAVALCANTI, S. O. *As fontes jurídicas e a tutela da mulher*. João Pessoa: Anpuh, 2000. p. 64.

pelas novas experiências sócio-culturais e urbanas vivenciadas no Brasil desde o final do século XIX, com uma concepção do social e do cultural que, ao mesmo que é enfatizada a importância da cientificidade e do progresso da nação, essa rede de saberes se confronta com o que passa a ser considerado práticas retrógradas e tradicionais de se pensar a relação dos membros da família com a cidade e com o moderno³⁶. Se as famílias, até o século XIX brasileiro, viviam “interditadas culturalmente” pelo saber católico e costumeiro, por exemplo, o século XX experimentará outras táticas discursivas para tornar os corpos e as mentes desses indivíduos docilizados, como por exemplo, o Código Civil de 1916. São relações estratégicas que têm como questão central *a conduta do outro ou dos outros, e que podem recorrer a técnicas e procedimentos diversos, dependendo dos casos, dos quadros institucionais em que ela se desenvolve, dos grupos sociais ou das épocas*³⁷.

O código civil de 1916 é constituído por um discurso de viés civilizador e moralizador dos costumes, reafirmando muitos preceitos presentes no Código Imperial. A “família legítima” ganhou visibilidade através desse código, pois está explícito no art. 229: *Criando a família legítima, o casamento legitima os filhos comuns, antes dele nascidos ou concebidos*. Enfatiza, também, em seu art. 180, a importância do casamento civil, um contrato conjugal que reforça o poder do Estado sobre a família, embora funcione como um contra-poder aos dispositivos usados pelo discurso tradicional: *A habilitação para o casamento faz-se perante o oficial do registro civil, apresentando-se os seguintes documentos: I – certidão de idade ou prova equivalente; II – declaração do estado, do domicílio e da residência atual dos contraentes e de seus pais, se forem o conhecidos; III – autorização das pessoas sob cuja dependência legal estiverem, ou ato judicial que a supra.*³⁸

A construção sócio-cultural da mulher como um apêndice ou auxiliadora do homem faz parte do universo do discurso jurista, conforme vemos

³⁵ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*, p. 179-180.

³⁶ A esse respeito confira SENNET, R. *Carne e pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997; VAGO, T. M. *Cultura escolar, cultivo dos corpos*. In: Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Educação no Brasil: história e historiografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

³⁷ FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France*. p. 110.

no art. 240: *A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta*³⁹. Baseado em preceitos biologizantes e naturalizantes, esse código republicano inscreve os gêneros numa ética “canônica”, circunscrevendo posturas sexuais e comportamentos sociais que reforçam a divisão biológica do sexo e responde a um projeto de regenerar moralmente as famílias brasileiras. Esses discursos, portanto, constroem uma união monogâmica normatizada e civilizada, havendo a transferência do *poder de julgamento da Igreja para o Estado burguês*⁴⁰. Essa lógica jurídica circunscreve o corpo das mulheres dentro dos ditames da castidade, da honestidade, da virtude e da submissão. Por meio de um discurso normativo, deveria a mulher preservar a espécie, repetindo, por sua vez, o discurso ditado pelo catolicismo que dava visibilidade à mulher frutífera, repetidora do discurso “corpo-objeto”, “cama-mesa-banho”. Para Maritza Maffei da Silva, *o direito por meio das normas jurídicas determina o que é legal na utilização do nosso corpo, diz o que devemos fazer com ele, como ele deve ser empregado como fator de produção, como devem ser mediadas suas relações com outros corpos, e como ele deve ser remunerado*⁴¹.

Circunscrevendo estreitos limites à função feminina, impedindo-a de realizar-se como sujeito, o Código Civil de 1916 vem, dessa maneira, reforçar o conceito de família monogâmica com ênfase no predomínio do homem, cuja finalidade primordial era a procriação dos filhos e a direção material e moral destes. Dando visibilidade a esse modelo familiar, esse código contribuiu para legitimar a imagem da mulher casta e que mantém uma fidelidade rigorosa ao marido, sendo tolerante com o seu companheiro, sujeitando-se a ele dentro de um espírito de submissão e obediência inquestionáveis. As normas não poderiam ser burladas, sob a hipótese de a mulher sofrer ferrenhas violações física e moral. Esse código, em seus artigos minuciosos, verdadeiras práticas discursivas que interessam ao Estado republicano e machista, veicula um discurso de verdade que fabrica corpos dóceis, assujeitados, assexuados. Esse saber jurista

³⁸ BRASIL. Código Civil. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 53-55.

³⁹ BRASIL. Código Civil. p. 55.

⁴⁰ Confira CAVALCANTI, S. op. cit. p. 77.

⁴¹ SILVA, M. M. Mulher, identidade fragmentada. In: ROMERO, E. *Mulher, corpo e sociedade*. São Paulo: Papyrus, 1995, p. 113.

assemelha-se a um manual de doutrinação católica, invadindo outros domínios discursivos, estereotipando os comportamentos “adequados” para o masculino e para o feminino. É uma “tecnologia” que exige dos indivíduos uma regulação pelo pudor, pelo respeito ao outro, pelo comedimento. Enquanto uma tecnologia para o cuidado dos outros, o Código Civil de 1916 não pode ser dissociado do crescimento urbano e das novas distribuições do poder político-social.

Temos, portanto, de um lado os juristas aconselhando as mulheres a uma atitude de subserviência ao marido e, de outro, o catecismo católico que, através dos confessionários, reforça as admoestações com conselhos e doutrinas que tornam a insubmissão um pecado⁴². Ao mesmo tempo, tem-se a institucionalização de uma cultura escolar que relativiza os poderes que circulam no espaço familiar. Dessa maneira, à leitura da degenerescência da família no âmbito da modernidade, corresponderá um saber jurídico normatizador que enquadrará homens e mulheres nos mais diversos aspectos de seu cotidiano, desempenhando a importante tarefa de construção de um modelo familiar cujos membros sejam manietados por um *corpus* de normas que disciplinam seu organismo.

Situando o discurso jurídico como um *locus* de intensas batalhas de discursividades, Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, atribui a arquitetura da vigilância e da punição como tática desse poder/saber usada pela Justiça na sociedade moderno-industrial. Vigiar, julgando e regrido o comportamento de homens e mulheres extraordinários (aqueles e aquelas que fugiam à ordem “normal” da sociedade), o saber jurídico age na nossa sociedade disciplinar persuadindo, instituindo verdades, elaborando e regulamentando uma rede de instituições de vigilância, destacando-se, neste nosso trabalho, as instituições psicológicas, médicas, pedagógicas, que agem em consonância visando corrigir os “desviantes sociais”.

Dentro desse empreendimento normativo, os homens ilustrados das décadas iniciais do século XX – juristas, médicos, pedagogos, higienistas, arquitetos – investidos de autoridade científica, apresentaram-se como os artífices

⁴² ROMERO, E. op. cit. P. 250.

iluminados, *detentores de um saber capaz de dar respostas às necessidades de higienização da cidade, do crescimento econômico do país e de formação de trabalhadores saudáveis física e moralmente*⁴³. O discurso e as práticas de poder dos atores políticos ligados às esferas municipal, estadual e federal, mobilizaram um conjunto de saberes para qualificar ou desqualificar códigos e comportamentos sociais, com a finalidade de corrigir as “anomalias” que se instauraram nas famílias, principalmente as urbanas. Nesses discursos, combinava-se a destruição dos hábitos e maneiras culturais vistos como ultrapassados e degenerativos da imagem de progresso e a pregação de práticas e condutas autorizadas pela estética vigente⁴⁴.

Para tanto, foi necessário disseminar, em toda a cidade, técnicas e verdades para controlar o corpo social. Escolas modernas (ventiladas, com pátios e *terrassès* para lazer) para a reprodução de um modelo pedagógico em sintonia com os saberes médico-sanitaristas, educando os sentidos dos filhos e filhas, adestrando a estrutura física e as faculdades mentais a um projeto de construção de uma identidade⁴⁵ e de um caráter nacionais. Distribuição dos tempos escolares (matutino e vespertino), reformulação das “grades” curriculares com a introdução da disciplina *Ginástica*, obsessão pela higiene e pela inspeção médica foram cuidados fundamentais para desodorizar o espaço escolar e sintonizá-lo com o ideário da pedagogia moderna, já comum na Europa desde o século XIX. Tarcísio Vago salienta que, ancorada *em pressupostos de uma decantada racionalidade científica, destacando-se sua sintonia com teorias racistas e higienistas que circulavam no País, a escola, em seu novo molde, foi projetada como instituição capaz de introjetar nas crianças maneiras julgadas superiores, orientando-as para assumir condutas inteiramente distintas daquelas que possuíam*⁴⁶. Nesse sentido, a escola investirá no corpo da criança, tornando-o alvo de um projeto modernizador da família brasileira que construía uma verdade

⁴³ ROCHA, H. P. *Imagens do analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico no Brasil dos anos 20*. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação – Universidade Estadual de Campinas, 1995, p. 28.

⁴⁴ FALCÃO, J. *Melhoramentos do Recife*. Diário de Pernambuco. Recife, 12 fev. 1920, p. 03; CORBIN, A. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴⁵ Localizo o termo “identidade” em Félix Guattari, que a entende como um conceito que apela para a referência, para a circunscrição da realidade a quadros de referências. GUATTARI, F. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 68.

⁴⁶ VAGO, T. op. cit. p. 03.

através da qual elaborava uma rostidade negativa para o que fosse “pedagogia do passado” (relações de violência e submissão) e uma dada positividade para as teorias e pressupostos científicos que emergiam. Os educadores trabalhavam nas reformas da instrução pública, sentindo-se partícipes de um poder instituinte, expresso em objetos (novos prédios escolares, equipamentos, livros), em inovadoras teorias da educação e da aprendizagem e em estratégias de manipulação simbólica (recreação, coro orfeônico, esportes).⁴⁷

Dentro desses novos referenciais de verdades que circulavam nos principais meios de comunicação do Recife, o discurso médico também ganhará visibilidade, já que todos os corpos não interessam à escola, indicando os limites do projeto republicano de levar a educação formal a toda família, já que eram excluídos do conceito de alunos os doentes, os afetados por moléstias contagiosas e os portadores de doenças físico-mentais. Para estes, foram criadas outras instituições especializadas ou de exclusão, como os hospitais para sanarem a população, corrigindo seus males e reduzindo as epidemias (varíola, tifoide, tuberculoses, gripes); hospícios para isolarem os “doentes mentais” que podem pôr em perigo os membros “normais” da família; juizado de menores e colônias de correção para punirem os infratores mirins que atentam contra os “bons costumes” da família civilizada⁴⁸.

Essa série de reformas urbanas e sociais resultava de anseios modernizantes que desejavam alinhar as cidades locais aos referenciais de prosperidade e de civilização disseminados pelas metrópoles da Europa. São tentativas de “regeneração urbana”, ajustando a população aos novos mecanismos requisitados pela modernização, com outras regras de vida e trabalho urbanos, retirando o lixo e a podridão provocada pelos entulhos, regando a população através de um saber médico-sanitarista. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Recife e Fortaleza e muitas outras, assistem a formação de um cosmopolitismo civilizatório, sustentado pelas elites econômica e intelectual. Rompendo valores e costumes tradicionais, veiculam novas relações

⁴⁷ Cf. NUNES, C. A Cultura reinventa a cidade. In: HERSCHMANN, M; PEREIRA, C. A. M. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.198.

peçoais e públicas, sendo um cenário onde é perceptível a delimitação dos territórios entre setores sociais, circunscrevendo classificações entre o privado e o público, através da inserção e da subjetivação de modismos, da europeização de condutas e da transformação de eventos (como o entrudo) em espetáculos luxuosos. Esses valores que vinham à superfície da sociedade denotam a emergência de um sujeito moderno, o nascimento de uma nova percepção em relação à vida, ao corpo, à intimidade, à sexualidade. Mas algo que chamamos a atenção é que as reformas urbanas estiveram voltadas, principalmente, para os centros e áreas nobres da cidade, desejando torná-la monumental, atendendo aos setores economicamente mais elevados⁴⁹, patrocinadores dessas reformulações. Na cidade “rachada” ao meio, a propaganda republicana em torno do progresso se fez com o reforço da exclusão⁵⁰.

Recife, uma das cidades de maior expressividade política do Nordeste, revelava uma tentativa de civilizar os “maus comportamentos”, desinfetar os corpos, inspecionar as áreas consideradas regeneráveis, impor hábitos higiênicos, preparar o lugar para receber as famílias limpas. Causava impacto nos visitantes que a tinham conhecido “colonial”, bizarra, pitoresca. Visitando Recife, em 1920, o argentino Morales de los Rios assusta-se com o que vê. Ancorado em seus passeios pelo colega Mário Mello, Los Rios se impressiona com as recentes remodelações. Aos 30 anos de idade, tinha visitado Recife e, admirado, descreve o primeiro impacto ao avistar, ainda no ancoradouro, o prisma pitoresco da torre dos arrecifes pernambucanos, *plantada sobre a linha dos rompantes que vestiam de rendas brancas os cachopos submersos que deram nome a esta capital*. Mas a torre desapareceu, foi demolida *sem necessidade ou conveniência para as novas e belas obras dos novos cais, e os brasões do Recife, onde aquela torre*

⁴⁸ Menor Gatuno. *Diário de Pernambuco*. Recife. 11 mar. 1920, p. 04. Confira ainda VAGO, T. M. op. cit.

⁴⁹ A década de 20 é cheia de contradições e de conciliações. A cidade que se transformava marcava também a segregação da população, os antagonismos e as diferenças. Pobres e ricos caminhavam pelas mesmas ruas, mas faziam isso de modo diverso. O que atraía e comovia o integrante da burguesia, causava delimitações e exclusões nos homens e mulheres pobres da cidade que precisavam dos mocambos situados ao longo do Capibaribe e dos manguezais enlameados para construir suas habitações humildes. Cf. REZENDE, A. P. op. cit.; PONTE, S. R. *Fortaleza belle époque*. Fortaleza, 1993

⁵⁰ Confira SEVCENKO, N. *Literatura como missão*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994; RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 1989; PONTE, S. R. op.

figura, não de servir de eterno protesto heráldico contra aquele atentado de lesa-arqueologia local. Ao ser demolida a torre em nome da modernização do novo cais, Recife perde, na concepção de Los Rios, a pitoresca recordação de todo o passado local. As reformas urbanas mutilaram-na, amputaram as veias que a ligavam ao passado, dando-lhe uma fisionomia “estrangeira” e pálida⁵¹.

Depois de famosas batalhas dos urbanistas, auxiliadas pela fome dos Presidentes de Estado em tornar a cidade um “cartão-postal” com detalhes europeus ou anglo-americanos, Recife muda a cor das casas, o traçado das ruas, o aspecto das vestimentas de seus moradores. Desde o início do século que praças são edificadas circundadas por estruturas em ferro e defendidas à retaguarda para transeuntes “suspeitos” não amedrontarem a “família de bem”. A cidade pitoresca é tomada de assalto pelo “espírito haussmaniano”, manchando a bandeira da Recife antiga e, como uma virgem em alarido diante de malfeitores, grita ao ter a sua honra violada por golpes rubro-negros de engenheiros embriagados pelo demônio de Haussman⁵².

A modernidade ia inscrevendo nos corpos – urbano e familiar – novas marcas, tatuagens que marcavam a arquitetura, a sociabilidade familiar. Cidade e família se constituem em espaços modificados e modificadores pelas práticas e discursos que emergem com a modernidade e com a republicanização da sociedade brasileira. Novas leituras dão dizibilidade a uma família inflacionada pelo discurso higienista, pelas normas e códigos jurídicos, pelos saberes que estabelecem normatizações sociais. A cultura urbana de desodorização do espaço traduzia-se como um cultivo do corpo familiar e da disciplina que se encarregará de distribuir os indivíduos em seus devidos espaços, utilizando recursos para o “bom disciplinamento”, tais como a vigilância e a sanção normalizadora. Para Foucault, a disciplina é *o mecanismo de poder pelo qual conseguimos controlar no corpo social até os elementos mais tênues pelos quais chegamos a tocar os próprios átomos sociais, isto é, os indivíduos. Técnicas de individualização do poder. Como vigiar alguém, como controlar sua conduta, seu*

cit. p. 19-20; REZENDE, A. P. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife: Fundarpe, 1997; VAGO, T. M. op. cit. p. 03.

⁵¹ LOS RIOS, A. M. Impressões de Recife. *Diário de Pernambuco*. 30 jan. 1920, p. 03.

⁵² Confira LOS RIOS, A. M. Impressões de Recife. *Diário de Pernambuco*. 30 jan. 1920, p. 03.

*comportamento, suas atitudes, como intensificar seu rendimento, como multiplicar suas capacidades, como colocá-lo no lugar onde será mais útil.*⁵³

Veremos, no decorrer deste trabalho, como os sujeitos foram construídos a partir das décadas iniciais do século XX, tomando os discursos produzidos nesse período histórico, principalmente aqueles que favorecem a construção de novas subjetividades, tais como propagandas de roupas, perfumes e adereços vindos de outros países – França e Inglaterra – e que seduzem homens e mulheres, ao mesmo tempo que exigem que a cidade se transforme para abrigar essas novidades. Se em nome da modernidade fosse necessário destruir, desqualificar as marcas de outros tempos históricos – tanto quanto se destruiu as torres dos arrecifes para a modernização do novo cais do Recife – aos novos saberes foi confiada a operação da transmutação de um ambiente tradicional em um cenário refinado, de arquitetar os novos espaços como ruptura com o passado da casa-grande, refletindo e reproduzindo os princípios republicanos de organização social. A esse respeito, diz Vago:

*Ícone da modernidade, espaço público legitimador de um novo poder que pregava uma organização social de cidadãos emancipados, a cidade e seu traçado deveriam, ao mesmo tempo, “anunciar o rompimento com o passado, preconizar o futuro e fincar-se como emblema da nação republicana”. A utopia era fazer uma cidade imune à desordem, na qual fossem possíveis a visibilidade e a vigilância radicais de todos por todos. Uma “cidade modelar” (...) que exigia, impunha – modelava – outra corporeidade. A urbs moderna deveria provocar uma transfiguração nos sujeitos, em seus corpos*⁵⁴.

Cidade e família são, portanto, alvos de um projeto moralizador e normatizador da República, embora esse projeto de instaurar uma modernidade nos corpos urbano e humano não tenha se dado de forma passiva. Houve resistências, ganhando visibilidade a produção intelectual de Gilberto Freyre,

⁵³ FOUCAULT, M. apud ROCHA, C. M. op. cit. p. 04.

⁵⁴ VAGO, T. M. op. cit. p. 01.

como veremos na cena II. Dessa forma, impor hábitos higiênicos, disciplinar os que fogem à regra, estabelecer códigos de controle e punição, refinar sensibilidades, arrancar vícios, implantar a civilidade, educar a voz, ensinar o gosto são dispositivos disciplinares-pedagógicos que revelam práticas da elaboração de uma “família ideal” à nação, ao mesmo instante que desqualifica as artes de fazer das famílias tradicionalistas, não mais bem vistas nesse teatro desinfectado⁵⁵.

O Código Civil de 1916, o discurso médico-sanitarista, o saber pedagógico e o próprio discurso cristão são dispositivos de saber/poder que se inserem nesse projeto modernizador da sociedade e que elaboram suas verdades baseadas na manutenção da norma familiar e da ordem urbana. Mas os seres desejanter constroem caminhos “alternativos”, extraordinários, um amálgama de desejos e de pulsações, uma micropolítica de vontades. No item seguinte, veremos o contexto histórico-social dos anos 20 e 30 e, ao mesmo tempo que estudaremos as suas transformações, estaremos as enxergando com um duplo sentido histórico. Por um lado, emergem, com essas reformulações, novas categorias baseadas num saber moderno, como vigilância e disciplina. Por outro lado, as veremos como práticas que desmantelam a própria história-contínua, a mesmice, revelando em cada detalhe da arquitetura transformada, da roupa modificada, do cabelo retrabalhado, uma pulsação do sujeito desejante e desviante, a possibilidade de elaboração de novos territórios existenciais, que dão margem a novas experiências de pertencimento, de aspirações, descortinando-se novos saberes e novas verdades.

Às normatizações do Código Civil e os vários projetos pedagógicos, homens e mulheres respondem com a transgressão, com a insubmissão, ludibriando pais, maridos, agentes da segurança pública. Na luta de afirmação da cidade moderna como o lugar de forjar o caráter do “homem ideal” à República, houve tensões e heterogeneidade de experiências culturais. Isso é importante que seja registrado para não passarmos a idéia de que todos os membros das famílias responderam afirmativamente ao projeto de invenção de uma

⁵⁵ Sobre os dispositivos disciplinares na sociedade moderna, verifique FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*, VAGO, T. M. op. cit.

modernidade. Práticas de conflito estiveram presentes nessa relação família moderna *versus* família tradicional. A modernidade não se impôs com facilidade, como poderemos verificar na Cena II, quando as obras de Freyre e de outros regionalistas questionaram as trilhas do moderno, revelando, assim, as tensões entre os discursos de afirmação de um modelo familiar normatizado pelos novos saberes e os discursos que dão visibilidade à rostidade tradicional de família, batizada por Freyre de patriarcal.

Assim, para melhor compreensão desse momento histórico, pedimos permissão ao leitor para nos reportarmos, sempre que necessário, a duas instâncias de saber ocorridas em 1916, pela importância histórica que cada uma possui para este trabalho. Um desses territórios de produção de verdade é o Código Civil de 1916, uma superfície discursiva que constrói um saber preocupado com a família, tanto em sua instância pública quanto privada, pois *preservar o bem jurídico é uma das maiores funções da Justiça moderna.*⁵⁶ Esse Código, portanto, é primordial para nossa compreensão dos conceitos de família que emergem nesse momento, por produzir um discurso legal sobre a instância familiar que objetiva garantir a obediência aos padrões de normalidade e afastá-la dos estados patológicos da sociedade. Escrito de maneira dicotômica, esse código dar visibilidade a um padrão duplo de “moral” moderna, estruturado sob a ótica da oposição entre a “digna esposa” e as “indignas amantes”, a “santa-mãe dona de casa” e a meliante do bordel.

O outro território é o desfile de moda ocorrido no Recife em 1916, promovido pela Casa Gondim, que vem revelar a emergência de novas formas de subjetividade dessas famílias, uma maneira de desmontagem dos antigos territórios familiares consagrados pelo discurso tradicionalista, que legitima a presença feminina principalmente em três espaços: a casa, a igreja e o cemitério. O desfile de moda de 1916, associado aos ornamentos femininos, apontam para um estatuto de singularidade, *no qual corpo e ornamento adquirem sentido único,*

⁵⁶ SILVA, K. *As fontes jurídicas e sua historicidade polissêmica*. In: Anais da IX ANPUH-PB, p. 315; SILVA, M. M. *Mulher, identidade fragmentada*. In: ROMERO, E. op. cit. p. 113.

*singular e movidos não somente por um fora a ser seduzido, mas por um si que é cuidado no sentido de fugir a qualquer tentativa de normatização*⁵⁷.

O desfile de moda de 1916, portanto, é um novo território construtor de outras subjetividades, que consagrará uma nova leitura sobre os corpos, principalmente o feminino: o corpo enquanto consumo, dando ênfase às suas linhas, sua beleza estética, sua arquitetura, negando o lugar-comum da mulher presa ao lar e ao marido e dando visibilidade a outras geografias femininas, tornando-a um sujeito desejante do prazer, da autonomia, da liberdade. Se em 1916 a mulher recebeu do saber jurídico *a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta*, recebeu, também, da Casa Gondim, a oportunidade de mergulhar em territórios sedutores e cheios de novidade, que possibilitam novas experiências de pertencimento, mas também de aspirações, de confusões, de indecisões. Esses saberes mostram as mudanças que estão ocorrendo socialmente e o surgimento de novos modelos de família, produzindo modos múltiplos de subjetivação.

1.2. A FAMÍLIA NA CIDADE E OS TERRITÓRIOS SEDUTORES

1.2.1 – A modernidade e a produção de sujeitos maquínicos

Desde o início do século XX que os espaços sedutores⁵⁸ da família (rua, cidade, moda, modernidade, novidade, escolas, casas construídas sob nova arquitetura, dentre outros) vão sendo multiplicados no Recife, causando pânico aos mais conservadores e deixando os “liberais” estonteados pela avalanche de

⁵⁷ CHAGAS, E. P. in: ROMERO, E. op. cit. p. 130.

⁵⁸ O espaço sedutor pode ser compreendido como “o lugar do esfacelamento do real, preocupação que ronda as reflexões filosóficas e morais em todos os tempos históricos”. Para Baudrillard, a sedução é uma arte do mal, artifício do mundo. “É da ordem do feminino e do ritual e é em termos de jogo, de relações duais e de estratégia das aparências que a sedução escapa a qualquer norma”. Cf. CHAGAS, E. P. op. cit. p. 126. Dessa forma, se a sedução é da ordem do feminino, estamos tomando, como espaços sedutores, elementos femininos como a cidade, a rua, a moda, a novidade, a máquina, a modernidade, dentre outros que são artifícios de sedução no território de Recife.

novidades, desde o primeiro desfile de moda promovido pela Casa Gondim, ocorrido no Teatro Moderno de Recife, em 1916, que contribuiu para impactar os hábitos ordinários de muitas famílias do período. O desfile tornou-se assunto do dia nas ruas, nas casas, nas lojas comerciais, na imprensa, aumentando o culto às novas fantasias estéticas e ao presente, ao mesmo que recebia críticas dos tradicionalistas. A Casa Gondim “institucionaliza” a moda no Recife, com o seu desfile de manequins vivos, e se consagra não apenas como empresa de vendas, mas também de espetáculo publicitário, veiculando para a população assistente imagens de mulheres modernas, que subjetivam novos hábitos, desconstruindo a imagem do feminino agrário, rude, educado aos moldes do confessionário católico. Como que por ironia, no mesmo ano em que o Estado reafirma a tutela da mulher e lança um código civil reafirmando o lugar dos sexos mediante uma leitura biológica dos corpos, a Casa Gondim mostra práticas “desviantes”, nada simpatizadas pelos tradicionalistas.

A identificação com as práticas da modernidade é um fenômeno de grande importância para que as famílias adquiram uma “identidade capitalística” ou, como disse Guattari, uma “subjetividade maquínica”. Essa subjetividade capitalística será relevante na formação e na subjetivação de valores ditos modernos e no desmonte das práticas discursivas, como o Código Civil de 1916, que punha a mulher, mais uma vez, na condição de assujeitada. O capitalismo faz emergir outra leitura do espaço. Se antes estava destinado à contemplação devido o seu estaticismo, agora ele surge enquanto um campo de forças, não mais natural, mas fragmentado, pois a harmonia tradicional do meio natural foi quebrada. Sobre essa problemática, assim se reporta Albuquerque Júnior:

Nas metrópoles se misturavam épocas, classes, sentimentos e costumes locais os mais diversos. Os espaços pareciam se partir em mil pedaços, a geografia entrar em ruína. O real parece se decompor em mil planos que precisavam ser novamente ordenados por homens atônitos. Para isso de nada valem as experiências acumuladas, pois tudo na cidade é novo, é

*chocante. É necessário se estar alerta sempre, é necessário apurar a percepção para o imediato, para o fugaz, para o efêmero*⁵⁹.

Nesse espaço fragmentado e efêmero, homens e mulheres passeiam nas ruas da cidade a pé ou em automóveis – objeto de desejo que em muito modificou o traçado das ruas – de marcas diversas como o *Ford*, o *Laurent*, o *Detriz*, o *Mercedes*, o *Renault*, o *Overland*, negando os signos do passado traduzidos em charretes e bondes à tração animal, pouco ou nada velozes, e desconfortáveis⁶⁰. Esse ícone da modernidade incorpora-se à cena urbana fascinando com os seus “olhos” luminosos, despertando desejos e seduções, aumentando o ruído, o barulho, tornando o tempo presente mais rápido, requerendo uma remodelação do espaço da rua que logo se torna um território privilegiado na hierarquia da cidade, destacando a mobilidade das pessoas e dos veículos e a funcionalidade urbana⁶¹. As rodas dos veículos imprimiam as marcas de um espaço social, de um espaço-construção, aterrando a concepção do espaço natural dos séculos anteriores.

O carro mistura-se à multidão de rostos nesse espaço sedutor e amedrontador. Causa impacto, medo, insegurança às famílias, pois o território da rua é muito diferente da cartografia familiar. É o espaço dos fluxos e refluxos, da perda da identidade imóvel e doméstica, da diversidade de formas, dos encontros furtivos, da multiplicidade, da visível concorrência da rua entre homens e transportes. É o espaço esquadrinhado para permitir maior rapidez, habilidade e vigor. Disciplinada, a rua *neutraliza os efeitos do contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer domina-la: agitações, revoltas, organizações espontâneas, conluios*⁶².

Mas o automóvel não circula e nem fascina sozinho as famílias, pois outros veículos, como o bonde elétrico, substituindo os velhos bondes puxados a

⁵⁹ ALBUQUERQUE JR. D. M. de *A Invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 22.

⁶⁰ O primeiro licenciamento de veículo particular, no Recife, ocorre em 1903. Em 1913 temos em média 600 carros desfilando na cidade, com uma velocidade média permitida de 10km/h. Confira HÉLIO, M. *O Brasil de Gilberto Freyre*. Recife: Comunigraf, 2000. p. 32 e segs.

⁶¹ Cf. ORTIZ, R. op. cit. p. 203.

⁶² FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 5a ed., Petrópolis: Vozes, 1995, p. 193.

burro, pertencentes à Companhia Ferro-Carril, encurtam também as distâncias entre os bairros por eles servido, como Madalena, Jiquiá, Capunga, Fernandes Vieira, Dérbi. Nem toda família dispunha de um carro *Ford*, um *Double phacton* ou um *Coupet*. A loja *Monteath & Cia*, Rua Nova, 253, oferecia esses automóveis, mas o preço ainda não era acessível a todos os chiques do Recife, em detrimento do alto custo de compra, importação e manutenção, associados às péssimas ruas fora do eixo central do Recife. Por isso os melhoramentos urbanos em questão de transportes eram reivindicados desde o início da década e os moradores de Casa Amarela, de Olinda, do Farol, do Campo Grande reclamavam da falta de bondes para os levarem a outros pontos da cidade⁶³. A cidade, portanto, torna-se uma geografia sedutora para as famílias à proporção que cria novos territórios festivos, que inventa outras cartografias de subjetividades.

Os bondes puxados à tração animal eram mal vistos e mal ditos no discurso que pregava a modernização. Os novos bondes elétricos, que davam maior mobilidade ao passageiro, enchiam-se agora não apenas de pessoas, mas também de anúncios de sapatos, de roupas feitas e de drogas, que deram visibilidade aos produtos apreciados pelos sujeitos forjados na esteira da modernidade e na contramão do passado. Os jornais lidos, inclusive o *Diário de Pernambuco*, consagravam a fé no progresso⁶⁴, exaltando o almanaque “Saúde da Mulher”, dos industriais Dandt e os Oliveira, também fabricantes do Bromil, o “amigo do peito”. Era o tempo do sabão Aristolino, dos elixires corretivos Nogueira e Sanativo, do regulador feminino Gesteira. Vital Brasil exportava o soro antiofídico, consagrando mundialmente o Instituto Butantã, em São Paulo. Eram outros os tempos, assim como eram outros os discursos.

Nesses “outros discursos”, a mulher de 1923 já assumia uma fisionomia diferente daquela que Freyre conheceu e que, de certo modo, consagrou na sua tese de mestrado em Ciências Políticas. As reportagens sobre

⁶³ FALCÃO, J. Melhoramentos do Recife. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 fev. 1920, p. 03. Nas primeiras décadas do século XX, o automóvel era pouco viável em seu uso, devido o estado lamentável da maior parte das ruas e estradas, numa época em que o transporte era baseado nos trens, bondes, carroças, charretes. Somente a partir da década de 20, o automóvel vai se tornar mais presente na vida das pessoas e das cidades. Confira SEVCENKO, N. op. cit. p. 74.

⁶⁴ O *Diário de Pernambuco*, órgão em que Freyre escreve e critica a mítica do progresso, também é um lócus das contradições do momento, pois em muitas reportagens apresenta apologias ao progresso.

moda e comportamento apresentam manequins ousados para a época, decotes vistos pelas mulheres tradicionais como extravagantes; tecidos flamejantes, modelos de último gosto na moderna e estonteante Paris. Numa região⁶⁵ ainda polarizada em torno da figura masculina, as moças aderiam aos encantos modernos do culto ao físico, ajudadas pelos ares de independência pregados pelo discurso feminista. O início do século 20 atravessa esse momento de disfunção quanto à concepção de pensar o corpo. As mulheres fazem a toilette com tecidos mais leves, transparentes e colantes, renunciando os enchimentos excessivos usados pelas mulheres de séculos anteriores, como as combinações, perucas, armações e anquinhas⁶⁶. Os cabelos são cortados cada vez mais curtos, mostrando o pescoço e inspirando sensualidade ao serem quase raspados na nuca, dando às mocinhas uma feição masculina, aventureira. Os pais dramatizavam com o efeito drástico do encurtamento das saias, do alongamento dos decotes no busto e nas costas, deixando-as quase “seminuas”⁶⁷.

A mulher, sobretudo a urbana, quer se vestir com uma nova cobertura que não mais a identifique como arigó. Deseja fabricar novos tecidos que a assemelhem ao consumismo, ao imediatismo, ao modernismo. Para tanto, sua subjetividade passa por novas subjetivações⁶⁸, trabalhando poses, mudando trejeitos, muxoxos com os lábios, acenando romanticamente com os olhos para os rapazes de sua preferência. Entre esses novos signos da mulher liberal, nasce a melindrosa envolta em um tecido moderno e reluzente, uma “tetéia”⁶⁹ que faz estremecer a hierarquização dos sexos, ao mesmo tempo que prega o nivelamento social. Essa melindrosa, conforme Albuquerque Júnior, é uma mulher

⁶⁵ Entendemos que a idéia de região é muito mais do que uma expressão geográfica; é uma representação simbólica. É uma construção discursiva resultante de lutas entre diferentes campos de saber. Cf. ALBUQUERQUE JR. D. M. de. op. cit. 1998.

⁶⁶ As anquinhas eram anáguas guarnecidas por aros metálicos.

⁶⁷ Diário Social – A Moda. Diário de Pernambuco. Recife, 15 mai. 1920, p. 5. Modas. Diário de Pernambuco. Recife, 01 jun. 1924, p. 07; Veja ainda SEVCENKO, N. op. cit. p. 50.

⁶⁸ **Subjetivação**, como estamos utilizando, é o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, de uma subjetividade que, conforme Jurandir Freire Costa, é apenas uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si. Deleuze vê a subjetivação como uma dobra, um afetar-se a si mesmo, uma re-dobra da linha de poder. Ver COSTA, J. F. *Sem fraude nem favor* – estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998; DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 115-117.

⁶⁹ Tetéia é um vocábulo brasileiro que significa pessoa ou coisa graciosa. Cf. NASCENTES, A. *Dicionário da língua portuguesa*.

em dia com os fascínios da moda, que causa admiração nos homens por sua maneira diferente de se comportar⁷⁰.

A mulher pode ter demorado a conquistar o espaço público, mas quando começou a conquistá-lo, o fez com rupturas e conflitos, com descosidos e com novas costuras, disputando com os homens os assentos nos bondes, nos cafés, nas chavenas, nos bailes, nas arquibancadas dos estádios, nas filas dos cinemas que proporcionavam fantasias aos espectadores⁷¹. Desde as primeiras horas do dia que as empregadas caminhavam pela Rua Nova, pela Rua da Imperatriz ou por outras ruas do Recife em busca dos ateliês e das fábricas. Antes das sete horas da manhã, alunas e professoras se dirigiam aos colégios, fardadas, com os códigos de uma escola também disciplinada pela roupa.⁷² São processos de educação dos sentidos mediados por signos peculiares de um contexto histórico que orientam a individualização ou singularização, aliás, como explicitou Euclides Mance, não existe nenhum processo físico, biológico ou antropológico que não esteja mediado por signos: *Toda cultura, por sua vez, resulta de uma certa estratificação semiótica ordenadora de comportamentos pessoais e coletivos. As subjetividades, igualmente, se constituem a partir de processos antroposemióticos sem os quais nenhum indivíduo poderia reconhecer-se como sujeito ou agir com autonomia*⁷³.

Embora de forma meio tímida, a geografia reservada à mulher começa a ser repensada e questionada pelas feministas. Antigas convenções, como o casamento escolhido pelos pais, aos poucos vão sendo violadas e desrespeitadas. O homem, visto e dito no discurso regionalista-tradicionista como símbolo da dominação e depositário da virilidade e do saber, repensa seus vínculos afetivos, suas relações sociais e sexuais, seus códigos de hierarquia de gênero. O “almofadinha”, na década de 20, pode ser interpretado como o homem

⁷⁰ Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *O nordestino e a invenção do falo: uma história do gênero masculino no Nordeste (1920-1970)*. Campina Grande: UFPB, 2000, p. 20; O decálogo da melindrosa. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 nov. 1926, p. 07, C. 03.

⁷¹ O verdadeiro feminismo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 ago. 1924, p. 07.

⁷² A farda é uma das tecnologias empregadas pelos colégios visando ao controle corporal e ao auto-disciplinamento, objetivando à vigilância do sujeito sobre si mesmo, evitando manifestações impulsivas que possam "borrar" a sua reputação e ferir o distintivo (farda) da escola em que trabalha ou estuda.

⁷³ MANCE, E. A. O capitalismo atual e a produção da subjetividade. In: *V Semana de Filosofia*, V, 1998. Vitória-ES: UFES, 1998, p. 01.

que repensa seus lugares e encontra caminhos próprios para sua vida, ampliando-os para além da linha a que ficaram submetidos pelo discurso “patriarcalista”, reduzidos muitas vezes a um complexo de massa muscular, de força física, de amparo ao “fraco” e ao “necessitado”, um senhor do mundo⁷⁴.

Ao desfile de moda de 1916 e ao desfile de carros nas ruas do Recife, outras novidades são incorporadas ao cotidiano das famílias, como os setores de comunicação e de informação, como o telégrafo, o telefone, o rádio, a imprensa. A vida nesse espaço moderno exige mais pressa, mais rapidez, mais versatilidade. As distâncias se encurtam para quem pode pagar os bilhetes de passagens nos transportes férreos e nos bondes urbanos e o tempo já não é vivido da mesma forma que “antigamente” pelas famílias. Muitos homens e mulheres que são enredados por esse discurso sentem fome pelo progresso, têm pressa para andar em linha com as capitais européias, em acelerar os músculos e o pensamento. No espaço modernizado, faz-se uma leitura religiosa do trabalho, como uma prática que regenera e sacraliza o trabalhador. Opõe-se ao vício, ao ócio, à inutilidade, à desvalorização à sociedade escravocrata. O trabalho adquire, outrossim, uma ação pedagógica, servindo para tornar o homem “perfeito”, submetido a uma militarização física e psicológica⁷⁵. O trabalhador, redimido e ordeiro, torna-se um soldado da pátria.

Esse espaço múltiplo, volátil, exige um olhar moderno, analítico, não mais voltado para o homogêneo, mas para o efêmero. Um olhar que decompõe o objeto e que inventa outras linguagens, como a moda, que não reproduz nem copia a natureza, mas recria, interpreta, inventa novos cortes, cose outros modelos, tece os fios como uma arte num espaço de heterogeneidades. Como a moda, a cidade moderna exige de seus moradores reformulações nos códigos de sensibilidade, ditados por antigas relações entre o homem e o espaço natural. Nesse território que obriga as famílias a estabelecerem uma relação de adequação com os novos códigos, muitos se embriagam no desejo de comprar, de acompanhar tendências do mundo da futilidade. A mercadoria torna-se um

⁷⁴ Sobre virilidade e masculinidade na sociedade brasileira, verifique NOLASCO, S. *Masculino: um dilema contemporâneo?* Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

⁷⁵ Confira NOVA, C. op. cit. p. 14.

fetichismo para os consumidores, transformando o valor dos objetos, determinando uma visibilidade que ultrapassava o olhar natural, pois era nascida na sociedade capitalista e subjetivada pelos sujeitos nas suas relações capitalistas: *A sociedade moderna vai tornando-se um vasto império de seduções, avassalador, na medida em que a ciência e a técnica aliam-se às ambições quase incontroláveis do capital. A sociedade de consumo pede passagem ao sonho e ao desejo na grande moradia dos homens*⁷⁶.

As famílias, à espera de sinais que manifestem seu respeito e sua distinção social, procuram brilhar pelo prestígio, deixando no chão e no ar as marcas da posição social. A hierarquia das condições e das diferenciações é sentida pelos odores, pelo brilho, pelas marcas de sapato, pelos tecidos que cobrem não apenas os corpos, mas até os erros, os pecados e a falta de educação. Conforme Foucault, na época moderna, a diferenciação passou a ser a única característica capaz de reunir em seu interior tantos diversos quanto novos num mesmo palco explicativo⁷⁷. As secções de jornais e revistas mobilizam todos os seus artifícios para provar que o leitor, preferencialmente das camadas médias da população, tem necessidade de consumir, de ser diferente dos seus parentes do passado, veiculando propagandas de produtos e de serviços. O sabão *radium*, por exemplo, é apresentado nos anúncios com uma auréola de brilho ao seu redor, como um dispositivo visual capaz de convencer a mulher “dona-de-casa” de que esse produto é o melhor do mercado, pois além de lavar, tirar a sujeira e deixar cheiroso o tecido, cerca a lavadeira de um brilho e de um esplendor inigualáveis, tornando-a “brilhante como uma estrela”⁷⁸.

Organizados sob o regime de signos, cada comercial procura celebrar a diferença, o espetáculo, dando visibilidade a marcas de prestígio social. Essa visibilidade submete-se, como os demais sentidos, *a um regime de sensibilidade, a códigos sociais de sentir que se gestam historicamente*⁷⁹. Muito mais que o comercial de um sabão, essas propagandas ultrapassam o simples registro de mais um produto publicitário: mostram a rendição das mulheres às solicitações de

⁷⁶ Idem, ibidem, p. 62. Veja ainda ARRAIS, R. *Recife: culturas e confrontos*. Natal: Edufrn, 1998.

⁷⁷ Confira FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995b

⁷⁸ *Sabão Radium*. Secção de anúncios do *Diário de Pernambuco*. 1924.

⁷⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*, p. 21.

consumo modernas, o caráter emblemático desse objeto, a ponto de tornar-se “obrigatório” o desejo de apoderar-se desse objeto, erigido como um troféu para a dona de casa. Muitos outros discursos aí circulam, como aquele que possui relação direta com os valores de uma economia de mercado – diferente da economia agrário-escravista⁸⁰. Mance, comentando a obra *Mil Platôs*, de Deleuze e Guattari, enfatiza a historicidade inerente à produção da subjetividade, *considerando o movimento de constituição de identidades e singularidades a partir de múltiplas relações, fluxos e agenciamentos mediados por signos – movimento que se caracteriza como produção de subjetividades*⁸¹.

As propagandas de jornais são códigos socialmente ordenadores que mudam a relação entre o olhar naturalista e o olhar moderno e a percepção quanto aos espaços e valores sociais. Graças a essas reformulações nos códigos de sensibilidades e de visibilidades, os jornais e revistas com as suas secções femininas passaram a ter acesso livre nas residências, apresentando-lhes manequins adornados de jóias e enfeites caros, construindo uma mulher envolta na delicadeza das rendas e bordados, no brilho das lantejoulas, no aroma dos perfumes, nas cores das maquiagens⁸², como uma maneira de compensar os direitos e o poder que lhes faltavam, reafirmando o seu “estilo” elaborado pela sociedade rural e desconstruindo a maneira de viver regulada pelos códigos cristãos. O discurso publicitário, portanto, investe na mulher como consumidora em potencial, dirigindo-lhe a maior parte das mensagens, elegendo-a como a compradora oficial e legitimando essas verdades pela assinatura de uma especialista no assunto (Magda, Dorothy Dix, Diana, Leonor, dentre outras). Isso indica, por sua vez, que essas informações, imagens e logomarcas dizem respeito a enunciados que participam de um amplo processo de constituição da subjetividade dessas mulheres urbanas nesse período, encerrando-as, muitas vezes, nos limites de seu próprio corpo, competentes para o consumo e para a captura do desejo. De uma maneira irreverente, esses anúncios padronizam um corpo familiar sob medida para o consumo, serializando e sufocando a estética

⁸⁰ Sobre Análise de Discurso, verifique BRANDÃO, H. *Introdução à análise de discurso*. Campinas: Edunicamp, 1993; FISCHER, R. M. Análise de discurso: para além das palavras e das coisas. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, jul/dez 1995.

⁸¹ MANCE, E. op. cit. p. 02.

⁸² MAGDA. As torturas da moda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 set. 1924, p. 07.

em nome de um belo construído socialmente. Sobre esse corpo são produzidos *discursos unificadores da beleza e da sexualidade, negadores da diferença e da singularidade*, mas produtores de seduções⁸³.

Que mulher é essa que emerge desse lugar social a partir dos anos 20? É uma mulher que compra não apenas os produtos ditos femininos (moda, perfumaria, cosméticos), como todos os demais destinados à família, os produtos de limpeza e de higiene, roupas e brinquedos para crianças. Reforça, assim, o lugar-comum de “dona-de-casa”, ao acatar os apelos publicitários que a ela se dirigem como tal⁸⁴, pois nessa sociedade a figura feminina continuará sendo pensada através dos clichês naturalizantes, de teorias biologizantes, separando as tarefas femininas (domésticas) das masculinas. É um discurso ambivalente, pois à proporção que veicula novos territórios, constrói, nesse mesmo território, interdições culturais e negações de desejos para muitas mulheres e homens que ousam agir diferentemente.

No item seguinte, analisaremos como o cotidiano das famílias sofreu alterações tanto pelo contexto geral de consumo quanto pelas reformas modernizadoras, como a construção de espaços destinados à exibição do consumismo, como novas praças, passeios públicos, lojas comerciais e confeitarias que funcionam como efeitos de poder de uma nova racionalidade que tanto disciplinariza e segrega o corpo familiar quanto põe a população em contato com novos lugares sociais, possíveis de redefinirem, com as suas falas, esse sujeito histórico. O Diário de Pernambuco e a imprensa como um todo constituem um dos territórios onde essas transformações são registradas e (re)conhecidas, contribuindo para que os seus leitores subjetivem essa remodelação social, desejem mostrar sua elegância, obter o reconhecimento público, criando e freqüentando, portanto, territórios desejantes onde isso possa se tornar possível, como as ruas, as casas de banhos, as praças, os clubes de futebol, os teatros e cinemas⁸⁵. A mídia, na opinião de Fischer, é um lugar de onde várias instituições

⁸³ CHAGAS, E. P. in: ROMERO, E. op. cit. p. 131.

⁸⁴ CARVALHO, N. A construção da mulher no discurso publicitário. In: DUARTE, C. L. *V Seminário nacional Mulher e literatura*. Natal: Edufrn, 1993. p. 449-450.

⁸⁵ O cinema na década de 20 no Brasil ainda era um espetáculo reservado às famílias de maiores recursos financeiros. As pessoas pobres, quando conseguiam entrar gratuitamente nas salas de

e sujeitos falam, sendo, dessa maneira, *um veículo de divulgação e circulação dos discursos considerados ‘verdadeiros’ em nossa sociedade (...)* Como *lócus de divulgação de um sem número de outros discursos, a mídia imprime o que lhe é próprio em todos eles*⁸⁶.

1.2.2 – A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS DESEJANTES

Assistimos nesse momento a criação de cidades “tecnológicas” e de um urbanismo das telas, com anúncios de propagandas e de filmes em cartazes, marquises, placas chamativas que convidam homens e mulheres ao ambiente das ruas. Todos são territórios modernos que delineiam visivelmente os novos espaços burgueses, contornam com grafitagens nítidas o território freqüentado pela elite, reforçando a segregação social entre “ricos” e “pobres”, circunscrevendo a elite num espaço cada vez mais europeizado, “etiquetado”, disputado pelos novos sujeitos, como médicos, bacharéis, jornalistas, engenheiros, comerciantes, sanitaristas. Num espaço onde cada um sabe exatamente o lugar que ocupa, *as possíveis atitudes a serem tomadas, as esperadas reações, as imaginadas escolhas a serem feitas – não precisa do exercício de um controle explícito*⁸⁷.

Esses territórios modernos, ao mesmo tempo que são celebrados por quem pode freqüentá-los, são “amaldiçoados” por aqueles que, por motivos econômicos, não podem adentrá-los, estabelecendo uma linha divisória entre pobreza e cultura e instituindo uma disciplina pelo “impedimento”, que segrega através de meios invisíveis. São, portanto, elaborações modernas que desenvolveram projeções sociais num momento em que Recife e outras cidades do Brasil passavam por um período de crescimento populacional, culminando em tensões políticas e econômicas. Nessa cidade moderna, cuja população aumentava rapidamente, as fronteiras territoriais necessitavam ser continuamente

projeção, permaneciam atrás da tela, vendo o filme e as legendas de maneira invertidas. Confira ALMEIDA, C. A. *O cinema como “agitador de almas”*. São Paulo: Annablume, 1999, p. 31.

⁸⁶ FISCHER, R. op. cit. p. 27.

⁸⁷ ROCHA, C. M. F. op. cit. p. 09.

demarcadas e reconhecidas. Os dispositivos de segurança precisavam se “modernizar” para fazer frente aos atos violentos. O exercício do governo se deslocava do indivíduo único, do senhor de engenho detentor do privilégio de comandar os outros segundo sua própria vontade e desejo, para as instituições estatais, para a economia política que utilizará os instrumentos técnicos como dispositivos de segurança. Diferentemente do engenho, a cidade moderna exige outro jeito de se exercer o poder, que paulatinamente passa a ser circular, relacional, institucional, para “vergonha” e deslegitimação do “poder patriarcal” com os seus chicotes, gritos, esturros. Este cede lugar, aos poucos, à governamentalidade:

A governamentalidade se tornou o terreno comum de todas as nossas formas modernas de racionalidade política, na medida em que elas constroem as tarefas dos governos em termos de supervisão e maximização calculadas das forças da sociedade. A governamentalidade é o “conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem o exercício dessa forma muito específica, embora complexa, de poder e que tem como seu alvo a população”⁸⁸.

As chamadas “classes perigosas”⁸⁹ não poderiam se misturar com a família “honrada”. Projetos de higienização, moralização e renovação do espaço da cidade são exemplos desse ideal republicano, como a criação da Repartição do Saneamento durante a gestão do governador de Pernambuco Manuel Borba, no início da década de 20, e a construção de Vilas Operárias por Lima Castro, prefeito do Recife no início dessa mesma década, para “higienizar” os moradores dos mocambos, organizadas com base nos preceitos da ciência sanitária. Os mocambos e os bairros pobres tornar-se-ão objetos de constante vigilância, à proporção em que as “classes perigosas” serão tomadas como alvo privilegiado na elaboração de estratégias disciplinares. Esses projetos acabavam reforçando as hierarquias existentes centradas em classe, raça e gênero, circunscrevendo

⁸⁸ ROCHA, C. M. F. op. cit. p. 05

⁸⁹ **Classe Perigosa** era o designativo dado às pessoas de baixa renda, residentes em morros ou em áreas periféricas das grandes cidades brasileiras.

homens e mulheres, negros e brancos, pobres e ricos em territórios diferentes. À Repartição de Saneamento de Pernambuco e aos médicos atribuir-se-ão a *responsabilidade por orientar os governos na obra de regeneração do homem pobre, ou seja (...) pela erradicação dos hábitos considerados degradantes. Nesse modelo de sociedade, construído a partir da afirmação da inferioridade dos incultos, à razão sábia caberia o papel de conduzir os destinos da nação*⁹⁰. Representando diversas cenas de criação de um ato social decisivo – a criação de um mundo burguês – esses saberes declararam guerra às ruas e casas insalubres e, de certa forma, aos setores menos favorecidos economicamente. A ordem era desodorizar o ambiente, deixa-lo cheiroso para ser apreciado pelo sujeito moderno⁹¹.

Instaurando uma nova forma de ver e sentir a cidade moderna, os poderes públicos participam da criação da nova espacialidade urbana, construindo e esquadrihando as ruas para abrigar as famílias que rompem com a antiga forma de viver enclausurada em sobrados. Para tanto, crianças, mulheres e homens subjetivam novas formas de convivalidade, freqüentando o Passeio Público e as praças, agora reformadas com gradis de ferro importados da Inglaterra, criando na cidade um ambiente a ser ocupado convenientemente por cada habitante da geografia urbana. Civilizar adquiria uma feição imitativa da ordem social européia. A Praça da República, jardim público edificado com verbas dos cofres do Governo, era um ambiente de sociabilidade nas tardes de domingo, com a apresentação de retretas pelas bandas de música “Charanga do Recife” e “Mathias Lima”. A Banda de Música Municipal se apresentava, geralmente, na Praça Sérgio Loreto⁹². O bom número de pessoas assistentes demonstrava o gosto pela música executada por essas bandas nos coretos e nas praças públicas reformados ao estilo europeu. Organizava-se, portanto, uma visibilidade moderna para Recife, oferecendo-lhe novas cores, agenciando signos – como os gradis de ferro – melhor relacionados com o espaço industrializado, libertando-a de sua arquitetura descolorida do passado. A sensibilidade moderna exigia a dissolução

⁹⁰ ROCHA, H. P. op. cit. p. 30.

⁹¹ Sobre a produção de um ambiente burguês desodorizado e moldado pelos saberes científicos, confira CORBIN, A. *Saberes e odores*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

⁹² Banda de Música Municipal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 ago. 1924, p. 02; Retretas. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 fev. 1925, p. 05; Confira ainda ARRAIS, R. op. cit., 1998.

dos antigos territórios existenciais das famílias, fornecendo-lhe, concomitantemente, outros padrões de identificação, *máscaras sociais para serem vestidas, identidades para serem subjetivadas*⁹³.

A cidade e os seus habitantes se “harmonizavam” ao som das melodias executadas pelas charangas aos domingos e em datas cívicas, como o Sete de Setembro, o 15 de Novembro, o Dia do Soldado e no aniversário da cidade. Essas bandas de música tocavam semanalmente valsas, polcas, marchas, dobrados, convertendo-se em espetáculos sociais, em novos códigos de sociabilidade recifense que tomavam conta dos anúncios de jornais desde o início do século XX. A população estava afeita aos novos códigos sociais de visibilidade e de dizibilidade, às modificações na geografia urbana, testemunhada tanto nos transportes quanto na arquitetura das casas, as quais foram remodeladas, rompendo a tímida e copiada arquitetura colonial. O olho do “arquiteto” desenhava projetos voltados para o novo, com o uso do ferro, surgindo as casas com frontões, com persianas para privatizar mais ainda o ambiente doméstico, com varandas enquanto locais de conversações. Os sentidos desses sujeitos urbanos iam sendo educados por outras realidades, rompendo e abandonando a paisagem rural, natural. Acostumavam-se, agora, com as imagens velozes e distantes do tempo quase estático da sociedade escravista e rural. Imagens fragmentadas como as fitas de cinema, autônomas, chocando os olhares dos tradicionalistas, não acostumados com o efêmero e com a imagem fugidia.

Recife precisava se vestir melhor diante do esnobismo social de sua elite, trajar-se melhor, constituir-se num espaço desejante para atrair as famílias de suas casas, o capital estrangeiro, as indústrias de fora. Precisava elaborar uma outra imagem da cidade – desejante e sedutora – contrastando com a Recife antiga, desalinhada metricamente, cheia de poças de água na rua e malcheirosa. Para tanto, os poderes públicos presentearam Recife com avenidas à beira mar, a exemplo de Boa Viagem, praças ajardinadas, como a da República, parques de diversões e chás dançantes. Homens e mulheres pareciam encolher-se diante das projeções tecnológicas que apareciam, amedrontados diante do Bisturi *Radium*, apresentado nos anúncios comerciais como o instrumento afiado que

⁹³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. p. 31.

fará a cirurgia em tempo recorde e exterminando o mal que molesta o corpo do paciente.⁹⁴ Máquinas, homens e cidades constituem-se instâncias imbricadas na sociedade, ao mesmo tempo únicos e plurais, justificando o exercício de controle sobre os corpos, sujeitando-os, nomeando-os, dando-lhes lugares centrais ou periféricos, impondo-lhes limites e possibilidades dentro dessa circunscrita geografia.

A máquina, bastante comum no espaço moderno, não é apenas um “robô” que auxilia o homem, faz parte de uma subjetividade capitalística que marcará as famílias na modernidade. Guattari imprime uma valiosa contribuição a esse respeito, quando mostra o conceito de máquina para além de seus aspectos técnicos, levando em consideração as suas dimensões econômicas, ecológicas, abstratas e subjetivas: *as máquinas desejantes que povoam nossas pulsões inconscientes*⁹⁵. Guattari evidencia o caráter dos múltiplos componentes dos agenciamentos maquínicos, não os reduzindo aos instrumentos tecnológicos e “mudos”. Dessa maneira, as instituições civis e sociais como o Estado, a família, a medicina, a escola, os corpos, tudo conteria a subjetividade maquínica. Guattari entende que a máquina é um *conjunto de inter-relações de seus componentes independentemente de seus próprios elementos*, não tendo uma relação direta com sua materialidade. Esse conceito causa uma ruptura de certo modo radical na antiga dicotomia homem-máquina e estabelece outra relação quando atribui ao homem sua subjetividade maquínica e à máquina um caráter desejante e subjetivo. Guattari parte do pressuposto de que *a máquina depende sempre de elementos exteriores para poder existir como tal. Implica uma complementaridade não apenas com o homem que a fabrica, a faz funcionar, a destrói, mas ela própria está em uma relação de alteridade com outras máquinas, atuais ou virtuais, enunciação “não-humana”, diagrama proto-subjetivo*⁹⁶.

Guattari chama a atenção para a necessidade de ampliar a delimitação da máquina *stricto sensu ao conjunto funcional que a associa ao homem através de múltiplos componentes*, tais como os componentes materiais e energéticos; os

⁹⁴ A cirurgia com o Bisturi Radium. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 ago. 1924, p. 07.

⁹⁵ Confira GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio: Ed. 34, 1994. p.171

⁹⁶ GUATTARI, F. op. cit. p. 49; NOVA, C. *Educação e imagem*. Salvador: Ufba, 2000, p. 19.

semióticos, diagramáticos e algorítmicos; e os componentes sociais, *relativos à pesquisa, à formação, à organização do trabalho, à ergonomia, à circulação e à distribuição de bens e serviços produzidos; componentes de órgão, de influxo, de humor do corpo humano; informações e representações mentais individuais e coletivas*. Esse autor ainda mostra os *investimentos de “máquinas desejanter” produzindo uma subjetividade adjacente a esses componentes; máquinas abstratas se instaurando transversalmente aos níveis maquinais materiais, cognitivos, afetivos, sociais, anteriormente considerados*⁹⁷.

A produção de novos territórios sócio-espaciais surge como a geografia desejanter para as famílias afeitas aos novos códigos de sensibilidade, à proporção que emergem como o lugar do desenraizamento, a partir do qual se projeta a decadência da sociabilidade da casa-grande, do engenho e de seus códigos culturais. A cartografia desses preceitos morais tradicionais ruía diante das máquinas que chegavam de fora para enfeitar Recife com as cores da tecnologia. Os costumes e as relações informais do engenho foram supliciados pela lei e pela disciplina modernas.

Nessa nova produção espacial, não podemos esquecer as ruas, que redefinam sua fisionomia no século XX, tornando-se locais de encontros e não mais entendidas apenas como lugares de perversão. A rua é um espaço definido por contrastes e complementaridades. Opõe-se à casa, um espaço íntimo, privado ou até mesmo público. O código da casa é fundado na família, na amizade, na lealdade; o código da rua é baseado em leis, burocracias, formalismo jurídico. Casa e rua são espaços construídos pelo homem, mas não são espaços morais apenas díspares. Eles também se combinam, pois os habitantes da casa são os transeuntes da rua. A família é um ator “corroído” pela desigualdade e pelas classificações (burguesa e popular) que utiliza a rua como um espaço comum⁹⁸.

No Recife, muitas ruas eram espaços de divulgação dos novos signos, a exemplo da Rua Nova, Rua da Imperatriz, Rua de Cabugá, Rua Marquês de Olinda, territórios de encontros das novas gerações que não sabiam mais

⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 46; Confira ainda NOVA, C. op. cit., p. 20.

⁹⁸ DAMATTA, R. *A casa e a rua*. 6ª ed. Rio: Rocco, 2000, p. 15

comandar engenhos, exortar e castigar negros, mas falar em política, discutir literatura, códigos jurídicos, enredos de filmes e peças de teatro. Os assuntos ligados ao engenho, à caldeira, ao açúcar, às pragas que atacavam a cana-de-açúcar pareciam cada vez mais distante. Próxima mesmo era a *Confeitaria Bijou*, localizada na Rua Nova, e batizada como o ponto de convergência dos elegantes do Recife, com orquestras de foxtrotes, com chás e sorvetes também saboreados pelas sinuosas melindrosas com os seus cabelos “*a la garçonne*” e pelos vaidosos e provocantes almofadinhas⁹⁹.

A Rua Nova disputava o título de mais elegante e mais frívola do Recife. As vozes adjetivavam-lhe diferentemente: “despudorada”, “fútil”, “boêmia”, “prostituída”, “atual”. De ponta a ponta estava estruturada pelos territórios desejados, estonteando as famílias a Casa Costa Campos, a Casa Sloper, a Casa Francesa, a perfumaria Rosa dos Alpes, as marcas chiques da Chanel e da Patou, alimentando as inquietações das melindrosas e almofadinhas aturdidos pelo gozo de consumir o instantâneo, o publicitário, a marca-espetáculo, o divertimento industrializado¹⁰⁰. Nesse teatro de seduções, homens e mulheres consagravam o sexo como um problema classificado como normal ou patológico, diferentemente do engenho, cujo sexo era colocado com os seus códigos permissivos para os homens e reprodutivos para as mulheres. há a passagem de uma sociedade estruturada na sanguinidade para outra baseada na sexualidade, *transição de um sexo natureza, quase animalidade, para o sexo definidor da humanidade, umbigo do ser. Sexo que é seqüestrado pelo indivíduo e pela família burguesa, ele que campeava solto na bagaceira (...) onde pululavam concubinas e filhos bastardos*¹⁰¹.

É possível fazermos uma leitura das ruas com as suas casas de moda, a partir do início do século XX, como um espaço normativo, que nega as formas de subjetivação de signos da casa-grande do engenho, que nega o perfil familiar que se apega às práticas e discursos do campo, da sociedade escravista, do Império brasileiro, ao mesmo tempo que participam da produção de

⁹⁹ Modas. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 jan. 1925, p. 07 (suplemento magazine).

¹⁰⁰ Confira SETTE, M. *Maxambombas e maracatus*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1958, p. 229.

¹⁰¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. p. 199.

subjetividades como mediadoras da reprodução do capital. Muitas ruas no cenário republicano em processo de modernização são palcos que dão evasão aos desejos, que provocam inquietações em homens e mulheres na busca de uma postura social mais livre para amar, namorar, casar, passear, viver, comprar. Negando o passado, as ruas da cidade moderna impactam os tradicionalistas, que armam-se com discursos e práticas que renegam o presente como benéfico para as famílias, como é o caso de Gilberto Freyre e de todos os simpatizantes do seu discurso.

Nesse território impactante, o carnaval substitui o entrudo e ao invés do mela-mela surgem os confetes, serpentinas e bailes de máscaras. Em 1920, a firma *Pereira, Leça & Cia.*, Rua Nova, 214, anunciava aos seus amigos e amáveis fregueses o estoque que acabara de chegar de lança-perfume “*Paris*”, confetes e serpentinas. Tudo para tornar o carnaval do Recife e dos seus arrabaldes um verdadeiro misto de alegria e liberdade, mergulhando os participantes num ambiente de gritarias, de uivos metálicos produzidos pelos zabumbas, charangas, instrumentos diversos que retiniam nos ouvidos e emudeciam as vozes. A ordem de Momo era dançar, travestir-se, pular no império das máscaras, facécias e balangandãs, movido por forças estranhas provocadas pelas alucinações do lança-perfume e pela marcha executada pela orquestra do Clube Carnavalesco Lenhadores¹⁰². Em meio a explosões de alegria e de exaltação, o carnaval moderno ainda trazia consigo um limite de forma, ainda havia temor nos excessos que pudessem comprometer o caráter e a moral familiares. No Brasil como um todo, o carnaval moderno ainda era celebrado com receituários prescritos, com posições demarcadas, com coreografia de gestos e movimentos prefigurados: *Era uma herança de convenções à espera de serem revividas com maior ou menor intensidade, mas não um desafio para ultrapassar todas as convenções e se precipitar na vertigem da extravagância*¹⁰³. A rua era o palco de muitas visitas no período carnavalesco. Mas, depois do carnaval, a rua continuava como um espaço desejante.

102 Carnaval de 1920. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 jan. 1920, p. 06; Carnaval – Iluminação da rua direita. *Diário de Pernambuco*. Recife, 29 jan. 1920, p. 03. Carnaval. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 dez. 1920, p. 03

¹⁰³ SEVCENKO, N. op. cit. p. 105.

Na Rua de Cabugá, nº 09, encontravam-se os mais requintados produtos no empório *A Ville de Paris*¹⁰⁴ que atraíam os olhos educados pela modernidade e que sentiam paixão pelos ornamentos, pelos objetos decorativos, pelas obras de arte do novo século XX. A moda apresentava um certo excesso na decoração, um gosto pelo espetáculo teatral, pelo produto importado, exigindo uma educação dos sentidos para conviver com a multiplicidade nesses espaços. Lojas como *A Ville de Paris* difundiam esse prisma de teatralidade e de gozo estético com a exposição de suas jóias e bijuterias multicoloridas, mostravam o fascínio do efeito e do artifício, do refinamento dos prazeres do olho, ao venderem lunetas e pince-nez; exibiam a delicadeza dos detalhes ornamentais com os relógios de várias marcas. Neste estabelecimento comercial, vendiam-se também acessórios variados como cronômetros, *remontoir*, cilindros. Tais produtos contrastavam, de certo modo, com as mercadorias vendidas na Casa Maravilha, que oferecia produtos mais “nacionais” ao público, destacando-se pela venda de xarope de alho do mato e urucu, xarope de mulungu, tônico de juá e mutamba para queda de cabelos¹⁰⁵, signos de um Brasil agrário e não-industrializado.

A Ville de Paris, assim como outras lojas do Recife, seduzia os compradores e controlava-os mediante o consumo. À liberdade de comprar dada pela sociedade capitalista, soma-se outro dispositivo disciplinar. Mudou apenas a lógica do exercício de poder, pois os saberes da moda continuam disciplinando os corpos, legitimando este ou aquele produto, marca, casa comercial. O controle se instrumentalizará através de outros mecanismos tecnológicos como o aprender, o conhecer, o selecionar a etiqueta. Esse tipo de disciplinamento é, conforme Rocha, um ato de reciprocidade, *continuamente referido e desejado, porque ele liberta, responsabiliza, torna os indivíduos autônomos, conscientes, justos, democráticos*. Ao ser internalizada, a vigilância reforça cotidianamente as classificações entre bons ou maus costumes, desejáveis ou indesejáveis, passados ou atuais. Amparada na dialética da superação constante, não será mais necessário diversos “gestores” da família tradicional – padres, mucamas,

¹⁰⁴ A loja *La Ville de Paris* recebia o mesmo nome de uma loja francesa, o maior magazine da França especializado em confecções, empregando cerca de 150 pessoas e movimentando, ainda no final do século XIX, um volume de negócios de 10 milhões de francos. Cf. ORTIZ, R. op. cit. p. 134.

¹⁰⁵ Casa Maravilha. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 Ago. 1921.

irmãos, pais - inspecionando o comportamento de cada um, pois o vigilante torna-se qualquer um: aquele que dar o exemplo, que ensina a melhor postura, que adota a norma, que prescreve que atitudes tomar, que roupas são elegantes, que espaços são permitidos. *Pelo caminho da argumentação, do convencimento, das justificadas razões, sujeita-se o outro*¹⁰⁶.

O jornal com os seus anúncios comerciais torna-se aos poucos um “grande bazar”, implantando cada vez mais imagens em suas propagandas objetivando despertar os olhares dos leitores, engendrando novas coordenadas de produção da subjetividade ao afirmar padrões estéticos, éticos e políticos. Os publicitários desejam que o produto anunciado cause no leitor uma necessidade de consumi-lo, o que leva Guattari a denominá-la de sujeição subjetiva, pois que, ao agenciar certos comportamentos, a publicidade promove o consumo de determinados produtos, interferindo, com seu discurso pedagógico, os níveis mais íntimos da subjetividade¹⁰⁷. Torna-se, portanto, um elo entre o sistema de produção e o universo de consumo, estreitando a confiança entre o produtor e o consumidor. Conforme Ortiz, a publicidade moderna *já não mais se fundamenta na “utilidade” dos bens apresentados e dirige-se diretamente à imaginação, aos desejos. Ela é sugestão, deve ‘prender a atenção’, ‘despertar’ as necessidades virtuais do consumidor. Os produtos são ‘lançados’ antes mesmo que vontade em adquiri-los se manifeste; o que requer a sistematização deste mundo material e imaginário*¹⁰⁸.

Quando a noite cai, algumas ruas centrais do Recife se vestem com trajes de sedução. Os tempos dividem as famílias. As crianças vão dormir. Os adultos, embebidos pelos sabores da confeitaria Bijou, visitam também o Cinema Moderno, o Pathé, o Vitória, o Royal, o Polytheama, deslumbrados pelos artistas do porte de Clark Gable, Carlitos, Louis Wilson, Helena Ferguson, Harold Lloyds, Helene Chadwich, Theodore Roberts, Errol Flynn, Olivia de Havilland e Dorothy Dalton, que contracenavam em filmes como Orgulho de Campeiro, Piratas do Ouro, A Herdeira do Aristocrata, O Maricas, O Homem que não gostava de

¹⁰⁶ ROCHA, M. C. op. cit. p. 11.

¹⁰⁷ GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 25 e seguintes

mulheres, Idílio da Selva, Quo Vadis?, Meia-Hora, Capitão Blood, A Jóia Fatal, inaugurando novas formas de sociabilidade e fissurando o jeito de viver da família tradicional. Seduzidos pelos estilos de vida mostrados na cenografia, esses novos sujeitos enfeitam-se da cabeça aos pés, sob conselhos da Mme. Garcia, subjetivando as tendências da moda e da Alta Costura¹⁰⁹ como um “estilo de vida”, respondendo aos seus movimentos metamórficos, suas extravagâncias e renovações dos valores mundanos, exibindo seus artifícios e ornamentações em territórios distintos. Escutam os programas da pioneira Rádio Clube de Pernambuco¹¹⁰. Usam jóias compradas na Casa Gerard, chapéus *capelline* ou *conotier* na Chapelaria Adolfo e vestem-se comandados pelas modistas da rua da Imperatriz, distribuídas em casas comerciais como *Atelier Viegas*, *A Maison Chic*, *A Deusa da Moda*, *Ave do Paraíso*¹¹¹, nomes que reluzem o afrancesamento da moda, bem como as metáforas a ela ligadas: a moda é deusa, é paraíso para almofadinhas e melindrosas, para todas as “aves” que levantam vôos no território da modernidade. A sociedade produzia suas normas e estas precisavam de sujeitos para poderem se concretizar, se atualizar, se materializar, se fazer e se refazer por intermédio de *um sistema complexo de relações sociais, elos que se impõem aos seus membros, indicando (...) tudo aquilo que é estritamente*

¹⁰⁸ ORTIZ, R. op. cit. p. 174.

¹⁰⁹ Conforme Gilles Lipovetsky, a Alta Costura nasceu em Paris no final do século XIX, caracterizando-se por ser uma confecção original criada sob o signo do luxo e sob medida, opondo-se à produção em série e barata, que imita “*de perto ou de longe os modelos prestigiosos e griffés da Alta Costura*”. A Alta Costura é singularizada pelas técnicas empregadas em sua confecção, pelos preços, pelos renomes que lhe cercam (*Worth, Rouff, Patou, Chanel, Cristian Dior*) e pelo público consumidor. É uma empresa industrial e comercial de luxo, cujas criações produzem uma obsolescência propícia ao consumo. Cf. p. 70.

¹¹⁰ Quando ainda não existiam transmissões radiofônicas na América do Sul, um grupo de amadores, sob a liderança de Augusto Joaquim Pereira, fundou a Rádio Clube de Pernambuco, no dia 6 de abril de 1919. Vinte dias depois, seus estatutos foram aprovados e publicados pela Imprensa Nacional. Um edital de inauguração foi publicado dias antes no DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “*São convidados os amadores de Telegrafia Sem Fio (TSF - como era conhecido o rádio) a comparecerem à sede da Escola Superior de Eletricidade (Ponte d’Uchoa) no próximo domingo, 6 do corrente, às 13h, para a fundação da Rádio Clube.*” As primeiras instalações funcionaram no Parque Treze de Maio. No início dos anos 20, utilizando discos emprestados, a Rádio Clube transmitia óperas, obras clássicas e recitais, que eram ouvidos através de um rádio receptor, construído artesanalmente e acompanhado por fones de ouvido. Em 1922, Oscar Moreira Pinto junta-se à Rádio Clube e, um ano depois, ela passa a operar com recursos próprios, mudando para a avenida Cruz Cabugá.

¹¹¹ Veja a coluna **Scenas e Telas**, *Diário de Pernambuco*, 01 fev. 1920, p. 05; 06 fev. 1920, p. 02; 03 mar. 1920, p. 03. O chapéu *capelline* era indicado para as madames que usavam vestidos leves. O chapéu *conotier* era mais sofisticado, feito de palha preta envernizada e guarnecida com um “*bandeau*” egípcio feito de penas laqueadas, pretas e vermelhas, orladas de ouro. Sobre a Rádio Clube de Pernambuco, cf. Rádio Club. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 out. 1925, p. 03.

*necessário e tudo o que é dispensável ou superficial para que se possa criar e sustentar o evento que se deseja construir*¹¹².

Esses novos costumes ganham visibilidade após os anos 20, encarregando-se da formação de uma sensibilidade social, passando a serem vistos como integrantes das instituições sociais como escolas e clínicas, que vêm em muitos filmes “verdadeiras aulas” de higiene e de bom comportamento. A moda, como uma arte moderna, ganhava uma linguagem própria e dava visibilidade a determinados modelos de organização familiar, embriagados pela mística do progresso. O médico, assim como o estilista, renovava as formas e os conteúdos sociais, ditava os preceitos higienistas, levando homens e mulheres a se identificarem com o corpo sadio e a absorverem os conteúdos higiênicos de caráter social, tais como eugenia, mortalidade, saneamento, organização fisiológica, moléstias da coletividade e epidemias¹¹³. Ser saudável entrou em moda. Não se identificam mais com os chás de erva cidreira, de capim santo, com os lambedores caseiros bastante comuns no espaço do engenho. Agora o discurso médico receita os remédios de boticas. É lá que se deve comprar a saúde, nas fórmulas químicas, nas bulas de remédio e não mais no mato, na natureza. O espaço natural vai sendo cada vez mais desterritorializado em nome de um espaço moderno, produzido pelo homem, para comportar as novas gerações que subjetivavam essa educação sanitária, esses “costumes sadios”. No entanto, os ensinamentos sobre a higienização do corpo permite perceber uma pedagogização segundo o gênero: *às mulheres, lições de sexualidade feminina, puericultura, função educativa e profissional da mulher. Nesses programas, o eixo moral está claramente explicitado no tocante à sexualidade e à função materna. O mesmo não se constata quanto aos planos de educação masculina que restringem o acento moral à abordagem da educação sexual ou o combate aos vícios*¹¹⁴.

A educação dos sentidos da população do Recife através da mudança de um comportamento sanitário almejava, por parte das autoridades públicas, muito

¹¹² DAMATTA, R. op. cit., p. 13.

¹¹³ FALCÃO, J. Melhoramentos do Recife. Diário de Pernambuco. Recife, 12 fev. 1920, p. 03.

¹¹⁴ STEPHANOU, M. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Educação no Brasil: história e historiografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 327.

mais que a interdição compulsória dos “maus costumes”, mas a produção de dispositivos disciplinares-pedagógicos que possibilitassem uma nova leitura sobre si mesmo, levando os membros das famílias a constituírem uma hermenêutica de si, prestando atenção a si próprio, cultivando um jeito de assear-se, um modo de viver, produzindo-se e conhecendo-se como sujeito saudável. Por essa razão, a extensão de uma higiene física sim, mas também do vestuário, trocando as roupas impróprias por outras mais leves que permitissem a circulação do vento sobre o corpo; a higiene sexual, dietética, mental e, sobretudo, moral, e a insistência dos médicos em incorporar esses saberes no cotidiano familiar, utilizando, para esse fim, os jornais e revistas como espaços divulgadores desses dispositivos de novas verdades¹¹⁵. Embebidos por esses discursos, muitas famílias rejeitam o modo de viver tradicional, com seu espaço pouco elástico e o seu tempo nada veloz. Sua subjetividade é trabalhada para identificar-se com o “templo limpo”¹¹⁶ e para perceber o modo de viver antigo como um composto de atraso e de distâncias¹¹⁷. A casa-grande parecia encolher-se diante dessa visibilidade, desse olhar maquínico, dessa linguagem não compreendida pelos ouvidos de iaiás e ioiôs.

Nomes franceses e ingleses (*Clark, Maison Chic, Sloper*) invadiam as placas das lojas comerciais da Rua Nova, da Rua da Imperatriz e do centro comercial do Recife, desbancando os nomes regionais. Essas ruas tornavam-se os “laboratórios” das novidades, com suas casas “ilustres”, suas renovações de roupas e acessórios a cada estação do ano, seus desfiles de elegâncias diárias, as audácias de determinados trajes expostos nas vitrines. Não apenas se vestia à França e à Londres. Falava-se por elas, consumia-se o estrangeirismo também verbalmente. Era chique usar vocábulos estrangeiros: *maison, five ó clock, coiffeur, leit-motiv, fourreau, plissée, biscuit, bibelot, bidê*. Os discursos sobre a moda favorecem o vocabulário estrangeiro, mostrando a necessidade que as escolas tinham de introduzirem o estudo dos idiomas francês e inglês, retirando,

¹¹⁵ Moda e Saúde. Secção Femina. Diário de Pernambuco. Recife, 03 mar. 1920, p. 03; STEPHANOU, M. op. cit. Sobre a constituição de uma hermenêutica de si, entendemos como uma construção definida pela subjetivação de determinados códigos morais e pela atuação política que o sujeito exerce na sociedade. É, outrossim, a imagem que o sujeito tem de si mesmo.

¹¹⁶ Templo, nesse sentido, refere-se ao corpo individual, uma metáfora ao corpo enquanto uma edificação.

¹¹⁷ FALCÃO, J. Melhoramentos do Recife. Diário de Pernambuco. Recife, 12 fev. 1920, p. 03.

assim, as línguas clássicas como latim, que passou a ser visto e dito como ultrapassado. Assistimos, nesse momento, ao que Gilles Deleuze denominou de mimese da representação, pois os sujeitos se subordinam a novas referências de sensibilidade, dizibilidade e visibilidade que emergem histórica e socialmente¹¹⁸. Dessa maneira, conforme pensou Guattari, os indivíduos são agenciados capitalisticamente a destacarem-se socialmente dos demais, individualizando-se ao assumirem os referenciais de poder e de prestígio social modelizados sob os signos do capitalismo, buscando competir, vencer, destacar-se, ser o melhor nessa moldura de valores gestados historicamente e estabelecidos culturalmente¹¹⁹.

As vitrines disputavam clientes com seus sapatos de salto alto vendidos na Casa Clark, Rua da Imperatriz, 269, ou na Sapataria Colombo, Rua Nova, 230. Sapatos borzeguins e botinas para homens, sapatos de camurça e de vários estilos para as mulheres fazem do sapateiro um artista; tecidos finos como sedas, crepes-da-china, cetim, charmeuse, merinós, veludos e cretones vestiam as mulheres, como melindrosas que ostentavam extravagante elegância em casacos, túnicas, sobressaias e manguinhas curtas; perfumes para transpirar um odor estrangeiro, como o *delicioso, suave e refrescante English Lavende da Atkinsons* que, na Coluna Suplemento Feminino, do Diário de Pernambuco, era apresentado como possuidor de *uma fragrância deliciosa que lhe envolve num subtil encantamento durante o dia inteiro...*¹²⁰; jóias e maquilagens para tornar a mulher mais “fina” e elegante, como os batons da *Michel Cosmetics*, apontados como conservadores e protetores dos lábios, o pó de arroz *Coty* e o leite de colônia para suavizarem a pele feminina. A *Casa Gondim*, sita à Rua Nova, 155, oferecia uma variedade de produtos para “limpar” e tornar cheirosas as famílias: pasta *Kolynos*, loção brilhante *F. Amours*, odol, sabonetes thermal, sândalo e rialto, capilotônico, lâminas azuis *Gillete*, camisa crepe *santé* e outros produtos “elegantes”¹²¹, mostrados como fundamentais para emancipar mulheres e homens “intoxicados” pelos odores da bagaceira, do Cais do Apolo, dos

¹¹⁸ DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: perspectiva, 1982.

¹¹⁹ GUATTARI, F.; ROLNIK, S. op. cit. p. 31-39.

¹²⁰ Diário de Pernambuco. Recife, secção de anúncios. 1920-1930.

¹²¹ Casa Gondim. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 out. 1920, p. 09; Casa Gondim. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 Ago. 1921.

mascateiros do passado. O capitalismo, com as suas agências de divulgação, modeliza “esteticamente” a subjetividade, criando padrões de belo e feio, cheiroso ou fedorento, o que confere *status* ou não, a roupa que deve vestir, o ambiente que pode freqüentar, que objetos deve transportar para ser reconhecido como importante pelo grupo que participa.

As lâminas *Gillete* anunciavam o “moderno” processo de barbear, livrando o homem da antiga barbearia, das navalhas e da tesoura. Nas casas mais elegantes de perfumaria, já era possível encontrar a fragrância *Rosine*, de Paul Poiret, o *Nº 5*, de Coco Chanel (criado em 1921) e o *Arpège*, de Mme. Larvin. A estética do homem elegante é descrita nas raras secções que comentam a moda masculina como um homem viril preocupado com a sua aparência, cuidando de sua face com emulsão e creme de barbear, usando brilhantina para armar melhor o cabelo e pintando-o com a tintura Chinesa para se tornar mais jovial¹²². O espetáculo de si mesmo, do exibicionismo, não se circunscreveu apenas ao sexo feminino e, lentamente, ia sendo cristalizada a imagem do homem rural como rude, agrário e áspero. Os senhores de engenho não se reconheciam mais nesse palco de homens modernos cartografados sob a lógica do capital, *ficando o desejo de alteridade modelizado em função do consumo de produtos e da posse de objetos, resultando em relações coisificadas...*¹²³

Os espaços antigos, como a casa-grande, os arcos coloniais, as capelinhas pareciam atrofiar e sem sentido algum diante dessas novas casas, lojas, salas de projeção cinematográfica e ruas elegantes. Cada loja de roupas parecia implodir o engenho e sua varanda. Os *terrassès* faziam com que os homens esquecessem os antigos copiás das fazendas. As confeitarias desbancavam os doces e geléias feitas por mãos de negras escravas. As casas de perfume faziam sentir o cheiro de Paris, ao passo que a bagaceira do engenho passou a exalar odores, talvez nunca sentidos antes. Na Rua Nova, as boticas e consultórios médicos pareciam enterrar as hortaliças para remédios, deslegitimando ervas como a hortelã, a hortelã-da-folha-grossa, a malva-rosa, o sabugueiro, mas muito mais que isso, instauravam outras relações com as doenças e os modos de cura-las. As famílias

¹²² Casa Gondim. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 out. 1920, p. 09; Casa Gondim. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 Ago. 1921.

do engenho apareciam estáticas, sem nenhuma visibilidade no espaço produzido pela modernidade. Como disse Albuquerque Júnior, *o espaço e a natureza se separam cada vez mais radicalmente e um novo regime de olhar sobre ele se debruça*¹²⁴.

Multiplicavam-se também, nesse espaço produzido, os enfeites de cabelo feminino e de roupas, os acessórios e os penteados, as pinturas nos lábios, nas maçãs dos rostos, ao redor dos olhos, traduzindo uma nova individualidade a ser exercida sobre o próprio corpo, sua aparência e estética pessoal. Cada pintura é uma tatuagem feita pelo pó de arroz, pelo batom, pelas maquiagens compradas na Casa Gondim, que desqualificam o passado sem cores, sem brilho nas faces femininas, sem superioridade social propiciadas pelas marcas modernas, ao mesmo instante que legitimam a descontinuidade histórica provocada pela emergência da modernidade e da exibição da frivolidade. Estar na moda passou a significar uma disjunção com o tempo passado e emergir em uma nova temporalidade mais breve, mais feérica, criticando a permanência, a mesmice e celebrando o desdobrar de uma época marcada pela apologia à novidade enquanto fator de excelência social, à imitação dos modelos importados, à devoção da mudança. A moda favorece um comportamento que mina os valores da tradição e institui o louvor à bela aparência. Como argumentou Lipovetsky, *o espaço social da ordem tradicional se desfez em benefício de um elo inter-humano de um novo gênero, fundado nos decretos versáteis do presente. Figura inaugural e exemplar da socialização moderna, a moda liberou uma instância da vida coletiva da autoridade imemorial do passado*¹²⁵.

Estar na moda virou, muitas vezes, uma tortura, uma doença febril¹²⁶, sendo o gênero feminino o elemento sobre o qual rodopiam as estratégias de liberação e de domesticação dos desejos, uma geografia de luxo extravagante que representa o ponto cardeal da efemeridade, da tentação e da corrupção, a Eva do luxo e da aparência que seduz o complacente Adão. Conforme Ortiz, a mulher é o objeto privilegiado da imposição luxuosa, núcleo da conduta frívola

¹²³ MANCE, E. op. cit. p. 08.

¹²⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. p. 26.

¹²⁵ LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero*. A moda e seus destinos nas sociedades modernas. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 33.

manifestada na toalete, na vestimenta, no modo de ser e de andar, traduzindo da maneira mais requintada os ideais de mundanidade,¹²⁷ marcando a descontinuidade com o passado. Mas, se por um lado a moda é vista como libertadora, por outro, como deixou entrever a articulista Magda, ela propicia a tortura física e psicológica, amordaçando suas vítimas com outras amarras, mais sutis, quase imperceptíveis¹²⁸.

Se adereçar como manda o figurino tornou-se uma expressão cara na Recife dos anos 20, o que levou a articulista Magda a associar “os *martírios do modernismo*” com o tempo da Inquisição Medieval. Reportando-se às banalidades da toalete e às superfluidades da coqueteria feminina, Magda censura essa maratona diária da mulher para não perder a sua beleza estética, entregando-se, doravante, à instabilidade dos objetos, à estranheza das aparências como a raspagem das sobrancelhas, aos ornamentos e acessórios ridículos. São múltiplas censuras centradas principalmente na inconstância dos gostos em geral, afinal *quem é bonita não precisa desses artifícios, e quem não é não ficará menos feia por ter menos ou mais pelos nas sobrancelhas*¹²⁹. Estar na moda não é apenas uma questão de possuir dinheiro, prestígio social e fazer parte da seleta burguesia: é uma questão de manter e de reproduzir, eficaz e eficientemente, tal como em uma linha de montagem de rostidades precisas, um jeito de ser que a modernidade legitimou.

No entanto, essa manutenção e essa reprodução eficaz requisitam uma corrida às informações, aos manuais de bom comportamento, às regras de etiqueta, aos currículos da moda, aos códigos de bom-tom¹³⁰, já que as novidades após a década de 20 se multiplicam com rapidez nos círculos mundanos, a mutabilidade se impõe. É uma operação dolorosa que está por trás da moda, levando as mulheres a uma verdadeira corrida às modistas, aos estilistas e aos magazines, obedecendo aos frêmitos do tempo presente e registrando o último sucesso em Londres ou Paris, o último acontecimento, o mais

¹²⁶ MAGDA. As torturas da moda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 set. 1924, p. 07.

¹²⁷ ORTIZ, R. op. cit. p. 168.

¹²⁸ MAGDA. As torturas da moda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 set. 1924, p. 07.

¹²⁹ MAGDA. As torturas da moda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 set. 1924, p. 07.

novo comando estético que evoca a versatilidade. O consumo, portanto, visa não apenas *satisfazer necessidades naturais, biológicas, como também necessidades culturais que são produzidas pelo próprio modo de viver das sociedades. Mais que isso, o consumo também se realiza para satisfazer desejos, aplacar medos, preencher ansiedades, sentir-se especial, etc, podendo ser modelizado pelos movimentos de produção de subjetividade capitalista que constrói utopias em torno do consumo*¹³¹. Mas nessa tortura cotidiana, existem outras dores que circunscrevem o corpo da mulher: a retirada dos pelos, pois a *mulher que quiser usar as sobrancelhas na moda tem que se sujeitar a uma operação dolorosa; a que quiser tirar os pêlos do rosto e das narinas não padecerá menos*¹³². Essa nova sensibilidade surge a partir da cidade, mas não fica aí estática. Rompe fronteiras e sai ao campo à procura de homens e de mulheres que queiram romper com as práticas ordinárias e subjetivar os novos códigos que emergem.

Procurando representar nesse palco as diferentes personagens que são elaborados para si, homens e mulheres do Recife queriam cheirar, trajar e pintar-se como os burgueses de “fora”. Ávidas por adereços vindos de Londres e de Paris, as famílias recifenses requintavam-se na aparência e transpiravam um suor misturado com perfume francês, tentando a todo custo consagrarem-se econômica e socialmente, ingressarem no processo de estilização das normas e dos hábitos burgueses, um investimento civilizatório que amortece e apaga a chama dos indivíduos tradicionais com o fogo morto do engenho. A Recife higienizada requeria corpos saudáveis, civilizados e adestrados; requeria civilização nos costumes e nos prazeres, uma desodorização das famílias e da população em geral. Como se reportou Ponte à Fortaleza da Primeira República: *A cidade assim, com um novo rosto e num corpo novo, toda limpa, perfumada e vestida com elegantes adereços, é bem possível que seus habitantes mais humildes também a considerassem bonita, apesar de lhes serem vedados o acesso e a*

¹³⁰ O *Código do Bom-Tom* é um manual português do final do século XIX que foi introduzido no Brasil no início do século XX, tendo a preocupação de lançar um discurso disciplinar de modos e de boas maneiras.

¹³¹ MANÇE, E. op. cit. p. 09-10.

¹³² MAGDA. As torturas da moda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 set. 1924, p. 07.

*fruição daquela remodelação urbana, por causa mesmo dessa assepsia e roupagem opulenta imposta à capital*¹³³.

As secções femininas dos jornais, junto aos anúncios de chapéus, botinas, jóias, rendilhados de sombrinhas, *premiavam os elegantes e contribuíam para dar ao Recife feições civilizadas e modernas*¹³⁴, favorecendo o luxo e o consumo de tudo que significasse conforto e elegância, ao mesmo tempo que privilegiavam e tornavam obsoletos os antigos comportamentos de gênero antes predominantes. Os complementos decorativos e os adornos periféricos também se faziam presentes, como botões e grampos para vestidos, saias drapejadas. Essas secções que circularam como encartes do Diário de Pernambuco durante as décadas de 20 e 30 (Femina, Feminina, Magazine, Suplemento Feminino) produziam um saber acerca das peças em gosto do vestuário, a *toilette* conforme os eventos, veiculando-as como verdadeiros dispositivos de saber que agiam sobre os corpos e as almas desses sujeitos, levando-os a estabelecerem classificações entre o novo e o velho, o chique e o matuto, o civilizado e o atrasado, o citadino e o rural. Desde o alvorecer do século XX, conforme salienta Gilda de Melo e Souza, as caudas dos vestidos diminuíam, as saias se estreitavam e tornava-se fora de moda usar crinolinas, muito associadas às indumentárias do século passado. A moda adequava-se à emancipação feminina, cuja presença era constante em passeios públicos, compras, visitas, cinemas¹³⁵. Em 1920, o Diário de Pernambuco assim se reportou a respeito das saias das mulheres:

A moda, embora vivam a espalhar que é mais versátil do que a mais versátil das mulheres, não tem modificado sensivelmente as suas linhas gerais. As saias é que ficaram franca disputa, não se sabendo ainda qual sairá vencedora nesse torneio de faceirice; se a saia ampla, alargada nas cadeiras

¹³³ PONTE, S. op. cit. p. 195.

¹³⁴ Cf. ARRAIS, R. op. cit. p. 31

¹³⁵ MELO E SOUZA, G. *O espírito das roupas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 64; Veja ainda ARRAIS, R. op. cit.

*à Velasquez, se a saia estreita e justa, desenhando a silhueta, tão praticamente cômoda para os passeios rápidos e as compras na cidade*¹³⁶.

Essas secções de jornais podem ser descritas como teatros de sedução, territórios do espetáculo feminino, com as suas crônicas e anúncios cheios de fanfreluches, de esnobismo sugerindo a voluptuosidade que parecia irradiar de todos os movimentos da sociedade mundana. Era notório o seu caráter pedagógico, acreditando-se agentes civilizatórios das famílias e dos hábitos sociais, apresentando conselhos para as mulheres casadas ou solteiras, comportamentos tidos como elegantes e de bom-tom, receitas culinárias das cozinhas francesa, italiana e inglesa, deslegitimando a culinária nordestina, tão simpática aos regionalistas. Após o final do século XIX, ocorreu a “europeização” da mesa, pois *os livros franceses de receita e bom-tom começaram o seu trabalho de sapa da verdadeira cozinha brasileira*¹³⁷. Trocava-se os sucos tropicais por refrigerantes gaseificados, os doces feitos na casa-grande (manjar-dos-deuses, suspiro-de-freira, toucinho do céu, sequilhos, arroz-doce) pelas massas italianas. Quando mudam os referentes culturais, a própria percepção do sabor passa a ser modelizada por esses novos signos. Agenciadas por essas secções, muitas pessoas passam a conferir aos produtos determinadas qualidades que favorecem a sua aquisição e consumo. De acordo com Mance,

*Desejos, anseios, angústias, medos e necessidades serão modelizados de tal modo que o consumo de certos produtos de certas marcas passa a ser considerado a melhor opção para alcançar a felicidade, a realização humana, a concretização dos desejos mais íntimos, superar obstáculos, vencer na vida (...) garantir o conforto e a paz na família...*¹³⁸

¹³⁶ A Moda. Secção Diário Social. Diário de Pernambuco. Recife, 16 mai 1920, p. 05.

¹³⁷ FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala*, p. 510.

¹³⁸ MANCE, E. op. cit. p. 10.

Comprando revistas de modistas estrangeiras ou recorrendo aos moldes vendidos em casas de aviamento, muitas costureiras confeccionavam a própria roupa e a da sua família. Nesse ambiente, as máquinas manuais, de pé e elétrica de marcas *singer*, *illinia*, *eldredge*, *eldredge rotativa* eram indispensáveis para costurarem as roupas de meninos: calças de brim, de fustão, camisas de palhas-de-seda, confeccionando modelos à moda marinheira, roupa à escocês, à Luiz XV. Essas máquinas, segundo anúncio da Casa Barreto (Rua da Imperatriz, 131), “trabalham como sonho!” Além de resistentes, têm acabamento artístico, deixando as donas de casa satisfeitas com o trabalho final¹³⁹. Os homens requintavam-se com ternos de sarja, calça bombacho, *paletot* de alpaca, terno de casimira, fraques, coletes e sobretudos. Outros tecidos estavam em gosto, como cambraias, encorpados e flanelas. Mas não havia nenhuma secção no Diário de Pernambuco, pelo menos no período por nós estudado, que fosse dedicada à moda masculina. A elegância masculina e o bem-vestir apareciam, mas não regularmente, pois a apoteose da moda feminina contribuiu para denegar os hábitos em voga masculinos.

Essa nova identidade social gerava, em muitos sujeitos, um encontro descontínuo com os senhores de engenho, um encontro desprovido de qualquer compromisso afetivo, desaparecendo o desejo de ser íntimo da casa-grande e de seus costumes. Emergia um abismo emocional entre os amantes do presente e os do passado, traduzido nesse período em um descompasso entre o discurso modernista e o regionalista e na mudança nos códigos que regem cada uma dessas sociedades. Os senhores de engenho faziam parte de uma família que se expressava através da sangüinidade, do personalismo e das relações paternas, não acostumados com a racionalidade da economia, do poder e da sociedade que emergia. Homens que não conseguem entender os novos códigos da sociedade moderna: ... *nada tem sentido, o saber que as pessoas possuem as torna estranhas, inadaptadas, incapazes de se comunicarem, de simularem novos mundos. Pessoas que, diante do fetiche das mercadorias, podem apenas rir ou escarnecer deste mundo que lhes parece desarrazoado...*¹⁴⁰.

¹³⁹ Diário de Pernambuco. Recife, 25 nov. 1920, p. 07.

¹⁴⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. p. 199-200.

Essa mutação nos códigos que regem os corpos, também se expressava na versatilidade das cores, tons e estilos de vestir. No início da década de 20, a secção *Femina*, do Diário de Pernambuco, deixava explícito os tons que a mulher deveria usar conforme a ocasião, ludibriando-a com chavões comerciais, do tipo *versátil, potente, cintilante, moderno, último gosto em Paris*. Para *toillets* de passeio, a mulher elegante deveria vestir roupas nas cores cinza rato, toupeira, castanho não muito escuro, azul rei, verde musgo e resedá, bege carregado, castor e tijolo. Mas se a *toillets* é visita ou cerimônia, os tons devem ser cinza, pérola, groselha, verde nilo, bege claro e mordoré. Bailes, *soirée*, teatro e cinema são ambientes que pedem rosa, azul celeste, amarelo canário, marfim, creme, gema de ovo, palha e pêssego¹⁴¹. As modistas também mobilizam os seus artifícios de indução à compra, celebrando a diferença estética como essencial para os amantes de um novo vestuário, que rompiam com os modelos das vestimentas de tecidos pesados usadas pelas senhoras de engenho. A moda lida com novas formas de subjetivação temporal, com fatores que alteram a experiência subjetiva com o tempo. Por mais fugaz que seja, a moda necessita de artifícios para que o consumidor a compre “ligeiramente”. Na figura de seus muitos agentes, produzirá um saber que norteará a utilização das novas tecnologias de comunicação e de informatização. Dessa forma,

... como resultado dos complexos processos de intervenção sobre as subjetividades têm-se a modelização de comportamentos na esfera da produção e do consumo, das relações cotidianas micropolíticas em todas as esferas, bem como nas ações políticas (...) com identidades constituídas a partir de várias estratificações modelizadas pelas semióticas capitalísticas¹⁴².

Adereçados de tecidos e jóias, homens e mulheres desfilavam seus modelos na Praça da República, nos cinemas Moderno, Polytheama, no Teatro Santa Izabel, no Passeio Público, nos velódromos, nos chás das Cinco Horas, no

¹⁴¹ Secção Femina. Diário de Pernambuco.

¹⁴² MANCE, E. op. cit. p. 21.

Clube do Sport Club de Recife, no Jockey Club, na Confeitaria Cristal. A cada novo adereço, esses sujeitos celebravam o instantâneo, negando as formas de se adereçar do passado envolto em tradição e mesmice, rompendo com o signo do costume e do permanente; inflamando-se pelos saberes e odores estrangeiros, esnobando-se por se fazer diferente dos demais modelos de família, como a popular e a de elite rural. São novas cartografias que desterritorializam os indivíduos tradicionalistas, pois legitimam o tempo presente e o define como moderno ou mundano, característica de uma família envolta na “excelência social” e na superficialidade, cercada também por “brasileirismos” como guarda-pó, petisqueiras, porta-retratos, espreguiçadeiras, cadeiras de balanço, mosquiteiros, lustres, revólver Colt, fonógrafo, vitrola e outros que colorem o ambiente das casas, afastando-se da monocromia dos móveis de jacarandá das residências do engenho.

Esta é uma época em que há a substituição da latrina de barril, dos banhos de gamela e dos banhos de assento pelo *water-closed*, um espaço decorado com bidê, pias, privada para defecar, urinar, responder às necessidades fisiológicas. É o momento de substituição do carneiro pelo velocípede; o cinema vencia o circo com as fitas de Asta Nielsen, entrando em moda outros hábitos e oferecendo à família inovações como o telefone, a pistola *mauser*, o almanaque para leituras femininas, o sabonete *reuter*, a máquina fotográfica *kodak*, a injeção para curar e prevenir doenças, os *biscuit* para enfeitar as casas. Estão em voga o *étagère* (que os brasileiros aportuguesaram em “atagé”), o *bibelot*, a retreta em volta do coreto, o chapéu vitoriano, o calendário (cromo) de Boas Festas, a máquina de datilografia, o *chopp*, os chás *lipton*, o uso do ventilador, as flores artificiais, os cristais, os relógios. Os novos ambientes domésticos afastavam-se dos antigos pelo seu colorido e multiplicação de apetrechos decorativos. Quando os consumidores compram a máquina *kodak*, o bidê, o sabonete *reuter* ou qualquer outro produto moderno, eles não são movidos apenas pelo desejo de romperem com os signos do passado. São movidos, também, pelos valores estabelecidos pela publicidade, agenciadora de diversos interpretantes afetivos¹⁴³.

¹⁴³ Acerca dessas mutações nos utensílios e nos ornamentos de casa, verifique FREYRE, G. *Ordem e progresso*; FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, p. 46. No Diário de Pernambuco essas transformações podem ser visivelmente encontradas nas secções de anúncios propagandísticos.

Tornava-se crescente a urbanização da vida e da paisagem nacionais, à medida que crescia a idealização dos valores urbano-industriais, contribuindo para que as pessoas organizassem suas vidas dentro desse novo cenário sócio-econômico. As famílias numerosas começaram a ser substituídas pelas médias (cinco, seis, sete filhos) e a disparidade na idade dos cônjuges começou a diminuir.¹⁴⁴ O modelo familiar prevalecente no Brasil até o final do século XIX perde aos poucos suas coordenadas, sua geografia estável e torna-se impreciso. Os indivíduos que ainda resistem à “standardização” da modernidade sentem-se desorientados diante do espaço moderno que é instaurado no país, cujos sujeitos amam o cinema, os clubes, o estrangeirismo. Albuquerque Júnior traduziu esse espaço como um organismo em funcionamento, *que passa a incorporar os sinais deixados pela história, os signos do progresso e da modernização*. Esse historiador, comentando a nova sensibilidade voltada para o espaço produzido, assim se reporta:

O espaço que deixa de ser apenas espaço telúrico, pitoresco, tropical. O espaço não visto mais como imitação da natureza, mas como criação humana, configuração intelectual de formas (...) Um novo espaço preciso e indeterminado, coerente e ambíguo. Um espaço relacional, relativo ao tempo e aos sujeitos. Um espaço em movimento, em rotação, onde o mundo já não existe de forma banal, deixando de ser apenas encantamento plástico naturalista¹⁴⁵.

Esse “estrangeirismo” que se familiarizava em nomes de carros, de hotéis, de lojas e de pensões, mudava também os nomes das crianças, batizando-as com outros mais requintados, mais “sugestivos”, desprezando os Severinos, os Raimundos, os Antônio, os José, os Manoel, os João. Os novos tempos exigem novos nomes, novos rótulos. É a vez das crianças serem registradas pelos nomes de Washington, Wellington, Franklin, Guilielmo, Thomaz, Elisabeth,

¹⁴⁴ FREYRE, G. *Ordem e Progresso*, p. CXLIII.

¹⁴⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. p. 28.

Lincoln, Stela, Vanderley, Darwin, Edson, Robespierre. Somando-se aos nomes, métodos estrangeiros eram aplicados aos meninos brasileiros, principalmente os anglo-saxões, utilizados na educação dos rapazes, e os métodos franceses, na educação das moças,¹⁴⁶ educando os sentidos a modelos estrangeiros. Mas não era uma contradição diante da pregação do nacionalismo? Se políticos, educadores e parte dos intelectuais construía um discurso de doutrinação nacionalista, por que se consumir tanto o estrangeiro? Por que consumir o que vem de fora no batismo, na primeira comunhão, nos desfiles de moda, nas telas do cinema, na alimentação? É uma contradição, assim como a própria modernidade e o próprio nacionalismo são contraditórios. A moda que se usa não é daqui: é de Londres, de Paris. O andar e o olhar são educados pelas telas de cinema americano e pelos métodos europeus. Assistem-se aos filmes, querendo viver como seus personagens. O guarda-chuva que se abre nas ruas do Recife foi fabricado na Europa. Vive-se e morre-se pregando o nacionalismo e consumindo-se o estrangeirismo. O caixão de defunto também é europeizado. Só falta trocar as “*incelências*”¹⁴⁷ pela música de algum filme ou mesmo pelo jazz que se expande, pelo tango que fascina os amantes da dança. Falta trocar ainda o local do velório do morto. Ao invés de levá-lo às capelas, que tal levá-lo a uma casa dançante?¹⁴⁸

Dessa maneira, tanto a cidade quanto a família ditas modernas emergem como produções discursivas, territórios cartografados pela história, pelas relações de saber/poder. Como um cenário teatral, a família é um espaço construído, montado e desmontado pela história, pelos grupos sociais. A família é um texto escrito e reescrito sempre que for necessário nomeá-la, repensar seus conceitos, sua postura, sua atuação nas cenas sociais. A cidade, por sua vez, é um próspero mercado urbano, multifuncional, a serviço do capital. As famílias nela habitantes deveriam ser um “exemplo” em tudo, subjetivando valores como o cuidado com a beleza (*rouges*, *écharpe* - tipo de xale -, pós, talcos), com o conforto (bengalas,

¹⁴⁶ FREYRE, G. A propósito de nomes. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mai. 1925, p. 03.

¹⁴⁷ As “*incelências*” são um conjunto de benditos cantados, principalmente por mulheres, durante o velório.

¹⁴⁸ Conforme Antony Guiddens, “*o que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a forma visível do local oculta as relações distantes que determinam sua natureza*”. GUIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991, p. 27.

casacos, chapéu Borsalino), com o trabalho e com o físico. A modernidade é um momento que requisitava a glorificação do corpo forte, educado, bonito e vistoso. O discurso capitalista, centrado na modernização do país, causava uma certa euforia cosmopolita-civilizatória no seio da população, preocupada em limpar o corpo nacional das nódoas de um passado mal visto e mal dito pelos estrangeiros.

Nessa febre de sanear a nação, os produtos de limpeza também ganhavam bons espaços publicitários, figurando como hipertextos que contribuíam para criar a valorização pela mensagem datilografada, pela tecnologia visual. Usando a “linguagem da purificação”, o creme NEVE era indicado para a formosura das damas, ótimo para “adoçar e refrescar a pele”, dissipar a vermelhidão e fazer desaparecer as espinhas do rosto; o talco BEBÉ, preparado pelo farmacêutico Cícero Diniz, amaciava a pele e refrescava a cútis das moças bonitas, a ponto de torná-la aveludada.¹⁴⁹ O discurso médico também legitima esses informes publicitários, porta-vozes dos recentes códigos apreendidos tanto influenciados pela Europa quanto nascidos das transformações que a própria nação brasileira experimentava.

Batendo quase sempre na mesma tecla, o discurso publicitário enfatizava a produção do corpo possuidor de uma funcionalidade econômica (corpo para o consumo), usando como estratégias de poder a vaidade e a aparência, a imaginação e a fantasia, apelando, muitas vezes, para o testemunho de “estrelas” belas e famosas do mercado cinematográfico¹⁵⁰. Dessa maneira, o corpo deveria ser vivido tendo como referenciais os valores do presentismo, do narcisismo, que podem ser sintetizados no culto à performance corporal e à juventude. Aliás, culto ao corpo e ao rejuvenescimento caminham juntos, exigindo uma biopolítica corporal, uma autovigilância, uma atenção particular aos cuidados necessários. Técnicas corporais, produtos tonificantes e rejuvenescedores, tratamentos de beleza fazem do corpo uma mercadoria. A estratégia que as secções comerciais do *Diário de Pernambuco* utiliza na produção do corpo (masculino e feminino)

¹⁴⁹ As moças bonitas. *Diário de Pernambuco*. Recife, 25 jan. 1925, p. 09.

¹⁵⁰ CARVALHO, N. A construção da mulher no discurso publicitário. In: DUARTE, C. L. op. cit. p. 450.

transforma-o num templo que deve ser constantemente limpo e belo, projetando uma imagem andrógina, principalmente do homem, a exemplo do comercial do Nutrion, formada por músculos enrijecidos, pernas atléticas, abdômen concavado, inserindo-se num cenário de formas que são remissão direta aos ideais burgueses, conforme podemos observar na gravura seguinte¹⁵¹.



Os amantes da modernização saúdam os territórios onde podiam “comer” e “beber” à estrangeira. O café torna-se, logo, uma bebida associada aos ritmos trabalhistas, ao cotidiano moderno, agitado e frenético, conquistando o jovem ou idoso, sem nenhum receio moral. Enquanto o chá era servido como uma bebida relaxante, bastante comum numa sociedade pré-industrial e pouco agitada, o café era saboreado como estimulante para aumentar a concentração das pessoas num ambiente dominado pela racionalidade técnica e pela subjetividade maquínica. A técnica, a máquina e a energia transformavam os ritmos e as condições de vida do brasileiro, principalmente da cidade, ativando seus impulsos, aumentando sua produtividade, energizando seus músculos e nervos, rompendo os preconceitos que restringiam condutas e aspirações femininas. A educação física, a sexual, a higiene dietética e a educação moral e mental se “unem” como verdades para a

¹⁵¹ Diário de Pernambuco. Recife, 11 out. 1925, p. 01. Veja ainda: As vitaminas e a alimentação. Diário de Pernambuco. Recife, 18 fev. 1923, p. 02. Cf. BELMIRO, C. A. op. cit. p. 571; Concurso de Robustez. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 jun. 1926, p. 03.

edificação de um corpo familiar capaz de responder aos apelos de uma subjetividade capitalística. Assim se expressou Stephanou:

A educação mental, impulsionada pela crescente consolidação da Psicologia e da Psiquiatria, e a educação física, incentivada pelo desenvolvimento da Fisiologia, da Eugenia e de outras disciplinas que se debruçaram sobre o corpo com o intuito de moldá-lo, treina-lo, mas também extrair-lhe o máximo de energias e utilidade. Essa nova cultura do corpo estendia-se ainda para a higiene da nutrição e sexual¹⁵².

Conforme Nicolau Sevchenko, os estimulantes, como a Coca-cola, tornam-se indispensáveis para dotar as pessoas de disposição imediata, rapidez de reflexos e agudez de concentração, definindo uma engenharia própria de autocontrole, de autodisciplinamento, acelerando ou refreando ao longo do dia seu equipamento psicomotor com o uso de substâncias artificiais. Esses estimulantes ou energéticos (café, açúcar, tabaco, cacau, Coca-cola, guaraná) combinavam *a caráter com o modo de vida implantado pelas novas tecnologias, elas próprias constituindo aportes recentes e extravagantes¹⁵³*. O discurso propagandístico acentuava bastante a aceleração dos movimentos físicos, a aceleração da produção, do prazer, dos transportes e das comunicações. Para ficarem “acelerados”, os homens, principalmente os boêmios, saboreavam a cerveja de *Stasburg* ou a *Dochet*, o vinho *bordeaux*, a champanhe *Eugene Clicquet*, a champanhe *Perrier*, o cognac (conhaque) *Jules Martin*, a genebra *Lucas Bols*, a água mineral *vithy*. Após, ou mesmo antes da bebida, podia-se fumar charutos *Lucas Frey¹⁵⁴*.

Esses estimulantes e bebidas ditam novos códigos culturais. Seus rótulos e propagandas transformam-se em saberes, em verdades capazes de ser “consumidas” e assimiladas por diferentes sujeitos. Por sua vez, esses sujeitos

¹⁵² STEPHANOU, M. op. cit, p. 6-7.

¹⁵³ SEVCENKO, N. op. cit., p. 84.

¹⁵⁴ Seção de anúncios do Diário de Pernambuco (1920-1930).

vão institucionalizando e reproduzindo os arquétipos sociais, definindo o café, a coca-cola ou a champanhe como códigos modernos e sadios e o chá como elemento do passado, das famílias da casa-grande. Rompem, portanto, com os antigos padrões defendidos pela tradição, operando a passagem de uma família baseada no natural – o chá -, para outra afeita ao artificial – a coca-cola. Esse rompimento com o antigo contribui para serem gestados, no útero da cidade moderna, novos sujeitos, embriões formados a partir das transformações nos códigos e dos hábitos culturais. Como veremos, principalmente a partir da III CENA deste trabalho, as secções jornalísticas com os seus enunciados de teor moral, cívico, higiênico e mental, favorecem a cada sujeito a tarefa de ensinar o governo das vontades, a regulação dos desejos, dos prazeres e das energias física e psíquica, *no intuito de conquistar a saúde do corpo e da inteligência*”, afinal, *“educar a vontade era o mesmo que educar o caráter, proteger da decadência, guiar os primórdios do psiquismo pela prática de bons hábitos*¹⁵⁵.

Esses novos sujeitos consumiam simulacros que se afirmavam modernos nos anúncios da imprensa. Esta funcionava como produtora de bens, de serviços, mas também de signos, de sintaxe, de subjetividades. Sua publicidade são simuladores de um novo tempo, vendendo a imagem, a etiqueta que substitui a durabilidade. Parecia que o mundo moderno e as suas relações sociais nasciam das máquinas. Não importava se o produto fosse de primeira qualidade, mas que viesse de Londres ou de Paris, que estivesse à venda nas ruas mais elegantes do Recife, que fosse de marcas chiques como a lavanda da *Atkinsos*, o batom *Michel*, a vitrola *Moderna*, os discos *Phoenix*, os enlatados *Armour*, as aspirinas *Bayer*, os pneumáticos *United States*. A subjetividade capitalista e maquinica, conforme denominou Guattari, penetrava progressivamente nos terrenos intelectual e cultural e os saberes institucionais dilatavam-se para novos horizontes e para novos agentes¹⁵⁶.

A família tradicional ia sendo afetada, distanciando-se de seus antigos valores, ao passo que configurava-se um outro sujeito deslumbrado com o novo ambiente urbano, encantado com as técnicas, com as texturas que a cidade

¹⁵⁵ STEPHANOU, M. op. cit, p. 7 e 10.

¹⁵⁶ Confira GUATTARI, F. op. cit. p. 31.

oferecia. Produtores e consumidores vivem outra relação, e a imprensa tornava-se uma mediadora importante, um dispositivo de poder fundamental para o cenário capitalista e para a deslegitimação progressiva dos hábitos da sociedade escravagista. Nas páginas de jornal, as relações sociais do engenho foram eclipsadas pelos bacharéis, discursos médicos e modistas. Estes seqüestram o “heroísmo” do senhor de engenho, visto pelo olhar tradicionalista como mais um signo do fim de uma cartografia social na qual predominavam o respeito pelas coisas da natureza e o culto aos homens idosos.

O discurso jornalístico, carregado de audácia, fantasia e criatividade, apresentava a novidade como uma “necessidade” do “novo homem”, que tende a recusar as tarefas que exigem um maior desprendimento de tempo e de concentração. Novidade e instantaneidade tornaram-se valores importantes nessa sociedade, que cada vez mais se relaciona consigo enquanto imagem. Produtores, difusores e consumidores de produtos vivem uma nova relação diante da estetização da vida e da institucionalização de novas verdades. Rompendo com as antigas regras que normatizavam as famílias, baseadas nos costumes, o discurso propagandístico estabelece classificações entre o novo e o velho, o “matuto” e o “civilizado”; provoca tensões, disfunções, estabelece uma guerra cotidiana no interior da sociedade. Constroem a modernidade com as suas ilusões, sonhos, culpas, seduções e frustrações:

Apertando o corpo num “rob-manteaux”, talhado à masculina, um vulgar chapeuzinho sobre os cabelos e uma enorme carteira sob os braços, passa um vulto. É de um homem? De uma mulher? Ninguém sabe dizê-lo. Seu andar caído faz imaginar que vai à Bolsa ou a uma reunião política, e, logicamente, deduz-se que é um homem. E, no entanto, é uma mulher... uma representante do belo e frágil sexo, que exageradamente vestida como um homem adota suas maneiras, seus hábitos, seus quês ou mais insuportáveis. Anda bruscamente, nem sequer lança um pequeno olhar ao que deve interessar o seu espírito feminino (...) Contenta-se com o chapeuzinho vulgar, a roupa talhada, sempre a mesma e os sapatos. Insensível, passa sem cansaço, sem parar um instante. Que procura?

*Aonde vai? Causa dó: é um ser que perdeu seu sexo, absurdo, que não tem seu lugar na vida*¹⁵⁷.

A educação das vontades constituía-se condição fundamental aos efeitos de poder almeçados pelo discurso moderno. Conforme Barrán, uma das questões que aglutinou os discursos modernos – médicos, sanitaristas, pedagógicos – em torno da família foi a preocupação com o controle do desejo dos seus membros, da educação das vontades, dos dispêndios da energia do corpo. Somente uma modificação na leitura de sua corporeidade conduziria os indivíduos ao autocontrole e ao equilíbrio das energias do corpo, equilíbrio concebido como a saúde de si mesma¹⁵⁸. Nessa tônica discursiva, romper com as antigas leituras que o homem da sociedade escravista fazia do corpo, do sexo, do trabalho e da moral não é “destruir” a tradição, mas desqualificar determinados hábitos tradicionais que a ciência sexual e a ciência médica instituíram, no século XX, como degenerativos à família e ao contexto modernos, limpando as novas gerações das influências mórbidas como a sífilis, que era legitimada pelos pais da elite do engenho como uma marca de virilidade e masculinidade.

Se a sífilis, na família tradicional, era mostrada como um troféu ou uma tatuagem viril, o discurso eugênico deslegitimará essa doença como signo de potência viril e, em nome do corpo atlético, saudável e musculoso, legitimará os esportes como formadores do corpo enrijecido, sendo um deles o futebol que, introduzido no Brasil nesse contexto, ameaça as corridas de cavalo do Jockey-club, fascinando com seus jogos alegrados por torcidas organizadas. Os clubes de futebol convidam pais e filhos para vibrarem por seus times preferidos como o Sport¹⁵⁹, o Santa Cruz, o Náutico, o América. Aos poucos, o futebol consolida-se

¹⁵⁷ Como a mulher perdeu o seu encanto. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 jul. 1925, p. 47.

¹⁵⁸ BARRAN, J. P. Apud STEPHANOU, M. op. cit, p. 10.

¹⁵⁹ Um dos mais atraentes clubes de Pernambuco, o Sport Club do Recife, foi fundado por Guilherme de Aquino Fonseca, pertencente a uma das mais tradicionais e abastadas famílias de Pernambuco. Guilherme de Aquino fundou o Sport a 13 de maio de 1905, iniciando, também, a história do futebol em Pernambuco, já que tal agremiação foi a primeira a ser fundada no Estado. O primeiro jogo foi documentado pelo *Jornal Pequeno*: “Do Sr. Mário Sette, secretário do Sport club do Recife, recebemos um amável convite para assistirmos ao primeiro jogo de futebol contra o ‘English Eleven’, combinado de funcionários das companhias inglesas, que terá lugar no dia 22 do andante, às 4:30 h da tarde, na campina do Derby”. (*Jornal Pequeno*, 20 jun. 1905, apud REZENDE, A. P. p. 73). Em 12 de fevereiro de 1920, o Diretor do Sport Club convidava todos os jogadores para um rigoroso treino, às 15 horas, no respectivo campo do clube. Cf. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 fev. 1920, p. 03.

como o “esporte das multidões”, sendo freqüentado por homens e por mulheres ansiosos e desejosos de vibrarem pelos “times do coração”. Era freqüente a presença *de senhoras e senhoritas da chamada melhor sociedade recifense que os cronistas esportivos registravam em suas anotações*. A imprensa fazia propaganda defendendo *a entrada gratuita para o público feminino, pois ele é considerado responsável pela graça e pelo charme das jornadas futebolísticas*¹⁶⁰, reafirmando, assim, a imagem feminina como um composto de charme e graciosidade.

As sociedades recreativas, a exemplo do Clube Internacional, na Rua da Aurora; do Clube Recreativo Juventude, no Pátio de São Pedro e o Clube dos Filamonos, na Rua da Imperatriz, ofereciam às famílias dos sócios e convidados bailes, espetáculos teatrais, recitativos, operetas, *soirées* dançantes. Nos velódromos – outros espaços formadores de corpos sadios - as famílias tanto podiam assistir a disputas esportivas aos domingos como freqüentar festas. No Recreio Derby, instalado às margens do Capibaribe, entre Capunga e Madalena, era possível tomar sorvete industrializado, refrigerantes gaseificados e refrescos, jogar boliche e bilhar¹⁶¹. São novos enunciados que rompem com o costume tradicionalista de senhores e ioiôs do engenho, ociosos quase o dia inteiro, deitados em redes na varada, contemplando, entre uma madorna e outra, os negros a trabalharem no eito, a passarem com carroças cheias de cana defronte à casa-grande. Motivo de orgulho e de vaidade, notadamente para o senhor de engenho (o trabalho era associado à tarefa de negros e de pobres), o balançar exaustivamente nas redes ou espreguiçadeiras será deslegitimado em nome do movimento físico que convida mulheres e crianças às ruas, aos jogos, aos passeios de bicicleta. Esses enunciados legitimam o esporte como benéfico à saúde, determinados pela pré-dica médica que associa saúde à energia, a dispêndio de forças, a modeladores do físico.

Freqüentando esses lugares, exuberando-se pelas paisagens, homens e mulheres desejavam guardar os “bons momentos” como recordação. A fotografia estava se afirmando como mais um território de atração. Era chique tirar foto,

¹⁶⁰ REZENDE, A. P. op. cit. p. 73; ARRAIS, R. op. cit; HÉLIO, M. op. cit.

¹⁶¹ ARRAIS, R. op. cit. p. 24-25.

registrar momentos nas filas de cinema, na Praça da República, tomando sorvete próximo ao velódromo do Derby, passeando sobre a Ponte d'Uchôa, telefonando, ouvindo vitrola, tomando um cafezinho no Café Ruy, ouvindo as retretas aos domingos, desfilando no Bloco de Carnaval Concórdia, torcendo pelo “clube do coração”, tomando banhos de mar, andando de automóvel. Eram muitos os motivos e os desejos pela fotografia, que transformou-se imediatamente em um discurso de sedução, em um motivo de festa. A fotografia fraturava o fluxo do tempo cronológico, narrado pelos jornais, e instaurava um tempo facetado, micro, rápido. Todos se arrumavam, se normatizavam e se enfileiravam ombro a ombro, tal como em uma linha de montagem, para serem copiados pelos *flashes* instantâneos das máquinas fotográficas, vendidas na *Kodak Brasileira Ltda.* Em 1922, a máquina kodak autográfica chegou para aquecer o desejo de ser fotografado, pois possuía *a admirável invenção autográfica mediante a qual podem escrever-se o título e a data em cada película, no momento de fazer-se a exposição*¹⁶². As famílias cultuavam cada vez mais a imagem, a luz, o corpo, sendo a fotografia uma fonte de visibilidade que causava impressões magníficas, dada a sua verossimilhança obtida mediante as modernas técnicas de revelação, como é o caso da fotografia autografada, que passou a fazer parte da “fábrica de sonhos”, do reino da magia propiciado pelos efeitos de luz, pelo realismo mecânico, pela rapidez das revelações. Através da fotografia, a cidade falava, o corpo dizia os momentos de sua alegria (ou tristeza, no caso de fotografia de mortos, de partidas de amigos ou parentes).

A década de 20 marcou um momento de inflexão nas mudanças de hábitos, iniciadas ainda em décadas anteriores, ganhando notoriedade a transferência do esporte de natação, da água doce para a água salgada; da maior valorização do futebol e dos esportes em geral (handball, basquetebol, voleibol) como fundamentais para a construção de um sujeito saudável e esbelto. Andar de bicicleta nos velódromos do Recife era uma atração a mais, que, além de consagrar-se como um passeio, consagrava o corpo do atleta, cultuando a sua imagem como um templo da modernidade, local em que limpeza, beleza e força estavam conjugadas. Amar essas novidades era um receituário presente nos

¹⁶² Kodak Autográfica. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 ago. 1922, p.05.

discursos dos reformadores sociais, que objetivavam disciplinar o corpo familiar através da modernização urbana, com horários e espaços determinados. Olhar a novidade, “encher os olhos” com as bonitezas da modernização era uma função civilizatória, inculcando nos sujeitos a fé no progresso e no controle sócio-moral, favorecendo a produção de corpos dóceis politicamente. O espaço como uma dimensão social, e não natural, afirmava-se, aos poucos, nesses discursos. Como disse Michel Foucault, o que interessa ao poder...

... não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens de poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente¹⁶³.

Para desnaturalizar o espaço e dar visibilidade a uma geografia construída pelos homens, a imprensa tornou-se a grande aliada da modernidade, editando, vendendo imagens, impressionando o público leitor, celebrando a novidade, contribuindo para que as famílias subjetivem novos saberes. Corpos esbeltos e joviais figuravam em suas páginas, sendo as Revistas *Ba-TA-Clan* (1924) e *O Cruzeiro* (1928) importantes agentes de construção discursiva de espaços modernos. Muitas reportagens do Diário de Pernambuco, algumas delas copiadas de revistas, principalmente da revista *O Cruzeiro*, produziam os novos padrões de comportamento e as novas tendências que aos poucos se configuravam no espaço urbano como textos verdadeiros a serem copiados. Fundada em 1928, a revista *O Cruzeiro*, juntamente com outras como “*A Cigarra*” e “*Revista da Semana*” divulgavam um discurso consumista, direcionado sobretudo às mulheres

¹⁶³ FOUCAULT, M. op. cit, p. 18.

urbanas e ricas, constando, também, matérias informativas sobre comportamento, mexericos, fotografias de atores e atrizes, tendências modernas.

Sob inspiração do discurso de “liberação da mulher”, as revistas e secções de jornais desconstróem territórios para se reterritorializarem. A publicidade tornava-se indispensável para celebrar os novos sujeitos e o presente impunha-se como um “eixo temporal” que controlava o lado mais superficial das famílias que se aburguesavam. Como afirma Gilles Lipovetsky, *da mesma maneira que a moda, a publicidade se dirige principalmente ao olho, é promessa de beleza, sedução das aparências, ambiência idealizada antes de ser informação*¹⁶⁴. Ao lado desse arsenal propagandístico, a cidade ainda era saturada por outros “encantos modernos”, como suvenires, discos, fã-clubes de cantores e de artistas, turnês turísticas e revistas literárias que, assim como a revista *O Cruzeiro*, tinham também as suas secções de mexericos.

Como um dos ícones da modernidade nesse momento era o cinema, as revistas traziam colunas que comentavam os filmes hollywoodianos e o comportamento de artistas do cinema americano, contribuindo para mudar hábitos da mulher brasileira, como o uso de cabelos curtos e o fumar em público, impactando a sensibilidade dos pais que não se afinavam com esses códigos modernizadores. Essas reportagens favorecem à desconstrução¹⁶⁵ de territórios das mulheres da elite rural, pois elaboram uma nova identidade para os gêneros em oposição aos enunciados “passadistas”, que se encarregavam de divulgar um discurso sobre o corpo feminino que se aproximava-se da “santa-mãezinha”, limitado aos ditames da castidade, da honestidade e da virtude. Essas reportagens, portanto, emitem um enunciado que produz outros territórios femininos e problematiza o “lugar-comum” da mulher, embora não possamos falar de uma ruptura radical com os antigos postos que o feminino ocupava, pois outras regras de normalidade iam sendo criadas para ele.

¹⁶⁴ LIPOVETSKY, G. Op. cit., p. 152.

¹⁶⁵ Utilizamos a leitura de Jacques Derrida acerca da construção e da desconstrução dos territórios, dos espaços, da história, da família. Dessa forma, deslocamo-nos da “*construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas*”. SOHIET, R. *Gênero em debate*. São Paulo: Educ, 1997, p. 64.

1.3. A FAMÍLIA DIANTE DAS CENAS SEDUTORAS

Não deixando as atrações e representações do Teatro Santa Izabel, é o cinema o território que mais seduz os olhos das famílias nas décadas de 20 e 30. O cinema, definido enquanto a encenação da ficção como “realidade” e como campo do imaginário, domina as áreas mais elegantes do Recife e muda o itinerário das famílias¹⁶⁶. As trilhas percorridas multiplicam-se: Polytheama, Cosmorama, Pathé, Royal, Moderno, Helvética, Cine-Parque. Essas salas de projeções disputavam o público com a variedade de filmes, com a instalação de ventiladores, de luz elétrica, de preços favoráveis e pelas produções cinematográficas produzidas pela *Fox Films*, *Warner Bros*, *Universal* e pelo *Cinema Paramount*. Seus jogos de luzes e de sedução “assujeitam” o público assistente, torna-o cativo de seus enredos e de suas ficções, encantando pelas imagens, pelos artistas, pela distração, pelo lazer fácil, pelo espetáculo lúdico. A esse respeito, afirmou Lipovetsky: *... a moda consumada é o que celebra as bodas da sedução e da razão produtiva, instrumental, operacional (...) onde a racionalidade funciona na efemeridade e na frivolidade, onde a objetividade se institui como espetáculo, onde o domínio técnico se reconcilia com o lúdico, e o domínio político com a sedução*¹⁶⁷.

O cinema contribuiu para modificar os costumes urbanos e circunscrever as pessoas de condições sócio-econômicas diferentes. A família educada pelo cinema, cujo comportamento, hábito, traje, preferência estética, linguagem e diversão buscavam *refletir os padrões civilizatórios que irradiavam de Paris ou de Londres para o resto do mundo, se via sitiada pela turba de indivíduos de origem obscura, ameaçada pelas epidemias geradas nas habitações da pobreza e inquietada pelos perigos que elas disseminavam*¹⁶⁸. São novos espaços de sociabilidades que concorrem com os antigos, freqüentados pela família

¹⁶⁶ Segundo Mário Sette, desde 1909 que a Rua Nova ganhara sessões permanentes de cinema, no Pathé: “Convidativo, confortável, vistoso, tipo dos Rio de Janeiro. Êxito formidável. Revolucionou o Recife inteiro. Quer nas vesperais, quer à noite, cheíssimo. As calçadas ficavam tomadas e os bondes passavam a custo”. Cf. *Maxambombas e maracatus*, p. 110.

¹⁶⁷ LIPOVETSKY, G. op. cit., p. 17.

¹⁶⁸ ARRAÍS, R. op. cit. p. 52.

tradicional, como os festejos juninos, os assustados¹⁶⁹, os pastoris, as festas dos mamulengos, os entrudos e quermesses. As famílias, nesse ambiente onde emergiam novos códigos de dizibilidade, já não contemplam muito as festas que estavam ligadas ao passado da sociedade escravista e rural. Seu olhar deslocase para outras imagens, como a cinematográfica, instituinte de uma outra leitura sobre o corpo e sobre as relações de gênero.

Os territórios modernos dividem as famílias, dividem os tempos, fragmentam os olhares: as matinês no cinema para as senhoras acompanhadas dos seus filhos; a sessão das 18 horas para um público mais adulto e, às 20 horas, as salas de projeção são lotadas por um público mais ligado à boêmia, público esse que, *muitas vezes, termina suas noites no Café Chic, ou mesmo na Puerta do Sol*¹⁷⁰. Espaços como a *Puerta do Sol* e até mesmo determinadas fitas de cinema eram símbolos do erotismo ou geografias de transgressão moral, em que escritores, médicos, jornalistas, artistas e estudantes de Direito da Faculdade de Recife escapavam do cerco moralista para se espaldar nos prazeres da carne. Bebiam, comiam, se divertiam. Essas novidades requeriam uma nova reorganização do espaço da cidade e do espaço das famílias, de modo que os elementos conjugados de ritual, espetáculo, cenário, dinheiro, multidões, platéia e história se representassem e se apresentassem como dimensões fundamentais da cartografia urbana, emergindo uma nova geografia cívica, uma outra geografia do lazer e do prazer¹⁷¹. As zonas de prostituição eram “zoneadas” pelas políticas policiais como espaços do lazer masculino, nas quais os “instintos” dos homens são satisfeitos sem ferirem à honra da “mulher de bem”, isto é, nesses espaços de prazer erótico, os homens buscavam sua sexualidade transgressora sem ferir a sexualidade normatizada da família.

Na imprensa, surgem, na década de 20, as colunas, a exemplo de *Scenas e Telas*, e *Estrellas e Astros*, destinadas aos comentários dos filmes, ganhando dizibilidade as fitas americanas. No cinema, homens e mulheres encontravam

¹⁶⁹ Os assustados recebiam essa designação porque o dono da casa “assustava-se” quando um grupo de pessoas chegava para realizar uma festa dançante em sua casa, sem ter avisado com antecedência.

¹⁷⁰ REZENDE, A. P. op. cit. p. 79

¹⁷¹ Sobre as transformações que o espaço urbano provocou na família na década de 20, cf. PONTE, S. op. cit. SEVCENKO, N. op. cit.

uma outra educação. Seus olhos eram treinados para a captação da imagem efêmera, fugidia, contrastando com as imagens teatrais, representativas, naturalizadas. Contrastando, também, com as representações das festas de reisado, do nascimento de Jesus Cristo, da Páscoa. Não se vê mais um espaço imitativo da natureza, um espaço representativo como no teatro, mas um espaço interno, montado, que educa o olho dos sujeitos às imagens rápidas da modernidade¹⁷². Diferentemente do teatro, onde uma peça podia ficar em cartaz por longos dias, o cinema apresentava uma multiplicidade de enredos que despertava a curiosidade de todos os membros da família, embora muitos ainda resistissem às seduções do cinema.

Os cinemas projetavam películas para os mais variados gostos: para as mulheres “sensíveis e apaixonadas”, a fita Meia-Hora, com Dorothy Dalton, arrebatava lágrimas; para os homens guerreiros, mas apaixonados, o filme Quo Vadis?, um misto de amor e virilidade na tela. Um filme que ganhou dizibilidade pelo seu enredo um tanto quanto arredo aos homens “ másculos” foi O Maricas, da Companhia *Paramouth*, bem representante de um momento histórico que a sociedade vivenciava, traduzido como desvirilizante socialmente. Mesmo sendo um filme americano, traduzia, no Recife, a “decadência” moral dos homens, a perda de virilidade de uma classe social e de uma sociedade que se deixou embeber pelo veneno desvirilizante da modernidade, abandonando os antigos códigos de moralidade e de sanguinidade, para participar de outras práticas sociais, como o homossexualismo. No Diário de Pernambuco, o enredo do filme ganhou a seguinte propaganda: *O rapazinho tímido, imberbe, de olhos voltados para o firmamento azul (...) que sente o rubor subir-lhe às faces ao conversar com uma pequena bonita. O BOBALHÃO incapaz de dirigir gracejos às meninas que passam, tem o condão precioso de provocar um gargalhar desopilante, salutar, terapêutico*¹⁷³. As práticas homossexuais também simbolizam, conforme Albuquerque Júnior, *a decadência de uma sociedade cujo núcleo era a família e nela o patriarca, o homem viril. Numa relação não reprodutiva entre ‘personas*

¹⁷² Sobre essa nova percepção do olhar moderno, confira ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. A *invenção do nordeste e outras artes*. p. 31 e seguintes.

¹⁷³ Secção de propagandas do Diário de Pernambuco. 1927.

femininas' desaparecia a própria essência deste mundo de homens, pais e avós. Além disto, argumenta esse historiador, no engenho

... o homossexual não existia. Havia o sodomita, visto como um 'bobo de Deus', pessoas destinadas e marcadas por desígnios sobrenaturais, que estavam aquém ou além da moral, a sodomia 'era coisa besta de menino ou de homens vistos quase como sacerdotes', originava práticas que beiravam o sagrado. Não era ela como o homossexualismo, esquadrihado e classificado pelos códigos da sexualidade como algo fora da natureza (...) como uma perversão ou doença, mas era um mistério que só o destino explicava¹⁷⁴.

As famílias perdiam seus ares provincianos ao passo que vivenciavam uma mudança de hábitos, pois o cinema fascinava e as disputas entre as salas exibidoras eram notórias.

Moderno e variado jogo de programa, custou o espetáculo de ontem do cine teatro da Casa Joaquim Nabuco.

Na tela foi projetado o filme "O Primeiro Dinheiro", admirável produção da Fox, em que se destaca a capacidade interpretativa de George Walsh.

No palco, os artistas Lês Ussars, Lês Zuis e Bole Bros, que haviam estreados na véspera, executaram interessantes trabalhos de acrobacias, ginásticas, bailados, e uma canção patriótica em homenagem ao pavilhão brasileiro, sendo aplaudidos.

Hoje, o filme "A jóia fatal"¹⁷⁵.

¹⁷⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. p. 199.

¹⁷⁵ *Scenas e Telas. Diário de Pernambuco*, Recife 03 jan. 1920, nº 2 – ano 96, p 3.

Essas salas exibiam filmes “arrebatadores” de públicos como Os Miseráveis, Cleópatra, Garoto de Paris. Ao lado destes, os artistas eram também idolatrados, como George Walsh, Lídia Boreli, Asta Nilsen e outros citados anteriormente, que instauram novas formas de ler e de dizer o corpo, de pensar os hábitos sociais. Para Mário Sette, o cinema *constituía um encanto indefinível: além do entretenimento delicioso das vidas alheias através dos filmes, o pretexto amável para os encontros de olhos, para a mostra dos vestidos, para as tagarelíces com as vizinhas de cadeiras*¹⁷⁶. Há uma mudança nas maneiras de perceber o mundo e de enxergar o próprio Recife, estereotipado na década de 20 como a Hollywood brasileira¹⁷⁷, resultado da gravação do filme Retribuição (1925), um empreendimento da Aurora Filme e exibido pelo Cine-Royal, que tematiza um melodrama em que aparece a fórmula antiga do confronto entre as forças do bem e as do mal. Ao lado de Retribuição, a Aurora Filme monta Um Ato de Humanidade (1925), em que as garrafadas do Dr. Maciel são as responsáveis pela cura de um mendigo¹⁷⁸. No enredo, é possível perceber o discurso médico higienizador, em que as drogas modernas curam os “piores males”.

Os filmes produzidos no Recife, na década de 20, como Retribuição, Jurando Vingança e Aitaré da Praia, não exploram cenas ousadas que ameacem a moral conservadora da família. Não há um conflito entre os valores tradicionais e os modernos e as tramas são geralmente centradas no binômio bem-mal, na violência como um dos elementos centrais e definidores da masculinidade¹⁷⁹ do homem nordestino, no final feliz para os pares românticos. Sobre o filme “A Filha do Advogado”, assim comenta Jota Soares: *O guarda-roupa do filme acompanha a moda da época, com as famosas melindrosas, o chapéu Randal, os trajes a rigor. Até o ambicionado Ford conversível tem seu espaço garantido e a jazz-band do Jôquei Club está presente com seu charme tão exaltado pela imprensa*¹⁸⁰. Conforme Rezende, os enredos dos filmes consagravam os valores tradicionais da família e *tinham uma visão de mundo maniqueísta, enquadravam-se no universo social da época. Fazer cinema era, no entanto, um grande desafio, ia de*

¹⁷⁶ SETTE, M. *Anquinhas e Bernardas*. p. 146, apud REZENDE, A. P. op. cit. p.78.

¹⁷⁷ confira A indústria cinematográfica no Recife. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 set. 1924.

¹⁷⁸ Confira REZENDE, A. P. op. cit. p. 63; NOVA, C. *O erotismo no cinema brasileiro*.

¹⁷⁹ Masculinidade não é algo dado fora do homem. É uma elaboração social, uma prática do masculino e como essa prática é representada e divulgada.

*encontro a muitos preconceitos e não havia meios de se pensar uma estrutura, efetivamente profissional com as dificuldades que cercavam a produção*¹⁸¹.

Muitas vezes, as carícias entre casais e os trajes sumários mostrados pelos filmes importados escandalizavam as famílias mais conservadoras, provocando reações adversas. Na “belle époque” tropical, o cinema seduz, mexe com o público, desperta a magia com as suas imagens, “enche os olhos” da platéia. Mas o cinematógrafo, na década de 20, ainda era mudo. *O único som que se ouvia, além do da platéia, era o do piano que acompanhava os filmes*, mas já era o suficiente para *matar o encontro social, essa convivência que não raro respeitava amizades, aproximava família, fazia casamento*¹⁸². O cinema chegava como uma molécula que corrói hábitos e laços sociais. A tela muda corta a voz do pai e fascina mais que o tagarelar dos encontros.

Mas o cinema tornara-se, também, alvo dos agentes moralistas, que o classificavam como um sutil e perigoso instrumento de atentado ao pudor e à moralidade públicos. Na maioria dos Estados, como Pernambuco, a censura era feita pelos policiais, geralmente mal preparados e muitas vezes corruptos. Muitos censores eram subornados pelas distribuidoras e proprietários de cinematógrafos que liberavam os filmes para o público sem fazerem uma inspeção prévia. Isso resultava em constantes reclamações por parte das autoridades e dos pais, que se expunham a enredos prejudiciais à *boa formação de crianças e adultos*¹⁸³. Essa preocupação, não singular ao Brasil, pois em 1925 a Liga das Nações¹⁸⁴ promoveu um inquérito mundial acerca do afastamento das crianças das salas de projeções, visava impedir que crianças copiassem os maus exemplos que são passados nas fitas, os hábitos “nocivos” a que ficam sujeitas ao assistirem os enredos. Muitos enxergavam o cinematógrafo como uma escola de perversão de caráter, por imitar o uso de álcool e a prática de roubos:

¹⁸⁰ SOARES, J. apud REZENDE, A. P. op. cit. p.87.

¹⁸¹ REZENDE A. P. op. cit. p.88-89.

¹⁸² MORAES FILHO, apud HÉLIO, p.36.

¹⁸³ ALMEIDA, C. A. op. cit., p. 62.

¹⁸⁴ Conforme o Diário de Pernambuco, o Conselho da Liga das Nações foi inaugurado no dia 11 de fevereiro de 1920, sendo representado pelas nações Bélgica, Brasil, França, Grécia, Itália, Inglaterra, Japão e Espanha. Cf. Londres. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 fev. 1920, p. 03. Seção Última Hora.

Em várias cidades já esses filmes têm sido submetidos à censura visto que, principalmente nas matinées domingueiras, os cinemas são freqüentados ordinariamente por inúmeras crianças.

O pouco caso na seleção dos filmes para serem exibidos nos espetáculos diurnos tem sido causa de inúmeros dissabores sofridos pelos progenitores que levam os seus filhos ao cinema para recreiá-los.

Em toda a parte, tanto nas casas de famílias como nos colégios só se ouve a petizada falar em fitas, em artistas cinematográficos, nas proezas de William Hart ou nas façanhas de Mutt¹⁸⁵.

A partir de 1926, foram estabelecidas regras que orientavam os pais quanto ao acesso das crianças ao cinema, em virtude das fitas que atentavam a moral e os “bons costumes” brasileiros, com seus conteúdos licenciosos, nocivos a uma sociedade civilizada. Para as crianças, as fitas deveriam ser educativas, instrutivas, ter um caráter pedagógico e servir como um instrumento de divulgação da propaganda nacionalista, distrair sem causar danos morais: *um filme de emoção sadia, não piegas, sem ridiculez, mas humano, patriótico, superiormente social¹⁸⁶.*

1.4. AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E A GESTAÇÃO DE NOVOS SABERES

É preciso estabelecer a relação do discurso com o dizer, o fazer e o enxergar da época no qual foi produzido. O saber que emerge na década de 20 possui uma relação intrínseca com a história, já que esta fala de tensões, de crises, de declínios, de redes de conflitos, de jogos de forças, de campos de violência, de dominação, de submissão, de homens vencidos e de homens que triunfaram. O discurso regionalista herdou - ou incorporou - esses objetos à sua produção. Mas a relação dessa produção discursiva com a história dá-se também

¹⁸⁵ Conseqüências dos Filmes Policiais. *Diário de Pernambuco*, 05 de jan. 1920, ano 96. n. 04, p. 03; O Cinema e a Criança. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 ago. 1925, p. 02.

¹⁸⁶ SERRANO, J. apud ALMEIDA, C. A. op. cit., p. 61.

de uma forma externa, na medida em que a compreensão e o tipo de discurso desses sujeitos são determinados pelo conjunto sócio-cultural mais amplo que designa à história seu lugar particular. A produção do saber com a qual trabalhamos foi definida a partir da própria sociedade, da própria história, da memória discursiva de cada um desses sujeitos, da forma como a sociedade via, dizia e fazia a família. São discursos que se articulam com a memória, com a história, com o lugar de produção sócio-econômico, político e cultural e, por isso, estão circunscritos por determinações próprias e submetidos a imposições, ligados a privilégios e enraizados em uma dada particularidade, formando-se e combinando-se com outros discursos¹⁸⁷.

A emergência de uma rede de poder/saber voltada para as mutações sociais, impulsiona o surgimento de um outro discurso, conforme veremos na cena seguinte, de um *corpus documental* que agencia as continuidades da tradição, da religiosidade, da língua, da moral aristocrática. *Casa Grande & Senzala*, por exemplo, ressuscita costumes, revigora as figuras de homens e mulheres encadeados por um sentimento de respeito e de honra. É uma obra que ambiciona trazer o passado ao presente, ao registrar os hábitos de homens descritos como viris e de mulheres vistas como subservientes, conservando para os descendentes as condições históricas sob as quais nasceram.

Como já foi mostrado anteriormente, desde os anos iniciais do século XX que vai sendo delimitado um novo quadro de percepção quanto aos acontecimentos nacional e regional, o qual contribui para mudanças de viés institucional, inserindo-se, no quadro dessas mudanças, a família. Esse novo espaço que emerge relaciona-se com a reorganização discursiva sobre a região Nordeste, conforme analisou Albuquerque Júnior em *A invenção do Nordeste e outras artes*. Essas rupturas moleculares favoreceram a emergência de uma produção discursiva que repensa a família, surgindo uma linguagem voltada para as condições em que ela vivia econômica, política e socialmente, necessitando, portanto, de serem elaborados conceitos que lhe tematizem, que lhe definam, rotulem, classifiquem.

¹⁸⁷ DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 72-73.

É a partir de 1920, que é possível verificarmos a emergência de um dispositivo de saber – o conceito de família patriarcal –, visto por nós como uma estratégia de elaborar (seja por Freyre ou pelos intelectuais por ele influenciados) uma malha discursiva que caracterize positivamente e defenda essa estrutura familiar, singularizando-a como possuidora de uma cor regional, de uma fibra que dava sustância a cada membro a ela pertencente. Porém, indagamos: o que estimulou toda essa produção discursiva? Por que Freyre e os regionalistas-tradicionalistas sentiram necessidade em criar esse conceito?

Analisando o contexto histórico dos anos 20 e 30, percebemos o impacto que ele causou no ambiente familiar, havendo, para os intelectuais que vivenciaram esse momento, a necessidade de nomeá-lo, classificá-lo, rotulá-lo, apresentando a concepção que tinham dessas metamorfoses históricas, desse ruir de certezas, dando-lhes significados diferentes sobre essa realidade. A mulher que conquistava paulatinamente o ambiente público, a criança que era pedagogizada mediante novos discursos, a cidade que se transformava e ganhava novos personagens, a indústria que se expandia e acordava com o seu apito os operários, o homem que perdia sua voz de comando para o Estado, tudo isso recebe olhares e pontos de vista diferentes. De acordo com o local de produção de cada enunciador, o momento histórico dos anos 20 e 30 receberá significados diferentes. Será que elaborar o conceito de família patriarcal não era uma estratégia para reagir ao projeto de modernidade que aos poucos estava sendo incorporado pela sociedade contemporânea? A formação desse conceito não é uma tática para atuar na contra-história da modernidade?

Inseridos nesse contexto, intelectuais nordestinos dividiam-se em opiniões. Para eles, o moderno e a modernidade eram valores vividos e pregados diferentemente. Se a formação discursiva modernista retratava o novo, o presentismo, a formação discursiva regionalista-tradicionista repensava o passado, recriava-o, exaltava as tradições como contraponto da modernidade, inventava conceitos de família para legitimar a memória sobre os feitos ligados ao mundo rural e à economia açucareira. Buscando uma referência para a casa-grande e procurando dar visibilidade aos costumes, Gilberto Freyre emitiu um discurso na contramão dos espaços modernos, instituindo-o como uma realidade,

como um campo de verdade, um saber que deveria normatizar as famílias. Na medida em que os saberes modernos são produzidos, Freyre reage-lhes, resiste-lhes, vale-se de um outro saber e de uma outra verdade para fabricar novas forças, impor outras argumentações e inventar novas discursividades que deslegitimavam o ambiente familiar moderno e credenciavam a fisionomia do tradicional, conforme veremos na Cena II. A subjetividade é produto de uma série de discursos institucionais – familiares, escolares, científicos – que a atravessa e a modeliza. No entanto, cada sujeito pode resistir a esses processos educativos, resistir aos fluxos que lhe produzem e conferir outros sentidos a sua vida.

CENA II

2. O VENDEDOR DE ANTIGÜIDADES: Gilberto Freyre e a Construção da Família Patriarcal no Tecido Nordestino

2.1. AS LINHAS QUE TECEM GILBERTO FREYRE: traços biobibliográficos do autor

Na Cena I mostramos o cenário dos anos 20, o agitado período que Gilberto Freyre vivenciou ao voltar dos Estados Unidos e da Europa para se dedicar aos escritos chamados de regionalistas e travar sua briga intelectual com os modernistas, em especial com Joaquim Inojosa. Neste item, tentaremos mostrar alguns traços que contornam o sociólogo pernambucano, inserindo-o enquanto um personagem que passeia na cidade do Recife e percebe as modificações que a modernidade e a modernização provocaram no ambiente familiar. Diante desse “espírito capitalista” centrado no indivíduo, Freyre passa a pensar a casa-grande e o passado como centros de referências e como organizadores de sua própria existência, resignificando os seus códigos como contra-poderes ao ambiente maquínico que emergia.

Freyre nasce com o alvorecer do século (1900), em uma “casa-grande” dos arredores do Recife. O filho de Dr. Alfredo Freyre e de Dona Francisca de Mello Freyre nasce sentindo o cheiro da cana-de-açúcar e ouvindo histórias de senhores a gritar com a “cabroeira”. Cresce mergulhado num ambiente em que o eito da cana e a bagaceira do engenho ainda eram vívidos na memória dos moradores da Rua Afogados. Torna-se, portanto, herdeiro de uma família tradicional,¹⁸⁸ conectada ao mundo açucareiro, embora conviva com cenários modernos desde a sua infância, pois é educado no Colégio Batista Americano Gilreath, no Recife, terminando o estudo secundário em 1917, tendo como

¹⁸⁸ Ser tradicional não está relacionado a um tempo passado ou a um espaço distante da cidade. Ser tradicional é uma conduta, um comportamento, um gênero de atitude. Numa família tradicional, por exemplo, seus membros são capazes de renunciarem a muitas ambições pessoais (como casar com pessoas não aconselhadas pelos pais) para manter intacta a honra familiar.

paraninfo de turma o historiador Oliveira Lima, de quem se tornará amigo. Em 1918, viaja aos Estados Unidos para estudar, outro “toque” moderno na sua educação, pois não foi para a Faculdade de Direito do Recife nem para Coimbra ou Paris. Conclui seu curso superior em Artes Liberais na Universidade de Baylor (Waco, Texas), defendendo, posteriormente, sua dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais, na Universidade de Colúmbia (Nova York), com o título *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century*¹⁸⁹, em 1923. Porém, mesmo convivendo com um mundo irradiado de novidades, de luzes e de costumes nada comuns ao Brasil, centra seus estudos na realidade brasileira, produzindo obras polêmicas, teses sobre a supremacia cultural e histórica da região, escrevendo a partir do olhar do alpendre da casa-grande, assumindo, conforme D’Andrea, o *ponto de vista da sociedade patriarcal, polida e civilizada em sua concepção de regionalismo-tradicionalista*¹⁹⁰.

Além dos inúmeros artigos de jornais e de revistas, palestras e conferências, Gilberto Freyre escreve um conjunto de obras que tomam o Nordeste enquanto *locus* privilegiado, publicando *Casa-Grande & Senzala*¹⁹¹ (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936), *Nordeste* (1937), *Um Engenheiro Francês no Brasil* (1940), *O Mundo que o Português Criou* (1940), *Região e Tradição* (1941), *Problemas Brasileiros de Antropologia* (1943), *Perfil de Euclides e outros Perfis* (1944), *Sociologia* (1945), *Ingleses no Brasil* (1948), *Aventura e Rotina* (1953), *Ordem e Progresso* (1959), *Jazigos e Covas Rasas* (s/d), *A Propósito de Frades* (1959), *Vida, Forma e Cor* (1962), *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros no Século XIX* (1963), *Contribuição para uma Sociologia da Biografia* (1968), *Além do Apenas Moderno* (1973), *Modos de Homem e Modas de Mulher* (1986). Além desses títulos, organizou, em 1925, *O Livro do Nordeste*, em comemoração ao centenário do Jornal Diário de Pernambuco. Suas obras

¹⁸⁹ Vida Social no Brasil nos meados do Século XIX.

¹⁹⁰ D’ANDREA, M. S. *A polêmica revisitada: regionalismo e modernismo*. <URL><http://www.Ufpe.br/eso/revista1/moema.html>. Acesso em 07 mar. 2001.

¹⁹¹ *Casa Grande & Senzala* é a primeira de uma série de obras que abordam a família brasileira. Publicado em 1933, inicialmente pela livraria Schmidt Editora, essa obra lança Gilberto Freyre no cenário intelectual nacional e internacional. Os demais livros desse autor que formam, juntamente com *Casa Grande & Senzala*, um conjunto de obras visto muitas vezes pelos críticos como de caráter “regionalista” são: *Sobrados e Mucambos* (1936), *Ordem e Progresso* (1959) e *Jazigos e Covas Rasas*. Em 1937, a Schmidt publicou em média 20 mil exemplares de *Casa Grande e*

provocam reações dos modernistas, devido a posturas conservadoras, *não condizentes com a modernidade*, vindo a se tornar o autor mais importante do movimento regionalista-tradicionalista, difundindo um conjunto de normas que deram visibilidade a um modo peculiar de ser família, radicando-o na tradição e deslegitimando a modernidade, vista e dita como descaracterizadora dos “bons costumes”.

Recife, 1923. Voltando dos Estados Unidos da América, Gilberto Freyre apeia-se em terras pernambucanas. Lançando um olhar para Recife, choca-se diante do ritmo acelerado da cidade, dos apitos de fábricas e dos ruídos de carros. Mais um olhar sobre a cidade. Mais um choque, um “tremor” abalou o seu íntimo ao perceber que o múltiplo, simbolizado pelas cores que a “modernidade” lhes apresentava estava diante de seus olhos. Aquietando-se no Recife, Freyre passa a relembrar os tempos, as estações de trens, os engenhos e a sociabilidade que lhe marcaram, por ele denominada de “tradicional”. Caminha, quase sempre, em direção ao passado, embora tenha que conviver com o ambiente presente em que os bondes elétricos encurtam as distâncias espaciais, mas aumentam as temporais. Diante de seu olhar em retrospecto, aparece quase sempre o passado da casa-grande e da arquitetura social do engenho, um mundo que, para ele, era de “pouco sofrimento” e de muitos prazeres. Diante de seu olhar, estavam a reinar os “tempos modernos”, os agitos de uma época que marcaria as brigas intelectuais em torno de uma discussão: regionalistas *versus* modernistas; freyreanos *versus* simpatizantes de Inojosa e dos rapazes “modernos” do Rio e de São Paulo, representados por Mário e Oswald de Andrade.

Novos códigos estéticos, higienistas e jurídicos se inscreviam no Brasil nesse momento, como já demonstrado na cena anterior. A Europa *fin-de-siècle* exportou, principalmente via Paris, modas e modos diversos, espalhando-se por vários outros países, inclusive o Brasil. Uma dessas modas, o duelo, era uma forma que os homens ricos tinham para resolverem as suas divergências, em especial as referentes à honra. Ao invés de recorrerem à vulgaridade de murros,

Senzala, um número expressivo para os padrões da época. Cf. SORÁ, G. *A construção sociológica de uma posição regionalista*. Revista Bras. de Ciências Sociais. V. 14, n. 40. 2000.

pauladas e finca-pés, o duelo entrou em gosto como *um dos expedientes invocados pelo homem de bem, para distingui-los da turba dos malnascidos e malformados*¹⁹². No Brasil dos anos 20, o duelo não se deu com pistolas *mauser* ou com revólver *colt*, mas entre revistas, pasquins e jornais diversos, opondo-se regionalistas e modernistas num duelo de força intelectual que levou a década de 20 a experimentar cenários e entrecos, temas e atmosferas, tipos e situações comuns a um clima de belicosidade intelectual. Defender a história ou a memória, a vitrine ou o antiquário, o passado ou o presente, o arcaico ou o moderno, o regionalismo ou o modernismo? Era a atmosfera que pesava sobre esse momento histórico.

Em 1923, a cidade do Recife já estava tatuada por cores que chocavam Freyre e feriam o orgulho de representante de um tempo passado e de um espaço regionalista. Para o discurso regionalista-tradicionalista, as padronizações modernas não respeitaram os vínculos que Recife mantinha com as famílias do engenho, com o sangue que corria nas veias de iaiás, de ioiôs, de negros e de agregados. O caldo da cana, o açúcar mascavo, a rapadura, a cachaça e a prosperidade econômica do Brasil (séculos XVI-XIX) eram enterrados pela linha de montagem, pelas mercadorias industrializadas nos distritos industriais da Europa, tornando o banguê uma engenharia obsoleta no cenário da metrópole recifense. O engenho parecia sufocado pelos ventos da mudança e a sociabilidade tradicional declinava-se ao receber golpes mortais e impessoais dos personagens da cidade, a qual aparecia estandardizada, padronizada em sua arquitetura pela influência do Rio e de outras metrópoles. Parecia uma produção em série, respondendo aos apelos do capitalismo internacional. A cidade do Recife tornava-se um ser antropofágico, comendo o estrangeirismo, digerindo o que vem de fora. Assim se reportou o cronista “*Fru*” para a revista *A Pihéria*: *Desembarcou no Cais do Recife, Gilberto Freyre, o ilustre “filho da Mauricéia”, saltou na antiga lingüeta e não gostou. Achava o Recife mudado e requintadamente extravagante. Deu logo por falta das Gameleiras. Indagou-se com a derrubada dos Arcos da Conceição e Santo Antonio. Verificou contra a*

¹⁹² MOISÉS, C. F. Proust, um poeta fin-de-siècle. In: *Revista Cult*, ano V, nov. 2001, p. 11.

*largura das avenidas, ruas e sem árvores, escancaradas. E quase perdeu a cabeça quando soube da destruição da Sé de Olinda*¹⁹³.

Assustado, o “filho da Mauricéia” tenta recoser o passado, chamar à existência a unidade familiar, recriar a homogeneidade que ele afirma existir no engenho, remendar a sua originalidade e a dignidade, construindo ao redor do pai uma aura sacra, religiosa que, ao lado da mãe, formam o altar familiar, adorados pelos filhos¹⁹⁴. Por sua identidade com essa sociabilidade que estava declinando ao confrontar-se com uma “subjetividade maquínica” que ora emergia, Freyre sai à procura de fontes que possam dar vitalidade e visibilidade ao cenário que para ele estava se perdendo. Rebelar-se contra a ordem atual e cria outras, constrói referenciais, subjetiva outros valores. Isso ele faz buscando explicações na Sociologia, na História, na Etnologia, na Antropologia de Franz Boas, mergulhando na história oral, na geografia, reunindo artefatos que possam servir de fontes para a confecção de *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*, buscando em outros saberes um sentido para compreender a família tradicional, apagando as rupturas que mancham a coesão regional.

Guillermo Giucci, comentando o lugar da cidade do Recife nas obras de Freyre, argumenta que no discurso desse sociólogo aparecia um panorama “racionalista” da cidade e da “alma pernambucana”. Em Freyre, *passado e presente se cruzam em uma cidade que prefere enamorados sentimentais a admiradores imediatos. Recife aparece retratada como uma cidade híbrida, marcada pelas influências culturais mais diversas*¹⁹⁵. Esse pensamento pautado no evolucionismo social e na antropologia racial, proporcionou a Freyre inventar uma hierarquização dos valores, pensando a família como um *continuum* evolutivo, destacando o passado como superior e o presente como subalterno.

Andando pelas ruas e avenidas iluminadas pelas lâmpadas elétricas inventadas por T. Edison, Freyre vê uma cidade envolta pelos novos prédios (lojas comerciais, escritórios de advocacia, consultórios médicos, salões de festas) que despertavam a curiosidade dos transeuntes e consagravam os novos

¹⁹³ FRU. *Ridículos (reportagens Ligeiras)*. In: Revista A Pihéria, 18 abr. 1925, n. 186, ano: V.

¹⁹⁴ FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*.

saberes de urbanistas e arquitetos. Torres e cúpulas se agigantavam no Recife. Os prédios da “civilização” (teatro Moderno, cinema Polytheama, cafés) e as vozes da urbanização (carro ford, carnaval, multidão de operários e de anônimos na rua, bondes ligando os bairros da cidade) se apresentavam oponentes diante do sociólogo de Apipucos. O centro urbano, as atividades comerciais e empresariais, os “*big-business*”, a luz e a multidão de desconhecidos assustavam o rapaz que saía daquele lugar ainda adolescente. Uma rede maior de transações econômicas, de comunicações, de movimentos de pessoas e mercadorias já era visível na capital de Pernambuco. À Recife de Freyre adolescente, que aos 18 anos vai estudar nos EUA, contrapunha-se uma cidade alvoroçada, de grandes edifícios e muita agitação, mergulhada em uma nova sociabilidade e em um novo tempo, marcada e manchada por outras cores capitalísticas.

Freyre sentia-se desorientado pelas múltiplas faces da cidade e pelas novas subjetivações que os sujeitos assumiam em 1923: ação coordenada pela disciplina mecânica, espaço fragmentário, concentração de tensões, cultura de referência instável e descontínua. Para a formação discursiva regionalista-tradicionista, os senhores de engenho não eram heróis nesse território de uma emergente geração de jovens com idéias forjadas pelo ambiente da técnica e da disciplinarização dos corpos. Amava-se mais as corridas no jóquei-clube do que a bagaceira, as partidas de futebol do que as brincadeiras com carneiros e com o moleque leva-pancadas, as matinês dançantes do que as festas no dia da “botada”. Cultuava-se mais as figuras de médicos, engenheiros, arquitetos do que as dos senhores de engenho. As gordas e matronas iaiás iam perdendo visibilidade num contexto em que eram glorificados o corpo esbelto e os exercícios físicos. Eram outros os teatros do vício, pensados por esse discurso regionalista de maneira depreciativa, estranha, que provocavam disfunção nos “costumes normais” da sociedade¹⁹⁶.

¹⁹⁵ GIUCCI, G. *Gilberto Freyre: as cidades*. In: Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2001, p. 163.

¹⁹⁶ Sobre o impacto que essas transformações urbanas provocaram na sociedade do Recife no início do século XX, o livro *Ordem e Progresso* é enfático nessa questão, abordando como tudo isso modificou os hábitos de uma cidade e de uma população. Cf., ainda, *O Manifesto Regionalista de 1926*. 4ª ed., Recife: IJNPS, 1967.

A República engatinhava seus primeiros passos e, nestes, o século XIX era visto e dito pelo discurso moderno, como *A Arte Moderna* de Joaquim Inojosa, cada vez mais como “atrasado”¹⁹⁷. Freyre percebia, também, que a moda era um “bem” cada vez mais consumido¹⁹⁸, cuja linguagem favorecia a construção de um novo comportamento social. Desde a primeira década do século, que os chapéus (chapéus de coco, de palha ou do Chile) invadiram o cenário urbano, desbancando a cartola. Era um momento de vitória do almofadinha sobre o “arigó”, da melindrosa sobre a “caipira”, do *rouge* sobre o carmim, do paletó-saco sobre o fraque, do charuto sobre o rapé. O homem “elegante”, em 1923, caminha diante de Gilberto Freyre com barbas e bigodes raspados, cabelo rente, chapéu Borsalino, colarinho e punhos de linho, com gravata *plastron*, com bengala e com uma “legião de termos estrangeiros”, como *smart*, *chic*, *snob*, deslegitimando os senhores de engenho de camisa de casimira, de pés-de-chinelo, de calça de fustão. Esse homem de “espírito jovem” trocou o pince-nez pelos óculos com aro, a casaca pelo *pullover*, o patacão pelo relógio de pulso, a casa-grande pelo sobrado urbano e pela nova arquitetura. Essa transformação nos comportamentos e nos trajes aristocráticos incomodava Freyre, insatisfeito com a nova ordem social que emergia:

*A vida social (ou mundana, como se dizia, então) se fazia nos clubes, teatros e festas. Também o hábito de freqüentar as praias começava a ser uma prática de lazer, apesar de ainda predominarem as viagens às casas de campo nos arrabaldes e interior (...) Irrompia uma nova classe: a burguesia de comerciantes, fazendeiros, industriais, pequenos e médios proprietários, que recebiam os seus convidados a doce e vinho do Porto, em salas em que expunha os seus retratos em molduras douradas*¹⁹⁹.

¹⁹⁷ INOJOSA, J. *A arte moderna*. Recife: Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio, 1924.

¹⁹⁸ FREYRE, G. *Modos de homem, modas de mulher*. 3ª ed., São Paulo: Record, 1997.

¹⁹⁹ HÉLIO, M. *O Brasil de Gilberto Freyre*. Recife: Comunigraf, 2000, p. 33.

Freyre, é importante que se registre, não se constituiu no único intelectual que transita nesse ambiente de mudanças rápidas. Outros personagens caminhavam nesse cenário metálico, pois emergia, nessa década, uma vasta produção discursiva que circulava em jornais (Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Jornal Pequeno), em revistas (Mauricéia, Revista do Norte, Dom Casmurro, A Pilhéria), em anais de congressos e de seminários, em romances e em livros, em torno do regionalismo, do modernismo e do nacionalismo. No entanto, cada um desses personagens vivia diferentemente as mudanças bruscas, entrava diferentemente nos espaços exclusivos de uma elite emergente. No entanto, para a confecção desta Cena apenas o discurso freyreano será utilizado como *corpus* de análise, um tecido textual fabricado frente a um cenário moderno que se movia na contramão do passado. Diante da impossibilidade de pensar a condição da família no presente como referencial, como possuidora de uma “essência sagrada”, Freyre inventa um cenário passado, um memorial no qual e através do qual fala, vive, escreve e se define enquanto homem e enquanto intelectual.

Vendo essa reviravolta de valores já analisados outrora, Freyre assusta-se com o desaparecimento das figuras das iaiás e da emergência de uma mulher menos subserviente. Em *Tempos de Aprendiz*, o sociólogo pernambucano deixa explícito que a integridade de uma família sadia e de uma nação harmônica dependeria da capacidade das famílias rurais em se conservarem longe do cosmopolitismo, do frenetismo das grandes metrópoles. O presente é exorcizado pelo discurso da negação, visto como um veículo burguês que atropela os valores tradicionais. Nessa tônica, as cidades são classificadas como o *grande mal do Brasil*, ao mesmo tempo que os interesses da “família brasileira” seriam sintetizados aos da chamada família patriarcal. Toda metamorfose que venha desestabilizá-la, a exemplo do discurso feminista, é vista e dita por Freyre como uma maledicência, um vírus nocivo ao “interesse nacional”, um perigo que pode provocar o caos, segmentar a família, desordená-la, romper com a norma e com as regras tradicionais. Para Freyre, a nação dependeria de uma família rural estabilizada e esta se projeta pelo binômio regionalismo e tradicionalismo. É um regionalismo que busca, sobretudo, a identidade espacial e, dentro desta, procura

mitificar a vida tranqüila da casa-grande,²⁰⁰ a fisionomia da família agrária, que “fora o centro da civilização brasileira”. Em seus discursos, Freyre construiu uma “sociologia da saudade”, tentando reter o tempo, torná-lo perpétuo, controlado, capaz de voltar todas as vezes em que fosse invocado²⁰¹.

Numa família assentada no masculino, os homens procuram se proteger o tempo inteiro para não ver ameaçada a sua posição hierárquica. Nas obras de Gilberto Freyre aqui analisadas, há o esboço de uma rostidade familiar marcada pela verticalização dos sexos, sendo o masculino visto e dito como o “todo poderoso”. Essa abordagem histórica e antropológica objetiva instituir um espaço discursivo para esse modelo de família, uma origem para esses homens “ másculos”, agora em declínio. Uma família cujo perfil social tenha sido dado pelas relações do homem com a terra, com o escravo, com os animais, nascido e forjado seu caráter nacional em contato com o meio e com a terra.

A sociabilidade que marcara a infância e a adolescência de Freyre estava em crise, cujos homens ligados à produção canavieira fragilizavam-se desde o final do século XIX, com a emergência dos produtores de café, residentes no Centro-sul do país. Os homens se “horizontalizavam” diante da quebra das hierarquias de gênero. Se a sociabilidade do engenho estava morrendo com a história, era preciso salvá-la na memória. Com o surgimento da produção discursiva modernista e dos hábitos ditos e vistos como burgueses, era mister criar uma referência para a família que habitava a geografia Nordeste, para que, através dela, se pensasse o “regional”, a “cultura regionalista”, a identidade nordestina com suas caras, seus modos e, sobretudo, sua linguagem estereotipada. Em Freyre, é perceptível a sua intenção em preservar um espaço tradicional, partindo das lembranças, fatos e experiências da infância ou de traços característicos do que chama “família regional”. Nesse regionalismo, as construções imagético-discursivas jogam com imagens entre o mundo tradicional e o civilizado, o rural e o citadino, entre a espacialidade natural e a artificial, entre o espaço da memória e o espaço da história. Esse discurso participa de um mesmo padrão de visibilidade, de olhar as transformações históricas que

²⁰⁰ ALBUQUERQUE Jr. D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. p. 137-145.

²⁰¹ FREYRE, G. *Tempos de aprendiz*, vol. 1. São Paulo: Ibrasa, 1979.

dilaceram as territorialidades tradicionais, principalmente o engenho, visto como o centro da história do Brasil:

Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários de seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores²⁰².

As obras *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso* formam, em sua totalidade, um conjunto de proclamações enfáticas sobre as tradições familiares, apresentando feitos memoráveis capazes de levar os sujeitos a partir dos anos 20 a criarem um sentimento ufanista quanto ao passado. Os anos 20 e 30 marcam, também, uma tentativa de se construir um caráter e uma identidade nacionais.

Esses anos também viram os Estados Unidos começarem a desafiar a França como influência cultural estrangeira predominante. A cultura popular norte-americana, alimentada por uma crescente inundação de programas de rádio, discos e filmes de Hollywood criaram um fascínio para os brasileiros urbanos. Essa batalha contra a vassalagem cultural do país é o pano de fundo do surgimento de Gilberto Freyre, o historiador-sociólogo, como o mais famoso intérprete da identidade nacional brasileira no século XX²⁰³.

Era preciso inventar um conceito que ligasse o presente às tradições. Essa tarefa de criações conceituais se faz acompanhada de um interesse pela história do Brasil, das famílias desde o Período Colonial, mostrando o momento

²⁰² FREYRE, G. *Manifesto Regionalista*, 4a ed., Recife: IJNPS, 1967, p. 34

da colonização portuguesa, as raças que formaram o Brasil, as mudanças históricas do Período Imperial, o impacto que as famílias tiveram com a emergência de novos hábitos a partir do século XIX, que ganharam visibilidade em *Sobrados e Mucambos*. Essas mudanças, muito mais presentes no século XX e no contexto histórico em que Freyre volta dos Estados Unidos, bastante evidenciadas em sua obra *Ordem e Progresso*, impulsionaram esse autor a “reabilitar” a tradição visitando-a através da memória, adquirindo, na sua visão, uma questão crucial para todos os que se importassem com as famílias em seu caráter tradicionalista. Numa tentativa de salvar as famílias dos enredos modernos, essas obras vêm dar visibilidade aos homens e mulheres ditos patriarcais em seu cotidiano, lançando mão de duas estratégias fundamentais: a metodologia utilizada em seus escritos e o regionalismo. Utilizando linguagem bastante compreensível, muitas vezes com expressões retiradas da linguagem oral, esse autor constrói uma história do passado calcada na rememoração, na nostalgia, como tática de levar o homem do presente a desejar reviver a história de antigamente. Para essa metodologia, é empregada a defesa do regionalismo, vasculhando as famílias antigas mediante um olhar teleológico, mostrado como exemplo a ser seguido na “República Feminina”.

No intuito de criar uma “identidade ideológico-literária” para as famílias e para o Nordeste, Freyre inspira-se, segundo D’Andrea, num grupo de tradicionalistas da França e de Portugal. Na França, os mestres de sua inspiração foram nomes que reinventaram a tradição, influenciando-o *no terreno das idéias, tanto na política como na literatura (...) Nomes como de Bonald, Le Play, Barrès Maurras são freqüentemente invocados na defesa da concepção regionalista pelo autor de Região e Tradição e por seus seguidores nordestinos, tais como José Lins, Aníbal Fernandes, Mário Marroquim, Valdemar Cavalcanti e outros*²⁰⁴. Sobre sua apropriação do grupo tradicional português, é o próprio Freyre quem comenta em artigo escrito para o Diário de Pernambuco:

²⁰³ SKIDMORE, T. apud HÉLIO, M. op. cit. p. 38.

²⁰⁴ D’ANDREA, M. S. *A Tradição (Re)Descoberta*. Campinas, 1987, p. 38-39.

Estive em contacto direto com “Integralistas”, isto é, monárquicos, “d’ avant garde”, e com os homens da Seara Nova, que são a “ala dos namorados” – para usar de novo frase histórica – da democracia livre pensadora de Portugal. Há, entre estes, indivíduos de notável talento: ao sr. Câmara Reis e ao Sr. Antônio Sérgio tive o prazer de conhecer pessoalmente. Cuido, porém, que só o observador desequilibrado pela mais rasgada imparcialidade de sentimentos negaria à ala oposta, a melhor inteligência e a maior bravura de ação portuguesas²⁰⁵.

E ainda,

O movimento antiliberal português, longe de ser puro esprit de minorité, é um esforço consciente de reintegração do país no seu caráter e nas suas tradições, desfiguradas por uma espessa camada de cem anos de constitucionalismo acaciano e, ultimamente, de delírio demagógico²⁰⁶.

Em 1923, Freyre inicia, no Brasil, uma vida de pesquisa, de escrita e de palestras, dando algumas "fugidas", de vez em quando, para ocupar cargos políticos, sendo secretário do governador de Pernambuco Estácio Coimbra (1926-1930) e Deputado Federal (1946-1950). Desse último cargo, resulta o projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no Recife.

Através de seus artigos numerados no Diário de Pernambuco, posteriormente publicados em livro sob o nome *Tempos de Aprendiz*, Freyre lança as bases de seus fundamentos históricos e antrope-sociológicos. Firmando o seu olhar em Pernambuco, assentando raízes no denominado “Nordeste açucareiro”, traça a fisionomia da família brasileira, interpretando, no dizer de D’Andrea, a “totalidade brasileira”. Mas essa totalidade é indiferenciada, servindo

²⁰⁵ FREYRE, G. *Tempo de Aprendiz*. v. 1, p. 277.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 277.

de base de *um nacionalismo etnicamente íntegro*. Esse nacionalismo apresentava-se em Freyre entrelaçado por um conjunto de regiões coesas, de famílias homogêneas, *explicáveis por endógenas e exógenas relações culturais harmoniosas e subjetivamente tratadas, sem nenhum traço de contradição que empanasse a unidade nacional*²⁰⁷.

Lins do Rego, somando vozes ao coro regido pela batuta freyreana, também participa da elaboração discursiva da “família patriarcal”, louvando os seus atos e preservando-os, vistos como requisitos para a formação de uma nação coesa e harmônica, centrada na “ordem” e não na “anarquia”: *Porque afinal de contas o nosso único destino é o destino de homens rurais. Não somos nem militaristas, nem positivistas, nem democratas, nem futuristas. Somos senhores de engenho, fazendeiros e católicos apostólicos romanos. Fugindo daí estamos de braços com a anarquia, porque fugimos de nossa verdadeira vocação*²⁰⁸.

A criação do conceito de família patriarcal, de certo modo, vem responder à angústia da elite açucareira que projetava-se em liquidação diante dos cafeicultores. Oferece à elite nordestina uma representação bem elaborada de homogeneidade cultural e de harmonia no convívio entre as classes, descartando os entraves da estrutura social, as “tortuosidades” que poderiam “manchar” o caráter nacional. Esse modelo de família sem conflitos ou com conflitos resolvidos pelo “patriarca” também era uma alternativa confortável a ser aceita fora das fronteiras do Nordeste, pois de um lado reafirmava o prestígio sócio-político e cultural da oligarquia do açúcar e, de outro, contribuía para realinhar o modelo de patriarcalismo à emergente ordem industrial, mediante a exclusão de conflitos e tensões que indicariam os desconfortos dos ajustes feitos de cima para baixo²⁰⁹.

Mesmo convivendo com as renovações que a *Belle Époque* proporciona, Gilberto Freyre consolida-se a partir dessa década como intelectual *de uma região considerada conservadora, com uma sociedade de procedimentos*

²⁰⁷ D'ANDREA, M. S. op. cit. p. 88.

²⁰⁸ REGO, J. L. do. “Carta de uma geração aos srs. Gilberto Freyre e Jackson de Figueiredo”. Apud D'ANDREA, M. S. op. cit. p. 89.

²⁰⁹ Confira D'ANDREA, M. Op. cit. BURITI, I. op. cit., p. 24.

*arcaicos, não condizentes com a modernidade*²¹⁰, escrevendo uma série de obras onde a aplicabilidade do conceito de família patriarcal está presente, insistindo em transformar em *grânulo poético o dado histórico que se deposita no poço(...) da memória histórico-cultural*²¹¹. Assim se reportou Rezende:

*A defesa das tradições faz, realmente, de Freyre, um intelectual com uma certa singularidade. Ele não atacava a modernidade em todas as suas dimensões. Simpatiza com as renovações acontecidas na produção cultural, com manifestações das vanguardas artísticas européias. A questão fundamental trata de saber como absorver essas renovações sem afetar a originalidade da cultura brasileira, na sua mistura que ele tanto diz admirar. O mundo das invenções elétricas não lhe atrai. Mostra temor o declínio das humanidades, critica as especializações e o industrialismo. O regional lhe fascina e é ponto básico das suas reflexões. As suas simpatias com o modernismo não são de forma alguma absolutas, sobretudo com o que propõem os intelectuais paulistas. Razões para suas polêmicas, ao mesmo tempo material para busca de conciliar o moderno com o tradicional e firmar sua singularidade como intelectual*²¹².

Freyre faz da família brasileira seu grande tema de investigação, tentando salvá-la do esquecimento. As novas formas de sociabilidade familiar, simbolizavam, conforme esse autor, o perigo da desvirilização de homens másculos do Nordeste, representavam a instabilidade regionalista, o caos que se aproximava para deflorar o paraíso da tradição. O discurso sobre a família patriarcal fornece, portanto, a moldura capaz de enquadrar o passado, de extirpar as tensões que obstaculizam criar uma identidade regional.

²¹⁰ REZENDE, A. P. op. cit., p. 137.

²¹¹ D'ANDREA, M. S. Op. cit.

²¹² REZENDE, A. P. op. cit., p.150-151.

Freyre nasce num Brasil rural, rumo ao urbano, vivendo um tempo fronteiro entre a tradição e a modernidade, o apego à região e a emergência de mudanças na concepção de espaço. Diz Raymond Williams:

A maioria das pessoas, antes de adquirir qualquer educação literária, aprende a conhecer e a dar valor à vida tradicional – bem como a sentir as tensões por ela impostas. Vemos e aprendemos com base no modo como nossas famílias vivem e se sustentam; um mundo de trabalho e costumes locais, e de crenças tão profundamente dissolvidas nas ações cotidianas que de início nem sequer sabemos que são de fato crenças, passíveis de mudanças e questionamento. Muitas vezes, a educação que recebemos nos fornece uma maneira de encarar essa vida que nos permite enxergar outros valores alheios a ela (...) Muitas vezes sabemos (...) o quanto são necessários esses valores advindos da instrução, esses interesses intelectuais, nos lugares onde a tradição eqüivale a estagnação, ou onde velhas ilusões continuam a ser repetidas como se fossem verdades atemporais. Sabemos em particular, o quanto tais valores são necessários para que se possa entender a mudança – a mudança ocorrida no coração daqueles lugares onde vivemos, onde trabalhamos, onde fomos criados²¹³.

A novidade é vista por Freyre com estranhamento, como se as famílias estivessem sendo possuídas pela presença de um estranho, de um intruso. E na valorização do campo, Freyre desenha a cidade como um espaço de perversão, de desvalorização dos padrões morais, de consumismo supérfluo. O progresso tecnológico e a modernização são ditos como agentes que perturbam o equilíbrio social, daí a sua insatisfação com os papéis que eram atribuídos a cada gênero com a implantação da República, cujas fronteiras entre o masculino e o feminino pareciam fragilizadas e debilitadas, desagregadoras, portanto, do *verdadeiro caráter nacional*. Sobre Freyre, diz Albuquerque Júnior: *O capitalismo, as relações sociais burguesas de produção e consumo, as instituições sociais e políticas*

²¹³ WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. 2 ed., São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 11 e seguintes

*burguesas, bem como sua sensibilidade e cultura são consideradas por ele como desagregadores e não formadores de nossa nacionalidade*²¹⁴.

Freyre não se entusiasma com o Movimento Modernista que irrompera em São Paulo, em 1922, nem com as figuras de Inojosa, de Mário e de Oswald de Andrade: *Parece desdenhá-lo, mas o que pretende mesmo é criar o seu próprio modernismo, ao seu modo tradicionalista e regionalista*²¹⁵. Defende a “ordem estruturada” e manifesta-se contrário aos novos saberes introduzidos pela República, criticando a pluralidade de mudanças e de deslocamentos que o presente descortinou. Freyre “treme” com o Modernista Mário de Andrade, ao inventar um personagem, um filho brasileiro sem nenhum caráter. Macunaíma representa a década de 20? Ou Macunaíma representa a geração da nova estética familiar brasileira, sem identidade, sem referenciais, sem “consciência tradicional”? Então, se, como Macunaíma, a família brasileira não tinha ainda uma identidade, era urgente, para os intelectuais, construí-la. No entanto, a pergunta: construir uma imagem e uma identidade familiar a partir de quais referenciais? Para Freyre, o comportamento da família do engenho deveria ser o modelo a ser seguido. Para os modernistas, a referência era outra: o discurso burguês, moderno e inovador. Daí as constantes polêmicas entre modernistas e regionalistas a partir da década de 20: a casa-grande brigava com a nova arquitetura, a bagaceira com o cinema, com a “Rua Nova” para se firmar como marca da identidade familiar; a “democracia liberal” republicana ameaçava a centralização hierárquica do “patriarcalismo”. Para Freyre, a educação dos sentidos deveria ser programada de forma que houvesse uma volta ao passado:

Entre nós, impõe-se, como disse, uma campanha que nos habilite a contrariar um pouco a atual volúpia da novidade. Entre os meninos de escola, entre os rapazes de faculdade, entre os moços que são os mais plásticos, deveria estabelecer-se um Dia do Passado. Ou da tradição. Um dia em que recolhêssemos misticamente ao Brasil brasileiro dos nossos avós; e falássemos deles.

²¹⁴ ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. p. 97.

²¹⁵ HÉLIO, p. op. cit. 65.

O instinto da criação alimenta-se do passado; só o de aquisição prescinde dele. Mas uma estética e uma organização política adquirida é apenas um empréstimo a 90%; não identifica um tipo nacional de cultura. Não representa nenhum esforço próprio, íntimo, interior, heurético. Daí o ainda feder a goma arábica nosso regime político de 89; e o ridículo do atual “futurismo” dum grupo de rapazes de São Paulo²¹⁶.

O Centro-sul, por exemplo, era descrito como perigoso para o Nordeste, porque tinha roubado o vigor econômico, desfibrado a política regional, arrancado o tutano que sustentava os políticos de punhos fortes da “região do açúcar”, agora queria desvirtuar até mesmo a família, a igreja, os valores morais, a masculinidade tecida no solo massapé! Queria impor um comportamento desregrado, patológico para o solo nordestino? Ah! Isso não! Era duro demais para os tradicionalistas deixarem o cata-vento da modernidade rodopiar no Nordeste e estragar as famílias abençoadas pelo “padres patriarcais”²¹⁷. Nesse sentido, os artigos de Freyre no Diário de Pernambuco representam, na década de 20, um papel pedagógico quanto à educação dos sentidos dos seus leitores. É Álvaro Lins que assim o define:

Os seus primeiros artigos do Diário de Pernambuco, nos anos de 1922-1925, representavam um pouco aquele mesmo papel das crônicas de Ramalho Ortigão nas Farpas: um papel pedagógico no melhor sentido. O Sr. Gilberto Freyre procurava ensinar os brasileiros a vestir, a comer, a ler, a construir as suas casas e os seus jardins, a viver, afinal, dentro das condições de seu clima e das suas cidades(...) Todas no sentido

²¹⁶ FREYRE, G. *Tempo de aprendiz*. vol.1, p. 279.

²¹⁷ Acerca do “padre patriarcal”, símbolo da sociedade de machos, com um grande número de filhos e também representante político da região, confira ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *O nordestino e a invenção do falo*. p. 28.

de realizações mais humanas e mais brasileiras, mais verdadeiras e menos enfáticas, mais naturais e menos retóricas²¹⁸.

Em seus discursos pretende criar um modernismo ao seu modo regionalista, reconvertendo posições sociais 'tradicionais'. Mas é um modernismo contraditório, que concilia, de forma precavida, os elementos da tradição com os da modernidade, pois para Freyre, *mesmo com as fundas alterações sofridas na ordem social e que o separam tanto do seu passado, continua o Nordeste a parte mais brasileira do Brasil; a mais característica*²¹⁹, digna, portanto, de ter recuperada e preservada a sua memória. José Lins do Rego, fortalecendo o discurso regionalista, reafirmava o que o sociólogo de Apipucos divulgava e defendia. Criticando os simpatizantes do modernismo, como rapazes que engoliam as novidades do exterior sem fazer uma digestão saudável, diz:

*Havia nessa época o movimento modernista de São Paulo. Gilberto criticava a campanha como se fosse de outra geração. O rumor da Semana da Arte Moderna lhe parecia muito do movimento de comédia, sem importância real. O Brasil não precisava do dinamismo de Graça Aranha e nem da gritaria dos rapazes do sul; O Brasil precisava era de se olhar, de se apalpar, de ir às fontes de vida, às profundidades de sua consciência. Nesse sentido, o Regionalismo do Congresso do Recife merecia que se propalasse por todo o Brasil porque é essencialmente revelador e vitalizador do caráter brasileiro e da personalidade humana. Com um Regionalismo desses é que poderemos fortalecer mais ainda a unidade brasileira*²²⁰.

²¹⁸ LINS, A. Regionalismo e universalismo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 jul. 1941, p. 2 e 3 (grifos nossos)

²¹⁹ D'ANDREA, Moema S. op. cit.

²²⁰ REGO, J. L. do. "Gilberto Freyre". In: *Gordos e Magros: ensaios*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942, p. 116, apud D'ANDREA, M. Op.cit. (grifos nossos)

Gilberto Freyre, portanto, singulariza a sua produção bibliográfica na defesa do regionalismo e da família tradicional. Escreve artigos e livros recuperando a sociabilidade do antigo bangüê. É um dos múltiplos olhares analisados nesta tese, porém, se constitui no principal intelectual nordestino que fez emergir e institucionalizar o conceito de família patriarcal, traduzido por nós como uma expressão que parte de um sociólogo reagente à sensibilidade moderna, mecânica e histórica. Um conceito que, tendo em vista o contexto histórico no qual foi gestado, pode ser interpretado como defensivo e, ao mesmo tempo, como um contra-ataque às mudanças operadas pela modernidade, estudadas na primeira cena deste trabalho. Esse conceito surge para pensar a família como uma materialidade fixa, como possuidora de uma identidade baseada nos costumes, na moral, na dominação masculina.

Freyre invoca os “espíritos” da memória, seja esta individual ou geracional, para levar o presente a se reconhecer no passado, condicionando os sujeitos a localizarem no passado e a anunciarem no presente a “família-tradição”, a “família-genealogia”, a “família-árvore” que fixa raízes e produz uma identidade, uma continuidade, um bloco coeso que se protege contra as ameaças do invasor externo, do industrialismo e da efemeridade²²¹. Freyre deixa claro que o seu passado não é nostálgico nem melancólico, porém um tempo que oferece alegrias, contentamentos, excitações, memórias de infantes, relações sociais adocicadas. É uma escavação dos parentescos, uma arqueologia dos nomes, dos doces, do açúcar, de uma história genealógica que parece presa à memória. Não são objetos caducos, não são famílias com amnésia, são lembranças vivas, ressurgências²²².

Essas ressurgências estiveram presentes no I Congresso Regionalista, realizado de 7 a 11 de fevereiro de 1926. Freyre, ao receber a palavra para proferir sua palestra, distribui cocadas pernambucanas e fala sobre as raízes da cozinha nordestina. Em cada cocada distribuída, havia a metáfora da

²²¹ Sobre a relação entre passado e presente, confira JAGUARIBE, B. *Assombração e invenção: a poética do passado em Gilberto Freyre*. In: Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos. Recife, 21 a 24 mar. 2000.

²²² FREYRE, G. *Manifesto Regionalista*, p. 05; FREYRE, G. Regionalismo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 abr. 1925, p. 04; FREYRE, G. A propósito de nomes. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mai. 1925, p. 03.

ressurgência da casa-grande, do escravismo, dos potes de doce de coco, da hierarquização social que era estabelecida na casa-grande. A cocada, ao ser entregue aos participantes do Congresso, é representante de um emblema tradicional: fala de lugares determinados para os gêneros no modelo de família patriarcal. Olhando para a platéia, de cocada na mão, Freyre é enfático: *Toda essa tradição está em declínio. A nova geração de moças já não sabe fazer doces. Já não tem gosto para ler os livros de receitas da família. A verdadeira leitura para as mulheres além dos livros de missas*²²³. Esse discurso reafirma a dominação masculina, legitima a casa, principalmente a cozinha, como o lugar social da mulher, da “moça prendada”. Reclama, também, do abandono das funções tradicionais da família, do desprezo aos valores agrários e dos hábitos instituídos pelo saber católico.

Ao mostrar que as relações sócio-culturais tradicionais estavam em decadência²²⁴, Gilberto Freyre faz uso de um conjunto de metáforas para advertir que nas últimas décadas o Nordeste vinha perdendo sua posição de criador ou de recriador de valores, para tornar-se uma população parasita, que conservava somente relíquias dos “bons costumes” da família do passado, deixando que os “maus-costumes” de fora “dominem”, “imperem”, “reinem” entre nós:

No Nordeste brasileiro, as últimas sombras de velhos senhores de engenho, de “pastorinhas”, de pretalhonas adornadas de miçangas e corais estão a desaparecer, aos clarões insolentes da luz elétrica; e mal se ouvem, com o moderno estridor dos apitos de usinas, os ritmos da música de violões e pandeiros e gaitas de fole em que outrora delirava; ou das vozes macabras dos devotos da Procissão das Almas, ou o agudo das loas das “pastorinhas” ao menino Deus; e vão perdendo o relevo, desfazendo-se em tristes borrões, as paisagens

²²³ FREYRE, G. I Congresso Regionalista de Recife. *Diário de Pernambuco*, Recife, 09 fev. 1926, p. 09. (grifos nossos)

²²⁴ Na concepção de Élide Rugai Bastos, a reflexão de Freyre sobre a decadência “*inscreve-se no clima de debate da questão nos anos 20 e 30, marcados pelas teses de Spengler sobre a decadência do Ocidente*”. Cf. BASTOS, E. R. O tema da decadência em *Sobrados e Mucambos*. In: TAVARES, M. do C.(org.) *Que somos nós? 60 anos de sobrados e mucambos*. Recife: Massangana, 2000, p. 121.

*rurais de outrora, as dos engenhos de “Bangüês”, branquejando-se entre o verde claro dos canaviais mosqueados de negros meio nus*²²⁵.

O conceito de família patriarcal emerge, portanto, num momento de tensão em que os “velhos” senhores de engenho estão a desaparecer. Restam-se apenas sombras das pastorinhas e das negras adornadas de miçangas. Um contexto perigoso, onde os clarões insolentes da luz elétrica tornam visíveis as hierarquias sociais que pareciam desabar, onde “ignorantes” delegados de polícia intimidam os senhores de engenho, “convidados” a comparecerem perante a sua autoridade para prestarem depoimentos. A autoridade paterna tornava-se um “borrão” diante do apito estridente da usina. Nesse tempo de perigo à ordem e ao sossego tradicionais, uma vasta teia discursiva (jornal, romance, propagandas) procura desenhar a família do engenho, compreendê-la, entender suas singularidades, esconder as descontinuidades que lhe atravessam, condensando os demais modelos de famílias a partir do olhar do representante da casa-grande, falando a partir desse lugar. São discursos que, tomados pelo paradigma naturalista, comum ao século XIX, elaboram a família e os seus membros como um produto do meio, resultante de um calor regional, de uma biologia peculiar à região, como se o solo e o clima condicionassem um perfil de habitante para integrar o “nordestino”²²⁶.

Na elaboração de uma memória para a família tradicional, Freyre prega o amor às relíquias, sinônimas de coisas belas. O Recife que o sociólogo prega em seus escritos é o antigo, dos grandes sobrados azuis e vermelhos, das casas de azulejos, das imensas e estonteantes mangueiras que colorem de verde as ruas do Recife, dos arcos construídos em determinados pontos da cidade que apontavam para a perenidade da memória e da tradição; ama o Recife que favorece a linearidade dos hábitos antigos, a regularidade e a monumentalidade do passado. Detesta e despreza o Recife novo, reformado e deformado pelo saber arquitetônico moderno, visto por ele como feio, banal, traidor de sua identidade e de suas tradições, desagregador da estabilidade, insignificante como

²²⁵ FREYRE, G. *Jornal Diário de Pernambuco*, Recife, 27 abr.1924. p. 3

²²⁶ Cf. FREYRE, G. *Manifesto Regionalista*. Recife: IJNPS, 1954.

a Paris de Haussman, como o Rio de Janeiro de Pereira Passos, da Avenida Rio Branco e da Avenida Atlântica. Freyre volta-se para o velho Recife que, como muitas famílias do engenho, ainda resiste mutilado e injuriado²²⁷. É esta a memória que Freyre quer preservar, pretendendo tornar a história controlável, previsível em nome de uma unidade nacional. Ele sente-se desterritorializado diante do dilaceramento dos espaços antigos, amedrontado com a história, com o vir-a-ser. Esse pensamento “romântico-regionalista” toma os valores da casa-grande como eternamente válidos socialmente, identificando as expressões dessa classe social como “místicas”.

Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos e Ordem e Progresso foram escritos por Freyre com o objetivo de criar uma rostidade²²⁸ e uma homogeneidade imagético-discursiva para esse espaço familiar. Preocupava-se em construir uma “história monumental”²²⁹ para a elite ligada ao açúcar, história que “restituísse” os grandes faustos do passado, sustentá-los mediante uma presença perpétua, reecontrando suas criações, suas ações, sua intimidade, venerando os grandes feitos e obstruindo as manifestações atuais da vida e as novas elaborações do presente. Para esse discurso, a família deveria ser regionalista, procurando opor as sugestões da paisagem, da vida e da tradição regionais, ao perigo da imitação do Rio ou de São Paulo, ou da Suíça ou dos Estados Unidos²³⁰. É assim que, elaborando uma arqueologia dos discursos freyreanos, procuraremos mostrar como este construiu as suas imagens de família a partir dos anos 20, momento em que se dava a construção de novas leituras sobre a família no Brasil, fruto da emergência de novos saberes sobre a infância, a feminilidade e a masculinidade.

Nessa ótica, é que percebemos a família patriarcal como fruto de um contexto histórico que impactou Freyre, de uma sociedade urbano-industrial que exigiu uma maior capacidade de alterar identidades, de novas subjetivações. Albuquerque Júnior é enfático ao mostrar que a crise nos códigos tradicionais

²²⁷ SOUZA, O. T. de. Vida literária. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 nov. 1936, 2ª secção, p. 03.

²²⁸ Sobre rostos e rostidades, analise a obra de DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil platôs*, vol. 3, Rio de Janeiro: 34, 1996, p. 31-62.

²²⁹ Acerca da história monumental, verifique o texto de Foucault, *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

²³⁰ FREYRE, G. *Manifesto Regionalista*.

provoca uma sensação de desamparo, de abandono, de desproteção, diante da força ameaçadora do dinheiro:

Com o capitalismo, a terra adquire cada vez mais valor de troca e não de produção. Ela torna-se apenas uma mercadoria. Isso altera a sensibilidade em relação à terra que passa a ser vista apenas como propriedade, perdendo o seu valor telúrico, afetivo. Os velhos códigos morais e sentimentos a ela ligados perdem o sentido. A grande família patriarcal, corpo do latifúndio, tende a se esfacelar no contato com o mundo urbano. Aí, a família é individualizada, higienizada e reintroduzida no lar, onde deixa de ser o grande corpo sócio-econômico, para se tornar “célula mater da sociedade”²³¹.

É, nessa perspectiva, uma fabricação/invenção simbólica, flácida em sua configuração, já que a urdidura que a compõe expressa várias metamorfoses e permanências. Analisar um conceito por esse ângulo, leva-nos a investigar como ele foi construído, como veio à superfície, que práticas sócio-culturais o gestaram e o cristalizaram regional e nacionalmente. Começamos pela primeira peça escrita dessa trilogia: *Casa Grande & Senzala*.

2.2. ENFIADA NO SOLO DO PASSADO: a Invenção da Família Patriarcal em *Casa Grande & Senzala*

Classificada por Darcy Ribeiro como uma monografia etnográfica, a obra *Casa-Grande & Senzala*, escrita em 1933, centra seu estudo na construção do conceito de família patriarcal, descrita por Freyre como grande e numerosa, compondo uma obra em que a figura da mãe - geradora de filhos -, do pai – senhor “absoluto” das riquezas e das pessoas -, dos filhos, das meninas

²³¹ ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*. p. 117.

“*abafadas em sedas de senhoras de idade*”, e dos muitos agregados²³². Esse conceito emerge na década de 30 como uma tentativa de um filho da elite nordestina de erguer uma *identidade mantenedora de velhas imagens cristalizadas de um modelo de homem viril e rural, mas em decadência. Imagem que não necessariamente já existia, mas que, como sua região, também foi criada como ‘antiga’ e defensora das velhas tradições “nortista”*²³³.

Sob os empréstimos antropológicos de Franz Boas, esse conceito foi pensado com tanto empenho por Freyre que tornou-se vencedor sobre os demais, não havendo a mesma dizibilidade e a mesma visibilidade para outros modelos de família na produção discursiva desse período histórico, já que Freyre busca incessante e obstinadamente instituir essa verdade, assumindo, para tanto, embates discursivos na busca do lugar de vitorioso para sua argumentação. Outros modelos devem ter sido propostos, só não tiveram a mesma repercussão, a mesma efetividade, as mesmas regularidades discursivas. No entanto, o nosso objetivo nesta Cena não é perscrutar os discursos de Gilberto Freyre para descobrir esses outros modelos, mas analisar que estratégias foram utilizadas por Freyre para tornar esse conceito dizível e visível na produção literária a partir dos anos 20.

Casa Grande & Senzala e Sobrados e Mucambos foram escritas em um momento histórico em que eram notórias as transformações nos costumes. Recife, como já foi mostrado na Primeira Cena, vivenciava um período de significativas reelaborações sociais. Os discursos de jornais, principal fonte de informação e de formação de opinião na época, mostram essas novas posturas, denotando a evidência de sociabilidades modernas para as famílias ligadas ao processo de crescimento urbano-industrial, da modernização dos costumes, dos serviços urbanos, das áreas de lazer que a cidade ganhava. Esses acontecimentos, sintonizados com uma rede de transformações históricas nacional e estrangeira, são experimentados por Freyre a partir de 1923, provocando-lhe estranhamento, temendo que essas metamorfoses sociais

²³² RIBEIRO, D. *Gilberto Freyre: uma introdução à Casa-Grande & Senzala*. In: Viagem em torno de Gilberto Freyre. Recife: Núcleo de Estudos Freyreanos/Fundação Gilberto Freyre/Fundarpe, 2000. 21.

destruíssem a moral e os “bons costumes” da família tradicional; que a dominação burocrática da cidade fosse vencedora, em definitivo, da dominação pessoal da sociedade patriarcal.

Nesse conjunto de obras, incluindo *Ordem e Progresso* (1959), é perceptível a existência do contraponto às famílias ditas modernas e o esforço de que os costumes, as crenças, as relações paternas pudessem caracterizar o modelo de família representativo para toda a nação. Contrastando com o “homem efeminado” da modernidade, do flácido rapaz que caminha enfeitado de rendas e brilhantina, pouco capaz de subjetivar as práticas legitimadoras do patriarcalismo, conforme vemos em *Ordem e Progresso*, Freyre mostra o senhor de engenho forte e viril em *Casa Grande & Senzala*. O temor ao homem “indeterminado”, o medo ao diferente e a necessidade de se construir uma identidade para o ser nordestino, conduz Freyre a criar esse conceito, mostrando um ambiente familiar ordenador, produtor de masculinidades: *Meninos-diabos eles só eram até os dez anos. Daí em diante tornavam-se rapazes. Seu traje, o de homens feitos. Seus vícios, os de homens. Sua preocupação, sifilizarem-se o mais breve possível, adquirindo as cicatrizes gloriosas dos combates com Vênus que Spix e Martiuns viram com espanto ostentadas pelos brasileiros.*²³⁴

Contrastando com a melindrosa, mulher em dia com os últimos ditames da moda, há a produção das gordas sinhás, matronas que regem a casa-grande cotidianamente. É uma tentativa de Freyre de deslegitimar os “vícios” modernos, de apontar as instituições sociais e suas “práticas marginais” que instauraram a quebra das hierarquias de gênero, como o Estado, a moda, o cinema, o teatro. O conceito de família patriarcal emerge, dessa forma, não apenas para traçar loas a uma época em que os ascendentes de Freyre dominaram a sociedade açucareira, mas, também, para reagir, tal qual uma molécula, às várias transformações que se processavam nacionalmente. Era uma busca pela reterritorialização da elite açucareira que estava perdendo importância política e econômica para o país e, regionalmente, esvaecendo com a presença constante da usina, a “defloradora” dos engenhos, a destruidora do espaço naturalizado, rigidamente constituído.

²³³ CEBALLOS, R. *Homens tristes*. Campina Grande, 1999. Monografia (Graduação em História). Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, p. 27.

Essa máquina moderna instituía um novo ritmo de trabalho, uma nova concepção de tempo, uma nova visibilidade às práticas urbanas²³⁵.

O temor de não reconhecer mais as famílias em sua tradicionalidade, de não mais exergá-las como a “sociabilidade legítima” do Brasil, impulsiona Freyre a dar visibilidade aos costumes antigos. Ousadamente, afirmamos que o medo do próprio Freyre de não se reconhecer a si próprio como tradicionalista em meio a reordenação do espaço urbano e dos costumes que se transformavam, é um dos motivos que o fez escrever essas obras. Ao verificar as mudanças nas relações familiares, nos papéis de gênero, na geografia da cidade do Recife, nas funções familiares, nas percepções do sexo, Freyre usa o recurso da memória para narrar a família tradicional com seus costumes ditos moralizantes, suas mulheres ditas subservientes. O trabalho com a memória surge na tentativa de se construir, no presente, o passado que parecia escapar. Era buscar a memória de homens como os Cavalcantis, os Belos, os Regos, os Vanderleys, que governavam tanto a si quanto a outros. Inventar esse conceito foi uma estratégia usada por Freyre para rearrumar a vida de seus ancestrais, para organizar sua própria vida, a genealogia dos Melo, a arqueologia do engenho, todos dilacerados pelas mutações nos códigos sociais em andamento. Pensar essa identidade conceitual era repensar e organizar sua própria identidade de filho de elite vista e dita como decadente. Era erguer uma hermenêutica de si, capaz de dar-lhe uma rostidade num contexto de desterritorialização da sociedade açucareira²³⁶.

Freyre faz dos moradores da casa-grande uma parábola, extraíndo dela o modelo do cuidado de si. Uma cultura de si que comportava uma série de práticas ou dispositivos de poder, como o espaço natural, os modos de existência, as formas de vida, recorrendo a eles sempre que necessário. Explora a memória, faz uma arqueologia dos seus móveis, das suas relações sociais. Essa hermenêutica de si possui a função de uma luta, de um combate permanente contra a história, o principal inimigo da memória. Sobre o cuidado de si, disse-nos

²³⁴ FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, p. 465.

²³⁵ OLIVEIRA, I. B. *op. cit.*

²³⁶ Acerca da produção de uma hermenêutica de si, enquanto fragilizados e decadentes política e economicamente, consulte o nosso trabalho de mestrado, no qual analisamos a construção dessa imagética nos discursos de parlamentares e de presidentes de Estado. OLIVEIRA, I. B. de. 1997.

Foucault: *Não se trata, simplesmente, de formar para o futuro um homem de valor. É preciso dar ao indivíduo as armas e a coragem que lhe permitirão lutar durante toda a sua vida (...) Estamos na vida como um lutador que tem de se desfazer de seus adversários sucessivos e que deve se exercer até mesmo quando não combate*²³⁷.

Escritas como “armas” contra a modernidade, essas obras legitimam os papéis sexuais e os códigos morais ditados pelas instituições religiosas como receituários a serem seguidos por homens e mulheres do presente. Freyre dá visibilidade à casa-grande como representante de todo um sistema econômico, social, político e moral. Da economia açucareira saíra a “unção” dominadora de mulheres, de escravos, de agregados, de padres e capelões. Em 1933, quando os carros *ford's* já se cristalizavam na cena urbana, Freyre torna visível a tranqüilidade do campo com os carros de boi, a liteira, o bangüê, a rede e o cavalo. Num contexto em que os protestantes batistas, presbiterianos, congregacionais e pentecostais ligados à Assembléia de Deus e à Congregação Cristã do Brasil desconstruíam o discurso católico de salvação pelas obras, esse sociólogo constrói a imagem religiosa da família tradicional, *o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc*²³⁸. O engenho e a casa-grande ganharam dizibilidade em Freyre como um complexo de *fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, reconhecendo os órfãos. Desse patriarcalismo absorvente dos tempos coloniais a casa-grande do engenho Noruega, em Pernambuco, cheia de salas, quartos, corredores, duas cozinhas de convento, despensa, capela, puxadas, parece-me expressão sincera e completa*²³⁹. É a luta dos regionalistas-tradicionalistas por uma rostidade para a família regional, buscando uma verdade diante da ameaça dos novos códigos de sexualidade, das construções e desconstruções que os homens e as mulheres vivenciavam no presente.

Para construir essa rostidade familiar, esse autor rememoriza as relações sociais agora confrontadas pela história e dilaceradas pelo tempo das

²³⁷ FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France*. p. 124.

²³⁸ FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, p. 49.

máquinas. *Casa Grande & Senzala*, portanto, é uma narrativa marcada pelo reencontro de Freyre com sua parentela e consigo próprio, tornando visível e dizível a identidade patriarcal ameaçada pelos destroços da modernidade. Essa angústia causada pelo estranhamento, pelo deslizar dos códigos e da geografia tradicionais eram amenizados com o tecido da memória que restaura e remenda os antigos territórios existenciais, que traz ao presente o bangüê, os coronéis, as brincadeiras do engenho, o dia da “botada”, garantindo a continuidade através do narrado, do escrito. Nesse livro, *o passado aparece em toda a sua alegria de redescoberta, para, ao mesmo tempo, provocar a consciência triste do seu passar, do seu fim*²⁴⁰.

Elaborado por esse sociólogo pernambucano (1900–1987) e generalizado na produção discursiva, esse conceito parte, principalmente, de um determinado espaço – o engenho -, para compreender a relação entre o patriarca (senhor de engenho), a sinhá, os filhos e filhas, os escravos, os agregados e outras personagens que se localizavam à sombra da casa-grande. A família patriarcal, portanto, fazia parte de uma sociabilidade em que o predomínio do homem não era contestado e, em torno de sua figura, era estruturada toda a ordem social. Em *Casa-grande & Senzala*, obra de referência da formação desse conceito, são idealizados o escravo e o engenho, recriados tanto na memória quanto na escrita pelos intelectuais regionalistas, criando uma crônica de saudades ao “tempo da tradição”, uma reação ao tempo da modernização e do processo urbano-industrial. A tradição é utilizada *como um antídoto ao perigo, representado pela história e pela modernidade*, um veneno capaz de ser injetado nas veias da história e do tempo presente. A esse respeito, Albuquerque Júnior enfatizou que os conceitos de tradicional e de moderno, *como quase todos os conceitos que se opõem, revelam uma mesma condição de possibilidade*, ou seja:

Eles se reclamam para chegar a construir, em um dado momento, uma nova unidade. A tradição só se pensa em oposição ao moderno (...) É a própria dinâmica, a própria ruptura representada pelo moderno que

²³⁹ idem, ibidem, p. 49.

²⁴⁰ ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*. p. 130.

*permite se pensar no tradicional, que o inventa. O moderno quer o tradicional para contra ele se fundar, e o tradicional se reafirma como anti-moderno. Ela se coloca como a grande certeza diante das incertezas da modernidade. É a garantia da preservação de uma identidade consigo mesma que é solapada pelo moderno*²⁴¹.

Freyre deseja criar um ambiente familiar que seja capaz de *resistir à “standardização” da sociedade e à descontinuidade histórica, lançando mão de clichês e de um discurso que opera por analogias, assegurando a sobrevivência de um passado que se vê condenado pela história*²⁴². Para isso, pregava a solidificação de um fio que fosse tecido com as cores da tradição nos fusos do Nordeste, tingido pelas lembranças tradicionais, religado pela memória individual. Cada linha tecida serviria para costurar as roturas, coser as fissuras e as descosturas que a modernidade estava provocando no teatro familiar. Fios velhos, mas que dão continuidade aos fios novos: *os fios com que se tecem os desenhos são os velhos fios. Sempre os mesmos fios. E por eles a criação de hoje se prende à de ontem. Há assim um passado com qualidade de permanência*²⁴³.

O discurso de Freyre, além de deixar claro o seu comprometimento com uma visão senhorial de mundo, acaba contribuindo para a afirmação do mito da brandura nas relações de poder que são estabelecidas entre senhores e escravos, ioiôs e moleques, *amortecidos pelo “óleo lubrifico da miscigenação”*. É, portanto, uma maneira de dar visibilidade e dizibilidade à região, de chamar a atenção dos poderes públicos para as famílias de elite do Nordeste. A família patriarcal é criada, dessa maneira, relacionada tanto com o fausto da casa-grande do engenho, do paternalismo e do personalismo, quanto com os problemas que o Nordeste atravessava nesse momento histórico²⁴⁴, como a seca e o desprestígio

²⁴¹ ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *a invenção do nordeste e outras artes*, p. 122-123.

²⁴² idem, ibidem. p. 76.

²⁴³ I Congresso Regionalista de Recife. *Diário de Pernambuco*, Recife, 09 fev. 1926, p. 09. Confira ainda: FREYRE, G. A propósito do regionalismo no Brasil. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 out. 1925, p. 01.

²⁴⁴ Na concepção de Roberto Ventura, *“o privilégio do patriarcalismo, a generalização de características da escravidão doméstica e a estilização de dados e materiais levaram Freyre a colocar, em segundo plano, o caráter mercantil e violento das relações de produção sob o*

político frente a outras regiões do país, a crise econômica e a ameaça de novos setores sociais que querem dividir seu espaço. É um conceito que emerge, também, da percepção de um intelectual pertencente a um grupo social que sente-se emasculado, amolecido e desfibrado, depauperado do ponto de visto de seu poder e *status*²⁴⁵.

O patriarcalismo, um conceito que Freyre estendeu a todas as famílias brasileiras da elite agrária até o século XIX, necessitava de uma corporeidade, de uma rostidade que lhe proporcionasse uma identidade, uma memória e um lugar na história. Portanto, esse conceito foi balizado por instituições que emergiam como propagadoras de um novo saber, como o Centro Regionalista do Nordeste, os jornais e as obras literárias, uma vasta produção imagético-discursiva que contribuiu para a cristalização das formas de viver antigas, dando visibilidade aos padrões de sensibilidade e de sociabilidades patriarcais, à economia da moral e dos costumes, à valentia e a virilidade dos homens do engenho, aos lugares bem cartografados para os gêneros, ao agrarismo do Brasil, às festas que alegravam as casas-grandes, aos ambientes ditos como tranquilos, sossegados. O conceito de patriarcal pode ser pensado, também, como uma metáfora que se relaciona com o universo masculino, *com aquilo que esta sociedade considera o papel dos homens: comandar, proteger, dominar o que estava sendo ameaçado até pela classe até então passiva, o povo*²⁴⁶. É um *corpus* documental que reage contra o surgimento de novos costumes, a exemplo da disciplinarização dos corpos em sua sexualidade que a modernidade e o cosmopolitismo requeriam. Ceballos chega a afirmar que desde

... o final do século XIX , os indivíduos passaram a ser conhecidos e identificados por suas práticas. As cidades modernas vêm a ser o espaço de disciplinarização destes corpos, individualizando-os e marcando-os através de uma série de saberes. Saberes, estes, que

cativoiro". Elaborando uma vasta crônica social, Freyre reconcilia mediante "o elogio épico à fusão de raças e de culturas, a sociedade brasileira com seu passado escravocrata". Cf. VENTURA, R. *Estilo tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 126.

²⁴⁵ Sobre o predomínio do macho na sociedade patriarcal, verifique o relatório de pesquisa de ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *O nordestino e a invenção do falo*.

²⁴⁶ idem, ibidem. p. 79.

invadiam o campo e interferiam, lentamente, na sua vida cotidiana. Assim, o moleque de engenho, que brincava sem remorso com amigos, chegando a praticar o sexo com animais, passa a ser marcado por uma série de restrições que passam a denomina-lo e identifica-lo segundo suas práticas e forma de viver²⁴⁷.

Nesse contexto de perda do exclusivismo familiar como responsável pelo resgate da honra²⁴⁸, Freyre elabora um discurso defensor da identidade familiar, habitante “ilustre” do Norte (e do Brasil), escondendo as suas fraturas e heterogeneidades, camuflando com adjetivos pomposos e pela “tradição heráldica”, com a honra e com o sangue, as rupturas que lhe permeiam. Era uma tentativa de resgatar o chamado patriarcalismo como modelo familiar, como relação entre os sexos e como modelo para a sociedade, evocando um perfil de ser homem, de ser pai e de ser marido que garantiu a ordem moral do passado. Era uma estratégia discursiva de afirmar a desvirilização que os tempos modernos haviam implantado na República Brasileira. Dentro dessa estratégia, a obra *Casa Grande & Senzala* elabora a imagem de uma família com lugares bem delimitados para cada gênero, com o silenciamento das diferenças internas desse modelo familiar, apresentando-se edênica, espiritual e fraternal. D’Andrea mostra que, para Freyre, é do solo regional, materno e justo, que sai o fruto que alimenta essa família - o açúcar -, cercada pela coesão regional feita através da “*lei do idêntico, reivindicando uma defesa cultural e dentro dela uma estética regionalista em que são apagadas as marcas de diferenças sócio-culturais entre estados e indivíduos*”²⁴⁹. Essas imagens tornam *Casa Grande & Senzala* o livro das saudades, a reminiscência do que passou, uma forma de manter essas lembranças bem nítidas, de recupera-las no presente. É um discurso centrado na *vontade de paralisar a corrida do tempo, de eternizar um momento, de encontrar*

²⁴⁷ CEBALLOS, R. op. cit. p. 03

²⁴⁸ Conforme estudado por Cavalcanti, a partir das décadas iniciais do século XX vai ser registrado uma paulatina perda da força familiar na defesa da honra das mulheres e dos filhos em geral, sendo substituída pela Justiça que passa a tutelar o corpo feminino seduzido por homens de “instinto sexual exacerbado”. Cf. CAVALCANTI, S. L. O. As fontes jurídicas e a tutela da mulher (1930-1950). In: Anais do IX encontro da ANPUH-PB. João Pessoa: UFPB, 2000, p. 323-337.

²⁴⁹ D’ANDREA, M. op. cit. p. 49.

*pelo caminho as mesmas sensações, de viver no reino da semelhança, da repetição, da identidade e da tradição*²⁵⁰.

Contra-pondo-se às transformações históricas vivenciadas por seu autor, *Casa Grande & Senzala* foi escrita objetivando preservar, através da memória, a história da família do bangüê, dos cabras do eito limpando a cana com instrumentos obsoletos, dos carros de bois abarrotados de cana, comandados pela voz de um negro. No entanto, a história se apresenta descontínua, não-linear, não oferecendo a esses homens o controle sobre a natureza. Daí, a revolta dos tradicionalistas contra a industrialização, contra o cinema, contra a história, pois esse grupo de intelectuais objetiva fundar uma tradição, tornando os costumes da família tradicional como os *costumes nacionais, os normais, os comuns e tomar os costumes das outras áreas como regionais, exóticos, estranhos, estrangeiros*²⁵¹, o que dar a esse conceito um grande poder de impregnação junto ao discurso regionalista, impondo-se como uma imagem e como um texto unívocos, sem atentar para as pluralidades e diferenças internas entre as famílias.

Mas quando foi constituída essa família? Embora tenha o seu conceito elaborado apenas na década de 20, do século XX, Freyre a localiza temporalmente em 1532, formada tanto por famílias casadas vindas de Portugal, quanto por *famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com órfãs ou mesmo à-toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros*²⁵². Freyre institui um tempo e um espaço para a família patriarcal, voltando ao período colonial para dar-lhe existência, conceder-lhe função histórica, legitimá-la pela sua raiz e fixidez, elegendo-a como um dos fatores de formação da nacionalidade brasileira. Freyre, conforme Albuquerque Júnior, mostra essa família como *uma constante que atravessa a história do país em suas várias regiões. Desempenhando decisivo papel civilizador, foi ela uma instituição predominante de poder e influência econômica, política e moral em*

²⁵⁰ ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*. p. 105.

²⁵¹ ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*. p. 88.

²⁵² FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, p. 96.

*nossa formação. Ela era o elemento sociológico da unidade brasileira...*²⁵³ É um *corpus* documental que faz vir à superfície um novo objeto histórico, afirmando-o e legitimando-o *como algo essencial do passado que não se perdeu, como uma identidade social que não se modificou, mas que veio novamente à tona, ficou mais clara, mais aguda, mais dolorosa com o passar do tempo. O objeto da saudade e da tradição é uma ferida histórica que não se cicatrizou, que ainda sangra ou verte pus*²⁵⁴.

A família patriarcal não é um objeto dado, encontrado na América Portuguesa, em 1532, como esse sociólogo deseja, mas é resultante de estratégias de poder que se cruzam, de configurações que vem à superfície da história, de convenções estabelecidas. É fruto, também, do desejo de transformar o tempo presente em uma regularidade do passado, valorizando a continuidade, desprezando o vir-a-ser, apagando as diferenças, mascarando as contradições. São *flashes* de imagens que instituem a tradição, que têm medo da história, que lutam, conforme Albuquerque Júnior, *para aparecerem como algo sedimentando no tempo, como pedaços redivivos do passado, quando na verdade são invenções do presente. O que está preso à saudade ou fundamentando na tradição parece ser sempre válido, ser sempre verdade e ter sentido em qualquer época*²⁵⁵. Esse modelo de família emerge, portanto, de um discurso que é imposto como verdade e ganha consistência ao influenciar outros autores a exemplo de José Lins do Rego e Mário Sette, fixando-se como raízes em obras literárias, em crônicas de jornais e revistas, em discursos parlamentares. É um discurso que adquire uma dada positividade ao participar da formação de subjetividades sociais, agenciadas por instituições políticas, cristalizando-se em imagens, em enunciados e textos, adquirindo uma rostidade e uma dizibilidade na produção discursiva desse contexto.

Por que elaborar esse conceito num momento em que a modernidade estava inaugurando novos discursos para as famílias, quando novas formas de ver, dizer, sentir e agir contribuía para a emergência de novos rostos familiares? Porque Freyre não era simpatizante dessas novas relações familiares, em que os

²⁵³ ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*. p. 98.

²⁵⁴ ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*. p. 106.

discursos do pai sobre honra perdem força para o jurídico. As mulheres, ao invés de serem protegidas pelos homens da família, ganham a tutela da justiça que procura “regenerar” a honra familiar mediante penas coercitivas, corretivas.²⁵⁶ Porque construir o conceito de patriarcal era negar as novas formas de sentir e de agir da modernidade e dar visibilidade à função educadora do discurso patriarcal e de sua importância na formação de uma sensibilidade baseada na perpetuação dos costumes e concepções, reagindo aos conflitos inaugurados pela sociabilidade moderna. Era deslegitimar as transformações sociais que davam corporeidade a um novo sujeito histórico. Era credenciar as iaiás com as suas longas cabeleiras, expressão de fecundidade feminina, e deslegitimar o corte de cabelo *a la garçonne*, a saia Chanel e a redução do comprimento das vestimentas. Se uma nova corporeidade feminina ameaçava borrar as claras fronteiras entre os gêneros, era necessário construir um modelo familiar em que as hierarquias de sexo estivessem bem delimitadas²⁵⁷.

A família, em *Casa Grande & Senzala*²⁵⁸, parece presa a um conjunto de laçadas, de nós que tecem, com os seus muitos fios, a parentela composta por tios, primos, sobrinhos, aderentes que compunham esse quadro familiar. As novas gerações pareciam amarradas às almas dos (ante)passados e isso contribuía para que a maneira tradicional de viver e de se comportar achasse-se presente no cotidiano, requerendo de seus membros fidelidade aos ancestrais e aos herdeiros do futuro. O objetivo dos pais era entendido como uma tarefa em se preparar as novas e futuras gerações para reproduzir o modo de viver antigo, definindo bem as regras, moldando as relações familiares e classificando os atos entre permitidos e proibidos ou entre puros e profanos, preservando a linhagem e a honra familiares. Gilberto Freyre conta o caso que aconteceu com Antônio de Oliveira Leitão que, *tendo visto tremular no fundo do quintal da casa um lenço que a filha tinha levado para enxugar ao sol, maldou logo que era senha de algum*

²⁵⁵ Idem, ibidem, p. 105.

²⁵⁶ Verifique CAVALCANTI, S. L. op. cit.

²⁵⁷ Confira FREYRE, G. *Ordem e Progresso*, p. 123; ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *O nordestino e a invenção do falo*. p. 19 e seguintes.

²⁵⁸ Freyre não era filho de senhor de engenho. Mas, para conhecer as casas-grandes “castiamente patriarcais”, recorreu a amigos como Júlio Bello, Estácio Coimbra, da família Santos Dias, Sousa Melo e Paranhos Ferreira. Cf. MIRANDA, M. do C. T. (org.) *Que somos nós? 60 anos de Sobrados e Mucambos*. Recife: Massangana, 2000, p. 26.

*don-juan a lhe manchar a honra e não teve dúvida – sacou de uma faca de ponta e com ela atravessou o peito da moça*²⁵⁹.

Os filhos foram descritos por Freyre como indivíduos muitas vezes assujeitados, principalmente a figura feminina que foi posta na condição de incapaz de pensar por si, precisando, assim, da proteção da família, dos cuidados do pai ou do marido. Esse discurso, baseado em teorias naturalistas e moralistas, contribui para a construção de um feminino infantilizado, desprotegido, assujeitado, necessitando de um homem que administre sua vida, que regule seus atos, que pense e discursse por ela, que proteja seu corpo “incapacitado”.²⁶⁰

Esse “corpo incapacitado” necessitaria de um proprietário que gerisse sua vida, que cuidasse de sua moral, visto que são os homens os diretamente atingidos quando o corpo feminino sai do seu lugar legitimado socialmente. Isso ocorre porque *a honra da mulher não lhe pertence, é propriedade de seus tutores; mexer no corpo da mulher é agitar os alicerces da ordem social, é destituir o homem tutor de um bem e atingir a honra desse bem no que havia de mais sagrado, sua pureza e honestidade, submetendo-o ao perigo de corrupção*²⁶¹. Caulfield, analisando a importância da honra feminina no Brasil, mostra que para as moças solteiras a honestidade era uma condição social e um atributo moral selados e legitimados por um estado fisiológico: a presença do hímen. Por isso que muitos juristas do período republicano, a exemplo de Viveiro de Castro e Souza Lima, eram de acordo com a punição de qualquer “infrator” que roubasse ou manchasse a honra feminina. Baseado em princípios clássicos ou da escola positivista, pela medicina ou pela intuição popular, os juristas *concordavam em que o defloramento devia ser punido porque, uma vez que a mulher perdesse a virgindade, ela estaria correndo um alto risco de cair na prostituição*²⁶².

Na década de 30, momento em que as relações de gênero ganhavam novos significados sociais, resultantes das reivindicações feministas, Freyre contrapõe-se com a obra *Casa Grande & Senzala*, na qual deparamo-nos com um quadro imagético-discursivo em que os filhos se submetiam aos pais na escolha

²⁵⁹ FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*, p. 475.

²⁶⁰ FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, p. 465-468.

²⁶¹ Confira CAVALCANTI, op. cit. p. 80.

de carreiras (com profissões reduzidas como a advocacia, o comércio ou cuidar de engenhos e ocupações eclesiásticas) e parceiras; as mulheres em tudo deviam obediência ao marido, criando, dessa maneira, o mito da mulher submissa e do marido dominador, conforme salienta Eni de Mesquita Samara, ao comentar a obra de Freyre²⁶³. Os rituais da vida cotidiana, legitimados pelo discurso católico, “santificavam” a subordinação e a total dependência da mulher ao marido: *O isolamento árabe em que viviam as antigas sinhás-donas, principalmente nas casas-grandes de engenho, tendo por companhia quase que exclusivamente escravas passivas; sua submissão muçulmana diante dos maridos, a quem se dirigiam sempre com medo, tratando-os de ‘Senhor’²⁶⁴.*

Tal pensamento, centrado num modelo de família com características conservadoras, também é partilhado por Oliveira Viana²⁶⁵ e Sérgio Buarque de Holanda²⁶⁶, e durante muito tempo (pelo menos até o início da década de 80 do século XX) sustentado pela historiografia brasileira como única representação para exemplificar a família brasileira, desaparecendo de suas análises as variações que ocorrem na estrutura familiar em função do tempo, do espaço, do grupo social, do nível de poder econômico, confundindo-se, muitas vezes, “família patriarcal” como sinônima de “família brasileira”²⁶⁷. Em *Casa Grande & Senzala* há a valorização da sociedade hierarquizada, com as diferenças sociais mascaradas pelas relações paternalistas, com os conflitos entre os sexos apagados pelo personalismo e pela construção de uma visão lírica das famílias rurais. Freyre, portanto, oculta os duelos entre os gêneros em nome da valorização da sociedade açucareira, do fausto da casa-grande, das benesses das iaiás para os agregados do engenho.

Assim, o discurso patriarcal produzia padrões de moralidade e de normalidade para os gêneros, delimitando papéis, funções, negando e silenciando

²⁶² CAULFIELD, S. op. cit. p. 78.

²⁶³ SAMARA, E. de M. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²⁶⁴ FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, p. 393-394.

²⁶⁵ VIANA, O. Instituições políticas brasileiras. Apud ARANTES, A. *Colcha de Retalhos*. Campinas: Unicamp, 1994.

²⁶⁶ BUARQUE DE HOLANDA, S. Raízes do Brasil. Apud SAMARA, E. de M. *A família brasileira*.

²⁶⁷ SAMARA, E. de M. op. cit. Confirma ainda CORREA, M. Repensando a família patriarcal. In: ARANTES, A. op. cit.

a sexualidade feminina e inventando um homem viril capacitado a agir em defesa da mulher. É elaborada em *Casa Grande & Senzala* a imagem de uma mulher anestesiada sexualmente, sem prazer, sem impulsos sexuais, apenas casadoira e geradora de filhos, sob um olhar moralizador dos costumes. Esse discurso é perpassado por uma visão falocrática da sociedade, baseado na dominação masculina, na heterossexualidade e na horizontalidade feminina: *A mulher no próprio ato sexual representaria esta posição, enquanto o homem, o poder, o domínio, o ativo, representaria a verticalidade, a ordem hierárquica que não deveria ser ameaçada*²⁶⁸. O temor à desestabilidade e às fraturas na ordem moral estabelecida conduz os homens a tomarem atitudes drásticas contra os “maus costumes”, como relata Freyre na citação seguinte, já que pode colocar os homens na condição de desonrados. Antônio Oliveira Leitão *tendo visto tremular no fundo do quintal da casa um lenço que a filha tinha levado para enxugar ao sol, maldou logo que era senha de algum don-juan a lhe manchar a honra e não teve dúvida – sacou de uma faca de ponta e com ela atravessou o peito da moça*²⁶⁹.

Se Gilberto Freyre crer que a mulher patriarcal vivia num “isolamento árabe”, vigiada por escravas, padres e mucamas, isso reforça a invenção de um feminino assexuado e assujeitado, um indivíduo que conduzia sua vida sob os cuidados dos outros. As “pálidas madonas” são reprimidas por ordens moralistas e, portanto, não se constróem como sujeitos que burlam os códigos, que põem em prática o poder de reiventar o cotidiano, de se reapropriar das ordens estabelecidas para viola-las, colocando em prática suas artes de subjetivação, de se elaborar como um sujeito que faz a história em meio às redes de poder e nas suas relações com o masculino. Cavalcanti afirma que *a vitimização e deserotização da mulher e a naturalização do desejo do casamento como algo que realiza todas as mulheres e que, portanto, justifica a entrega sexual delas, cria lugares e padrões de comportamento femininos que sequestram da mulher o desejo sexual e a paixão como móveis dos encontros amorosos-sexuais cotidianos...*²⁷⁰

²⁶⁸ ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *O nordestino e a invenção do falo*. p. 11.

²⁶⁹ FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*, p. 475.

²⁷⁰ Confira CAVALCANTI, op. cit. p. 73-74.

Diante desse quadro de transformações históricas do início do século XX, a formação discursiva regionalista-tradicionalista elabora uma família em que o costume prevalecia sobre a espontaneidade e a criatividade, havendo uma insistência nessa malha discursiva em relembrar padrões de comportamentos ditos tradicionais, como a cura pelas ervas e rezas²⁷¹, a maneira de propor casamentos, reforço moral na monogamia, entre outros. Desenha a imagem de uma relação de gênero em que o afeto entre o casal praticamente inexistia. Homens e mulheres são pintados num quadro onde o isolamento emocional é resultado de uma rígida circunscrição dos papéis desempenhados pelos sexos e de suas atribuições de tarefas.

No discurso regionalista-tradicionalista, à honra²⁷² de uma família, ou à preservação do “bom nome” articulavam-se vários fatores. A riqueza e a posição política eram importantes, mas outros elementos se conjugavam, como a posição de ser chefe de um lar ordeiro. Os pais se mobilizavam no sentido de prepararem uma fisionomia heróica para mostrar-se publicamente. E na constituição desse lar ordeiro, a divisão das tarefas entre os sexos era bem determinada. Externamente, o marido deveria assumir o papel ativo, enquanto a mulher, o passivo, não tomando iniciativa e não se “intrometendo” em negócios do marido, levando, segundo Freyre, uma vida banzeira, morosa, moleirona, dentro de casa e conformada à geografia da alcova, da cozinha e de corredores. Quando saíam da casa-grande, repetiam esse viver moleirão, carregadas em palanquins, em bangüês, em liteiras ou dentro de uma rede,²⁷³ conservando sua postura de passividade e de subserviência, temerosas em dar passos de decisão fora da casa. Essa “irresponsabilidade” feminina era punida, pois contrariava a sua missão de viver em função do marido, do outro.

²⁷¹ A medicina, ainda incipiente no Brasil até o século XIX, favorecia a prática de curas por ervas, por bruxedos e por artes mágicas. Freyre assinala a função desempenhada por essas “curas alternativas”, destacando o papel das “comadres”. As *comadres*, além de partejarem, “*curavam doenças ginecológicas por meio de bruxedos, rezas, benzeduras. As casas que habitavam tinham à porta uma cruz branca*”. E elas, quando saíam a serviço levavam “*debaixo das mantilhas cartas de alcoviteiras, feitiços e puçangas; algumas conduzindo também, ‘a abandonar nas ruas e recantos, os produtos das práticas ilícitas e criminosas a que essa profissão se presta e a que sem escrúpulos se entregavam*”. Cf. *Casa Grande & Senzala*, p. 416.

²⁷² Sobre a questão da honra na sociedade brasileira das décadas de 20 e 30, trataremos na II parte deste trabalho.

²⁷³ FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, p. 399.

Muitas mulheres “freyreanas” são mostradas como não possuidoras de objetivos de vida, vivendo às escondidas à sombra do pai, do marido, dos filhos, trabalhando e atuando a serviço do “patriarca” e sujeitando-se a ele, visto e dito como o protagonista e agente da história²⁷⁴, o qual usava a violência como uma marca, como uma circunscrição que delimitava geografias e aumentava a distância entre pais e filhos e entre os gêneros. São mulheres que se abnegavam e se auto-sacrificavam pela família, mas para honrá-la, não para cuidá-la. Porém, nesse “auto-sacrifício”, a atuação da mulher se fazia sentir através de contra-poderes, como o poder sobre outras mulheres, principalmente as mucamas e escravas domésticas: *Sem contatos com o mundo que modificassem nelas, como nos rapazes, o senso pervertido das relações humanas; sem outra perspectiva que a da senzala vista da varanda da casa-grande, conservavam muitas vezes as senhoras o mesmo domínio malvado sobre as mucamas que na infância sobre as negrinhas suas companheiras de brinquedos*²⁷⁵.

Ao discurso feminista de emancipação nos anos 30, Freyre responde com a construção de um modelo de feminilidade no qual a mulher não goza das mesmas liberdades que o homem. Emaranhada nessa teia de discursos (eclesiásticos, paternos, sociais, morais), a jovem era educada para viver uma complexa relação de gênero, sendo desde criança adestrada física e mentalmente para aceitar a binaridade dos sexos. O rapaz era instruído para ser ganhão; a moça para ser recatada, com gestos medidos e pensados, postura disciplinada, modelada para a fidelidade, a castidade, o recolhimento, a sisudez, a modéstia: *Ao contrário do rapaz, adestrado para ganhão, a menina-moça era modelada para ser sempre fiel à castidade, vergonha, recolhimento, pejo, sisudez e modéstia, como correspondia a sua condição de classe.*²⁷⁶

O corpo da menina-moça era posto *debaixo de rígidos controles só compensados pelos carinhos da mucama que a penteava, a lavava, catava os seus piolhos, lhe fazia cafunés, contava histórias, cantava e sofria, calada, todas as agressões sádicas da senhorazinha impossível.* Era educada, portanto, *à custa*

²⁷⁴ Sobre relações de gênero na família patriarcal, confira SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n. 2, jul.dez 1995, p. 71-99.

²⁷⁵ FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, p. 392.

²⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 36.

de orações e de beliscões. Depois de aplicada essa pedagogia, a menina florescia, já recendendo a mulher para o matrimônio e o amor. Estava “pronta” a mulherzinha que cedo sairia de casa (...) Casava entre os 12 e os 13 anos. O primeiro parto vinha lá pelos 14²⁷⁷. O mundo diário ia colocá-la como o centro das rotinas familiares; os rituais da vida cotidiana, legitimados pelo discurso católico, santificavam a sua subordinação e a total dependência ao marido. Na idade de brincar com boneca, muitas já estavam lidando com filho, utilizando ervas, pomadas e unguentos para cuidar dos rebentos e dos parentes fragilizados por impingens, icterícia, erisipela, escoriações, sapinhos na boca, dentre outras²⁷⁸.

Dado às circunstâncias econômicas da *formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem*, o ser feminino tornou-se *uma criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai e do marido*,²⁷⁹ sendo guardado como vasos de honra, concebido como “anjos louros”, como santas imaculadas, como anêmicas madonas. A análise do discurso freyreano evidencia que as imagens de mulheres por ele veiculadas mostram um gênero reservado, cujos nomes revelavam um discurso de santificação ao feminino, honrado, devoto e sofrido, uma analogia à pureza de Maria Santíssima, verdadeiras metáforas de negação de poder feminino, colocando-as na condição de “eternas submissas”, castrando-lhes a condição legal de sujeito: Maria do Céu, Maria das Graças, Maria das Dores, Maria Assunção, Maria dos Anjos, Maria da Glória²⁸⁰. Ao lado de nomes que associavam as mulheres à pureza, outros viriam elevá-la à condição de abnegada e de recatada: Maria Auxiliadora, Maria da Paz, Maria do Sacramento, Maria do Livramento, Maria da Piedade, bem como nomes que exprimiam valentia e destreza (não física, mas emocional): Maria das Vitórias, Maria do Socorro, Maria dos Prazeres. Essas mulheres eram, para o autor, *umas Nossas Senhoras; quando saíam de palanquim ou de liteira, nos ombros de negros de libré, era*

²⁷⁷ Idem, ibidem, p. 36. Desde o dia da Primeira Comunhão que deixavam de ser crianças. Tornavam-se sinhás-moças.

²⁷⁸ Idem, ibidem.

²⁷⁹ Idem, ibidem, p. 122.

²⁸⁰ Idem, ibidem, p. 399. Embora haja essa descrição sobre as mulheres, Freyre critica os modos de vestir da mulher brasileira até o século XVIII, que trajavam-se como “macacas”: “Ignorantes. Beatas. Nem ao menos sabiam vestir-se (...) saia de chita, camisa de flores bordadas, corpete de veludo, faixa. Por cima desse horror de indumentária, muito ouro, muitos colares, braceletes, pentes”. p. 399-400.

*como se saíssem de andor. Brincos de ouro. Tetéias. Figas,*²⁸¹ indivíduos normatizados pelo discurso católico e pelos costumes de família.

Freyre retira qualquer subjetivação do sexo feminino, mostrando-as como “bonecas de carne” do prazer masculino, envelhecendo cedo, murchando ainda novas, perdendo os dentes que apodreciam com cáries, em virtude do muito açúcar consumido, dos doces de goiaba, de caju, de pitanga. A falta de andar deixavam-nas gordas, moles, com corpo pesado, diferente das amantes da ginástica que o início do século XX produzirá. Aos dezoito anos, conforme Freyre, já matronas, atingiam a maturidade. Após os vinte, apresentavam sinais de decadência, criando papadas, tornando-se pálidas. Algumas, entretanto, *tornavam-se fortes e corpulentas (...), mas feias, de buço, um ar de homem ou virago*²⁸². É um discurso que deslegitima a condição feminina nos períodos Colonial e Imperial, amputando do seu corpo a mobilidade, a atividade, a autonomia. Freyre a reduz à condição de assujeitada, mostrando-a como um ser incapaz de administrar a sua vida, de gerir sua sexualidade, de parir seus desejos, de amamentar suas fantasias. Reduzindo-as a sujeitos dos poderes instituídos (marido, pai, professores, homens), Freyre nega o processo de subjetivação das mulheres, castra-lhes as artes de escapar da vigilância dos múltiplos olhares (padres, mucamas, mães, irmãos, pais, maridos), de burlar os códigos de honra, de inventar uma outra ordem mediante táticas e astúcias cotidianas, de criar manobras e contra-histórias capazes de desfazer o espaço construído pelo masculino. Com certeza, muitas mulheres coloniais fugiram à regra, como já bem mostrou outros estudiosos, como Emanuel Araújo²⁸³. Até mesmo em *Casa Grande & Senzala* é possível perceber alguns poucos casos, mas são mostrados como a exceção.

Freyre cria uma positividade²⁸⁴ para a recém-criada família patriarcal, à proporção que vai afirmando-a e cristalizando-a na produção discursiva a partir da década de 20, descrevendo-a como uma sociedade voltada para a terra, para o

²⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 399.

²⁸² Idem, *ibidem*, p. 402.

²⁸³ Confira DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

²⁸⁴ Sobre a “contaminação” do discurso pela prática política, pela postura que o sujeito assume na sociedade, conferindo-lhe uma positividade ou negatividade (o discurso não é neutro, é

agrarismo, para “dentro” do ambiente familiar, na qual os senhores de engenho executavam ações e firmavam seus compromissos baseando-se em valores e sentimentos que traziam dentro de si próprios. Freyre contrasta essa família com outras sociabilidades, voltadas para a desconstrução do masculino como referente único da família, para a quebra das hierarquias de gênero, simpatizantes dos discursos vindo de “fora da casa”. Freyre pensa esses novos modelos de família como desprovidos de sentido histórico²⁸⁵. Para deslegitimar ainda mais as novas sociabilidades, esse autor faz os senhores de engenho “desfilarem” nesse cenário como espelhos sociais, como rostos que devem ser referendados para as futuras gerações, como *o centro da influência política que residia nos engenhos e fazendas, isto é, nas casas grandes, na aristocracia rural, na terra enfim*²⁸⁶. Divulga uma “sociologia da saudade” desse espaço de doces e de cantigas, de lembranças do lugar marcado por folguedos, por festas religiosas e também por luxúria, por encontros sexuais arreliantes das negras escravas e dos senhores de homens e de terras... mas também de algumas mulheres brancas, atrevidas e afoitas, que ferem os “bons costumes”, que fogem das determinações religiosas e dos hábitos costumeiros por seu *tamanho (...) fogo sexual, que arriscavam honra e vida por uma aventura de amor. Daí resultava serem, umas apunhaladas pelos maridos, outras, tornarem-se públicas cortesãs à disposição de brancos e negros*²⁸⁷.

Em exceção as “poucas mulheres” brancas que inventavam formas de subjetivação que não condiziam com os modelos de uma “mulher de bem”, as demais diferenças são apagadas em nome de uma conveniência entre os gêneros e entre os segmentos sociais diferentes. Brigas, rixas e conflitos pareciam anulados quando Freyre evocava os fantasmas do engenho:

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar,

interessado), confira ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*; MAINGUENEAU, D. op. cit.; WHITE, H. *Trópicos do discurso*. Ensaio de crítica literária. São Paulo: Unesp, 1998.

²⁸⁵ FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. p. 91

²⁸⁶ MELO, O. I. B. Casa Grande e Senzala, Sobrados e Mocambos, Nordeste. *Diário de Pernambuco*, 13 jul 1937, p. 04.

mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Muleques de estimação²⁸⁸.

Essa produção discursiva permite visualizar a configuração familiar tradicional para fazer oposição aos discursos modernos que vinham à superfície. O próprio Freyre sentia-se estranho nesse ambiente de contradições. Para ele, as famílias do presente são estranhas, figuras ameaçadoras que instauram novas maneiras de ser homem, de ser mulher, de ser filho. Freyre parece não se sentir à vontade nesse ambiente de “esquizofrenias”, de desvios da norma, de transgressões da economia moral, de relacionamento social dos homens da elite rural.

2.2.1. ENTRE PANOS GROSSOS E AGASALHOS PESADOS: A Infância em Casa Grande & Senzala

Foi quase um Brasil sem meninos, o dos nossos avós e bisavós. Aos sete anos já muito menino dizia de cor os nomes das capitais da Europa (...) Tirado o retrato da primeira comunhão, de sobrecasaca preta e botinas pretas ou borzequins – todo esse luto a contrastar com o amarelo desmaiado do rosto anêmico – estava a criança rapaz.

(Gilberto Freyre – *Casa Grande & Senzala*, p. 465)

Em *Casa Grande & Senzala*, a família não circunscrevia a infância de cuidados e de atenções, pois a infância é uma construção da pedagogia e da

²⁸⁷ FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*, p. 477

²⁸⁸ idem, ibidem, p. 352.

família modernas. Conforme argumenta Freyre, muitos morriam à míngua, nas inexperientes mãos de jovens casadas ou de amas-de-leite descuidadas e anti-higiênicas, com peitos fétidos de tanto serem sugados. Mas perder um filho ainda criança não significava muito. Para o saber popular, era um anjinho a mais no céu a velar pelos pais na terra: *A verdade é que perder um filho pequeno nunca foi para a família patriarcal a mesma dor profunda que para uma família hoje. Viria outro. O anjo ia para o céu*²⁸⁹. Os lençóis finos e tecidos sensíveis que o discurso médico-higienista enfatizará, no alvorecer do século XX, como ideais para a criança, não compunham o enxoval do bebê “patriarcal”, mas panos grossos e pesados agasalhos. De acordo com o Dr. Reis, as crianças brasileiras eram “destruídas” pela prática nociva sobre a sua saúde de abuso de comidas fortes, de vestuário impróprio, do aleitamento mercenário, da falta de tratamento médico, da crença de muitas famílias em esconjuros, em bruxedos, em feitiços, em mau-olhado, descuidando-se da saúde da criança e levando-a para as *comadres* rezarem²⁹⁰. Essas práticas ordinárias acabavam negando a infância, pois uma das características desse modelo familiar é que os seus membros não se pertencem enquanto sujeitos. São indivíduos vinculados a um nome, a uma tradição.

Freyre é enfático ao mostrar que os meninos cresciam à força, seguindo um código de masculinidade desde pequenos: *os meninos, uns homenzinhos à força desde os nove ou dez anos. Obrigados a se comportarem como gente grande*, trazendo um cabelo bem penteado à Menino Jesus, colarinho ereto, calça comprida, roupa com tonalidades sombrias, andar grave, gestos sisudos, trajos de homem feito. Sua preocupação era “sifilizarem-se” o mais depressa possível, adquirindo as marcas “gloriosas” da virilidade²⁹¹. O menino *foi sempre uma criatura conservada à grande distância do homem*, mas quando deixava o seu “lado angelical”, o tom corretivo e o caráter moralizador eram aplicados ao jovem, visando às “virtudes patriarcais”. Quando um pouco mais adultos, a cartola, a sobrecasaca preta, o chapéu do Chile, tão ridicularizados no

²⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 420.

²⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 419-420.

²⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 465.

início do século XX, formavam a indumentária mais “chique” para freqüentarem os locais de festas, de missas, de redutos masculinos.

Desde pequeno, o garoto tinha que provar que era masculino, como acontece com Carlos de Melo, personagem central do romance *Menino de Engenho*, escrito por José Lins do Rego que, aos 12 anos de idade, mostra os sintomas de doenças sexualmente transmissíveis como um corolário de glória e ao mesmo tempo de selo de sua virilidade²⁹². Mostrando esse “troféu”, Carlos de Melo prova que não tem nenhuma “sexualidade desviante”, mas “sadia”.

Comecei a envaidecer-me com a minha doença. Abria as pernas, exagerando-me no andar. Era uma glória para mim essa carga de bacilos que o amor deixara pelo meu corpo ainda imberbe. Mostravam-me às visitas masculinas como um espécime de virilidade adiantada. Os senhores de engenho tomavam deboche de mim, dando-me confiança nas suas conversas. Perguntavam-me por Zefa Cajá, chamavam-na de professora²⁹³.

Quanto às meninas, a negação e a sujeição faziam parte de seu sistema diário: *À menina, a esta negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos (...) adoravam-se as acanhadas, de ar humilde. As meninas criadas em tais ambientes, viveram, conforme Freyre, sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos²⁹⁴. Desde o nascimento, o sexo biológico determinaria o lugar social que o sujeito ocuparia, definindo o seu comportamento e os espaços a freqüentar. Romero enfatiza que as definições de papéis sexuais e as opções de*

²⁹² No ambiente do engenho, meninos e adolescentes não eram punidos pelas suas “perversões sexuais”, como atestam Freyre e José Lins do Rego em seus discursos. Mas no ambiente burguês, a exemplo da escola, o comportamento “desviante” era castigado pelos corretores e inspetores.

²⁹³ REGO, J. L. do. *Menino de engenho*. 76^a ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 78-79.

²⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 474-475.

*comportamento são estreitadas, no caso da mulher, e ampliadas, no caso do homem*²⁹⁵.

Imerso nesse ambiente, os códigos morais e pedagógicos regulamentavam os corpos dos filhos. Meninos e meninas cresciam amedrontados pelos instrumentos disciplinares “sadistas” como a palmatória, a vara de marmelo, o cipó, o galho de goiabeira, o muxicão, o cachaço, o puxante de orelha, o beliscão de frade, o cascudo, o cocorote, a palmada, o puxante de cabelo. Tanto nas artes de aprender o “be-a-bá” quanto nas artes de obedecer às autoridades, os filhos e filhas sentiam no corpo as dores trazidas por um sistema corretivo.

Ainda meninos, os homens em *Casa Grande & Senzala* são apresentados como sinônimos de “patriarcalismo”, são descritos como “patriarcas” nas suas relações de gênero, com sua *masculinidade balizada, pelo menos em parte, por suas atividades sexuais precoces e sua reputação de promíscuo*²⁹⁶. Há nessa obra a construção de um “macho femeeiro”, deflorador de mocinhas, com antecipações sexuais em buracos feitos em melancia, nos troncos das bananeiras, nos moleques leva-pancadas e nos animais domésticos dóceis e, mais tarde, ainda na idade tenra de dez, onze anos, atolavam-se na carne negra ou mulata: *Daí fazer-se da negra ou mulata a responsável pela antecipação de vida erótica e pelo desbragamento sexual do rapaz brasileiro*²⁹⁷. É elaborada a figura de um pai que, ao ver a estripulia dos pequenos filhos, orgulhava-se, ao perceber que não seriam maricas, mas “cabras machos” acostumados a uma vida de vadiação, emprenhando as negrinhas e aumentando o rebanho paterno, dando “orgulho” ao pai e contribuindo economicamente com o mesmo.

Uma vez taludinho, impelido pelo clima e pelo ambiente escravista, antes de iniciado por alguma preta treiteira, o rapazinho brasileiro se entregava com todo o empenho e denodo a uma série de inocentes

²⁹⁵ ROMERO, E. A arquitetura do corpo feminino e a produção do conhecimento. In: *Corpo, mulher e conhecimento*. São Paulo; Papyrus, 1995, p. 241.

²⁹⁶ FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. p. 352.

²⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 424.

*práticas sexuais sadistas e bestiais. As primeiras de suas vítimas eram os moleques de brinquedo e os animais domésticos; mais tarde é que vinha o grande atoleiro de carne; a negra ou a mulata (...) O pai, mais uma vez, a tudo assistia contente. Via no filho, reiteradas, as suas façanhas juvenis, saudoso e orgulhoso delas.*²⁹⁸

Ainda tenro, metia-se no papel de homem, vestindo-se e penteando-se como adulto (calça comprida, botina Clark preta, camisa com colarinho duro, andar grave), disciplinando-se e sendo disciplinado para a “vida de homem”, bem como para os estudos, aprendendo a ler, contar, recitar francês e latim²⁹⁹. As práticas do pequeno patriarca são descritas em *Casa Grande & Senzala* como mantenedoras das velhas tradições. Somando-se ao discurso dessa obra, muitas dessas práticas são narradas nas memórias de certos intelectuais nordestinos, como Júlio Bello (*Memórias de um senhor de engenho*) e José Lins do Rego (*Menino de Engenho, Doidinho e Meus Verdes Anos*).

Na produção textual de Freyre, aparece uma relação de gênero que ao menino tudo (ou quase tudo) era permitido, amadurecendo mais lentamente para os papéis sociais e sexuais. Após os 20 anos, procurava casar-se, muitas vezes com uma prima, mantendo a parentela coesa e os laços de consangüinidade no casamento. O casamento por interesse objetivava *impedir a dispersão dos bens e conservar a limpeza do sangue*³⁰⁰, concentrando, estreitando e limitando a família. Certamente, a essa altura, já estava tatuado orgulhosamente pelas cicatrizes venéreas. As tatuagens venéreas do seu corpo não encerravam seu ciclo de pinturas com o entrelaçamento conjugal. Sua vida banzeira e sensual continuava cercada de gozo pela criadagem. Afirma Freyre que o senhor branco fazia do seu corpo exclusivamente um “membro viril”: *mãos de mulher, pés de menino, só o sexo arrogantemente viril*. Pais e filhos eram machos “sífilizados”, sendo a sífilis um trunfo que os rapazes, ainda novos, mostravam como um sinal de potência viril, uma “ferida de guerra” na luta de afirmação da masculinidade. A sífilis...

²⁹⁸ Idem, ibidem, p. 35.

²⁹⁹ Idem, ibidem, p. 465-471.

*... foi a doença por excelência das casas-grandes e das senzalas. A que o filho do senhor de engenho contraía quase brincando entre negras e mulatas ao desvirginar-se precocemente aos doze ou treze anos. Pouco depois dessa idade já o menino era donzelão. Ridicularizado por não conhecer mulher e levado na troça por não ter marca de sífilis no corpo. A marca de sífilis, notou Martius que o brasileiro a ostentava como quem ostentava uma ferida de guerra...*³⁰¹

O retrato que Freyre fotografa do pequeno macho contrasta com o pálido e sombrio retrato feminino. Juntando-se os dois, tem-se não apenas a reprodução, mas o aprofundamento da estrutura hierárquica das relações de gênero da família do Brasil colônia. A visão de masculinidade e de feminilidade aparece em pólos opostos em *Casa Grande & Senzala*, repetida, posteriormente, com cores menos fortes em *Sobrados e Mucambos*. Ao homem, possuidor do falo e da fala, poderosos instrumentos de dominação masculina, estão reservados o poder, a ação, a virilidade; à mulher estão os adjetivos que combinam sujeição e docilidade, conceitos bem definidos ao gosto da Companhia de Jesus. Sinônimos unificados que permitem que a noção de mulher *seja facilmente manipulada, numa variedade de maneiras, para reforçar e legitimar a estrutura de dominação patriarcal*. Esse mecanismo de dominação masculina continuou a exercer profunda influência sobre as maneiras pelas quais as mulheres brasileiras têm sido conceituadas e classificadas – as formas pelas quais uma compreensão da feminilidade tem sido construída no correr da vida cotidiana,³⁰² negando-lhe enquanto sujeito desejante, aprisionando-lhe em estruturas morais e naturalizantes, deserotizando o seu corpo, desqualificando a sua capacidade de raciocinar, objetivando fazer da família o *locus* irradiador da moral cristã, sendo a castidade feminina um dos requisitos desse adestramento das práticas sexuais.

³⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 396.

³⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 118.

³⁰² PARKER, R. *Corpos, prazeres e paixões*. São Paulo: Best Seller, 1994, p. 62. Cf. ainda FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, p. 474.

O mandonismo masculino, na concepção de Freyre, teve influências na vida política brasileira. A tradição revolucionária, liberal e demagógica é reduzida a focos de “profilaxia política”. O exercício sádico de muitos políticos transformaram-se *em cultos cívicos, como o do marechal-de-ferro*. “Acostumado” com homens másculos na esfera familiar, o “povo brasileiro” pouco ou nada reclamou da *pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático, sentindo-se menos à vontade de reformar ou corrigir determinados vícios de organização política ou econômica que o puro gosto de sofrer, de ser vítima, de sacrificar-se*³⁰³.

Esse pensamento será retomado por Freyre em sua obra “*Ordem e Progresso*”, ao mostrar a preocupação durante a Primeira República brasileira com a quebra das hierarquias de gênero, sustentando-se em místicas como “defesa da ordem”, “princípios de autoridade”, “liberdade e democracia”, “defesa do progresso”. Ao pregar o “patriarcalismo”, Freyre opta pela “doçura” da dominação masculina, mantendo o discurso da verticalização da sociedade em detrimento de um processo de libertação feminina; defende a conciliação e repugna a disciplina burguesa; dissolve as contradições no esteio das famílias e critica os fluxos da modernidade sobre o espaço regional; defende o sobrado e o mucambo e resiste aos arranha-céus; evoca a família-memória inibidora dos processos de mudança e desdenha da família-história que se deixa persuadir pelos sabores modernos: *Sua utopia é o surgimento de uma sociedade na qual a técnica não seja inimiga da tradição, em que a técnica e arte se aliem, e tradição e modernidade andem juntas, sempre sob o controle da primeira*³⁰⁴.

Esse arquivo de imagens e de textos cristalizados por Freyre formaria a imagem da família patriarcal, vista e dita como brasileira, genuína, não-cosmopolita, atravessada por características de raças estrangeiras. Portanto, mesmo com a emergência de novas maneiras de sociabilidades e do estabelecimentos de uma ciência sexual no século XX, de códigos de sexualidade, Freyre elabora o conceito de família patriarcal como uma forma de manter, nessa nova conjuntura nacional, as imagens que se tinha do passado,

³⁰³ Idem, *ibidem*, p. 123.

³⁰⁴ ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. p. 101.

visto e dito como o lugar dos senhores de engenho, do seu poder coercitivo sobre os escravos, sobre as mulheres e subordinados. Essa imagética é tão bem subjetivada pelos brasileiros que muitas vezes temos dificuldades de questioná-la historicamente, de problematizar as maneiras como a história nos (re)define, nos classifica, nos remodela e nos codifica³⁰⁵.

Freyre culpabiliza a modernização por dissolver essa estrutura familiar que parecia imutável. As mudanças proporcionadas pelo incipiente capitalismo no século XIX despedaçam esse quadro de valores e em seu lugar põe outros corrosivos e efêmeros que constroem o comportamento dos que assim não se comportavam. O individualismo toma o lugar da obediência à tradição e a realização pessoal destrói a solidariedade coletiva³⁰⁶. Um novo código de comportamento foi escrito para as famílias, como veremos a seguir.

2.3. A IMAGEM DA FAMÍLIA EM (SO)BRADOS E MUCAMBOS

Sexo fraco. Belo sexo. Sexo doméstico. Sexo mantido em situação toda artificial para regalo e conveniência do homem, dominador exclusivo dessa sociedade meio morta. (Gilberto Freyre – *Sobrados e Mucambos*, p. 128)

O medo da descaracterização regional continua como um fantasma a assustar Gilberto Freyre. Em *Sobrados e Mucambos*, obra que retrata principalmente o século XIX, Freyre desenha o quadro de famílias que caminhavam para o ambiente “moderno” ou pelo menos urbano, e deixavam a casa-grande pelo sobrado, vivenciando novos papéis de gênero e um novo remodelamento social. Os buracos de frestas e de fechaduras, em *Casa Grande & Senzala*, orifícios através dos quais as mulheres escutavam as conversas dos homens na sala, dão lugar aos sobrados altos, protegidos, circunscritos e

³⁰⁵ Sobre as formas através dos quais os sujeitos se definem e se classificam, verifique RAJCHMAN, J. *Eros e verdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 131.

³⁰⁶ Confira FREYRE, *Sobrados e Mucambos*.

privativos. As relações com os parentes e aderentes da zona rural, às vezes fedorentos e sem a mínima etiqueta, eram cada vez mais distantes, alterando a convivialidade com os seus familiares. A família reduzia-se, tornava-se isolada da parentela, mas bastante envolvida pela vida urbana anônima e pelo secularismo. Tornava-se menos exposta aos hóspedes. O comerciante, o industrial e o profissional liberal disputavam o controle econômico do Estado, ao passo que diminuía a influência pública do poder privado do *pater famílias*.

Esses elementos são indícios da decadência e da desterritorialização dos patriarcas. Estes, embora continuem atuando e com forte poder na sociedade, são obrigados a dividir o seu poder de decisão e de atuação com os médicos, os juízes, os advogados, os burocratas do Estado Imperial. Estes “novos homens” urbanos, influenciados por uma educação vinda de fora, começam a subjetivar outras artes de fazer política e de comandar a sociedade. Na concepção de Galvão, esses homens foram retirados desde cedo do convívio familiar e levados para os colégios internos nos quais foram “amansados”. O longo período fora do ambiente rural favoreceu a que subjetivassem outra sociabilidade e quando voltavam à casa-grande muitos não conseguiam mais se adaptarem com aquela convivialidade, resultando em conflitos e inaptações³⁰⁷.

Escrito em 1936, *Sobrados e Mucambos* é uma obra que localiza nos fins do século XVIII e início do século XIX o declínio do “patriarcado” rural e a emergência do que Freyre denomina de “semi-patriarcalismo” ou “patriarcalismo menos severo” com os sobrados urbanos e semi-urbanos, o desenvolvimento das cidades e das indústrias. O século XIX é descrito como um período em que as famílias da elite agrária perdiam, aos poucos, a sua “força patriarcal” na defesa dos valores morais, ao ser confrontada e substituída pelo discurso médico-sanitarista, jurídico, educacional, bacharelesco³⁰⁸. Tuteladas e vigiadas pelo Estado, as famílias perdiam paulatinamente o poder sobre o corpo dos filhos, dos bacharéis e médicos que passaram a pertencer muito mais ao Estado do que aos seus pais, muito mais à rua e às instituições públicas do que ao ambiente privado.

³⁰⁷ GALVÃO, A. M. *Amansando meninos*. João Pessoa: Editora Universitária, 1998.

³⁰⁸ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. XLII.

A obra em apreço enfatiza um momento de transição e de modificação nos ambientes público e privado. Para tanto, aborda um tema central para o estudo da modernização dos costumes: o prestígio que a rua ganhava, a maneira como o século XIX deu-lhe importância social. As ruas das cidades do Norte, principalmente das maiores, como Recife, Olinda e Salvador aparecem medicalizadas em *Sobrados e Mucambos*. É instaurada uma incipiente gestão da vida urbana, mais concreta tão somente no início do século XX. As ruas passaram a ser iluminadas com lampiões de azeite de peixe, embora continuassem sujas e mal cheirosas, lixeiras dos sobrados, recebendo, pelas manhãs e às madrugadas, penicos cheios de urinas e de fezes. No Recife, o *Cais do Apolo* era uma fedentina que fazia os recifenses o enjoarem, com o cheiro forte de açúcar e a catinga de suor dos negros trabalhando. Some-se a isso a Rua da Praia, legitimada e normatizada no início do século XIX, pela Câmara Municipal do Recife, como a geografia destinada aos vendedores de carne salgada e de peixes secos. São ambientes que contrastam com os cheiros femininos nas ruas residenciais de Boa Vista e com o cheiro do café torrado, da tapioca, do sorvete de mungunzá e do incenso de alfazema que exalavam nas ruas do bairro São José³⁰⁹. Mas o *Cais do Apolo*, assim como a Rua da Praia, passaram a exalar odores às narinas acostumadas com a emergência dos novos perfumes, operando-se uma “transformação olfativa”, a partir do século XIX. Os diversos cheiros, tais como os sabores, passaram a ser classificados, analisados, rotulados. Os odores, antes tolerados, tornaram-se insuportáveis, rejeitáveis, ditos como disseminadores de doenças. A desodorização dos espaços públicos tomou conta dos discursos dos “guardiões da saúde pública”, como argumenta Alain Corbim³¹⁰.

A rua estabelecia o seu confronto com a casa e o pai tivera que dividir o seu poder e a sua influência sobre as mulheres, os filhos, os parentes e aderentes, com esses novos personagens. Muitos pais ainda observavam a rua como lugar de meliantes, de pilantras, de marginais, local de individualização em que cada um deve cuidar de si. Um espaço também de tensões, diferentemente da casa, que não admitia a contradição, sob pena de causar um intolerável mal-

³⁰⁹ FREYRE, G. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade de Recife*. Recife, 1934.

estar. A casa distinguia um espaço de calma, de tolerância, de repouso e hospitalidade, de “calor humano”, enquanto a rua era definida pelas classificações negativas: espaço do governo, do povo, da fluidez, do perigo³¹¹. A rua representava, para o discurso regionalista-tradicionalista, o perigo de descaracterização do ambiente afeito ao patriarcalismo. O que interessa, portanto, a esse discurso, é estabelecer uma sociologia do confronto, emoldurando a casa-grande e o mundo rural com uma aura de religiosidade, levando os homens e as mulheres das décadas de 20 e 30 a desejarem o antigo e o telúrico, promovendo a casa-grande e defendendo-a da política moderna que ameaçava, conforme Freyre, os valores locais.

A rua necessitava ser normatizada, regulada por decretos não patriarcais, mas estatais. Para o controle dos indivíduos, as câmaras municipais, como as do Recife, Olinda e Salvador, dentre outras, legitimaram códigos de controle, dividindo as geografias do cheiro e do odor, do fétido e do higiênico, do moral e do imoral. No Recife, não se podia mais vender peixe em qualquer rua para não inflamar o olfato dos transeuntes não acostumados com o cheiro forte do peixe seco. Em Salvador, os curtidores de couro foram proibidos de trabalharem no centro urbano, deslocando-se para os arrabaldes. Em Olinda, as mulheres foram interdidas por lei municipal de lavarem roupas ou qualquer “coisa imunda” nas bicas Poço do Conselho, Baldo e Varadouro. As meliantes também foram zoneadas³¹². A cidade “quase” disciplinar do século XIX tinha uma geografia para as despudoradas: as “pontas de rua”, locais em que as “quengas” com seus corpos *seminus* desfilavam e conquistavam os olhares masculinos³¹³. Os senhores de engenho se espantavam diante de códigos anônimos que vigiavam os indivíduos, tão diferentes da relação personalista do grito, da ordem e do muxicão.

Essas leis municipais, embora tímidas e muitas vezes não cumpridas pela população, apontam para o início de um processo de desodorização da

³¹⁰ CORBIM, A. *Saberes e odores*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

³¹¹ Confira DAMATTA, R. *op. cit.*, p. 55.

³¹² Apesar de todos os regulamentos municipais, muitos vendedores, lavadeiras e curtidores de couro não atendiam aos códigos prescritos, desobedecendo a ordem policial e a norma estatal.

³¹³ Confira FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 40 e seguintes.

cidade brasileira, mais enfática no século XX. O pensamento médico, balizado pela teoria dos fluidos, considera que a água e o ar eram responsáveis pela propagação de miasmas, veículos mórbidos portadores de emanações fétidas e pútridas. Quando inalados, os miasmas poderiam *provocar uma ruptura do equilíbrio do organismo, obstruindo as vias de circulação do sangue e ocasionar, deste modo, o surgimento da doença, da febre pestilencial, do escorbuto e da gangrena*³¹⁴. Dessa maneira, as leis municipais de Olinda, Recife e Salvador estavam sob o olhar do saber médico-sanitarista. Os ventos fétidos dos curtumes e as águas sujas das bicas de Olinda deveriam ser inspecionadas, impedindo a desorganização pútrida da cidade, já tomada em muitos locais por pântanos, detritos, dejetos, insetos e matérias em decomposição. A intolerância aos cheiros fortes exalados por escamas e restos de peixes, por vísceras de animais e pelos lixos urbanos preocupam os órgãos públicos, ao mesmo instante em que o olfato urbano é seduzido pelo espaço oxigenado e perfumado. A cidade brasileira, a partir da segunda metade do século XIX, será lida a partir das lentes e prismas médicos e biológicos³¹⁵.

No final do século XIX, tanto as cidades quanto o ambiente privado adequavam-se a um incipiente processo civilizador. Embora o saber médico continuasse sendo desprezado pela grande maioria da população, emergia um discurso médico-sanitarista que prescrevia que os abusos particulares deveriam se limitar à casa para o espaço público ganhar mais dignidade e nova aparência. Com o crescente prestígio desses novos saberes e poderes ligados ao Império Brasileiro, leis proibiam a criação de porcos na rua, regulamentavam o alinhamento das calçadas e estabeleciam códigos normativos e corretivos para a rua e para o espaço privado do homem do sobrado³¹⁶.

O poder e o saber do Estado acentuavam-se com a emergência dos bacharéis – um homem que já subjetiva o discurso burguês europeu - , enquanto o prestígio dos senhores de engenho e de grandes fazendeiros declinava e instituições político-sociais emergiam: *Ao declínio do poder político do particular*

³¹⁴ RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. 3a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 167.

³¹⁵ Sobre a desodorização da cidade europeia nesse mesmo período, confira CORBIM, A. op. cit. No Brasil, verifique RAGO, M. op. cit.

*rico (...) correspondeu o aumento de poder político público, encarnado por órgãos judiciais, policiais ou militares ou simplesmente burocráticos do governo monárquico e, depois, do republicano*³¹⁷. O Estado invadia, com os seus códigos, leis e decretos, o espaço “sagrado” do engenho. O Estado sepultava, em “covas rasas”, a família e o poder patriarcais. Conforme Freyre, *Os engenhos, lugares santos donde outrora ninguém se aproximava senão na ponta dos pés e para pedir alguma coisa (...) deram para ser invadidos por agentes de cobrança, representantes de uma instituição arrogante da cidade – o banco – quase tão desprestigiadora da majestade das casas-grandes quanto a polícia do Conde de Assumar...*³¹⁸

Analisando a citação acima referendada, percebemos a reação de Freyre à dissolução de antigos costumes, ao denunciar a quebra da continuidade público/privado, questionar os novos princípios que ordenam a nação brasileira e a natureza diferenciada do Estado em relação à ordem patriarcal: a rua fascina a casa; a praça é mais simpática que o engenho; o poder do Estado é mais forte que as normas familiares. Daí terem os pais de família - a maior parte deles - chegado ao século XX perturbados com os novos elementos da ordem social que contrariavam seus “bons costumes” e ia contra as normas do espaço “sagrado” do lar. De acordo com Jurandir Freyre Costa, *o lar moderno deixou de cumprir suas antigas funções (...) Perdeu seus antigos valores sem conseguir criar nada que pudesse substituí-los*³¹⁹. Talvez tenham sido esses motivos que impulsionaram muitos escritores do Nordeste, descendentes dessa elite, a defenderem o conceito de patriarcalismo em suas obras.

O século XIX é mostrado nessa obra como um momento de inflexão de novos costumes, em que hábitos sociais tradicionais irão “disputar” espaços com os códigos emergentes, como a individualização, a ruptura com as tradicionais maneiras de vestir, de viver e de habitar. Homens e mulheres subjetivam outros padrões sócio-culturais, rompendo com as geografias às quais estavam presos. Dessa maneira, percebe-se que, ainda timidamente, meninos e mulheres

³¹⁶ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. LXXI.

³¹⁷ Idem, *ibidem*, p. LXXI.

³¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 17.

começaram a freqüentar a rua, simbolizando, para Freyre, outra brecha no “poder patriarcal”.³²⁰ Reiterando essas afirmações, Arrais mostra que

Em meados do século XIX as cadeirinhas de arruar iam desaparecendo; em 1860 raramente eram vistas na cidade e a rua, no último quartel do século, representava para as mulheres uma conquista quase assegurada (...) A vida urbana oferecia aos indivíduos atrativos que despertavam uma inquieta ânsia pelos domínios públicos. Nas últimas três décadas do século, predomina no habitante da cidade inegável sentimento de desafogo. Na cidade, “via-se, ouvia-se, sentia-se, amava-se. Os olhos, ao menos, andavam livres das rótulas dos balcões ou dos postigos das janelas”³²¹.

Assim pensado, *Sobrados e Mucambos* enfatiza como se perdem os liames que possibilitavam ao chefe familiar atuar de forma decisiva sobre as instituições públicas no Brasil, em virtude das mudanças que ocorreram no século XIX (e continuaram a acontecer nas primeiras décadas do século XX), com a migração das decisões da família para o Estado, dos costumes para as leis jurídicas, resultando numa crescente centralização administrativa. Todas as qualidades peculiares ao ambiente rural que sofreram alteração com a construção de uma nova espacialidade e uma nova subjetividade modernas, são lamentadas e revalorizadas no discurso regionalista-tradicionista. Na concepção freyrena, essas mudanças instauram uma crise no seio social, minando-a por dentro, marginalizando personagens como o *pater famílias*³²², manchando com as cores da modernidade a monocromia da tradição, valorizando o que era novo e abandonando e desrespeitando, muitas vezes, o antigo. Assim se expressa

³¹⁹ COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. 4 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 11; FREYRE, G. “*Sobrados e Mucambos*”, p. 18.

³²⁰ Confira FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, P. XLVI e ZALUAR, A. *A desordem urbana e os antagonismos e acomodações entre Sobrados e Mucambos*. In: Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos. Recife, 21 a 24 mar. 2000.

³²¹ ARRAIS, R. op. cit. p. 22.

Freyre: *A verdade é que o sistema patriarcal brasileiro, considerado sociologicamente como um conjunto, sofreu, durante o primeiro meio século da Independência (...) penetrações de elementos grandemente perturbadores de sua ortodoxia patriarcal*³²³.

O lugar de cada um designa o espaço dos poderes, dos micro-poderes atuantes nessa nova sociedade. No entanto, aquele poder que estava constantemente circulando por canais cada vez mais sutis, chegando até os indivíduos, seus corpos e gestos, começa a diminuir os seus efeitos, tornando-se menos vigilante, menos agressivo, mais elástico. A visibilidade organizada em torno de um olhar dominador e atuante, que penetrava em cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo³²⁴.

Novas vozes e novos discursos emergem para conflitarem com a voz do “patriarca”. O bacharel em Direito usa o texto jurídico para pregar e legitimar normas sociais, levando as decisões de crime, castigo e punição para a geografia da justiça estatal, desqualificando, portanto, a “justiça feita com as próprias mãos”, bastante comum numa sociedade baseada nos costumes. Mas haviam advogados que queriam que o Estado se “intrometesse” também na agricultura, para desespero de muitos senhores de engenho e cafeicultores. O bacharel em Direito Nascimento Feitosa defendia a intervenção direta do Estado na economia, argumentando que esta também fosse regulamentada por leis: *Qual é a missão do governo? Decidir o com razão e justiça todas as disputas entre os governados; proteger o fraco contra o forte de uma maneira que a igualdade restabeleça o respeito mútuo. E essa proteção se refere às pessoas e à propriedade e mais principalmente àquelas do que a esta*³²⁵.

O médico surge, também, como o desprestigiador da medicina caseira, das receitas das negras e das *comadres* e do saber autônomo das mulheres, vistos como supersticiosos e sem fundamento científico. Eram combatidos o uso

³²² FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 34-35. Sobre o papel do *pater família* e de seu governo através da família, há um interessante estudo de DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio: Graal, 1986, que analisa a função dessa autoridade na Europa Moderna.

³²³ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. LXXXIX. Veja ainda BASTOS, E. R. p. 130.

³²⁴ Confira FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, p. 128; COSTA, Jurandir F. op. cit. sobre a dissolução da grande vigilância que mantinham os senhores de engenho sobre sua família e agregados.

de remédios caseiros, a utilização da chupeta e o hábito de dar farinha ou alimentos de difícil digestão para as crianças. A alta taxa de mortalidade assustava os médicos que, em nome do desenvolvimento da energia física e espiritual, convidavam todos a deixarem os hábitos atrasados e a sua vida sedentária para saírem às ruas. Em 1855, na secção Conselhos Hygiênicos, o Diário de Pernambuco publicava o seguinte alerta do doutor Lima Santos sobre o sedentarismo:

Estes exemplos são nocivos e tristes, e deles o homem de senso deve fugir para não condenar o seu corpo, e à sua vida a um hábito tão abominável. Para que se fuja destes inconvenientes que trazem a queda do corpo, que afugentam as forças e a energia, é mister uma vontade forte, e que resistindo ao clima e ao calor, despreze os hábitos maus e os maus exemplos, promovendo um exercício necessário, moderado e regulado por uma boa higiene; pois que a energia moral sempre foi de grande recurso para que saia-se vitoriosamente da luta travada com o clima de um país quente e os hábitos da moleza³²⁶.

Os vendedores de luxuosos tecidos e apetrechos vindos da Europa (cartola inglesa, pentes de marfim, filós, cetim, botinas de duraque) também fissuram o discurso patriarcal, ao despertarem no sexo feminino o desejo de comprar, de consumir, de sair às ruas, de subjetivar novos trejeitos. No Recife, as casas comerciais surgem com nomes sentimentais - *Flor da Penha, Loja dos Noivos* – ao lado dos sobrados de azulejo, dos bancos financeiros e mercantis, do Correio, do telégrafo nacional, do telégrafo inglês, dos consulados. No bairro Santo Antônio, despontam as ruas de comércio elegante, de modistas, perfumistas, confeitarias e joalharias. Nesse mesmo bairro, erguem-se o Palácio do Governo, o Palácio da Justiça e, em 1850, o Teatro Santa Isabel, uma obra neoclássica do engenheiro francês Louis-Léger Vauthier. O Teatro era então um espaço convidativo para que as famílias assistissem a cantoras italianas com o

³²⁵ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 55.

³²⁶ LIMA, S. apud FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 39.

seu cântico lírico. Some-se a isso o espetáculo da música profana: ... *em vez do violão e da harpa, muito piano tocado pelas moças nas salas de visitas(...), em vez de modinhas, canções italianas e francesas*³²⁷. Nessa perspectiva, a cidade constituía-se num contraponto à tradição, por apresentar um aspecto civilizatório, por veicular outros modelos de ser homem ou mulher. A sociabilidade doméstica confronta-se com o processo ordenador, individualizante e civilizador da urbanização.

Para Freyre, a cidade é aos poucos cortada do passado, sendo o século XIX o marco da emergência de um novo estilo de viver, com uma nova configuração da paisagem urbana, cheia de conflitos sociais, surtos epidêmicos, hábitos dissolutos, promiscuidade. A casa-grande de antigamente foi eclipsada pelo sobrado; a rua enlameada, cheia de “tigres”³²⁸ e fedorenta estava sendo dissecada por uma incipiente infra-estrutura, sob influência dos saberes médico-sanitaristas. A rua iluminava-se e a casa abria suas janelas para vê-la cada vez mais presente em seu cotidiano, mais transformada, mais civilizada. As janelas do sobrado se abriam para verem uma cidade menos patriarcal e mais bacharelesca e estatal. Freyre vê com desencanto essas mudanças, teatralizando a família no século XIX sob a marca do conflito: conflitos entre a cidade e o campo; o bacharel e o pai; a casa e a rua; o limpo e o sujo, o espontâneo e o científico. Esses conflitos são mostrados como desalentadores, desconfortáveis para os “bons pais”, desterritorializantes para os sujeitos tradicionais, pois propiciavam a desmontagem da geografia cultural e dos hábitos bem demarcados que definiam o lugar da mulher dentro do lar e do casamento e fora da rua e dos olhares estranhos. É, portanto, uma estratégia de demonstrar que a família rural era superior à nova fisionomia que emergia, que os elementos patriarcais possuíam um caráter e uma identidade inquestionáveis. É uma família construída sob o estigma da superioridade, que se sustenta pela hierarquia de gênero, pela palavra dos “ másculos” senhores maridos, pelo conservadorismo dos costumes, tudo isso abençoado por um “padre patriarcal”, pela capela do engenho, pela obediência inquestionável de filhos e filhas. *Sobrados e Mucambos* é uma obra em que

³²⁷ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. p. 39.

³²⁸ Os tigres eram os homens responsáveis pela limpeza das latrinas das residências, encarregados de levar os dejetos até às praias ou rios, nos quais eram jogados.

Freyre mostra a irrupção da modernidade com desencanto, o fenômeno da urbanização com destemor, os influxos capitalistas com pesar.

Desses elementos, comenta Freyre, o médico e o bacharel abandonaram o campo e agarraram-se à cidade; abandonaram a roça e apegaram-se à rua: *A diplomacia, a política, as profissões liberais, às vezes a alta indústria, absorveram-nos. Empolgaram-nos*³²⁹. O grau e o anel de doutor, notadamente quando adquiridos nas academias européias, superam *tanto a velha quanto a nova riqueza, a fundiária e a mercantil, como símbolo e instrumento de poder*³³⁰. O bacharel, muitas vezes, é um homem “partido” entre o desejo de dar continuidade a obra de seus ancestrais ou submeter-se a ser diferente deles. É uma personagem suspensa entre os valores conflitantes, descontente com as máscaras sociais tradicionais, mas incapaz, ainda, de rompe-las em definitivo.

Em *Sobrados e Mucambos* ocorre um conflito entre gerações com a invenção da juventude, do homem moço, intermediário entre a infância e a idade adulta. A construção do homem moço emerge no século XIX como um “terceiro termo” (criança, jovem, adulto) na relação familiar, imitando, *“exagerando-lhe os característicos do adulto – a voz grossa, a força, a superioridade intelectual e física; e junto a quem se externa em agrados e festas, em desejos de intimidade”*.³³¹ Esta é outra fratura que desterritorializada a família patriarcal, que fere os códigos moralizantes, que constrói um homem que ama o novo, que enamora a Europa, que é apaixonado pelos territórios estrangeiros. É uma figura que tem seus “instintos” sexuais despertados não mais pelas negras escravas ou pelas filhas dos moradores, mas pelas prostitutas das ruas, pelas cocotes européias que aos poucos chegavam no Brasil para educarem os sentidos desses rapazes com novas artes de amar³³².

Era um tempo em que a valorização social conquistava a população e a Europa burguesa fascinava o homem e a mulher brasileiros, com os seus estilos de vida contrários, na concepção de Freyre, aos *rurais e patriarcais: o chá, o*

³²⁹ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 44 e 18. Veja ainda FREYRE, G. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade de Recife*. Recife, 1934.

³³⁰ ARAÚJO, R. B. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala* e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 144.

³³¹ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. P. 647.

*governo de gabinete, a botina Clark, o pão torrado. A estas, somem-se outras substituições, como o maior gosto pelo teatro, que foi substituindo a igreja, pela carruagem de quatro rodas que foi substituindo o cavalo. Tais valores, como o uso do perfume, da freqüência a cabeleireiros, o “abuso” do banho morno, de ingredientes gelados como o sorvete, associados ao desprezo pelo cuscut de mandioca, refresco da terra, aluá, broas de milho, tornaram-se as insígnias de mando de uma aristocracia: a dos sobrados. De uma nova nobreza: a dos doutores e bacharéis*³³³. Freyre observa tais metamorfoses meio decepcionado, criticando a sociedade individualista, pois, para ele, o que deveria chamar a atenção era o espaço do personalismo, da solidariedade, falando desta como a referência dos “verdadeiros costumes” nacionais, harmonizados com a terra e com o meio³³⁴.

O medo pelo novo que se aproximava pode ser sentido quando Freyre narrou a atitude do “*pater-famílias*” que assistia a esse espetáculo temeroso, vivenciando o *drama da desintegração do poder, por algum tempo quase absoluto*, tendo a sua autoridade enfraquecida por novos discursos, como o discurso pedagógico e o médico-sanitarista, que se efetivarão nas primeiras décadas do século XX, preocupando-se não mais com os costumes, mas com o corpo dos indivíduos. O poder circulava por novos canais mais sutis. Mas não era só isso: esses novos bacharéis e engenheiros tomavam o lugar dos patriarcas na esfera administrativa, na política, na diplomacia, na magistratura, diminuindo o culto à velhice, aos homens ásperos, eretos, porém, “bons” e “generosos”:

Era o declínio do patriarcalismo (...) O desprestígio dos “senhores pais” que começavam a ser simplesmente “pais” e até “papais”. Era o menino começando a se libertar da tirania do homem. O aluno começando a se libertar da tirania do mestre. O filho revoltando-se

³³² FREYRE, G. *Ordem e progresso*, p. 123 e seguintes.

³³³ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 299 e 303.

³³⁴ FREYRE, G. *idem*, *ibidem*, p. LXXIII.

*contra o pai. O neto contra o avô. Os moços assumindo lugares que se julgavam só dos velhos*³³⁵.

É interessante perceber nessa obra a tensão que se estabeleceu entre os antigos personagens da casa-grande e os novos que emergem, que quase sempre não atendem às expectativas e à visão que seus pais tinham. Os filhos dessa elite que viajavam para as cidades do Brasil ou da Europa para estudarem, nem sempre voltavam para trabalhar ou administrar a terra. Queriam empregos na administração pública, no comércio, em setores burocráticos. Os médicos, bacharéis, funcionários públicos e outros homens da elite, sejam de Pernambuco ou de outras províncias, desejavam um comportamento diferenciado daquele adotado pelos seus pais, avós, ascendentes, refletindo até nos moldes de se comportar, cortando os cabelos à francesa, as barbas à nazarena, usando óleo de coco nos cabelos reluzidos ao sol, cuspidando em escarradeiras, perfumando-se com extratos europeus. A cordialidade era outro instrumento de integração social, revelando traços de um disciplinamento de gestos e de vozes, conforme ditavam os códigos de bom-tom. Sobre esse novo comportamento, diz Freyre:

*Com a generalização das modas européias mais requintadamente burguesas e a urbanização dos estilos de vida, outrora rusticamente patriarcais, as deficiências e os excessos de formas de corpo que não correspondessem às modas de Paris e de Londres foram sendo corrigidos por meio de unguentos, cosméticos, dentes e cabelos postiços, ancas, tinturas para barbas e cabelos, espartilhos. Espartilhos de que, desde a primeira metade do século XIX, aparecem numerosos anúncios nos jornais brasileiros*³³⁶.

Escrito sob a ótica das contradições, *Sobrados e Mucambos* mobiliza um conjunto de textos e imagens para instituir um modelo familiar que duele com

³³⁵ IFREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 87-88

³³⁶ idem, *ibidem*, p.104. Sobre o espartilho, Gilberto Freyre comenta que a cintura feminina no Brasil se deformou exageradamente pelo uso dessa indumentária. p. 140.

a nova leitura que os modernistas fazem sobre a família a partir dos anos 20. Nesse teatro de “forças estranhas”, a “era do bacharelismo” vivenciou a troca do ambiente “sádico-patriarcal” pelo comedimento, pelo cultivo espiritual, pelo “processo civilizador” nas maneiras de cuspir, de limpar os dentes, de escarrar, de vestir; pelo surgimento de um novo perfil de família, ditando modas como o Romantismo e dando golpes na autoridade patriarcal, *diminuída e desafiada a partir do seu próprio interior, com a adoção, justamente por aqueles que seriam os seus herdeiros, de uma visão de mundo que repudia inteiramente a sua “turbulenta”, “agreste” e “dissolvente” tradição*³³⁷. A família patriarcal era desconstruída quando começou a ocorrer *uma maior moderação nos costumes que se desenvolveu no Brasil ao longo do século XIX, embora não se detivessem apenas na soleira da porta das residências mais aristocráticas: podou os excessos paternos e cooptou os seus filhos, redesenhando inteiramente as relações domésticas de poder no período*³³⁸.

O cenário criado por esse sociólogo em *Sobrados e Mucambos* possui menos “patriarcalismo”, menos absorção do pai pelo filho, mais individualismo da mulher, mais segregação social, mais prostituição com as cocotes vindas da Europa e institucionalizadoras, nas cidades, de novas artes de amar, com a instauração dos bordéis. O pai adota uma atitude “mais sóbria” e até “monogâmica”, *limitando-se ao interior do lar como uma espécie de último refúgio para os seus exageros e desmandos*³³⁹.

Ao afastar-se da casa-grande, da senzala, da poligamia e da escravidão, o *pater família* passa a exercer a sua autoridade sobre um modelo de família caracterizada por Freyre como monogâmica, de tendência nuclear, *de corte bem mais disciplinado e ocidental, muito mais compatível, portanto, com o conjunto das modificações que começavam a ser mais presentes na família e na sociedade a partir desse século*³⁴⁰. Os moradores do sobrado mudavam com as metamorfoses da fisionomia urbana, que recebia mais serviços infra-estruturais como iluminação, calçamento das ruas principais, saneamento, transporte

³³⁷ ARAÚJO, R. B. op. cit. p. 125

³³⁸ idem, ibidem, p. 126.

³³⁹ Idem, ibidem, p. 179.

público. Fábricas de sabão começavam a chegar em Recife, somadas às fábricas de velas, de tecidos de algodão impulsionadas pela próspera economia algodoeira do Brasil. Recife também ganhava novos profissionais, como químicos vindos da Inglaterra para trabalharem nos engenhos centrais, cabeleireiros franceses para pentear e arrumarem as mulheres dos sobrados, modistas que mostravam o último gosto no mundo das futilidades, lojistas e comerciantes de drogas, engenheiros e urbanistas.

O temor de ver desaparecer a família tradicional enquanto referente regional e nacional, torna-se um dos elementos que preocupa Gilberto Freyre, “amaldiçoando” essas forças externas que provocavam a perda da soberania do “patriarca” e do ambiente rural, descrito por essa formação discursiva regionalista-tradicionista através de uma visão organicista, definindo cada partícula necessária ao funcionamento da família e da nação, a exemplo de autoridade/submissão, fé católica, homogeneidade entre os membros da família/nação, dentre outras. Freyre estabelece uma hierarquia de gênero que se transformava numa hierarquia de espaço e de valores sociais.

Em *Sobrados e Mucambos*, Freyre desqualifica os personagens urbanos, a exemplo dos gamenhos – bacharéis e doutores formados no século XIX – que modificavam os ares urbanos e inauguravam uma outra leitura das relações familiares e das relações de gênero. Para ele, esses novos profissionais com os seus saberes objetivavam modificar os indivíduos, modelando-os conforme o mundo capitalista. Trabalhando com adjetivos como “injustiçado”, “paternal”, “solidário”, elabora um texto no qual os elementos que chegam de fora são classificados como invasores da singularidade da geografia familiar, como deturpadores dos códigos religiosos. As transformações na economia (fortalecimento comercial, crescente urbanização), nas instituições políticas (transferência da “soberania” dos “patriarcas” para o Estado) e na cultura (avanço do processo civilizador no Brasil), metamorfoseando a família e limitando a autoridade do pai a um núcleo familiar monogâmico e sexualmente mais disciplinado, são desclassificados pela pena freyreana, que isola a família do seu

³⁴⁰ ARAÚJO, R. B. op. cit, p. 120. Confira ainda os capítulos “O pai e o filho” e “A mulher e o homem”, da obra *Sobrados e Mucambos*.

contexto histórico, identificando-a ao folclórico, ao saudoso, ao antiquário, à poesia de outrora. Os pais que um dia foram “heróis” são sacralizados na prosa freyreana, ao mostrar que o corpo familiar tradicional passou a ser martirizado pelo comportamento que assumiram os gamenhos³⁴¹.

A insatisfação com essa outra leitura de família que vinha à superfície discursiva toma conta das obras de Freyre, levando-o a elaborar uma visão de superioridade para quase tudo que fosse ligado ao passado regional e à memória da casa-grande, narrando a bravura do senhor de engenho, o seu paternalismo para com os pobres, instituindo uma imagem de benevolência para essa elite rural. Em *Sobrados e Mucambos*, a identidade da elite rural é construída em oposição àquelas destinadas aos homens da cidade, aos bacharéis e profissionais liberais, vistos e ditos como a expressão de uma inferioridade cultural e como usurpadores de uma “aristocracia rural”. São homens que sofreram a influência das teorias, das escolas de Direito e Medicina, são os engenheiros de um novo tempo que dilaceram a memória dos aristocratas;³⁴² são os homens que absorveram a teoria dos fluidos de Lamarck e a teoria dos micróbios de Pasteur, adotando um olhar de estranhamento às ocupações ligadas à terra.

Para esse autor, as últimas sombras de senhores de engenho, de pastorinhas, de pretalhonas adornadas estão a desaparecer, em virtude da modernidade com seus clarões insolentes de luz elétrica; e mal se ouvem, com o moderno estridor dos apitos das usinas, os ritmos da música de violões e pandeiros e gaitas de fole em que outrora delirava, no ardor das noites de festa nas quais mulatas lascivas dançavam e se requebravam; ou das vozes macabras dos devotos em procissão. Esses traços típicos da sociedade tradicional vão perdendo o relevo, desfazendo-se em tristes borrões as paisagens rurais de outrora. O ambiente natural dos bangüês, branquejando entre o verde dos canaviais mosqueados de negros meio nus, vai se perdendo e sendo comido, devorado pelas garras da modernidade.³⁴³

³⁴¹ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 22-23.

³⁴² Idem, *ibidem*, p. 23.

³⁴³ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*; OLIVEIRA, I. B. op. cit. p. 31.

O caráter nacionalista em Freyre leva-o a criticar a standardização da família brasileira do sobrado, o crescente industrialismo europeu sobre os nossos costumes, uniformizando hábitos e levando-nos a consumir modelos importados. Lamenta o declínio do artesanato, a fuga das *coisas feitas por mãos de negras*, criticando o agarramento a produtos vindos de fora, tais como artigos de fábrica (chapéu-de-sol, chapéu do chile, espartilhos, tecidos finos, cartolas), de modistas e de laboratórios europeus, *os mais finos fabricados pelas mãos cor-de-rosa de parisienses*. A Europa comandava a estetização da família brasileira, ridicularizando-a, colocando as mulheres e homens tropicais debaixo de vestuários grossos, tecidos felpudos e quentes, especiais para clima frio. Nem mesmo as crianças fugiam dessa estetização³⁴⁴. Freyre repugnava essa “padronização” porque queria que a família aparecesse em sua “originalidade” como uma peça artesanal; que a nação fosse construída contrapondo-se à Europa. Era isso que o impulsionava a escrever sob o ponto de vista de uma sociedade “mágica”, arraigada à comunhão fraternal, ao edênico, ao paradisíaco, ao folclórico.

Esse autor repugna, também, a ânsia pela imitação dos brasileiros do sobrado que, na sua concepção, era um hábito pernicioso, incorporando o comportamento europeu como um modelo a ser seguido, vivendo uma obsessão pelas aparências, dando importância demais à opinião dos seus pares acerca de sua conduta, de sua postura, de sua educação *típica das sociedades de Corte, que aqui se instaurou na esteira da reeuropeização*. Essa febre de consumir os “tipos europeus”, transforma a família dos sobrados num imenso teatro, num espetáculo às vezes grotesco de imitação de gestos, de falas, de trejeitos. Nesse teatro de imitações, cada membro dessa família é um ator em potencial, esforçando-se para representar o “tipo europeu” no vestir, no andar, no comer, enfim, na etiqueta social,³⁴⁵ dominado pelo artificialismo. A vida privada recebia “toques” europeus para tornar-se bem ornamental. Muitas atividades públicas rendiam-se, também, ao império do efêmero e da estetização e a família *assegura uma certa presença nesse moderno, cosmopolita e civilizado Brasil imperial, inclusive depois do término do patriarcalismo e da ocupação dos sobrados por*

³⁴⁴ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 263 e 266.

*uma nova aristocracia, composta de famílias nucleares, burguesas e “românticas”*³⁴⁶.

Esses novos domínios de relações capitalistas são introduzidos e se estabelecem nas ruas do Recife padrões estéticos sob inspiração de Londres e Paris. A estilística europeia regulava as roupas, o mobiliário, a comida; espalhava pelas ruas, avenidas e praças *jardins suíços e filas lineares de eucaliptos, maquiando a cidade, transformando-a numa verdadeira peça de retórica capaz de expressar nossa total harmonia com o que, imaginava-se, representava a mais rigorosa tradição europeia*³⁴⁷. Esta geometrização da cidade e da vida familiar era criticada por Freyre, como bem argumenta, ironicamente, em *Tempos de Aprendiz: Novo Recife. Uma delícia de linha reta. Uma delícia de simetria. Uma delícia de regularidade. Um Recife geométrico como um jardim do Loire*³⁴⁸.

Mas na rua faltava uma personagem: a mulher. Onde estaria ela? Saíra do engenho rumo à cidade, trocou a casa-grande pelo sobrado, mas continuava às escondidas, atrelada à casa, à criança e à capela. A rua desejava-lhe, convidava-lhe, seduzia-lhe, queria sua presença. Mas essa presença foi adiada ao máximo pelos pais ou maridos, os quais, mesmo “aburguesados”, continuavam com a afirmativa de que o espaço urbano é perigoso para a “mulher de bem”, por ser frágil e vulnerável aos ataques do “sexo forte”: *Também é característico do regime patriarcal o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo. Mas o que era uma mulher bela para esse homem? É uma beleza meio mórbida: A menina de tipo franzino, quase doente. Ou então a senhora gorda, mole, caseira, maternal, coxas e nádegas largas. Nada do tipo vigoroso e ágil de moça, aproximando-se da figura de rapaz. O máximo de diferenciação de tipo e de traço entre os dois sexos*³⁴⁹.

Analisando essa citação, podemos perceber o quanto as mulheres aparecem como o alvo principal dos cuidados dos homens e das leis do Estado.

³⁴⁵ Confira FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. p. 297 e ARAÚJO, R. B. op. cit., p. 137-140.

³⁴⁶ ARAÚJO, R. B. op. cit., p. 143.

³⁴⁷ Idem, ibidem, p. 163.

³⁴⁸ FREYRE, G. *Tempos de aprendiz*. p. 270.

³⁴⁹ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 93.

Ser uma mulher desejada é subjetivar os padrões tidos como normais, é desviar-se da corrupção dos costumes, dos convites que a rua – espaço de “qualquer um (a)” – lhe fazia. Sua saída às ruas foi adiada, porque, na voz do discurso patriarcal, ela era indefesa, frágil, desprotegida. Já para o discurso jurídico, a mulher necessitava da tutela da família e do amparo legal do Estado. Portanto, ambos os discursos a consideravam incapaz de responder por seus atos, de falar por suas próprias atitudes. Aliás, como argumenta Cavalcanti, leis e normas jurídicas nem sempre conflitam com os costumes. Às vezes se institucionalizam e ganham *status* legal, se afirmando conjuntamente e comungando do mesmo parecer³⁵⁰.

No século XIX, a mulher sai aos poucos da atividade doméstica para estudar literatura, piano, canto, francês, substituindo a “mãe ignorante”. Os sobrados substituíram o tipo de mulher por um “menos servil” e mais mundano,

*... acordando tarde por ter ido ao teatro ou a algum baile; lendo romance; olhando a rua da janela ou da varanda; levando duas horas no toucador (...) Muito menos devoção religiosa do que antigamente. Menos confessorário (...) E mais romance. O médico de família mais poderoso que o confessor. O teatro seduzindo a mulher elegante mais que a igreja. O próprio “baile mascarado” atraindo senhoras de sobrado*³⁵¹.

Freyre descreve negativamente a saída da mulher à rua, cenário de um “feminino insubmisso”, desordenador, feito por astúcias, fora da norma e perto da perversão. Como lidar com a figura de uma mulher que se julga livre para andar sozinha na rua, ir ao teatro, ao cinema, às casas de modistas desacompanhadas? Se em *Sobrados e Mucambos* esse autor já descreve esse descontentamento com as fraturas que esse perfil de mulher provoca, *Ordem e Progresso* reitera esse dissabor com as mulheres que rompem com o ideal de passividade, que

³⁵⁰ CAVALCANTI, S. op. cit. p. 40.

³⁵¹ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 110.

“mancham” a imagem da maternidade, que sacrificam o bem-estar dos seus filhos em nome de uma liberdade. Como lidar com essa nova mulher que quebra normas do passado e assume novas posturas “desviantes”? Se o corpo da mulher, conforme descrito em *Casa Grande & Senzala*, era pensado enquanto um celeiro biológico de gerar vidas, gestar fetos, cuidar da casa e dos agregados, como julgar o perfil dessa “filha de Eva” que faz do seu corpo um espetáculo do luxo moderno com os seus enfeites, que entrega os seus filhos a cuidado de terceiros e sai às ruas para comprar, se divertir, passear? *Que tempos seriam esses santo Deus?*, pergunta o próprio Freyre, sem, muitas vezes, conseguir lidar com o corpo feminino fora da imagem tradicional de gerar e parir vidas.

Na realidade, esse sociólogo não consegue pensar, numa sociedade que concebe o poder como próprio do masculino, a mulher no exercício da atividade fora do lar, reafirmando-a, outrossim, como um ser infantil, ingênuo e despreparado para as atividades fora da casa. Embora continue sendo desenhada como uma figura passiva e caricata, fragilizada pela volúpia do mando masculino, as mulheres em *Sobrados e Mucambos* já são construídas como seres capazes de burlar as “leis patriarcais” para saírem da alcova, da sala, da varanda e irem às ruas, às festas, aos salões. Essa atitude assusta os tradicionalistas que imaginavam a mulher um ser rigorosamente doméstico, atrelado à cozinha, aos cuidados com as crianças e com a criadagem. Casa, criança e capela, conforme Antônio Dimas, era a trilogia de ocupações femininas³⁵². Quando ela subjetiva outras posturas, assusta os homens afeitos ao predomínio da subjetividade masculina sobre a objetividade feminina. Torna-se, assim, uma “senhora inconveniente”, desinibida, o que redundaria no enfraquecimento dos dispositivos de mando masculino:

E a maior luta foi a travada em torno da mulher por quem a rua ansiava, mas a quem o pater famílias do sobrado procurou conservar o mais possível trancada na camarinha e entre as mulecas, como nos engenhos; sem que ela saísse nem para fazer comprar. Só para missa.

³⁵² DIMAS, A. Uma senhora inconveniente. In: *Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2001, p. 299.

*Só nas quatro festas do ano – e mesmo então, dentro dos palanquins, mais tarde de carro fechado*³⁵³.

Dessa maneira, objetivamos não apenas mapear os discursos que deram voz e imagem à família patriarcal, as regularidades que deram visibilidade a esse conceito de família, mas mostrar, também, como vieram à tona os não-patriarcais, homens e mulheres que, após o final do século XIX, estabeleceram novos padrões, deslegitimaram as práticas patriarcais, mostraram-se contrários ao perfil estabelecido socialmente, deixaram o “lícito” e apegaram-se ao “desviante”. *Ordem e Progresso* é uma obra que apresenta esses “maus costumes” que emergiam, práticas (extra)ordinárias capazes de manchar a imagem da “família patriarcal”. São códigos modernos que marcam o corpo das famílias com novas tatuagens, incisões que o discurso patriarcal as classificarão como “ilícitas”, desvirilizantes para os homens, imorais para as mulheres, despudorados para os filhos. Homens e mulheres rompem com os lugares que o discurso patriarcal lhes destinou, criando novas geografias, subjetivando novos costumes, questionando o poder do *pater familias*, pondo em risco os preceitos moralizantes.

É, portanto, em meio a essa rede de saberes gestados após os anos 20, da construção do conceito de patriarcal, da luta pela valorização das antigas tradições do Norte, das novas práticas moralizantes e normativas, que analisaremos a obra *Ordem e Progresso*, pois, mesmo imersa num cenário de crescimento urbano-industrial, as famílias também se sentem regionalistas, policiam seus filhos, são normatizadas por outros discursos como o jurídico, o educacional, o eugênico, o científico. Se antes, na família patriarcal, os homens controlavam e defendiam a honra familiar, na modernidade o Estado ganhará essa função. São, portanto, famílias que vigiam e são vigiadas, punem e são punidas. Objeto de produção de saberes e de poderes, esse corpo familiar se oferece e, ao mesmo tempo, resiste às normatizações.

³⁵³ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 34.

2.4. VIGIADA E DISCIPLINADA: A FAMÍLIA DA ORDEM E DO PROGRESSO³⁵⁴

*Honra e glória ao Brasil! Do abismo fundo
Surge nest' hora o Povo Brasileiro
Assombrando as nações do mundo inteiro
Dando lições ao velho e ao novo mundo³⁵⁵*

Com a obra *Ordem e Progresso*, Freyre completa a trilogia começada com *Casa Grande & Senzala* e continuada em *Sobrados e Mucambos*, enfatizando as transformações e os impactos do cenário moderno sobre a família no Brasil a partir do final do século XIX, especialmente após a instauração da República. Escrito em 1959, “*Ordem e Progresso*” objetiva mostrar o processo de “desaparecimento” da casa-grande com a sua família “honrada e devota” e do nascimento da intimidade do lar, agora dissecado pelos saberes de novos personagens, a exemplo dos juristas, médicos e educadores. Nessa obra, Freyre expressa *um sentimento muito presente entre os membros das elites brasileiras, notadamente entre os homens do Norte e do Nordeste na primeira metade do século, ou seja, o sentimento de que a República e a Abolição da escravidão (...) trouxeram sérias ameaças para a ordem, a autoridade e, principalmente, para a hierarquia social³⁵⁶*.

Novos sentimentos são subjetivados pela família nesse momento em que emerge a República brasileira, como a maternidade, a domesticidade e os sentimentos afetivos que reforçam as relações entre os seus membros. É um contexto histórico apresentado por esse sociólogo como marcado pelo declínio das tradições familiares e regionalistas e de uma acelerada pluralização de valores e referenciais estrangeiros. Nessa época histórica, as famílias passam a ser alimentadas por uma indústria de consumo e de mídia (revistas femininas,

³⁵⁴ Lema da Bandeira Brasileira do Brasil República, “*Ordem e Progresso*” foi criado por Benjamim Constant, sob ideais positivistas de Augusto Comte.

³⁵⁵ MELLO FILHO, M. C. Estrofe do hino Ordem e progresso. apud FREYRE, G. *Ordem e progresso*. Encarte.

³⁵⁶ ALBUQUERQUE Jr. D. M. de. *O nordestino e a invenção do falô*. p. 10.

literárias, secções de jornais destinadas ao consumismo) nunca vista antes na história do Brasil. Mas o que chama a atenção no discurso freyreano, como argumentou Albuquerque Júnior em *O nordestino e a invenção do falo*, é o *perigo de quebra das hierarquias sociais e o conseqüente nivelamento dos diferentes grupos que segmentavam a sociedade*. Esse “perigo” é narrado a partir de imagens que abordam a família, particularmente “*a uma ameaça ao Pai, como representante da autoridade, da ordem e da hierarquia*”³⁵⁷.

No contexto histórico sobre o qual se debruça Freyre, o amor, o afeto, a higiene e a tolerância são dispositivos utilizados na constituição familiar, no entrelaçamento conjugal e filial, fragilizando os antigos modos de ser homem ou mulher antes predominantes, o que nos leva a refletir sobre esse novo modo de constituição de subjetividades e da emergência de uma moral sexual “civilizada” ou, como disse Foucault, de uma ciência sexual. Tentaremos mostrar, nesta Cena, como essas transformações históricas afetaram a sociedade e favoreceu, como diz Freyre, ao “declínio do patriarcalismo”, pois era como que *os homens tivessem que deixar de ser os senhores ainda patriarcais que eram e as mulheres que deixar de ser as mulheres dengosamente sinhás do tempo do Império*³⁵⁸. Uma das formas que essa transformação nos hábitos civilizatórios pode ser discutida neste texto é mediante os diversos sentimentos que emergiam, ou os estilos de vida que se configuravam nas cidades modernas. Emergia uma nova pedagogia das virtudes, do prazer e do gosto.

O sentimento de pertencer a um lar começa a ser forjado, enquanto o romantismo³⁵⁹ possibilitava uma comunicação mais regular entre marido e mulher, tornando-se a base (ao menos teoricamente) que unirá os cônjuges. Gilberto Freyre veiculará imagens de um discurso moderno que valorizava o romantismo individualista, o amor independente das considerações de honra ou de sangue, independente, também, da situação econômica dos amantes,

³⁵⁷ Idem, ibidem. p. 10-11. (grifos nossos)

³⁵⁸ FREYRE, G. *Ordem e Progresso*, p. 122.

³⁵⁹ O amor romântico é aqui compreendido como a “*capacidade de espontaneidade e empatia numa relação erótica (...) Para o casal, o romantismo é um veículo de auto-exploração e autodesenvolvimento. E nesta busca interior não há postes sinalizadores. O casal deleita-se na exploração de suas complexidades individuais. Por isso, tudo que lhes acontece, todos os gestos que trocam e as formas de ternura que elaboram parecem emanar deles espontaneamente.*” Cf. Shorter, p. 21-22.

idilicamente liberto de excesso de convenções. Esse discurso nem sempre foi agradável aos ouvidos das famílias mais conservadoras em questão de alianças matrimoniais no período aqui analisado, favorecendo a Freyre abordar esse quadro de imagens modernas com um tom discursivo desqualificador, por enfraquecer os laços do indivíduo com o ambiente patriarcal. É um mal-estar que a modernidade provoca-lhe, reforçando, dessa forma, as *máscaras tradicionais, mesmo que estas sejam obsoletas para enfrentarem a nova realidade social*³⁶⁰.

Em *Ordem e Progresso* o engenho é descrito como um ambiente positivo moralmente, opondo-se constantemente à nova realidade social. Freyre, dessa maneira, constrói uma hierarquia de valores, estabelecendo uma posição secundária para o tempo presente, ao mesmo tempo que forja laços de pertencimento e de relacionamentos sociais com o passado, convidando intelectuais nordestinos a orientar suas escritas e suas ações a partir de um “sentimento comum” regional, ao qual devem se conectar. Isso resulta num processo de construção de subjetividades, de formação de regiões de intensidades contínuas, elaboradas da latitude dos corpos que se encontram, que se conectam, que se interpenetram. São corpos humanos, mas também podem ser corpos animais, ou mesmo uma idéia, um lugar, um discurso, uma coletividade que servirá como fator de afetivação da existência³⁶¹.

Portanto, são inúmeros os fatores que dão existência à família patriarcal como uma entidade singular, destacando-se entre esses fatores a produção de subjetividades amantes do tradicionalismo, considerando a recorrência com que esse discurso apareceu nas vozes dos intelectuais ligados ao Centro Regionalista do Nordeste. Trata-se não apenas da invenção de um conceito, mas da reivindicação de uma construção político-cultural e identitária por parte desses regionalistas. Esse discurso criava demandas para a produção de novas identidades ao mostrar homens e mulheres da casa-grande como símbolos, heróis, forjando novos referenciais positivos a serem imitados pela sociedade atual. Na República feminina era construída a imagem do senhor de engenho, do *pater famílias* comandante, protetor, ativo. A industrialização do

³⁶⁰ ALBUQUERQUE Jr. D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*, p. 106.

campo, representada pela usina, era contrastada com a figura de um senhor de terras e de homens, de mesa farta na casa-grande, do tempo lento do engenho, da afetividade entre os familiares³⁶².

2.4.1 – AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E O IMPACTO SOBRE GILBERTO FREYRE

Os amantes da ordem e do progresso travavam intensas batalhas discursivas para cristalizarem a imagem de uma nação cercada pela honra e pela glória, capaz de assombrar *as nações do mundo inteiro, dando lições ao velho e ao novo mundo*³⁶³. O tradicionalismo não seria essa expressão de novidade, pois não se coadunava aos referentes modernos que emergiam, tão em voga nos países europeus e “desenvolvidos” desde o final do século passado. Agentes e agências civilizatórias necessitavam de credenciais para disseminarem os novos saberes e as novas verdades capazes de tornar o Brasil uma nação próspera, sadia, limpa dos percalços do passado. A letra do hino *Ordem e Progresso* é uma metáfora ligada a uma sensibilidade que estava sendo instaurada na República, influenciada pelas teorias positivista, evolucionista e naturalista, disseminando um saber que associava o progresso do Brasil à ordem, à disciplina, à modelização do sujeito, à fabricação de corpos trabalhadores e positivos à ordem política que aflorava. Não se queria mais o corpo escravo, o corpo ocioso do senhor de engenho, as mulheres gordas andando em liteiras, em palanquins, em bangüês. A nova ordem social instaurava uma outra leitura do corpo, do trabalho, do lazer, da família.

Tanto homens quanto mulheres deveriam se conectar aos novos tempos que requeriam mais velocidade, mais energia. Para Freyre, homens e mulheres eram, assim, atraídos pelas luzes e bondes elétricos, pelos ventiladores, elevadores, automóveis, aumentando a resistência às coisas do passado, vistas sem cor, sem fantasia, meio mortas diante das transformações históricas que ora ocorriam. As famílias eram seduzidas pelas confeitarias, pelos estaleiros e pelos

³⁶¹ GUATTARI, F. ROLNIK, S. op. cit.

³⁶² FREYRE, G. *Ordem e Progresso*, p. 122-124.

terrasses dos cafés, locais em que desfilavam mulheres com vestidos elegantes, homens de monóculo e polainas, parecidos com ingleses de figurinos, cheios de anéis e de jóias, de pomada brilhantina armando o cabelo empoeirado pela terra das ruas ainda sem calçamento. Era uma família vestida em “porte carnavalesco”, que horrorizava os ingleses de fato pelos seu excesso no uso dos anéis, das jóias, dos perfumes de mulheres nos lenços e nas pontas dos dedos. Os estudantes de Medicina, de Direito e de Engenharia, considerados um *gentleman* na aparência, trocavam seus sapatos, penteados, chapéus e dentaduras pelas novidades que se encontravam nas lojas nacionais ou filiais estrangeiras, principalmente o chapéu da Chapelaria Watson e as gravatas de seda compradas na Avenida Central, ambas situadas na Capital Federal³⁶⁴.

São aspectos que demonstram o fim do que Freyre denominou de “verticalização da sociedade”, presente nos engenhos patriarcais, locais onde os indivíduos possuíam lugares bem definidos e hierarquizados. As famílias republicanas, conforme mostradas em *Ordem e Progresso*, apresentam como características a flexibilização dos costumes, uma “horizontalização” entre os sexos, condição que permite às mulheres desempenharem funções técnico-burocráticas antes só permitidas aos homens. Comentando esse momento da República brasileira, Ceballos assim se reporta:

Momento de transição de toda uma estrutura social, os homens e as mulheres passaram a perceber e a agir dentro de novos lugares sociais. E entre estes aspectos, certamente os mais nítidos eram o nivelamento social e a feminilização. Para estes intelectuais nortistas saudosistas, o mundo se feminilizava e o homem se desvirilizava. Inclusive a própria vida que os intelectuais mantinham era considerada uma forma de feminilização; homens pouco saudáveis que incapazes de sair de suas casas para exercer suas tarefas “masculinas”, sentavam-se nas escrivaninhas para ler e escrever. Curiosamente, ao mesmo tempo que se mostrava incapaz de exercer sua masculinidade,

³⁶³ MELLO FILHO, M. C. *Ordem e progresso*. apud FREYRE, G. *Ordem e progresso*. Encarte.

³⁶⁴ FREYRE, G. *Ordem e Progresso*, p. 476.

*apresentando-se frágil e delicado, o intelectual podia preservar as memórias das famílias patriarcais, reforçando através de uma série de saberes um momento de grandeza que se fora*³⁶⁵.

Ordem e Progresso é confeccionado de modo a opor as transformações urbanas sociais ao “estaticismo” do passado, mostrando, de um lado, a família tradicional cujos membros chegam a renunciar determinadas ambições pessoais em nome da honra da família, e, de outro, a sociedade brasileira “republicanizada”, cuja realização individual tem precedência sobre a estabilidade familiar, ou seja, a carreira profissional e a felicidade individual triunfam sobre a continuação da linhagem e da parentela, modelando e credenciando novos comportamentos. A moda contribui para que os gêneros desejem uma posição social legitimada pela etiqueta, ao passo que deslegitima os estereótipos rurais, o perfil autêntico das famílias imperiais ainda não corrompido pelo cosmopolitismo.

A degeneração é um conceito presente no discurso de Freyre. A dissolução da sociedade tradicional, tanto física quanto moral, é problematizada em *Ordem e Progresso*. A casa-grande continua sendo mostrada como o organismo familiar, coeso e comunitário, cujo comportamento contrasta com a cidade capitalista e heterogênea, sem uma rostidade definida, atravessada pelo individualismo, pelos conflitos, pela mercantilização das relações econômico-sociais. A nostalgia aparece nesse discurso, marcado pela saudade ao antigo modo de viver que se perdia com o avanço das relações burguesas. Recusava-se a história *no que ela tem de destrutivo e, portanto, de renovador. A recorrência à memória é uma forma de tentar conter esta degeneração, de se livrar de um tempo que parece cada vez mais pesado, mais opressor e mais presente: um tempo que penetra nos corpos, ganha corpo e os leva à morte ou à degenerescência, à doença ou à loucura*³⁶⁶.

Esses novos valores impactam os intelectuais regionalistas, levando-os a sentirem saudades da casa-grande, do mato virgem, ao mesmo tempo que os impulsiona a divulgarem um discurso que dá visibilidade a subjetividades anti-

³⁶⁵ CEBALLOS, R. *Os homens tristes*. Campina Grande: UFPB, 2000, p. 27. (grifos nossos)

capitalistas. Sentem saudade porque o tempo presente oferece-lhes espetáculos bem diversos, como o ir à praia, assistir a filmes, passear nas docas ao cair da tarde, assistir a companhias de teatro no Santa Isabel (Companhia Belloro, Companhia Velasco), dentre outros hábitos que “degeneram” o cotidiano das famílias, fazendo-as perderem seus referenciais de moralidade, conduzindo-as à dissolução dos territórios “sagrados” e “puros” e se reterritorializando novamente³⁶⁷. O Estado republicano brasileiro, dessa forma, emergirá como um instrumento de civilização dos “maus costumes”, possuindo dispositivos que reprimem e adestram os “maus comportamentos”, as condutas desviantes e marginais, delimitando e estabelecendo o que é ofensa ao Estado, à moralidade pública. Cavalcanti afirma que o Estado Moderno brasileiro agiu na cientificização e civilização dos costumes da nação, rompendo com a divinização dos hábitos, conforme pregada pela Igreja Católica, ou seja, *a Igreja, assim como o Estado moderno e laico, possuía no seu interior todo um dispositivo de repressão e adestramento das condutas morais, que tomava corpo numa jurisprudência canônica e que delimitava e estabelecia o que era ofensa a Deus ou o que era pecado*³⁶⁸.

A vigilância deveria ser mantida, agora com outros olhares, para conter os “enxerimentos” das novas gerações, dos *petites maitresses* e grandes cocotes. Recife, uma cidade visível pela sua receptividade aos novos “atrevimentos” que chegam para escandalizar, como o beijo na boca e os abraços apertados em público, necessita que policiais façam rondas constantes, intimidando os mais “afoitos”. Verifica-se, portanto, que as práticas de vigilância continuam presentes na sociedade, agora sob a responsabilidade do Estado, denunciando, por sua vez, as conseqüências da não existência do mando patriarcal. É o poder público quem toma conta da vigilância das famílias, não mais a vingança privada. De conformidade com Cavalcanti, *se a família requer costumes, o Estado requer leis*

³⁶⁶ ALBUQUERQUE Jr, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. p. 187.

³⁶⁷ Não falamos de um território apenas “espaço natural”, físico. Quando abordamos território ou reterritorialização, partimos da leitura de que essas noções podem se interpretadas levando-se em consideração a idéia de um território como sinônimo de apropriação, de subjetivação. “O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa”. Além disso, “o território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir”. Cf. CHAGAS, E. op. cit. p. 130.

³⁶⁸ CAVALCANTI, S. op. cit, p. 96.

(e normas). *A hibridação Estado-família ou a invasão do Estado burguês em questões privadas gesta outras possibilidades de percepção dessa instituição, percebendo-a como fluxos de propriedade ou patrimônio material e simbólico dependentes das leis que a invadem com mais rigor na modernidade*³⁶⁹.

Num contexto em que o lar emergia como um conceito – início do século XX -, as famílias eram convidadas a viver cada vez mais longe dele. Afastavam-se da teia de inter-relações familiares para preferir a amizade com os pares, os amigos ou os parentes mais chegados, dividindo o estar no ambiente doméstico com o estar nos templos construídos pela modernização. Com a modernização, foi sendo criado o sentimento de pertencimento a um lar, em que a privacidade e a intimidade vão, afinal, triunfarem sobre a maneira tradicional em que viviam. As cortinas e persianas servirão para “esconder” a família dos olhares externos e os seus membros vão tecer fios de proteção à domesticidade. Além das cortinas e persianas, outras invenções seduziam as famílias, como os estaleiros, os cinemas, as águas minerais bebidas nos *terrassès* do café Ruy, do Café Brito ou do Café Vicente na Rua da Imperatriz, juntamente com os refrescos, as cervejas, os sorvetes de frutas tropicais. A combinação do gelo boreal com as frutas tropicais resultaram em sorvetes de pitanga, de caju, de cajá³⁷⁰. A vida era construída mais artificial, marcando a quebra entre o espaço natural e o espaço renovador.

Nesse cenário “degenerativo, o lar passava a ser visto e dito enquanto um refúgio, às vezes tão somente à noite. O espaço capitalista, embora aplaudido por muitos, era entendido muitas vezes como um “mundo sem coração”, contrapondo-se ao ambiente do lar, um território distinto, um apoio emocional, em contraste com o território instrumentalizado e mecanizado do trabalho. A casa-grande e o engenho, em que muitas vezes as fronteiras entre o ambiente público e o privado se confundiam, perdem o sentido com o mundo modernizado. As famílias numerosas perdem seus lugares para a tendência moderna da limitação do tamanho da prole, gerando um espaço em que *a subjetividade é massacrada por produtos e símbolos para torná-la dócil e suscetível a uma sociedade voltada*

³⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 20.

*para o consumo ou para o desejo cotidiano de consumir*³⁷¹. Nesse território de fantasias, as famílias são apresentadas como sinônimo de consumidoras, reduzidas em número de filhos, mas multiplicadas em desejos de comprar, imersas num contexto de aparências e de simulacros. Eram tempos de guerra, de batalhas travadas entre a cidade e as famílias que brigavam por espaços. Territórios de conflitos nos jardins públicos, entre becos e avenidas, entre o centro e os arrabaldes, entre as ruelas escuras e as avenidas esclarecidas, entre as ruas empoeiradas e as alamedas calçadas. A cidade requeria territórios limpos e cheirosos, mais segregadores e distantes da gente fedorenta e maltrapilha das senzalas. Nesse confronto de demarcação de espaços, os novos ricos fundam clubes e neles se agregam, se divertem, se instruem, constróem escolas privadas para pedagogizar seus filhos, exigindo uma delimitação rigorosa de lugares, demonstrando *como o universo do lazer se revela lugar de exposição de valores, modos de pensar, projetos de ordenamento social*³⁷².

Estudar essas práticas modernas apresentadas em *Ordem e Progresso* é uma maneira de compreender, historicamente, o que impactou Freyre, levando-o a estabelecer uma complexa rede de relações entre o campo e a cidade, deslegitimando as práticas ordinárias e extraordinárias do ambiente urbano. Seus discursos, embora se reportem às transformações dos costumes, são estratégias de poder/saber para construir e legitimar as práticas da família que ele chama de patriarcal, o *núcleo natural da formação do corpo e da alma brasileira que se vêem ameaçados pela emergência da sociedade moderna*³⁷³. Através das práticas mantidas pela nova família, é possível fazer uma leitura dos códigos do passado mostrados como positivos à “boa ordem”.

Albuquerque Júnior enfatiza que esse ambiente moderno provoca um sentimento de saudade nos defensores do regionalismo, já que o ambiente da técnica produz dilaceramentos nas subjetividades tradicionais:

³⁷⁰ FREYRE, G. *Ordem e Progresso*, p. 476.

³⁷¹ REZENDE, A. P. p. 16.

³⁷² ARRAIS, R. op. cit. p. 222.

³⁷³ ALBUQUERQUE Jr, D. M. de. *O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. p. 188.

A saudade é o sentimento de quem se percebe perdendo pedaços queridos de ser, de sua vida, dos territórios que construiu para si. Sentimento tão pessoal, a saudade, no entanto, também pode ser um sentimento coletivo, pode afetar toda uma comunidade que perde seus referenciais espaciais ou temporais, toda uma classe social que perdeu historicamente a sua posição, que viu sua vida se transformar para pior, que viu os símbolos de seu poder esculpidos no espaço serem tragados pelas forças tectônicas da histórica³⁷⁴.

A função repressiva ou a relação de violência presente no modelo familiar apresentado em *Casa Grande & Senzala* cede lugar, em *ordem e Progresso* a uma sociedade disciplinar, atravessada por mecanismos, táticas e dispositivos que serão acionados pelo poder para controlar os indivíduos, modelá-los institucionalmente, torna-los dóceis e produtivos. A punição em massa, objeto de espetáculos conforme mostrado em *Casa Grande & Senzala*, é substituída por uma punição celular, condicionando o corpo-máquina a uma maior produtividade e a uma menor capacidade de resistência. A punição muda seu alvo e passa a incidir muito mais na mente dos indivíduos, na sua subjetividade, do que propriamente sobre seus corpos. A punição deixa de ser um “espetáculo”, em que o “rebelde” era amarrado num tronco e açoitado perante outros, para disseminar pelo social. A atividade industrial e a máquina moderna vêm fabricar um tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção dessa sociedade, em que a disciplina deixa de atuar em um corpo molar para incidir sobre os micro-corpos. É a esse tipo de mudança que o discurso regionalista-tradicionalista se contrapõe. Antônio Maia, analisando a maneira que Foucault concebe o poder na sociedade moderna, diz:

A atuação do poder sobre os corpos que Foucault chamara de biopoder tem que ser percebida nas suas especificidades. Vale dizer, sob esta denominação, Foucault designará principalmente dois níveis de

³⁷⁴ idem, ibidem, p. 105.

exercício do poder: de um lado, as técnicas que têm como objetivo um treinamento “ortopédico” dos corpos, as disciplinas e o poder disciplinar; de outro lado, o corpo entendido como pertencente a uma espécie (a população) com suas leis e regularidades³⁷⁵.

Fundada nos domínios da tradição e da saudade, a família patriarcal surge como algo já decadente, morto pela história, massacrado pelo peso de uma nova estética familiar afeita à conquista do conforto material e do refinamento estético. O campo era desprezado em nome do “mundanismo chique” da cidade “encantadora”, corroendo por dentro um objeto histórico que acabava de nascer como conceito. Nesse tablado de destruições, dilacerava-se, também, o recorte familiar que ora emergia conceitualmente.

Freyre elabora esse conceito após a década de 20, daí podermos afirmar que esse objeto histórico já nasceu arquejando, sentindo o cheiro de morte e o gosto da terra. A “família patriarcal” nasce já acabada pela história, estabelecida pelos ícones da tradição num momento que no Recife, a exemplo de outras capitais brasileiras, fábricas tanto estrangeiras quanto brasileiras eram estabelecidas, dando visibilidades à técnica, à disciplina, ao progresso. Políticos modernizadores como Ruy Barbosa e estudiosos como Aliomar Baleeiro, Santiago Dantas e Humberto Bastos enfatizavam em seus discursos a modernização técnica, a transformação das indústrias de fundo de quintal em prósperos e vistosos empreendimentos. Esses estudiosos falavam de um Brasil civilizado, imerso numa nova ordem, adestrado por novos discursos, se “aproximando” da Europa, falando-se em “empreendimentos arrojados”, querendo um novo espaço, um novo tempo. Não era apenas um “tempo-dinheiro” que se desejava, e *sim, um tempo menos rotina e mais inovação, sem que a inovação precisasse de se extremar em ianquismo; em renúncia ao charuto lentamente fumado; ao quilo na rede; à modinha ao violão³⁷⁶*. Harmonizava-se, conforme Freyre, a economia brasileira à estrangeira; a economia masculina à feminina; da

³⁷⁵ MAIA, A. *Sobre a analítica do poder em Foucault*. In: Revista Tempo Social. São Paulo: USP, 7(1-2), out. de 1995, p. 94.

³⁷⁶ FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. p. 471 e 480.

economia verticalizada e hierarquizada do período colonial à economia horizontal. Diz-nos Freyre que essa harmonização começava a verificar-se *por uma espécie de inclinação da economia como que masculina – que era a norte-européia ou a ianque – para, em suas relações nos trópicos, com economias como que femininas – o caso da brasileira – demorar o momento do gozo masculino no amplexo economicamente sexual entre as duas, até haver coincidência desse gozo com o feminino*³⁷⁷.

Por se constituir num objeto que já nasceu arquejando, aumenta a preocupação de Freyre para vivificá-lo, chamando a sociedade a seguir suas regras, a se relacionar com esse conjunto de preceitos, criando uma certa autoridade do passado sobre o presente. Ao vivificar esse objeto, Freyre e os regionalistas-tradicionistas se propõem a falar por ele, dar-lhe voz, historicidade, materialidade. Se a modernidade roubou-lhe a voz e negou-lhe a possibilidade de falar, a formação discursiva regionalista-tradicionista assumiu o “direito” de defender esse objeto recém-criado. As obras de viés regionalista dão conta do seu comportamento, devolvem, através da memória, a voz e a vida, dando sentidos às relações de poder estabelecidas no cotidiano dessa família.

A família patriarcal desaparecia porque esses engenheiros do novo tempo revelaram-se, segundo Freyre, terríveis inimigos dos prédios-antiquários e das cores que comprometessem o aspecto moderno da cidade progressiva. Revelaram-se, também, inimigos dos arcos (símbolos do passado), das construções desalinhas metricamente. Desejavam um indivíduo saudável e, em nome da saúde pública, demoliam-se os mucambos, os quiosques, vistos e ditos como redutos de mosquitos e insetos transmissores de doenças, principalmente a Doença de Chagas que ganhava visibilidade nesse contexto. A arquitetura urbana era também subalterna às concepções médicas e biológicas, contribuindo para o desaparecimento das igrejas e casas coloniais sem ventilação para a edificação de ruas e avenidas largas, cheia de veículos rápidos, de motocicletas, convivendo com os novos prédios que alojam as companhias telefônicas, as companhias de saneamento e de eletrificação, as estações de rádio, as salas de projeções

³⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 470. (grifos nossos)

cinematográficas, as empresas comerciais de refrigeradores e fogões de aquecimento, os hospitais e clínicas preventivos e corretivos.

Modelava-se a arquitetura das casas para receberem as instalações do gás doméstico, da máquina de costura, das camas de ferro, dos aspiradores de pó, das máquinas de lavar, das instalações sanitárias e das válvulas hídras. Mas muito mais que isso, modelava-se também a casa para atender a um projeto civilizador que se instaurava na sociedade brasileira, fazendo novas leituras sobre o corpo, a sexualidade, a infância, a maternidade, a saúde pública ou privada. Cada instrumento da modernidade respondia a uma “apelo da civilização”, da correção dos “maus costumes”. O gás doméstico reduzia os fogões à lenha que, vinda do mato, trazia em seu interior larvas, baratas, mosquitos e insetos transmissores de doenças. Em nome da saúde e do discurso sanitarista, o fogo doméstico à lenha era deslegitimado, classificado como perigoso até mesmo para as crianças que ficavam em contato com as grandes chamas. As camas de ferro seguiam uma tendência européia de substituir as camas de madeira, suscetíveis a cupim e insetos. O aspirador de pó, as máquinas de lavar, as instalações sanitárias e válvulas hidráulicas respondem a um discurso higienizador dos lares que se instalava na República brasileira, que inseria o corpo familiar num modelo de saúde e de limpeza, remodelando os hábitos, civilizando os “instintos” e administrando o espaço privado, afastando as imundícies para longe das casas. Por mais íntimo que seja, o espaço privado deveria ser “domesticado”.

A estrutura organizacional da casa também mudara, contribuindo para novas subjetivações das mulheres que davam-se ao gosto de mobiliar as casas, comprar quadros das “belas artes”, educar os filhos em escolas que adotassem métodos de ensino inglês ou francês. No Recife, era possível comprar os móveis de *Vieux-chêne* para salão de jantar; guarnição de *érable*, com embutidos, para dormitórios; móveis multifuncionais; camas de ferro; objetos decorativos, estofados forrados de cetim e pelúcia. Na rua Marquez de Olinda, 56, encontravam-se outros acessórios para enfeitar ainda mais o ambiente da cozinha burguesa, como louça ágata, louça branca, moinhos franceses para café, tornando-a um ambiente privilegiado do consumismo e regido pela norma da civilidade. A mulher desejava decorar os espaços de intimidade, adornando os

móveis domésticos, refinando o gosto pela arte-nova. A novidade tornava-se um dispositivo caracterizado por uma temporalidade breve, rápida, por metamorfoses que exigiam ao mesmo tempo dinheiro para comprar e assiduidade das informações sobre o último gosto, favorecendo economicamente fábricas, lojas comerciais, vendedores, transportadores e ornamentadores e provocando uma certa esquizofrenia aos amantes do consumismo. As novidades estimulavam a produção capitalista e aumentava a demanda por produtos tidos como luxuosos.

2.4.2. SUBJETIVANDO NOVOS CÓDIGOS, DESTERRITORIALIZANDO VELHAS TRADIÇÕES

Em *Ordem e Progresso* a família se desenrolava do seu casulo “patriarcal” e, colorida e alada, surgia, subjetivando novas práticas sociais, novos valores como o amor romântico. O amor romântico, que a Europa conheceu ainda no século XVIII, flertava com o Brasil desde o final do século XIX, conquistando o seu coração nos primeiros decênios do século XX, tornando-se um signo mais importante que os bens materiais no entrelaçamento conjugal, embora não os dispensasse. A honra e o sangue não desapareceram, mas se enfraqueceram e cederam seus lugares à felicidade pessoal e ao desenvolvimento individual enquanto critérios na escolha de um parceiro conjugal. A realização individual e a carreira profissional triunfavam sobre a estabilidade familiar e a continuação da linhagem no seu todo. Na família dita patriarcal, não se olhava muito para o rosto belo na escolha do cônjuge, mas para seus bens materiais; não se olhava para os contornos e a delicadeza longívina que compõem o ideal moderno de beleza feminina, mas para o dote que essa mulher levasse ao casar. Eram tidas em conta as considerações econômicas e honrosas na escolha do matrimônio. O casamento era assunto de conveniência e não de atração mútua.

Com a republicanização da sociedade brasileira, assistimos, também, a uma mudança de sentimentos familiares, entendida por Freyre como crucial para o declínio do patriarcalismo e do predomínio do macho sobre a ordem social. A legitimação do casamento religioso, por exemplo, perde espaços para o contrato

conjugal civil, normatizado pelo Código Civil de 1916, garantindo direitos e deveres aos membros da família, ocorrendo, *a passagem da divinização da conjugalidade para certa racionalização acompanhada, paradoxalmente, da afetivação nas relações entre os membros da família. É quando a família adquire novas funções afetivas e educativas, mas moralistas*³⁷⁸.

Porém, nesse contexto, embora o romantismo já estivesse influenciando os casais, as filhas continuavam sendo vigiadas e punidas pelos pais, destituídas de qualquer desejo sexual, aprisionadas por um discurso que as infantilizava. Dispositivos civilizadores foram utilizados no adestramento dos corpos das “moças de família”, sendo um deles a permanência do costume de sempre mandar alguém “idôneo” e “responsável” acompanhando as jovens. Com a presença dessas pessoas “respeitadas”, era castrado todo o frenetismo que os “filhos homens” desfrutavam em companhia de seus pares. Sair sozinha representava um perigo para a jovem, um risco de estragar a mercadoria, o bem material pertencente a seus pais. Adotar um comportamento arreliado era visto e dito como uma traição à missão que a família e a sociedade tinham construído para ela³⁷⁹. A honra continuava um bem simbólico de grande valor, contribuindo para os pais vigiarem e disciplinarem suas filhas. Portanto, mesmo sendo perceptível a ampliação das fronteiras sociais para a inclusão de novos setores sociais que emergiam, havia todo um cuidado em torno da figura feminina, sendo uma preocupação desses intelectuais e representantes das elites adestrar o feminino com novos discursos, com outros olhares.

Analisando o discurso de Freyre em *Ordem e Progresso*, é clara a permanência de atitudes moralizantes quanto aos costumes no cotidiano da família republicana. Os antigos códigos moralistas quanto à honra familiar permaneceram, sendo acrescentados outros dispositivos burgueses que, mesmo concedendo o direito de a mulher passear em público, mobiliza outras estratégias de vigilância e de punição, configurando-se, assim, uma nova modalidade de poder sobre a vida das mulheres e dos homens: o biopoder que, na concepção de Foucault, visa construir um corpo produtivo, positivo e submisso. As técnicas do

³⁷⁸ CAVALCANTI, S. op. cit, p. 42.

³⁷⁹ FREYRE, G. *Ordem e progresso*. p. 92 e seguintes.

biopoder têm como objetivos um treinamento ortopédico dos corpos, tanto as disciplinas quanto o poder disciplinar, mas também o corpo compreendido como pertencente a uma população com suas leis e regularidades³⁸⁰.

A mulher em *Ordem e Progresso* continua sendo considerada um apêndice do homem, um sujeito não desejante, assexuado, num momento em que ela é seduzida pela geografia urbana representada pelos cafés, praças, acontecimentos da vida social. Vários mecanismos de controle “ortopédico” do seu corpo emergem nesse momento. Além da família, outros atores participam também de sua vida. Juristas, moralistas, médicos, pedagogos e policiais estavam “habilitados” para denunciarem qualquer atitude feminina (ou masculina) que ferisse a moral pública, visando garantir a obediência aos padrões de normalidade, afastando a família dos espaços patológicos e marginais. Nessa República feminina, a família continuava “necessitando” de ser dominada pelo masculino, para não deixar a desordem e a anormalidade irromperem definitivamente na nação brasileira, sedenta, como disse Manuel Cavalcanti Filho, de assombrar, com a sua glória, os povos do mundo inteiro. Essa normalidade, ao mesmo tempo que afirma a imparcialidade, nega as formas de subjetivação masculina e feminina que *procuram dar evasão aos seus desejos, inquietações na busca por uma postura mais autônoma com relação às suas histórias de encontro e desencontro amoroso. O princípio constitucional de individualização da aplicação da lei é contrariado pelos operadores do Direito no seu fazer jurídico cotidiano, por essa pretensão de homogeneização dos costumes, de fazer jus ao lugar de imperadores da ordem social*³⁸¹.

Somando-se ao amor romântico, o amor materno, conforme é visto em *Ordem e Progresso*, vai se instalar na família brasileira, modificando o entrelaçamento entre mãe e filhos, e mudando a posição que o bebê ocupava na hierarquia de valores da família, mostrado quando analisamos *Casa Grande & Senzala*. Em nome do amor materno, era pregada, por médicos e juristas, a permanência da mãe no ambiente doméstico, circunscrevendo-a a uma série de tarefas pedagógicas e nutricionais. Na família definida por Freyre como patriarcal,

³⁸⁰ Cf. MAIA, A. C. op. cit. p. 83-103.

³⁸¹ SILVA, K. Q. op. cit. p. 314.

a mãe preparava-se para colocar a existência acima do bem-estar do bebê. No tempo presente, o filho e a sua educação são prioridades, pois o amor materno encarregar-se-á de colocar os interesses da criança acima de outros projetos pessoais da mãe,³⁸² que se abnega pela família, cuidando-a como uma tarefa especificamente sacerdotal. Como “guardiã” do lar, era capaz de renunciar a ornamentação do seu próprio corpo, como o uso de roupas da moda ou de distrações “fúteis” (como o cinema e o teatro que poderiam dar “maus exemplos” aos filhos), para se dedicar ao serviço do lar. No entanto, Albuquerque Júnior chega a afirmar que o acontecimento decisivo para este maior cuidado com as crianças por parte das mães, *é o próprio declínio da família de modelo extenso, com a redução (...) do número de pessoas que antes habitavam cada casa das elites e que dividiam entre si o cuidado com os menores, agora há a concentração de responsabilidade principalmente para a mãe cujo exercício da maternidade vai se tornando cada vez mais importante e exigido por toda uma série de discursos que para ela se dirigiam*³⁸³.

Lealdade, domesticidade e maternidade eram expressões que conotavam as novas responsabilidades femininas. Ser leal ao lar como um complexo de deveres, ao marido que a sustém e aos filhos que são sua herança. Os filhos pequenos, portanto, constituem-se os objetos de maiores cuidados e atenção, à proporção que as mulheres tendem a reduzir o tamanho da prole. Os filhos, nessa nova configuração familiar, tornam-se mais preciosos, com mais atenção voltada para si: *Para o moço brasileiro foi um período assinalado, na sua última fase, pela crescente libertação do menor, da opressão por vezes excessiva dos pais ou dos velhos (...) Os colégios americanos, de inspiração Protestante, talvez tenham acentuado demais o individualismo nas atitudes de independência que procuravam desenvolver nos seus alunos, de modo às vezes excessivamente antipatriarcalistas*³⁸⁴.

Justificando o exercício de controle ortopédico sobre as crianças, através de novos métodos pedagógicos, o discurso sobre o amor materno pregava a domesticidade como um dos variados requisitos para a boa mãe,

³⁸² FREYRE, G. *Ordem e Progresso*, p. 141-160.

³⁸³ ALBUQUERQUE Jr. D. M. de. *O nordestino e a invenção do falo*. p. 30.

favorecendo a elaboração de um corpo materno sujeitado às novas verdades, nomeado e posto num “lugar civilizado”: a casa. Os prazeres “mundanos”, mesmo aqueles aprovados socialmente para as mulheres, deveriam ser postos em nível secundário. A família alcançaria a prosperidade através do sacrifício feminino. Mary del Priore, estudando o feminino no Brasil, mostra que a construção da mulher-mãe-maternidade é algo desejado desde o período colonial, quando já havia a vontade de construir os alicerces para a edificação da imagem da “santa-mãezinha”³⁸⁵.

Se Freyre, ao falar da família em *Casa Grande & Senzala*, argumentava que os pais não lamentavam a perda dos filhos pequenos, a família em *Ordem e Progresso* ministra-lhe um outro tratamento. Perder um bebê passou a ser um desastre familiar. O que singulariza essa família de outros modelos de sociabilidade é o “estado de espírito” e de “solidariedade” que circula em seu interior, pois a teia emocional que era confeccionada entre mãe e bebê vai ser ampliada para abrigar o esposo e os filhos já crescidos. O discurso médico disciplinou os casais a cercar a vida do bebê com um cenário de paz para o seu bem-estar físico e emocional. E nesse discurso, a domesticidade foi reforçada pelo mito do amor materno, constituindo uma “barreira de proteção” ao corpo dos rebentos. O amor materno circunscreve mãe e filhos num ninho sentimental e a domesticidade torna os membros da família mais solidários entre si, circunscritos num casulo denominado de lar, investindo em padrões novos de comportamento como a ternura paternal, o respeito filial e a intimidade entre os cônjuges. Esse discurso visa *garantir a obediência aos padrões de normalidade que afastassem a família dos estados patológicos*, cristalizando um modelo de família muito próximo dos códigos cristãos³⁸⁶.

Em *Casa Grande & Senzala* as famílias aparecem classificadas no âmbito de um saber baseado em códigos nos quais a honestidade aparece como um valor subjetivo, uma marca de prestígio social, um bem a ser conquistado no

³⁸⁴ FREYRE, G. *Ordem e progresso*, p. CXLVI-CXLVII (grifos nossos)

³⁸⁵ Acerca da imagem do feminino no período colonial brasileiro, a obra de Mary del PRIORE traz como foram elaboradas, nesse período, as imagens sobre a mulher, sua sexualidade e suas relações amoroso-afetivas. Veja PRIORE, M. del. *Ao sul do corpo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

³⁸⁶ SILVA, K. Q. op. cit. p. 314.

mercado de valores. Homens e mulheres são inventados por Freyre como figuras inscritas dentro de um padrão e de uma normalidade baseados nos costumes, nos códigos filipinos, nos pre(con)ceitos da Companhia de Jesus. Esse modelo familiar é mostrado como o ideal de comportamento a ser seguido em todo o Brasil, a ser restaurado e cultivado. O seu contraponto está visivelmente mostrado em *Ordem e Progresso*, visto e dito como a família moderna, que ama mais o discurso médico do que as simpatizas e mezinhas; que é mais afinada aos tons e composições das óperas italianas do que com as cantigas do engenho. É mostrada por Freyre como uma família que cede à “corrupção dos costumes”, que foge da normalidade e, por essa razão, deve ser vigiada, pois, o fato de Freyre mostrar essas modificações não significa que ele as aprove, pelo contrário, é uma estratégia de deslegitima-la, de utilizar o tempo presente como um momento propício de reafirmar o patriarcalismo devido o “nivelamento” social.

Na República brasileira, houve a substituição de uma economia baseada apenas na “moral” e nos costumes para uma economia de mercado, da irrupção de simulacros que provocaram a mudança de valores e de comportamentos. Entre essas mudanças, é possível assinalar a denominada decadência dos senhores de engenho e a emergência das usinas e das relações impessoais, em que o patrão, diferentemente do senhor de engenho, é cada vez mais anônimo. A domesticidade, entendida como a imagem que a família tem de si mesma enquanto unidade emocional, deveria ser preservada e protegida dos “elementos intrusos”, isolada do exterior. A base emocional do casamento burguês liga muito mais que o casal: envolve os filhos neste ambiente sentimental, legitimando o discurso político-pedagógico e a construção de cidadãos amantes à pátria.

O conceito de patriarcal emerge, portanto, como um dispositivo de poder frente às metamorfoses e rupturas que o modernismo apresentava, uma reação aos saberes modernos capazes de *incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável*³⁸⁷. A própria elaboração do conceito de patriarcalismo por Freyre na década de 20, e a idéia da decadência da família que esse conceito contemplava, surgem como uma

³⁸⁷ DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, p. 120.

estratégia da constituição de novas possibilidades de vida. Como disse Deleuze, *é o pensamento como estratégia de invenção de modos de existência ou da invenção de possibilidades de vida que também dizem respeito à morte (...) capazes de resistir ao poder bem como se furtar ao saber*³⁸⁸.

Freyre elabora o conceito e passa a datá-lo historicamente, a situa-lo temporalmente (Período Colonial), conferindo-lhe uma gênese, uma memória, um passado, um estatuto de verdade. Freyre recorre à história para afirmar a identidade da família patriarcal, para mostrar que esse modelo de família só se tornou decadente moral e culturalmente ao se confrontar com o “estranho”, com o projeto de modernidade que trazia em sua discussão novas maneiras de conceber as relações entre os sexos, a paternidade, a infância, as relações de poder. *Ordem e Progresso* é típico nesse sentido, uma obra em que Freyre mostra as lamúrias do *pater famílias* ao perceber que os novos atores sociais acostumam-se com o que é provisório, móvel, onde as coisas parecem sem solidez, diferentemente do engenho, o espaço da permanência, do vagaroso, do tranquilo. Essa nova camada social passa a enxergar as relações familiares através de um novo prisma, provocando, outrossim, uma cisão com o olhar dos moradores da casa-grande, dos padres “patriarcais” afeitos ao “passadismo” e ao “estaticismo”, ao balançar da rede, ao ritmo lento das caldeiras em nada comparáveis com as máquinas do tempo presente.

Mesmo buscando indícios do patriarcalismo nas camadas memorialísticas do passado, percebemos que esse discurso não é um construto linear, mas um objeto de saber que se sedimenta na década de 20 através de um conjunto de práticas discursivas de cunho regional e tradicionalista, divulgado por imagens que visam instituir a idéia de o Brasil ser habitado por uma família que atravessa, imutável, a história. Esse conjunto de práticas imagético-discursivas estigmatiza a família patriarcal enquanto uma instituição moral, cercada pelo culto à honra e pela himenolatria; uma instituição de fortes raízes tradicionais, como foi descrita e defendida pelos participantes do I Congresso Regionalista de 1926 que, incorporando esse dispositivo, apelam para a salvação das tradições locais, da naturalização do espaço do engenho já ameaçado pela modernidade e da “cultura

³⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 116.

patriarcal” já descaracterizada pela influência do cinema, do jazz, do estrangeirismo. Em tom memorialista, os congressistas pregam a rejeição aos emergentes padrões de relações de gênero, à flacidez que o capitalismo industrial provocou em cada “filho regional”: *Como se explicaria, então, que nós, filhos de região tão criadora, é que fôssemos agora abandonar as fontes ou as raízes de valores e tradições de que o Brasil inteiro se orgulha ou de que se vem beneficiando como de valores basicamente nacionais?*³⁸⁹

Quando veiculado por congressistas, palestrantes ou jornalistas, esse discurso expressava vitalidade, energia no combate ao seu algoz – os novos códigos civilizatórios. Ao encontrar nesses veículos um terreno propício, o discurso sobre o patriarcalismo se enraizou e infiltrou suas raízes no solo massapé da sociedade nordestina, fértil em fazer brotar em intelectuais os sentimentos telúricos ligados ao engenho, ao senhor de terras e de homens, conjugando nomes como José Lins do Rego, Mário Sette, Mário Melo, Júlio Bello, dentre outros. À medida em que a industrialização e a urbanização se expandiam, mais esses intelectuais se apressavam em salvar a família dita patriarcal, eternizando, através da memória, fragmentos significativos do passado, buscando preservá-los contra a ação destrutiva da história: *O medo da história, nascido da consciência da precariedade das coisas trazida pela modernidade é que fundamenta estas novas práticas e discursos regionalistas e o desejo de permanência e eternidade contra a sensação de efemeridade*³⁹⁰.

O conceito de patriarcalismo emerge como uma reação à perda dos antigos referenciais familiares, como uma estratégia de defender os valores que estavam sendo “desvirginados” com a introdução de novos olhares civilizatórios sobre o ser masculino, o ser feminino, o casamento e o perfil familiar, anunciadores da chegada de um novo tempo, cujos signos comportamentais estavam mudando. O bacharel e o médico, como enfatiza Freyre em *Sobrados e Mucambos* e em *Ordem e Progresso* são homens que roubam o “tutano” do *pater família*, ameaçam, com os seus “maus costumes”, a tradição e a posição de comando reservada ao pai. segundo Freyre, é a luta do engenho contra a cidade,

³⁸⁹ FREYRE, G. *Manifesto Regionalista*. p. 35.

³⁹⁰ ALBUQUERQUE Jr, D. M. de. *O engenho anti-moderno*. p. 130.

da bagaceira contra a rua, da sinhazinha contra a mulher independente do ambiente urbano³⁹¹. A verticalidade do poder patriarcal cede lugar, paulatinamente, à horizontalização do poder disciplinar. Um poder conectado aos saberes cada vez mais difusos no cenário moderno; saberes que produzirão corpos dóceis *que reagirão ou resistirão ao poder sempre em relação a um outro exercício de poder, onde a força física não se fará mais tão necessária, por não ser a única forma de imposição do desejo de alguém ou de sujeição do outro*³⁹².

Os simpatizantes do discurso tradicionalista posicionam-se contra a imitação da novidade, contra a despersonalização da cozinha do Nordeste. São sons que ecoam contrários à industrialização do espaço, frutos de uma sucessão de embates, de quebras na “continuidade” histórica, da incerteza de conviver com outra organização familiar, vista como uma geografia indeterminada, na qual as famílias já não existem como uma homogeneidade, possuidoras de uma identidade imóvel. São vozes angustiadas, homens que se afligem ao verem a memória da casa-grande sendo ameaçada pela história, pelas fissuras e disritmias do tempo presente. É o grito de Freyre reagindo à perda de referenciais: *Que tempos seriam esses, santo Deus? Era o declínio do patriarcalismo. O desprestígio dos avós terríveis, suavizados agora em vovós. O desprestígio dos “senhores pais” que começaram a ser simplesmente “pais” e até “papai”*³⁹³.

Comentando acerca da situação do Nordeste quando de sua invenção, Albuquerque Jr. argumenta que nessa região ergueu-se uma inquietude diante das mudanças que pareciam desordenar o mundo, fazendo ruir suas coordenadas, deixar sua geografia em “ruínas”. A modernização econômica do Centro-sul somada à ascensão política de grupos ligados ao café e a introdução de maquinarias modernas de processamento de cana de açúcar na Zona da Mata, provocam uma cisão e uma conseqüente rearrumação da elite açucareira; a chegada do telégrafo, dos correios, das estradas de ferro; a melhoria no sistema de comunicação, entre outros fatores, se conjugam e provocam o início de uma crescente submissão econômica e cultural do Nordeste a outros centros; o

³⁹¹ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. p. 87

³⁹² ROCHA, C. M. F. op. cit. p. 03.

crescimento progressivo das cidades e a presença de grupos industriais e do operariado geram o temor ao “moderno”, colocando em pauta a necessidade de defesa deste “mundo patriarcal” e de seus personagens ameaçados de extinção. Some-se a isso, a empatia de Gilberto Freyre com esse mundo que entrava em declínio e sua preocupação em resgatar a memória da família patriarcal tende a ser um testemunho da maneira de ver, dizer e sentir a realidade desse modelo familiar que já nasceu em crise³⁹⁴.

Impulsionados por essa série de circunstância desfavoráveis ao mundo do engenho, a intelectualidade que lhe representa agencia, estrategicamente, a imagem do fim da casa-grande e de seus representantes, construindo, *ato continuum*, a modernidade como o contraponto, apontando-a como a causadora da deslegitimação do ambiente da ordem. Os discursos sobre a moda, as telas de cinema, o estranhamento aos antigos territórios afetivos aparecem como as máquinas modernas que produzem o fim da família da casa-grande, que põem fogo no engenho já quase morto, que infecta o rio que banhava a bagaceira. O ambiente moderno é “amaldiçoado” pelo discurso regionalista-tradicionalista por ser a máquina que produz a fragilidade do homem patriarcal, que o torna sem voz num cenário de telas, de nomes estrangeiros, de vozes urbanas; que o torna despersonalizado e desterritorializado frente aos artistas do cinema.

O final do século XIX favoreceu a idealização da figura do estrangeiro inglês, alemão, francês, imitando-lhe, copiando seus esportes. Até mesmo os “requintes de civilização” deveriam ser absorvidos pelas moças de família, que contratavam mulheres francesas para transmitir-lhes uma educação elegante, simpática aos ideais pregados na Europa³⁹⁵. O almofadinha desterritorializa e desviriliza o filho do açúcar que passeava desajeitado nas ruas do Recife. Na concepção de Freyre, os filhos da elite do engenho que vinham para Recife estudarem Direito sentem-se despersonalizados diante da estética do “homem moderno”. Consideram-se massificados, sufocados em sua identidade, reprimidos

³⁹³ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. p. 87

³⁹⁴ ALBUQUERQUE Jr. Durval M. *O engenho anti moderno*, p. 110. Confira também OLIVEIRA, I. B. *Gritos de vida e de morte*. A construção da idéia de decadência dos senhores de engenho nos discursos regionais. p. 25.

³⁹⁵ FREYRE, G. *Ordem e progresso*. p. 92.

dentro do fraque oitocentista. Andam desalinhados diante do linho e do luxo da Rua Nova, encontrando mulheres de chapéu de plumas e de punhos de rendas, possuidoras de aspectos bem diferentes das mulheres rurais:³⁹⁶ *Os homens duros de antigamente agora amolecem, perdem virilidade, potência. É recorrente nestes discursos esta metáfora do amolecimento, que guarda um conteúdo sexual e masculino explícito*³⁹⁷.

Como todo enunciado é produzido intencionalmente, o discurso regionalista constitui a família dita patriarcal utilizando variadas estratégias, como a narrativa genealógica, a memorização e a criação de tipos regionais, os quais funcionam como táticas do poder, enunciados pelos quais o poder submete; é também o discurso do brilho pelo qual o poder fascina, aterroriza, imobiliza, funda e fia uma ordem, cria um sentido para sua existência, garante o não-esquecimento e a manutenção da lei e do brilho³⁹⁸. Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Júlio Bello, Mário Sette, entre outros escritores, fazem uso dessas estratégias para ressuscitar os tempos de “glória” do engenho, reconhecendo em nomes como Joaquim Nabuco, Lins de Albuquerque³⁹⁹, Wanderleys⁴⁰⁰, heróis da economia, figuras emblemáticas da política local, balizas sociais e referenciais de masculinidades, expressando um caráter ininterrupto e não descontínuo do “patriarcalismo”, elevando o valor de épocas passadas. Dessa maneira, o que esses homens fizeram merece ser dito e escrito, propagado, tornado visível; é necessário guardar a sua lembrança, pois a menor ação praticada por eles é considerada façanha, feito magnífico. E a partir dessa prática, esses “heróis regionalistas” vão criando suas leis, inscrevendo suas normas, transformando os gestos em monumentos que se cristalizam como “eternamente presentes”.

Falar do passado era rememorar feitos, era construir um território existencial, num contexto em que esses intelectuais sentiam-se desterritorializados diante da emergência de novos territórios (o cinema, a usina, o Centro-sul industrializado, o movimento modernista contestador da tradição)

³⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 99.

³⁹⁷ ALBUQUERQUE Jr. D. M. de. *O nordestino e a invenção do falo*. p. 30.

³⁹⁸ Confira FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*, p. 79.

³⁹⁹ Avô do romancista paraibano José Lins do Rego

⁴⁰⁰ Família de donos de engenho de Pernambuco. Cf. BELLO, J. *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

que promoviam rupturas no interior do tecido dito regional, contestando as antigas sociabilidades ditadas pela casa-grande do engenho. Eram rupturas moleculares⁴⁰¹, porém suscetíveis de desestabilizar a “organização clássica” da família, desenvolvendo campos de tensões, conflitos de valores, relações de heterogeneidade, de alteridade e de devir, contestando a visão de uma família patriarcal existente desde a Colônia brasileira e que atravessa, imutável, o tempo⁴⁰²; problematizando a família patriarcal como uma permanência, como uma árvore que existia desde o período colonial e que estendia suas raízes pela geografia brasileira, articulando e hierarquizando as folhas. Falando dos senhores de engenho que estavam desaparecendo, Júlio Bello lamenta com nostalgia:

Alguns mesmo ficam ali por perto como pássaros em torno da árvore de onde lhes arrancaram os ninhos. Contentam-se com o vago poder espiritual, quase tão sutil como um litúrgico perfume de incenso, de poderem continuar figurando nas festas do orago da capela como juiz da festa. Vão nestes dias muito compenetrados de suas funções logo atrás do andor do santo nos acompanhamentos. Aquela derradeira sombra de poder lhes basta. De todo o antigo prestígio e força do antepassado sobrou-lhes aquilo que eles aceitam resignados, senão ainda orgulhosos⁴⁰³.

Para o discurso regionalista, foram nomes como esses que fundaram e sustentaram uma sociedade de honra e de valores. Trazer ao presente esses homens através da memória é uma estratégia, conforme Foucault, *de fazer com que a grandeza dos acontecimentos ou dos homens passados possa caucionar o*

⁴⁰¹ Acerca da noção de rupturas moleculares, confira GUATTARI, F. op. cit., p. 32 e seguintes.

⁴⁰² A historiografia brasileira, mantendo diálogo com as obras de Gilberto Freyre, remete a família patriarcal para antes de sua existência, para antes de sua constituição conceitual. Essa prática historiográfica nos remete a Albuquerque Júnior, para quem não se deve definir um espaço geográfico ou um espaço de produção como um *a priori*, mas levar em consideração “*que uma época ou um espaço não preexistem aos enunciados que os exprimem, nem às visibilidades que os preenchem*”. Cf. *A Invenção do nordeste*. p. 43.

⁴⁰³ BELLO, J. op. cit, p. 06

*valor do presente, transformar sua pequenez e sua cotidianidade em algo igualmente heróico e justo*⁴⁰⁴.

Esse arquivo de imagens e de textos será afirmado pelo recurso da repetição, das regularidades discursivas presentes em enunciados de diferentes matizes teóricas, que reservam-lhe um lugar na história e um espaço na memória, apontando-lhe como o exemplo de sociabilidade para o Brasil. Estabelecem-lhe, portanto, um tempo na história e um lugar na geografia: O Nordeste, o antigo Norte. Porém, indagamos: por que esse conceito surgiu num momento em que a denominada “família patriarcal” estava sendo contestada pelo discurso burguês? A que dispositivos de poder estava ligada e a quais interesses respondia? Que imagens e textos deram-lhe credibilidade e contribuíram para torná-lo visível e dizível?

O conceito de família patriarcal emerge num contexto de dominação simbólica, num momento de disputas políticas quanto à representatividade regional. Criar ou inventar esse conceito é interessante nesse momento e nesse cenário, pois as disputas entre regiões (disputas políticas, intelectuais, econômicas) proporcionariam a Freyre construir a imagem de uma família forte e viçosa que, no período, estava se enfraquecendo em virtude do confronto com o Outro – quase sempre simbolizado pelo Centro-sul. Isso ajuda também a Freyre elaborar um conceito de família que, embora perpassada por diferenças étnicas e sociais, os conflitos são amenizados pelo paternalismo, pelas benesses do senhor de engenho, sendo possível a conciliação entre raças, classes sociais, entre a casa-grande e a senzala. O alcance desse discurso vai muito além dos limites do engenho, das fronteiras geográficas e das linhas imaginárias da cartografia nordestina, funcionando, portanto, como uma máquina de produção de sentidos, de sensações, de singularizações, de subjetividades individual e coletiva.

O patriarcalismo em Freyre não é um conceito homogêneo, pois perpassa não apenas um modelo de ser pai, homem ou provedor, mas circunscreve o ambiente familiar. Dessa forma, é possível perceber algumas ocasiões utilizadas por Freyre na elaboração desse conceito: a) o patriarcalismo

⁴⁰⁴ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*, p. 77.

moral ou dos costumes, caracterizado como um modo de ser de cada membro familiar, um ambiente cercado pela honra e pelo sangue; b) o patriarcalismo religioso, descrito como um conjunto de preceitos a ser seguido, observado, santificado pelos padres também patriarcais; c) o patriarcalismo político, no qual o favorecimento dos laços de solidariedade, o compadrio e o apadrinhamento são fortes ícones que cercam esse modelo; d) o patriarcalismo cultural, muito presente no *Manifesto Regionalista de 1926*, em que a denominada “cultura patriarcal”, a culinária nordestina, as cocadas pernambucanas são trazidas de volta à discussão. Portanto, o patriarcalismo pode ser entendido como um conceito utilizado para explicar uma situação vista como decadente política e socialmente, manipulada para fins ideológicos⁴⁰⁵.

Ordem e Progresso veicula transformações que, para o autor, calcinam o antigo, desamarram as mulheres de suas “reais funções”, desatam os filhos para andarem às soltas nas ruas, esfacelam a autoridade paterna. A família que Freyre pinta, em *Ordem e Progresso*, não tem mais encantos, estão maculadas pelas cores do efêmero, pelos banhos de praia, pelo beijo na boca visto em telas cinematográficas. É o discurso da contra-história, do contrapelo da poética regionalista nitidamente visível em *Casa Grande & Senzala*. A família edênica é morta quando ainda estava nascendo na produção discursiva. As transformações que Freyre mostra-nos em *Ordem e Progresso* não são para aplaudir a novidade, mas para realçar o sentimento nostálgico e idílico da tradição. Ele em momento algum exalta a técnica que modifica os costumes familiares e regionais. Se houver modernização, deve ser sem mudanças. *Ordem e Progresso* não intenciona elogiar a nova fisionomia familiar que emerge, mas desqualificá-la. É a luta contra o feixe de imagens que não são geradas nos âmbitos da saudade e da poética. É o duelo contra os sentimentos e pensamentos que não se coadunam à tradição.

A repetição de imagens negativas à técnica e à individualização é uma estratégia do discurso regionalista-tradicionalista para legitimar o desenho da família afeita ao passadismo. São imagens-signos que vêm à superfície enquanto verdades instituídas pela tática da repetição, pela sua constante aparição em

⁴⁰⁵ Confira FREYRE, G. *Manifesto Regionalista de 1926*.

livros, artigos de jornais, palestras, periódicos, encontros, congressos que dão legitimidade e materialidade a esse arquivo de textos, encontrados facilmente em enunciados influenciados pelo nacionalismo, pelo positivismo, pelo culturalismo. Não é um sujeito isolado que institui a imagem de uma família tradicionalista, mas são sujeitos instituintes. O conceito de família patriarcal espalha-se em múltiplos pontos, por uma multiplicidade de olhares, de dizeres e de fazeres que se regularizam, se unificam para materializar uma verdade. Conforme Foucault, um problema não é instituído por um sujeito individual, mas por múltiplos sujeitos instituintes que entram em operação para cristalizar um determinado objeto na história.⁴⁰⁶ Assim pensando, é possível afirmarmos que o conceito de família patriarcal é resultante de uma série de enunciados, de sujeitos que, ao sentirem-se cada vez mais distantes dos centros de decisão econômica, política e social, criam uma positividade para o poder dito patriarcal, ao mesmo tempo que agenciam uma rostidade negativa para o novo centro de decisões que ora emerge. É no confronto com o diferente que a problemática familiar emerge.

Na sociedade dos anos 20, há um grande arquivo de imagens, de textos, de ações, de práticas discursivas e não-discursivas que contribuem para a institucionalização desse modelo familiar e, também, do seu contra-ponto - a família dita burguesa. Esta surge como uma dobradura, um tipo de plissado constituído por diferentes sujeitos, por múltiplos agenciadores que plissam, dobram, redobram, enfim, constroem e cristalizam essas imagens no social, advindo daí a normatização da sociedade que classificará os de “dentro” da dobra como normais e os de “fora” como patológicos. Sentimentos, códigos de postura e de conduta, maneiras de falar, normas e rótulos foram singularizados aos poucos como burgueses que se apropriam dessa construção como uma realidade através de “múltiplas linguagens”, tais como músicas, ritmos, danças, rituais, literatura, narrativas. Uma nova geografia do gosto estava sendo construída, como revelarão as cenas seguintes.

O que é possível averiguar é que a família patriarcal é resultante de uma série de práticas discursivas que, em suas regularidades, constroem uma

⁴⁰⁶ Sobre a cristalização do objeto pelos sujeitos instituintes, confira FOUCAULT, M. *História da loucura*. p. 252.

dada sensibilidade e um determinado saber que dá-lhe feição, rostidade, fisionomia própria, instituindo-lhe uma origem histórica. Mas como a família é elaborada no discurso jornalístico na década de 20? A quais dispositivos de poder o *corpus* documental do jornal está ligado? A tradição ou a modernidade? É isso que analisaremos na Cena III, em que mostraremos as transformações que o discurso moderno provocou no ambiente familiar, um discurso que recebia as simpatias de Joaquim Inojosa e dos modernistas e a rejeição de Gilberto Freyre e dos regionalistas tradicionalistas. A *Arte Moderna* destruía a *Casa-grande & Senzala*; as vitrines modernas, com as suas muitas histórias, venciam os antiquários e estabeleciam confrontos com a memória.

Modernidades

THE GENTLEMAN

Rua do Bom Jesus n. 52

HOTEL JARDIM

6 — Praça Dezecete —

(LARGO DO ESPIRITO-SANTO)

O proprietario deste novo e bem montado estabelecimento offerece a seus numerosos amigos e freguezes comidas variadas e bem preparada por perito cozinheiro vinda da Bebia.

Garante socoio e promptidão.
Almoco com vinho, 2 pratos e sobremesa.

A La Ville de Pariz

GRANDE CASA

DE

Jóias, Relojoaria e Bijouteria

DE

AUGUSTO DO REGO & C.^a

9--RUA DO CABUGÁ--9

Neste antigo estabelecimento, encontrará o respeitavel publico um completo sortimento de riquissimas obras de—brilhantes, ouro com pedras finas, obras de prata, de perolas, esmeraldas, saphiras, onix, rosalinas, coral, assim como, relógios de ouro, chrónometros, repetição, remontoir, patentes e cylindros, dos mais afamados fabricantes.

Artigos oculos, lunetas e pincenez de ouro e prata, tartaruga ou aço, ha um sortimento variadissimo e de apurado gosto, bem como os mais finos vidros para as vistas cançadas ou myopes.

Todos os artigos vendidos neste estabelecimento. são garantidos, assegurando os seus proprietarios todo o zelo e sinceridade aos que os honrarem com suas ordens.

Compra-se ouro prata e pedras preciosas.

Arthur Orlando

ADVOGADO

MODISTA

D. Leonor Porto

Continúa a executar os mais difficeis figurinos recebido de Londres, Paris, Lisbôa e Rio de Janeiro.

Prima em perfeição de costura, em brevidade, modicidade em preço e fino gosto.

DOENÇAS SECRETAS

apsculas Antiblennorrhagicas do Dr. Dupont

A RESTAURAÇÃO

da Perola

F' nesta pequena casa commercial que se encontra lona de optima qualidade para câmas.

Papel de seda para flores e lã para bordar.

Sabão «Maypole» para tingir qualquer tecido e verniz das cores mais modernas para tingir e lustar chapéus de palhas, etc.

MARINHA



Companhia Brasileira

DE

Navegação á Vapor

PORTOS DO NORTE

O vapor

MANAOS,

Commandante o 1.º tenente Guilherme Wadington,

ANNUNCIOS

CURSO

DE

PHILOSOPHIA

PELO ACADEMICO

Alfredo Pinto V. de Mello

RUA

LEQUES

Grande sortimento de leque de gase, gurgurão e pera.

Mosquiteiros americ

BRANCOS E DE CORES

Encontra-se a venda na

MARAVILHA

F. D. DE CAXIAS, N. 87

Autor e preparador dos

Desinfectol—Desinfetante solido.

Xarope do alho do nato e urucú—Tos

Xarope de mulungu' bromuretado—H

soni.

Tonico juá mutamba—Queda dos cabellos

Manipocira—Rembere.

Quem desejar comprar qualquer artigo de ferragens, ou fazer acquisicao de um bom caudieiro de kerosene, de grande luz e para qualquer applicação, nao deixe de procurar a casa de

CENA III

3. O VENDEDOR DE MODERNIDADES: O DIÁRIO DE PERNAMBUCO E A PRODUÇÃO DA FAMÍLIA BURGUESA

Era o discurso que, profetizando o porvir, não só anunciava o que aconteceria, como contribuía para a sua realização, arrastava consigo a adesão dos homens e se engastava assim com o destino.

(Michel Foucault)

Antes de falar do Diário de Pernambuco (e já falando), é importante observar que, no século XX, o cotidiano das famílias foi modificado pelas imagens e por novos modos de temporalização, a exemplo do cinema, das telas interativas, dos *out-doors*, dos encartes propagandísticos no início do século e, após a segunda metade do século, do vídeo, da televisão⁴⁰⁷, da internet, do cd-rom e dos simuladores visuais. O universo das imagens penetra cada vez mais no ambiente familiar, desarticulando antigos modos de sociabilidade (conversar entre os membros ou com os vizinhos nas calçadas, escutar histórias contadas pelos narradores orais, dentre outros hábitos) e formando outros, contribuindo para que novas maneiras de subjetivação sejam articuladas na sociedade. Homem e mulher passam a constituir o seu pensamento não apenas em função de seus sentimentos e daquilo que vêem, mas também pelo que assistem nas telas vivas da vida. Aumenta a centralidade da imagem na formação e na configuração do sujeito moderno. A imprensa, enquanto um dispositivo imagético-discursivo, contribui para que o visual apareça progressivamente enquanto uma linguagem dominante nesse cenário moderno que mostra sua “tela” cada vez mais colorida.

⁴⁰⁷ O projeto televisivo foi iniciado ainda nos anos 30, quando o laboratório da RCA articulou as primeiras “cenas” para a criação da televisão, realizando-se, nesse mesmo ano, da Torre Eiffel (Paris), a primeira emissão pública de TV.

Assiste-se a uma estandardização do sujeito e os cenários urbano e familiar são dominados pela informação. Os acontecimentos são produzidos pelas imagens, fetiches do capitalismo, seu objeto de consumo mais amplo e disseminado⁴⁰⁸.

O desenvolvimento tecnológico intensificou-se no século XX. Os setores de informação e de comunicação assistiram uma série de modificações. Os jornais ganham novos *lay-out*, manchetes chamativas, novas secções destinadas aos esportes, às mulheres, às crianças (a exemplo da secção Gury, do Diário De Pernambuco), aos comentários de filmes, de estrelas do cinema (*Scenas e Telas, Artes e Artistas*), consagrando também o jornalismo enquanto profissão. Essas transformações são resultantes, em parte, de modificações que se processavam nos mais distintos setores da vida humana, como a economia, a política, a educação, trazendo mudanças para os domínios da imprensa. Aumenta o número de leitores, de pessoas alfabetizadas que se interessam por notícias, não apenas no ambiente urbano. Homens e mulheres participam dessa elaboração de um “novo visual” no cenário da informação e da comunicação e, de forma interativa, são atingidos por essas transformações, introjetando novos valores, vivendo o que Guattari denominou de uma nova subjetivação⁴⁰⁹. A publicidade participa da construção de um novo “tipo social” – o consumidor -, adotando modelos de imagens persistentes e coerentes de necessidades e comportamentos consumistas. Funciona, desse modo, como um agente “colonizador”⁴¹⁰.

Na década de 20, a imprensa, enquanto um hipertexto informativo e comunicativo, tinha uma forte atuação no Recife, e os jornais funcionavam como dispositivos de poder capazes de aglutinar opiniões divergentes, se impondo enquanto um “carro chefe” no cenário da informação, contribuindo para que a engrenagem industrial e comercial se fizesse ainda mais presente no seio familiar, emitindo, principalmente, propagandas de produtos nacionais e importados. A imprensa, e com ela o saber, as imagens, os hábitos culturais, erguem-se como novos vetores “estruturantes” de uma sociedade que valorizará muito mais o

⁴⁰⁸ Confira NOVA, C. *Imagem e educação*. p. 01 e 72; SOUSA, S. V. de *Cultura de falas e de gestos: histórias de memórias*. Campinas: Unicamp, 1997.

⁴⁰⁹ Confira GUATTARI, F. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

visível do que o audível. As revistas (Revista do Norte, Mauricéia, Dom Casmurro, A Pihéria...) também faziam parte desse panorama de “guerra intelectual” e *centralizava um poder muito maior do que hoje. Não se podia admitir o intelectual se ele não aparecesse na imprensa numa atividade qualquer, nela trabalhando diretamente ou levando como colaborador as suas produções. A dificuldade dos meios editoriais, sobretudo os especializados, as revistas técnicas, etc., faziam do jornal o divulgador central de tudo o que aparecia*⁴¹¹.

Entre esses espaços de produção e de promoção da burguesia, encontramos o Jornal Diário de Pernambuco, um órgão de comunicação de singular importância no cenário recifense, circulando em uma extensa área, desde o Maranhão até as Alagoas. Fundado em 07 de novembro de 1825, torna-se o mais antigo jornal em circulação na América Latina, possuindo um poder de ação ativo e penetrante em meio a sociedade local, *servindo para iniciar muitos filhos de senhor de engenho nas primeiras letras*⁴¹². Criado por Antonino José de Miranda Falcão, com quatro páginas franqueadas aos leitores, o Diário de Pernambuco firma-se como um órgão da imprensa do Norte enquanto um território de anúncios, de propagandas políticas e comerciais, figurando compras, vendas, leilões, aluguéis, arrendamentos, roubos, perdidos e achados, fugas, apreensões de gatunos, raptos, aluguéis de peito de amas-de-leite, movimento portuário, discursos parlamentares, dentre outras notícias que deixavam a família pernambucana a par das novidades que ocorriam no Recife ou fora dele⁴¹³.

Com tipografia instalada à Rua Direita, 267, o Diário de Pernambuco criou postos de distribuição do jornal em outros espaços – Botequim da Praça, em Santo Antônio, na Loja da Gazeta, na Rua do Rosário, na Botica de João Ferreira, na Boa Vista e no largo da Matriz -, propiciando uma maior comercialização desse território de novidades e dessa geografia de informações, divulgando artigos da redação e correspondências de leitores com assinaturas como O Abelhudo, O

⁴¹⁰ CARVALHO, N. A construção da mulher no discurso publicitário. In: DUARTE, C. L. op. cit. p. 452.

⁴¹¹ SOUZA BARROS, apud AZEVEDO, N. P. O Modernismo nos Anos 20. João Pessoa: UFPB, 1984, p. 14. Veja ainda: NASCIMENTO, L. *História da imprensa em Pernambuco*. Vol. VIII. Recife: Imprensa Universitária, 1967, p. 146-160.

⁴¹² ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*. p. 72.

⁴¹³ NASCIMENTO, L. op.cit, p. 21-23.

Pensador, O Venturoso, Um Matuto, O Amigo dos Homens, O Caruaruense, expondo opiniões acerca da política nacional, da economia regional e dos costumes de família⁴¹⁴.

Sob a direção do proprietário Carlos B. P. de Lira, o Diário de Pernambuco inaugura a década de 1920⁴¹⁵ com um corpo editorial formado por José dos Anjos, Aníbal Fernandes, Cícero de Melo, Samuel Campelo, Luiz Ribeiro, Álvaro Lima, Otávio Malta dentre outros redatores e uma série de colaboradores, como José Lins do Rego, Mário Melo, Juanita Machado, Arnon de Mello, Tarquínio de Souza e Gilberto Freyre, que inicia coluna nesse jornal denominada “Da Outra América” (1918), intitulada a partir de 1923 com números seguidos, publicada em 1967 sob o título “*Tempos de Aprendiz*”⁴¹⁶.

Em 1925, época do centenário do Jornal, *O Livro do Nordeste*⁴¹⁷ é organizado por Freyre, visto e dito pelo discurso do jornal como uma obra que vai expor, renovar o espírito regional, evocar figuras perdidas no tempo histórico, trazer à tona receitas de cozinha e de costumes que estavam se perdendo no Nordeste. *O Livro do Nordeste* também é visto enquanto uma “resposta” ao movimento modernista em Pernambuco, encabeçado por Joaquim Inojosa, que publicara, em 1924, a plaquete A Arte Moderna. O Diário se firma, então, tendo Gilberto Freyre como redator especial, como um território de exaltações ao regionalismo, mas também, com suas colunas ligadas ao mundo da novidade, como uma geografia em que os valores ditos tradicionais vão sendo “desvalorizados” pelas constantes matérias que tematizam o novo perfil familiar. É a “modernidade turbulenta” invadindo os espaços da tradição.

⁴¹⁴ Idem, ibidem, p. 25. Confira Diário de Pernambuco, 01 fev. 1827, p. 01; 11 out. 1827; 25 mai. 1829.

⁴¹⁵ Até 1920, o Diário de Pernambuco, tinha passado pelas mãos dos seguintes proprietários: Antonino Miranda Falcão (1825-1835); Manuel Figueiroa de Faria e filhos (1835-1901); Francisco de Assis Rosa e Silva (1901-1912) e Carlos B. P. de Lira. Cf. NASCIMENTO, L. op cit., p.143.

⁴¹⁶ idem, ibidem, p. 144-146; FREYRE, G. *Tempos de aprendiz*. Recife: IJNPS, 1979.

⁴¹⁷ No *Livro do Nordeste* está uma coletânea de artigos assinados por Oliveira Lima (Um século de relações internacionais); Fidelino de Figueiredo (Um século de relações luso-brasileiras); Otávio de Freitas (Um século de medicina e higiene no Nordeste); Odilon Nestor (Um século de vida de estudante em Pernambuco); Júlio Bello (Festas e funções de engenho no Nordeste); Eloi de Souza (Os últimos cantadores do Nordeste); Leite Oiticica (A arte da renda no Nordeste); Gilberto Freyre (Vida social no Nordeste; A cultura da cana no Nordeste; A pintura no Nordeste); Mário Melo (O fundador do Diário de Pernambuco), dentre outros escritores.

O Diário de Pernambuco, nas décadas de 20 e 30, assim como o jornalismo em geral e as revistas literárias, são influenciadas pela política partidária. Os fatos recebiam análises diferentes de acordo com a orientação política que seguia o jornal. Mas o Diário de Pernambuco, embora estivesse ligado aos grupos tradicionalistas do Recife, publicava artigos que retratavam o cotidiano da família sob os auspícios da modernidade e da modernização, dentre os quais privilegiamos os discursos médico-higienista, o pensamento educacional que norteava as escolas e os currículos, a disciplinarização da infância como veículos que contribuíram para que os intelectuais repensassem a família e as instituições a ela ligadas como a infância, a maternidade, o civismo e a identidade nacional.

3.1. ENTRE DOTES FÍSICOS E INTELECTUAIS: a construção da família ideal e da infância bem-comportada

Estudar a emergência da família burguesa a partir da década de 20 é buscar entender cada espaço que lhe produziu, que lhe formou, que lhe deu um perfil, uma cor própria e um significado, calcados nos lugares modernos. Que discursos construíram a família burguesa, contrária à família-passado, à família estática, à família-tradição, à família-saudade? Que cores e luzes foram usadas para dar-lhes significados, conferir-lhes sentidos, proporcionar-lhes visibilidades? Como foi elaborada essa família pelos discursos médico, político-pedagógico e cívico-militarista?

O início do século XX proporcionou uma série de “novidades” nas relações familiares, que aos poucos configurava novas relações de gênero, a exemplo de um novo tipo de contrato conjugal baseado no matrimônio por amor, transformando a fisionomia do casamento baseado no interesse econômico. Ocorre, portanto, uma “revolução sentimental”, usando expressão de Shorter, com a construção do mito do amor materno, do amor romântico e do sentimento de domesticidade, mudando as formas de enlances tanto contratuais quanto subjetivas entre os membros da família. O mito do amor materno determina

valores sociais e sedimenta determinados paradigmas culturais, fechando a mulher em casa com a chave da domesticidade, da mãe-amor, já mitificada pelo estatuto naturalizante do discurso burguês. A família era construída pelo discurso romântico-burguês como um território de afeição entre os cônjuges e entre pais e filhos. É o nascimento da intimidade, com a mudança da arquitetura das casas, agora em tamanho menor, com entradas particulares adequadas à privacidade e à vida íntima dos seus membros. A infância adquire um valor e uma importância singulares, pois os pais passam a se preocupar com a sua educação, com a valorização do caráter dos filhos. É uma estratégia de poder do Estado que vê na criança um “soldado” em potencial, militarizando o seu corpo através de exercícios corporais, inserindo disciplinas como Ginástica e Exercícios Físicos nos currículos das escolas públicas. A criança foi “amarrada” a uma teia de discursos e presa psicológica, financeira e emocionalmente à “célula-mãe” da sociedade: a família⁴¹⁸.

A família burguesa não é um objeto dado, doado pela modernidade, mas uma produção de olhares, de visões distintas, de conflitos. Não surge de uma fórmula de remédio exposta em alguma página de jornal, embora essa fórmula seja participante de sua construção, assim como os anúncios de roupas, de carros, de produtos de beleza, de cartazes de cinema, de opiniões. Tudo isso constitui fragmentos de história, esboços de textos, *flashes* de imagens que se agrupam e concernem visibilidade ao mundo burguês, ao mesmo tempo em que a família-tradição se dispersa, se dilui, perde referências, é desconstruída.

E nessa construção, muitas práticas discursivas proporcionaram-lhe visibilidade, entre elas priorizamos o discurso médico-higienista e o seu cuidado de limpar o corpo familiar que vinha à luz; o discurso pedagógico educacional, disciplinando o caráter do “homem ideal” dessa família limpa, educando seus passos e monitorando seus gestos no território escolar, treinando os aprendizes mediante o discurso da ordem e do civismo; o discurso cívico-militarizante, disciplinando e ordenando a família a partir da infância, produzindo um homem capaz de defender a pátria aprendendo a defender a família. Em todos eles, há

⁴¹⁸ Confira SHORTER, E. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1994; ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos*. Rio: Rocco, 1994, p. 28.

fortes referência ao discurso da maternidade, da boa-mãe, que cuida da infância e do sentimento de afeição. Na produção de uma “família ideal” uma série de micropolíticas é acionada: a escola, a saúde, a vida doméstica, o aprendizado através das redes de informação, enfim, todo um ambiente maquínico⁴¹⁹ é utilizado na fabricação do homem e da mulher burgueses necessários à República brasileira. A família adquiria uma nova “identidade”, um outro “caráter nacional”, deixando aos poucos a vida sexual e as relações domésticas baseadas no interesse sócio-econômico, passando a constituir um lar supostamente balizado na reciprocidade e no amor⁴²⁰. Nascia um novo conceito de família - a burguesa – e emergia um outro conceito para pensá-la: o conceito de lar, dito como um espaço honrado e distante da desordem das ruas. Nesse ambiente, a idéia de ordem e de disciplina passa a ser evocada, como necessária para a manutenção do ambiente doméstico e da sua convivialidade com a rua.

O discurso médico sobre o corpo e a mente sadios “estimulou” às políticas públicas na área educacional para correção dos altos índices de analfabetismo que, associadas às micropolíticas já destacadas anteriormente, tornavam-se fundamentais à correção dos “maus hábitos” do cidadão brasileiro. Para essa família “nascer”, muitos agentes de enunciação foram fundamentais, mas privilegiamos o Diário de Pernambuco para compreender como foi formada no útero das décadas de 20 e 30 a família dita burguesa, através do “sêmen” lançando por um conjunto de imagens visuais que representavam uma cultura do olhar, que educavam os sentidos do consumidor e que apresentavam a modernidade como um espetáculo a ser vivido e não apenas contemplado. Conforme Olga Brites, a propaganda atua no sentido de interferir em todas as dimensões do sujeito, assumindo, inclusive, um discurso totalizante (saúde, higienização, alimentação, lazer, vestimenta, escolaridade, bem-estar social, habitação), elaborando imagens de autonomia, formando determinados hábitos e participando ativamente da “educação” social⁴²¹.

⁴¹⁹ Sobre o ambiente maquínico e a produção de subjetividades capitalísticas, confira GUATTARI, F. op. cit. p. 27.

⁴²⁰ ARAÚJO, R. B. p. 163.

⁴²¹ BRITES, O. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). In: Revista Brasileira de História. V. 20, n. 39. São Paulo, 2000, p. 17.

3.1.1. “FORA DA HIGIENE NÃO HÁ SALVAÇÃO”⁴²²

O entendimento que homens e mulheres vão ter sobre o seu corpo depende de um conjunto de vivências junto à família, à religião, à escola, ao Estado, à medicina. São estas algumas instituições que dão legitimidade ao que é socialmente construído para cada sexo e participam da elaboração de discursos sobre a dominação masculina (legitimando-a ou não), sobre as relações de gênero, sobre os enfrentamentos de poder. Desse conjunto de vivências, uma subjetividade é formada, discursos são aceitos ou repelidos, ditos como corretos ou taxados como errôneos. O corpo participa da elaboração dessa subjetividade, ao ser espetáculo e alvo ao mesmo tempo do discurso médico-sanitarista, intensificando-se na década de 20 com a emergência das práticas modernizadoras e modernistas. Mas como foi elaborado o corpo sadio? Que dispositivos médicos serviram de instrumentos nessa elaboração? Que Esculápios desencadearam a tarefa de limpar as manchas do corpo sujo e imprimir com a tatuagem das drogas modernas o novo corpo?

Surtos epidêmicos, corpo médico insuficiente para atender a toda população, serviços de higiene e saúde pública precários. O ambiente urbano estava insalubre e as políticas públicas eram ineficazes para sanar as doenças que deixavam a família enferma, contagiada. As autoridades governistas começam a emitir um discurso centrado na preocupação com a higiene da família, do ambiente em que ela vive, trabalha e circula, fundando um discurso organizador que visava criar normas gerais para a população. Preocupam-se com a limpeza dos prédios, com o aumento da rede de iluminação elétrica, com a drenagem de pântanos, com o aterro sanitário, com a arborização de parques e jardins para aumentar o fluxo de ar na cidade do Recife, a qual encontrava-se sitiada pelos problemas urbanos. Foi essa a preocupação de Joaquim Falcão logo nas primeiras piscadas de luzes elétricas dos anos 20, que requisitava a presença

⁴²² Frase de Gilberto Freyre atribuída aos discursos do dr. Amaury de Medeiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 set. 1924, p. 03.

de médicos-higienistas, engenheiros e urbanistas para darem início a pesquisas sobre problemas de habitação, urbanização e saúde pública⁴²³.

O corpo aparecia na ordem do dia e era urgente a necessidade de participação desses profissionais acima citados, ao lado de professores, militares e de instituições como a igreja, a escola, os hospitais, o exército, que “concordavam” em dividir coletivamente a responsabilidade de proteger a honestidade da família, por meio de proteção à mulher, à criança, às “classes perigosas”. Higienizar a família era crucial para defender a “civilização” e construir uma nação saudável. Multiplicavam-se no Diário de Pernambuco os anúncios sobre clínicas médicas, consultórios, laboratórios de análises clínicas, “Esculápios” especialistas em vários ramos desse campo de saber. Os profissionais da saúde apareciam na publicidade como um item de consumo, demonstrando, segundo Brites, uma *aliança entre a propaganda e tal profissional (...) anunciando e [sugerindo] a ida ao médico*⁴²⁴. O corpo aparecia como uma superfície de pulverização, um território de conflitos, de inscrição de acontecimentos, de repressão, de incitamentos, de pelejas, de duelos, alvo de políticas públicas. Diz Foucault,

*O corpo – e tudo que diz respeito ao corpo, a alimentação, o clima, o solo – é o lugar da Herkunft: sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram na luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito*⁴²⁵.

Nas principais cidades do Brasil, a exemplo do que vinha ocorrendo na Europa desde o século XVIII, instaurava-se, a partir da emergência republicana, um movimento médico-higienista que investia no corpo familiar, gerando

⁴²³ FALCÃO, J. Melhoramentos urbanos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 fev. 1920, p. 03. Veja ainda FERNANDES, A. De uns e de outros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 jan. 1920, p. 03.

⁴²⁴ BRITES, O. op. cit. p. 04.

⁴²⁵ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. p.22.

transformações nos comportamentos da mulher – esposa, mãe e doméstica -, bem como no homem, como dar mais flexibilidade à mulher e “acostumar-se” com os novos discursos que irrompiam na sociedade. Crônicas e propagandas do DIÁRIO DE PERNAMBUCO articulavam-se com os problemas gerais de políticas públicas, cultura e lazer, veiculando em suas imagens questões de saúde, alimentação, moradia, vestimenta e modernidade. No limite desse investimento, é perceptível que esse novo modelo de família priorizava a privacidade do lar, sendo as mães a base da nova ordem doméstica: *Ela não se descuida dos seus afazeres no lar. É a mais extremosa das mães, a mais carinhosa das mães e creio – a experiência o confirmará – a esposa mais dedicada no mundo*⁴²⁶. A mulher burguesa, aliançada com os saberes médico e educacional, modelava a família aos discursos político-institucionais e à ordem republicana. O *status* de materna conferia-lhe a identificação com ocupações em que fosse possível exprimir o seu sentimento angelical, como o magistério e a pediatria. Esta, por exemplo, foi mostrada como *a especialidade que deveria ser exercida em grande parte por mulheres, porque as crianças precisam, além dos conhecimentos médicos, o afeto e o carinho que os corações maternos adivinham e que as mulheres, em geral, surpreendem*⁴²⁷.

A mulher destacava-se por sua função procriadora que a excluiu da geografia das atividades políticas, em detrimento de uma participação na administração doméstica. No I Congresso Interamericano de Mulheres, realizado em Havana em 1923, o movimento das latino-americanas foi denominado de “maternidade social”, levando muitas mulheres a acreditarem que não tinham capacidade de desenvolver outro assunto relativo à construção da nação senão o cuidado de crianças. Isso se reflete na postura da mulher que, ao entrar na cena política, parece *considerar a sua intervenção na esfera pública como uma extensão de seu papel familiar*⁴²⁸. O controle do corpo familiar impôs uma supervisão constante do Estado sobre a mulher e sobre o seu papel de mãe, principal responsável pela educação, higienização e vigilância dos filhos⁴²⁹. O

⁴²⁶ FREYRE, G. As Mulheres Sul-americanas. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06 jan. 1920, p. 01

⁴²⁷ AUSTREGÉSILO, A. op. cit. p. 67.

⁴²⁸ SAMARA, E. de M. op. cit. p. 27-28.

⁴²⁹ Uma rede de proteção à infância estava sendo tecida no Brasil a partir da década de 20. É visível nos discursos do Diário de Pernambuco como a criança vai ganhando visibilidade nas

mito da infância encontra, na concepção de Rocha-Coutinho, *um paralelo no mito da feminilidade, isto é, tanto as mulheres quanto as crianças foram consideradas frágeis, delicadas, assexuadas e, portanto, não só mais puras que os homens, como também seres que necessitavam da sua proteção*. O status inferior de mulheres e de crianças passa a ser respeitado sob a pena de um determinado “respeito”: *não se deveria discutir assuntos sérios, ou relacionados a sexo, nem se fazer uso de determinados termos ou de injúrias na frente de mulheres e crianças*⁴³⁰.

No interior da família burguesa, o processo de higienização dos corpos iniciava pelo ordenamento do espaço e do tempo para brincar, agir, trabalhar, passear. A criança, portanto, não escapa do vasto campo de análise, classificações e catalogações médicas, encontrando respaldo no discurso da identidade nacional e da construção da família saudável e útil. Cada função era regulamentada e os excessos evitados. Conforme Silva, uma família mergulhada num ideário de construção de uma nação “forte” e “sadia”, não poderia se dar ao luxo de cometer os excessos. Deveria ser disciplinada para evitar a ociosidade e melhorar a produtividade. Desde pequena, a criança era educada em sua corporeidade mediante pelo menos duas maneiras disciplinares: 1) **a disciplina do olhar**, marcando as diversas formas de fiscalização (horários para acordar, brincar, estudar e fazer as tarefas escolares; 2) **a disciplina trabalhista**, resultante de uma organização administrativa e atendendo a um projeto fabril: a criança necessitava desempenhar pequenas atividades, acostumando-se desde cedo com o “mundo do trabalho”⁴³¹.

Na construção de um homem higienizado, está a preocupação com o seu físico e com o seu intelecto. Desde pequeno, o macho deveria ser esculpido para tornar-se, quando adulto, um homem “perfeito”. A preocupação com a eugenia⁴³², com a limpeza do corpo, com o afastamento dos males que poderiam

propagandas de remédios, nas secções criadas para ela (secção Gury), nas lojas comerciais e nos congressos, como o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado em 1921, conforme documenta o Diário de Pernambuco em 02 abr. 1921, p. 03.

⁴³⁰ ROCHA-COUTINHO, M. L. op. cit, p. 30.

⁴³¹ Cf. SILVA, A. M. Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional. *Cadernos CEDES*, ano XIX, n, 48, Ago. 1999, p. 22.

⁴³² O termo eugenia foi inventado em 1883, por Francis Galton. O termo rapidamente se difunde pelo mundo ocidental, se popularizando nas escolas de medicina do Brasil nos primeiros anos do

atacar e debilitar o homem – criança ou adulto – já se tornava constante no Diário de Pernambuco no início da década de 20 e ocupava um lugar central na medicina brasileira. A eugenia determinava, segundo Francis Galton, as condições para se avigorar “*grandes famílias progressistas*”, estudando as influências que afetam o matrimônio, a herança genética, as causas de atraso do indivíduo. Apontando a influência da eugenia, Galton enfatizava o seu lado prático no cotidiano familiar, *fazendo-a entrar na consciência geral, como se fosse uma religião*. Essa “religião” da saúde e da estabilidade emocional era incentivada pelos mais distintos discursos (evangelista, nacionalista, trabalhista, socialista), visando a formação de sujeitos “bem aprimorados” que determinariam a elevação do padrão eugênico da nação⁴³³.

A engenharia sanitária era ainda mais prestigiada, por conhecer os meios de eliminar os miasmas, os micróbios e insetos que atacavam as famílias e provocavam moléstias como a pneumonia gripal, a pneumonia *Streptococica* e a pneumonia causada pelo bacilo de *Friedlaender*⁴³⁴. Desenvolve-se, portanto, a crença de que a medicina e o saber médico entendem *mais sobre as ações humanas e seus fundamentos do que as próprias pessoas em questão*. Os sinais da emergente medicina tornam-se visíveis por toda parte e o médico adquiria o perfil de um “herói” no discurso moderno. O corpo iguala-se a uma máquina que o médico – engenheiro da saúde – comanda as operações e vela nos pormenores o seu desempenho funcional. Dessa maneira, *os recessos íntimos do corpo humano vão sendo revelados, caracterizando, em grande medida, a arte da Modernidade*⁴³⁵. O objetivo desse catecismo eugênico era formar uma nação com “filhos prendados”: *mais fortes, mais lindos, mais dignos, por si e pelos seus antepassados, de representar o ideal de sua gente*⁴³⁶. Roquette-Pinto, positivista

século XX, permeando o trabalho de inúmeros médico-higienistas, além de contribuir para os projetos político-nacionalistas. Na década de 20, Roquette-Pinto resenha as obras de Francis Galton, em que o conceito de eugenia é problematizado, sendo entendido como a ciência que “*trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça e também das que são capazes de desenvolver ao máximo aquelas qualidades*”. Cf. ROQUETE-PINTO, apud ALMEIDA, C. A. *O cinema como agitador de almas*. São Paulo: Relume-dumará, 2001. p. 138; SILVA, A. M. op. cit. p. 20.

⁴³³ GALTON, F. apud ALMEIDA, C. A. op. Cit. p. 139.

⁴³⁴ FERNANDES, A. De uns e de outros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 jan. 1920, p. 03; FALCÃO, J. A. Melhoramentos urbanos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 fev. 1920, p. 03.

⁴³⁵ SILVA, A. M. op. cit. p. 18.

⁴³⁶ ALMEIDA, C. A. op. cit., p. 141.

admirador de Augusto Comte, mostra que as medidas de eugenia dependem principalmente dos educadores e da formação de uma “consciência individual”, pois a herança genética é um terreno inacessível para o Estado. Subjetivar, portanto, os preceitos de limpeza do corpo e de pureza moral era, dessa maneira, ficar em sintonia com o que há de “mais saudável” no Brasil, pois as *medidas fundamentais da Eugenia não de depender sempre dos sentimentos e da vontade dos que se reproduzem*⁴³⁷.

O casamento constituía-se numa das variantes centrais da eugenia. Biologicamente, a família burguesa era, segundo Galton, diferente desde o momento de sua concepção, justificando-se, dessa forma, o racismo em novas bases, contribuindo para afirmar a segregação espacial entre família burguesa e famílias ditas populares. A normatização eugênica e a disciplina na escolha do cônjuge pesavam no âmbito do discurso de “pureza racial”. Assim se reportou Almeida: *A necessidade de normatização eugênica de fatores como o casamento exigia o reordenamento de toda a sociedade, que deveria obedecer às diretrizes impostas pelas necessidades do coletivo*⁴³⁸, afastando o perigo da união de pessoas eugenicamente nocivas à sociedade e diminuindo as “taras” resultantes dos casamentos consangüíneos⁴³⁹.

Desde o final do século XIX, o saber médico investia no corpo familiar brasileiro, utilizando técnicas de sujeição como a disciplina, a vigilância hierárquica entre pais e filhos e marido e mulher e o controle das atividades sexuais inerentes a cada gênero. As identidades começam a ser classificadas de normal ou patológica, determinando os comportamentos e estereotipando a população. A instauração do regime republicano e o saneamento da família tornaram a medicina social brasileira ainda mais vigilante, mais classificatória, detentora de um biopoder sobre o sujeito. O corpo passa a ser visto e dito pelo discurso médico como uma realidade biopolítica. A medicina social, enquanto um dispositivo de poder/saber disciplinar, instaura práticas sanitaristas em nome da

⁴³⁷ ALMEIDA, C. A. op. cit., p. 141. Veja ainda ARAÚJO, J. A. C. O problema dos casamentos consangüíneos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 jan. 1920, p. 03; O problema da criança. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 set. 1924, p. 06.

⁴³⁸ ALMEIDA, C. A. op. cit. p. 141 e 152.

⁴³⁹ ARAÚJO, J. A. C. O problema dos casamentos consanguíneos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 jan. 1920, p. 03.

higiene urbana, social e pessoal, prescrevendo lugares “certos” e “errados” para os membros da família, inclusive os loucos, que ganharam o espaço do hospício, um ambiente corretivo, punitivo e classificatório⁴⁴⁰.

Nesse tempo moderno amparado pela emergência do processo técnico-industrial, o ser humano se transforma num sujeito e num objeto de conhecimento. A ciência, atrelada à técnica, opera uma certa racionalidade ao desenvolver a medicina privada – interessada num mercado burguês emergente – e uma medicina social, voltada para o corpo, seja ele individual ou social, estrutura-se, a partir do século XIX apoiada por outros saberes emergentes, como a microbiologia, a anátomo-patologia e a prática de exercícios físicos. Além disso, a atividade médica *vai ser fundamental nesse processo de subjetivação que ocorre na Modernidade, com um incentivo especial à identificação do indivíduo com sua dimensão corporal*⁴⁴¹. A tendência à assepsia torna-se uma característica no interior da família burguesa e opera-se uma nova relação do indivíduo para com o seu corpo, o qual *passa a ser dotado de uma força própria, é uma nova energética que vai abrir caminho para a representação corporal, não mais como matéria inerte, como estruturada a partir do exemplo da máquina a vapor. A perda com a vinculação à alma é compensada pela dinamicidade proveniente da força mecânica que é atribuída ao próprio corpo*⁴⁴².

Apontando três modelos de medicina social, Michel Foucault elabora uma “história do corpo” ou das pedagogias que o saber médico aplica no ambiente familiar e no cenário urbano. O primeiro modelo é denominado de **medicina do Estado**, que investe sobre o indivíduo visando fortalecer a ação do Estado, traduzida em ação político-econômica. O modelo seguinte é classificado de **medicina urbana**, tendo surgido inicialmente na França no século XVIII em virtude da necessidade de medicalizar o processo de urbanização. As cidades apareciam como problemas, motivadas por razões econômicas, políticas e

⁴⁴⁰ Confira FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos.*; FREYRE, G. *Ordem e progresso*; ARAÚJO, J. A. C. de. O problema dos casamentos consanguíneos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 mar. 1920, p. 03; FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. p. 80; BONATO, N. M. *Educação [sexual] e sexualidade: o velado e o aparente*. Rio de Janeiro, 1996, 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Humanidades – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, p. 54.

⁴⁴¹ SILVA, A. M. op. cit.p.13.

⁴⁴² idem, ibidem, p. 14.

demográficas. Era urgente um controle desse espaço, tornado-o orgânico e desodorizado. As doenças se multiplicavam, assustavam essa geografia, instauravam pânico “político-sanitário” na população, sobretudo na burguesia emergente. A solução encontrada foi o modelo médico e político de *quarentena*, que pregava o isolamento das famílias nas casas para facilitar a desinfecção por meio de essências queimadas. O ar e a água eram analisados, objetivando organizar e controlar determinados elementos que figuravam no espaço urbano.

A rua e a casa ganharam, portanto, novos olhares, além do olhar do construtor. Foi preciso ruas largas, arejadas, bem ventiladas, com canais de drenagens, sistemas de esgotos e de abastecimento de água potável. As casas também receberam essa mudança de olhares e de vigilância: abrem-se janelas nas alcovas, varandas e *terrassès* modificavam a estrutura arquitetônica. Requeria-se ambientes mais claros, mais ventilados, onde a luz do sol e o vento pudessem ter acesso livre, tanto quanto os membros aí residentes. Médicos, químicos e engenheiros opinavam sobre os melhores métodos de arejamento das cidades e das residências e a salubridade tornou-se *a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde*⁴⁴³.

Ao falar sobre o terceiro modelo, **a medicina da força de trabalho**, Foucault mostra que esta surgiu com o desenvolvimento industrial inglês, principalmente no século XIX, restringida aos pobres, objetivando um aumento da força de trabalho e do rendimento fabril. Esse modelo medicinal expandiu-se em três setores: *assistencial* – cuidando da população pobre -, *administrativa* – encarregada de resolver os problemas mais críticos da população, como as epidemias e endemias - e *privada* – beneficiando apenas os que pudessem pagar pelos serviços médicos. Embora sejam três modelos apontados por Foucault, eles estão sempre se conjugando, operando em conjunto e investindo seus poderes e seus saberes na e sobre a família, que emergia como um problema de ordem econômica, política, demográfica e sanitária, sendo necessário um controle rígido

⁴⁴³ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. p. 89.

sobre ela, pedagogizando o seu sexo, classificando a sua doença, controlando a sua alimentação, modificando a sua moradia. Conforme Foucault, a organização familiar assentada no complexo pais-filhos torna-se a instância primeira da medicalização dos indivíduos, respondendo aos objetivos gerais da medicina social relativos à boa saúde do corpo social. Para tanto, instaura uma “ética privada” da boa saúde (dever recíproco de pais e filhos), controlando minuciosamente a higiene⁴⁴⁴.

Comungando também com Foucault, Bonato enfatiza que a medicina social prioriza a família como a sua instância básica de medicalização, marcando a política de saúde implantada no Brasil desde o século XIX, formando um sujeito higiênico e sadio. Nas primeiras décadas do século XX, amplia-se, no solo brasileiro, essa discussão. A República deu margens a esse pensamento com campanhas sanitaristas iniciadas, em 1904, na capital do Brasil, tendo Oswaldo Cruz à frente dessa “batalha” da saúde contra os miasmas e vírus que atacavam a jovem pátria. O corpo, o sexo e as relações afetivas foram alvo de cuidados médicos através de normas que regulavam o comportamento dos homens, das mulheres e das crianças⁴⁴⁵. Esse cenário pedia a intervenção imediata do Estado, o qual aliado aos interesses da família burguesa, investia em fatores como doença e cura, população e produção, espaço urbano e modernização, família e civilização⁴⁴⁶.

Por volta da década de 20 foi notório o surgimento de ligas e de entidades diversas, elaborando projetos de caráter modernizador e que convocasse à participação tanto o sanitarismo quanto o higienismo, fijos num objetivo: elaborar um ambiente de progresso, de ordem e de higiene, demonstrando uma capacidade logística e ao mesmo tempo científica para conter as doenças que minavam por dentro a sociedade, abalando o fluxo de mercadorias, de mão de obra e de capital, denegrindo ainda mais a imagem do

⁴⁴⁴ FOUCAULT, M. op. cit., p. 201.

⁴⁴⁵ BONATO, N. op. cit. p. 59.

⁴⁴⁶ A inauguração do Hospital de S. Vicente. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mai. 1925, p. 03. Verifique ainda os seguintes relatórios de Estado. COIMBRA, E. *Relatório de Estado de Pernambuco* (1922-1926); LUCENA, S. B. de. *Relatório de Estado da Paraíba* (1922-1926); MEDEIROS, J. A. *Relatório de Estado do Rio Grande do Norte* (1922-1926).

Brasil, vista como um país de atrasados pelo discurso estrangeiro⁴⁴⁷. A Liga Paulista de Higiene, criada na década de 20 por Antônio Carlos Pacheco, atua no seio social através de intensa propaganda radiofônica, da imprensa e de conferências feitas nas fábricas para atender o operariado brasileiro.

A importância da higiene era divulgada através de instâncias pedagógicas como o cinema, a escola, os museus e o rádio, tendo este último funcionado como o aparelho “místico”, pelo teor simbólico que alcançava no momento entre os emissores e os receptores. Envolveria estratégias de ilusão participativa e criava-se, segundo Almeida, um imaginário homogêneo de comunidade nacional. O importante do rádio *não era exatamente o que era passado e sim como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes*. Efeitos sonoros podiam *atingir e estimular a imaginação dos rádio-receptores, permitindo a integração, em variados tons entre emissor e ouvinte, para se atingir determinadas finalidades de participação política*⁴⁴⁸. As idéias de uma família higienizada corporal e mentalmente não ficaram restritas a esses canais de divulgação, pois o próprio Estado “preocupa-se” com a limpeza do corpo familiar para ter, no futuro, um corpo nacional forte, viril, higiênico e bastante limpo. O saber médico sobre o organismo humano, que se solidificava socialmente a cada descoberta feita (anestesia, raio X), contribuiu para a formação de *uma representação do corpo presa às aparências e formalizada por uma ciência que investiga e socializa o funcionamento orgânico*⁴⁴⁹.

Homens e mulheres eram adestrados e adaptados aos ritmos e razões da “ordem” e do “progresso”. A partir de 1920, o governo federal passou a intervir *mais intensamente nos Estados da Federação em termos de saneamento, através da instauração de políticas nacionais de saúde pública*, combatendo doenças como febre amarela, lepra, sífilis, impaludismo e tuberculose⁴⁵⁰. A

⁴⁴⁷ SILVA, J. R. op. cit. p. 02.

⁴⁴⁸ ALMEIDA, C. A. op. cit. p. 141 e 152; Lenharo, A. *A sacralização da política*. Campinas_SP: Papirus, 1986. p. 40-41.

⁴⁴⁹ SILVA, A. M. op. cit. p.20. Veja ainda COUTO, R. C. op. cit. p. 54.

⁴⁵⁰ PONTE, S. op. cit., p. 73; MELO E SOUZA, A. J. de M. “Higiene e profilaxia”. In: *Mensagem do Presidente de Estado do Rio Grande do Norte*. 1º de Novembro de 1920, p. 15; LUCENA, S. de.

medicina social coloca-se como um veículo de modernização brasileira, propondo-se a modificar os hábitos tradicionais vistos como inadequados a uma nação que se pretendia capitalista e civilizada, penetrando no espaço doméstico das famílias – tanto as pobres quanto as ricas - (vacinando, medicando, prescrevendo) e impondo-lhes regras de higiene. Saturnino de Brito, engenheiro sanitário de renome internacional, era uma dessas autoridades preocupadas com os problemas higiênicos e de saneamento, modernizando os sistemas de abastecimento de água e de esgoto do Recife.

O discurso médico-sanitarista, como podemos perceber em reportagens jornalísticas e nos Relatórios de Estado (como também em outras fontes como Almanques, Revistas Femininas, revistas científicas) considerava a questão da saúde pública como uma estratégia fundamental para a realização do “processo civilizatório” da “família brasileira”. Era, conforme Ponte, *o início fragmentado, mas pretensioso, de um processo de medicalização geral da água, do ar, dos lugares e da população (...) sob a poderosa justificativa bio-política de que sem um satisfatório estado sanitário não haveria civilização nem produção de riqueza*. O território urbano tornou-se, de imediato, o principal alvo *desse revigoramento da vontade civilizatória no seio das elites republicanas*⁴⁵¹. No Nordeste, isso ocorre com campanhas de erradicação da mendicância urbana, pela emergência das instituições assistencialistas e corretivas, com a finalidade de racionalizar a cidade e sanear os seus habitantes.

A criação da Repartição do Saneamento pelo governador pernambucano Manuel Borba, no início da década de 20, associada à saúde pública marcava a face dos políticos que estavam “preocupados” com os tempos modernos e com o bem-estar familiar. Nesse perfil, enquadra-se o prefeito da cidade do Recife, Lima Castro, que, na década de 20, substituiu alguns “mocambos insalubres” por “habitações decentes”, sob o chavão que a família recifense, mesmo pobre, deveria morar num “recanto higienizado”. Em *Memórias de um político pernambucano*, Lima Castro mostra como um troféu a demolição

“Saúde Pública”. In: *Mensagem do Presidente de Estado da Paraíba*. 1º de setembro de 1922, p. 43.

⁴⁵¹ PONTE, S. op. cit. p. 17.

dos “mocambos insalubres” que amesquinavam as belezas naturais da Recife moderna. As cento e cinqüentas casas da Vila Operária eram exibidas pelo prefeito como um signo da modernização estética e em nome da saúde pública e da terapia da cidade: são habitações de *alvenaria, com banheiro, água, luz e um pequeno quintal*, purificando a insalubridade visível⁴⁵².

Que dispositivos disciplinares estavam perpassando o discurso higienizante? Que propósitos políticos marcavam o discurso do prefeito Lima Castro ao construir a Vila Operária? Analisando a criação de vilas operárias nesse mesmo período em Fortaleza-CE, Sebastião Ponte observou que, muito mais que uma “benfeitoria” às famílias pobres, a criação de casas populares *foi uma estratégia médico-burguesa que encerrava vários objetivos disciplinares*⁴⁵³. Além de ser um dispositivo de controle do tempo do trabalhador, é uma estratégia de higienização física e moral aplicada pelo Estado. Objetivando reduzir a insalubridade que o saber higienista percebia no interior dos mucambos, o Estado pretendia, também, que as casas asseadas e ajardinadas das vilas operárias criassem no proletariado o gosto pela intimidade do lar, bem como oferecessem condições para que fosse reproduzido o modelo burguês de família nuclear. Dessa forma, adotando uma postura de “vida regrada”, distante das “tentações nocivas” que as ruas ofereciam (bares, cabarés, jogos), bem como *valorizando os conceitos de privacidade e de família celular, o operariado renderia maior produtividade e se tornaria politicamente mais dócil. Nada mais adequado ao anseio burguês em operacionalizar uma normalização social das classes urbanas ditas perigosas*⁴⁵⁴.

Desde pequeno, o “homem ideal” da República brasileira era medicalizado de forma a ter em seu corpo uma tatuagem que lhe provasse ser um amante da saúde, um cidadão preocupado com o bem-estar nacional: **a cicatriz vacinal**, a qual era vista e dita enquanto um *senal positivo do homem civilizado*, uma tatuagem que celebrava as marcas da civilização, de uma nação que se

⁴⁵² CASTRO, L. *Memórias de um político pernambucano*. Apud REZENDE, A. P. op. cit. p. 39.

⁴⁵³ PONTE, S. R. op. cit. p. 53.

⁴⁵⁴ Idem, ibidem, p. 54.

esforçava para deixar para trás o estereótipo de atrasada e pôr-se em linha com a modernidade. A Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde e Assistência de Pernambuco, sob os cuidados do Dr. Amaury de Medeiros, chegava a conclusão, em reportagem de 03 de janeiro de 1925, que a existência de varíola em uma cidade é *a prova de pouca civilização de seu povo. É sem dúvida a cicatriz vacinal o mais positivo sinal do homem moderno*. A matéria chega ao ponto de associar que *tem falta de patriotismo e o amor ao próximo todo aquele que se opuser à vacinação, deixando-se levar por preconceitos filosóficos ou aberrantes*. Portanto, é um dever de todo patriota, cidadão respeitador das leis do Estado, auxiliar a administração sanitária na sua missão de extinguir os males provocados pela varíola. Não se deve temer a marca da vacina, mais o *terrível selo que pode deformar o rosto mais formoso e tornar-se por toda a vida a causa da maior infelicidade*. Uma nação civilizada é uma nação vacinada, isenta da varíola como a Inglaterra e a Alemanha: *Como se vê é uma doença que depende muito do grau de civilização de um povo e atesta a inferioridade de uma cultura*⁴⁵⁵.

Amaury de Medeiros, genro de Sérgio Loreto, então governador de Pernambuco (1922/1926), desenvolve uma política de higienização dos corpos e da cidade do Recife, uma política de “ordem médica” e de “norma familiar”. A ordem era limpar a população das manchas de epidemias do século passado, como a varíola, o cólera e a febre amarela. A norma era obedecer aos comandos impetrados pela política higienista. Para Medeiros, a falta de higienização ameaçava o desenvolvimento das cidades modernas e prejudicava o bem-estar da população, o que insinua uma urgência na existência da modernização. A família chamada moderna não podia ter o seu corpo debilitado pelas moléstias.⁴⁵⁶ Os discursos do Dr. Amaury de Medeiros parece um evangelho a discipular pais e filhos, preocupados com o bem-estar da nação. O messianismo higiênico, usando expressão de Gilberto Freyre, está presente no livro escrito por Medeiros que mais parece um “*Cruzado de Nossa Senhora da Saúde*”. Comentando a respeito dos discursos sobre saúde do Dr. Amaury de Medeiros, Freyre mostra que a

⁴⁵⁵ A cicatriz vacinal é o mais positivo sinal do homem civilizado. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 jan. 1925, p. 03.

⁴⁵⁶ Veja Relatório de Estado de Sérgio Loreto (1922-1926).

tônica desse sanitarista é que **fora da higiene não há salvação**. A salvação encontra-se no saneamento da família, como *se uma vez saneado, desinfectado, escovado, elevado a um 202 de Jacintho em ponto grande, nada mais faltasse ao Brasil (...)* *Misticismo sanitário*. Para Gilberto Freyre, o ideal de um país em ordem e em progresso, envolvido pelo patriotismo, aparece nos discursos do referido médico como em um reclame de Emulsão de Scott ou de um Sabão Aristolino, irradiando brilho ao seu redor; o papel higiênico valendo mais que o papel social, que o papel que o passado desempenhou na vida social brasileira. Envolvido pela mística de Oswaldo Cruz, o sanitarista pernambucano pede a um morto as “normas da vida”, as receitas de combater micróbios e bactericidades⁴⁵⁷.

Recomendado pelo Estado, um corpo profissional de médicos qualificados desfila no Recife, inspecionando hospitais e disseminando verdades através de palestras em escolas e em outras instituições, artigos de jornal, propagandas do governo sobre assistência à saúde. Uma série de campanhas políticas de cunho moralizante e modernizante procurou regulamentar e sanear os espaços públicos e privados. Apoiados pela Fundação Rockefeller, os Estados do Nordeste buscaram recursos para a construção de hospícios, de hospitais e maternidades, de asilos de mendicidade, de policlínicas, de vilas operárias para os proletários que moravam em mocambos ou em casas de taipas. Os cuidados médicos e as campanhas de moralidade social contribuía para intervenções autoritárias do poder na ordem da higiene e das doenças,⁴⁵⁸ visando modificar os velhos hábitos anti-higiênicos, afetando a conduta física, moral, sexual e intelectual de cada membro da família, mesmo a criança que tinha o seu sexo pedagogizado. Aumentava o anseio dos homens da República em consolidar uma ordem capitalista burguesa, inventando novas maneiras de disciplinar o corpo social e definir o futuro político-cultural da nação.

Os interesses médico-sanitaristas encontravam apoio nos interesses do Estado-higienista. Os doutores Gercino Malagueta de Pontes e Amaury de Medeiros escreviam discursos que regulamentavam o que podia ou não ser feito

⁴⁵⁷ FREYRE, G. Os discursos do sr. Amaury de Medeiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 fev. 1924, p. 04.

⁴⁵⁸ Higiene Infantil – Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde e Assistência. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 mai. 1923, p. 03.

para viver com saúde. Os leitores do Diário de Pernambuco, nos anos iniciais da década de 20, principalmente no quinquênio 1921-1926, depararam-se com discursos sobre a mudança de hábitos alimentares das crianças e dos adultos, o cuidado com o espaço da moradia (onde morar, como morar, como edificar a casa), a precaução com os territórios freqüentados (a rua, as vielas, os mocambos, os mangues), a identificação dos desvios em relação à norma institucionalizada (não andar descalço, não comer com as mãos sujas, não comer catarro nem caraca). Para isso, o Estado se “responsabilizava” na melhoria da infra-estrutura básica, *organizando um guia muito útil para os proprietários e inquilinos das casas que dispõem das modernas instalações de saneamento*⁴⁵⁹. Era urgente o surgimento de uma família em dia com os dispositivos médico-sanitaristas, desfazendo as superstições e arcaísmos religiosos, as credices, as práticas “primitivas” de maternidade, abandonando as receitas de parteiras e de “comadres”, as ervas de farmacêuticos e de prognosticadores, o parto feito em casa. A ciência médica substituía tais técnicas, cabendo ao Estado legitimá-las com a construção dos “prédios da família” normatizada: os hospitais, as maternidades e os lactários⁴⁶⁰.

Analisando relatórios de Estados do Nordeste, encontramos a mesma tônica, o mesmo cuidado com a estética da cidade e com a aparência da família. O controle da febre amarela, uma das doenças que mais atacava a população, coube, a partir de 1923, à *Rockefeller Foundation* (“Comissão Rockefeller”), contratada por intermédio do governo federal para intervir junto à população de Estados nordestinos, a exemplo de Pernambuco, Bahia e Paraíba, para debelar a febre amarela nesses Estados. Assim se reporta o governo da Paraíba em sua mensagem presidencial:

Quando no mez de abril do corrente anno irrompeu nesta cidade a epidemia de febre amarella, e, mais tarde, vindo alastrar-se pelo

⁴⁵⁹ Serviço de Esgotos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 abri. 1921, p. 03.

⁴⁶⁰ As Vitaminas e a Alimentação. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 fev. 1923, p. 02; Higiene Infantil – Inspecção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde e Assistência. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 mai. 1923, p. 03; FREYRE, G. Os discursos do Sr. Amaury de Medeiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 set. 1924, p. 03.

*interior do Estado, a Comissão Rockefeller estabeleceu, com a possível brevidade, os trabalhos systemáticos de combate à Stegomyia Calopus – o único mosquito responsável como transmissor do vírus mortífero – o Leptospira Icteroides de Noguchi*⁴⁶¹.

Comparativamente, os Estados do Nordeste ficariam muito aquém da referência sanitária que vivenciaram Rio de Janeiro e São Paulo. Mesmo a Bahia, um dos mais populosos Estados do Nordeste, e visto como um *locus* tradicional em educação médica, que data do período monárquico, em virtude da Faculdade de Medicina aí instalada, não teve uma reforma sanitária expressiva até a década de 20, quando a ação sanitária da Fundação Rockefeller e a intervenção do governo federal possibilitaram higienizar o corpo familiar baiano⁴⁶².

Resultante do novo código sanitário proposto pelo cientista Carlos Chagas, então diretor nacional de Saúde Pública, o Nordeste tornou-se o alvo principal das políticas nacionais de erradicação das doenças, com intensas campanhas contra a malária e a febre amarela. Essas campanhas permitiam a expansão do espaço público sobre o espaço privado da família, “invadindo” o território particular da família, estando esta localizada no campo ou na cidade. O governo fixava-se com os seus projetos, onde antes era domínio de senhores de engenho e de homens da elite. O prestígio político e sócio-moral de muitos pais de família aparece como que se dissolvendo à medida que irrompiam à cena da sociedade novos personagens ligados aos setores estatais e/ou filantrópicos. O delegado, o vacinador, o instrutor pedagógico disputavam o “controle” da família com a autoridade paterna⁴⁶³.

As campanhas de saúde pública na década de 20, iniciadas pelo único nordestino a ocupar a Presidência da República nesse período – Epiácio Pessoa – inseriam-se num “processo civilizatório” mais geral, que incluía a construção do Estado Nacional brasileiro, bem como a educação moral e cívica da família, tendo

⁴⁶¹ SUASSUNA J. *Relatório do Estado da Paraíba*. 01 de outubro de 1926, p. 134.

⁴⁶² SANTOS, L. de A. de Castro, *Revista Dados*, v. 41, n. 3, Rio de Janeiro, 1998, p. 08.

⁴⁶³ Última Hora – Rio, 23. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mai. 1925, p. 03.

em vista ser o lar considerado a ponte inicial de formação do caráter nacional. A tônica das campanhas sanitárias do governo federal era erradicar as doenças, *como se aos serviços de saúde coubesse uma espécie de exorcismo em massa das populações carentes*⁴⁶⁴. Em nível estadual, o processo de higienização estava bem claro nos discursos dos presidentes de Estado em sintonia com a modernização. Em Pernambuco, Sérgio Loreto encabeça esse discurso, através do Departamento de Saúde e Assistência, considerado pelo presidente como o mais eficiente do Brasil. Sérgio Loreto coloca-se como um governo *criador da infra-estrutura básica necessária da modernização. Saneamento, saúde, higiene, instrução, aparecem como tarefas fundamentais da administração pública como investimentos urgentes a serem feitos, para não se perder os caminhos da modernização*⁴⁶⁵.

Na Paraíba, o chefe da Comissão de Higiene, Dr. Vital de Mello, mostra-se também preocupado com o asseio do corpo familiar. No relatório de Camillo de Holanda, o Dr. Vital de Mello é elogiado pelo seu desempenho no combate às moléstias que infectam a família paraibana: *Não só a higiene domiciliar tem sido cuidadosamente vigiada como todos os demais ramos daquela repartição, relevando registrar o serviço sistematizado de vacinação e revacinação contra a varíola*⁴⁶⁶.

Mas é o discurso do presidente do Rio Grande do Norte que mais enfatiza a higienização da família, a exemplo do discurso de Antônio José de Mello e Souza intitulado *“Higiene e prophylaxia”*, que trata do cuidado que o Estado deve ter na formação de cidadãos sadios e de famílias fortes, cuidadosamente saneadas, cenário em que pai e mãe deveriam estar ilesos das “moléstias do mundo”, para não gerarem filhos de físico debilitado. Para Mello e Souza, uma família doente é uma família desonrada:

Convencido de que entre nós, no Brasil inteiro, nenhuma entidade mórbida exige um cuidado mais enérgico e metódico que as do grupo

⁴⁶⁴ Idem, ibidem, p. 12.

⁴⁶⁵ REZENDE, A. P. op. cit. p. 56.

⁴⁶⁶ HOLANDA, C. Mensagem do Presidente de Estado da Paraíba, 1920, p. 19

*das chamadas moléstias venéreas, sobretudo a sífilis, cujos efeitos não só inutilizam o indivíduo, como ainda desonram e enfraquecem as gerações deles oriundas, estou pessoalmente estudando os meios práticos, possíveis com os nossos poucos recursos, de lutar contra essa verdadeira calamidade*⁴⁶⁷.

No Diário de Pernambuco, desde então, o conceito de saúde é veiculado enquanto uma mercadoria, um produto que pode ser adquirido nas boticas e nas casas de erveiros. A saúde tanto é vendida quanto é comprada. No mundo cada vez mais capitalista, a saúde pode ser adquirida, negociada com dinheiro, a exemplo da propaganda do Biotônico Fontoura: *O mais completo fortificante de extraordinária eficácia em ambos os sexos e em todas as idades; cura anemia, cura fraqueza muscular e nervosa, evita a tuberculose, produz sensação de bem estar, de vigor e de saúde*⁴⁶⁸. A propaganda jornalística dos remédios e fórmulas funciona como um discurso de educação dos sentidos, para a domesticação e a pedagogização sanitarista do povo brasileiro, contribuindo para melhorar a saúde pública no Brasil. O Biotônico Fontoura é um “sangue” indicado para repor a perda de outro sangue expelido pela mulher: o menstrual⁴⁶⁹.

A venda de mercadorias implica numa venda de imagens e de experiências corporais, que se diferenciam de época para época. A família torna-se um lugar de muitas inscrições, de marcas variadas que produzem sentidos diversos, dependendo do olhar lançado. O historiador olha o corpo familiar na década de 20, tendo o discurso propagandístico como uma dessas marcas. Dessa forma, a família é vista, também, em sua condição histórica e na sua relação com a saúde e a cura dos males. Se na família dita patriarcal, as ervas eram mais valorizadas do que as drogas adquiridas em boticas, a população estava mais propensa a essa valorização. Na família burguesa, em virtude dos códigos modernos e disciplinares que marcavam a “nova era”, a farmácia era mais elogiada que as plantas de quintal.

⁴⁶⁷ MELO E SOUZA, J. A. “Hygiene e prophylaxia”. In: Mensagem do presidente de Estado do Rio Grande do Norte. 1º de Setembro de 1920, p. 17.

⁴⁶⁸ Biotônico Fontoura. *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 mar 1923, p. 08.

⁴⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 08.

O almanaque *A Saúde da Mulher*, publicação circulante já nas décadas de 20 e 30, possibilita-nos uma leitura sobre o corpo familiar que o torna centro dos anúncios comerciais. Essas propagandas condicionam a venda no mercado de um conjunto de drogas existentes no período, construindo um discurso em torno do corpo doente, alicerçado no modelo de família saudável. A mulher, para possuir saúde, alegria e disposição, era preciso possuir útero e ovários sadios. Classifica-se a doença, classifica-se a família. Em 18 de março de 1923, o Diário de Pernambuco traz em suas páginas mais um discurso de ênfase ao almanaque Saúde da Mulher. Desta feita, além de elogiar o folhetim, elogia também a própria droga denominada de Saúde da Mulher, recomendada para doenças no útero, dores nas costas, nas pernas, peso na cabeça, perturbações da vista, dormências constantes, palpitações no coração, dores no ventre e no estômago, falta de atinação. Para as senhoras que não conhecem as causas de tais padecimentos, a revelação é sintetizada em uma curta frase: doenças do útero. Eis a causa, eis a classificação. Usando fórmulas simples de chamar a atenção da mulher – e do marido que sente-se também perturbado pelas constantes dores de cabeça da esposa -, o *Saúde da Mulher* apresenta-se ao público leitor do Diário de Pernambuco como um remédio seguro para as dores brandas, para as cólicas uterinas, para as regras dolorosas ou a falta e escassez das regras, para os *incômodos da idade crítica*⁴⁷⁰.

Os anúncios do jornal são vários, indicados para homens, mulheres e crianças. Ner-vita para revigorar o físico do homem, Fructal para prisão de ventre, Bromil para arrancar catarro do peito. Assim como as mulheres doentes necessitavam de drogas, os homens “ideais” da República precisavam também de remédios para ficarem vigorosos, esbeltos, masculinos, viris. Fortes iguais às máquinas modernas, viçosos como a moda que parece vencer em todas as situações sociais. Emulsão de Scott para fortalecer organismos fragilizados pela labuta diária; biotônicos e tônicos para rejuvenescerem os físicos combalidos; vitaminas e sais minerais indicados para fastios e revigorar o apetite. Nos discursos propagandísticos, o tipo ideal do homem moderno, do pai forte e guerreiro, exemplo de caráter físico e intelectual para os filhos, ia sendo

⁴⁷⁰ A Saúde da Mulher. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 mar. 1923, p. 04.

construído. Xaropes e elixires como remédios para homens debilitados. Ervas medicinais para restabelecerem as forças perdidas. A virilidade tornou-se, diante da “*feminização da sociedade*”⁴⁷¹ e da inversão dos valores sociais, um problema, uma questão de honra masculina, vista como emblema do homem, como cartão-postal da masculinidade. O homem debilitado sexualmente, na década de 20, no Nordeste, surge como um problema, sendo o discurso médico um dos construtores dessa imagética.

As pílulas ferruginosas combatiam as cores pálidas dos amantes de uma pátria, também pálida, mas que em seus discursos políticos mostrava-se destra, fortaleza maior da América do Sul. Os homens dessa “pátria amada”, ao sentirem-se fragilizados pelas moléstias que lhes atingiam deixando o seu corpo débil, com digestão difícil, com infecção palustre, só seriam curados pelas pílulas ferruginosas Silvio Santos, que, há mais de 30 anos, são fabricadas especialmente para os homens tropicais. Custódio Costa & Cia e Faria Irmãos & Cia são os depositários dessa droga “milagrosa” na cidade do Recife⁴⁷². Mas não eram apenas as pílulas Silvio Santos que aumentavam a moral do homem do Nordeste no período republicano. Acrescente-se as pílulas *Cronier*, o xarope de hipofosfato de cal do Dr. Churchil para tuberculose, anemia, raquitismo, fraqueza geral; a *Quina-Laroche* para falta de forças, febres e estados febris; a *kola-fosfatada* para neurastenia, histeria e anemia cerebral. No Diário de Pernambuco, os anúncios de “arreliques”⁴⁷³ estavam às claras nas secções de propagandas: colírios, vermífugos, rejuvenescedores de potência sexual. As pílulas rosadas do Dr. Williams proporcionavam aos homens vigor, energia, vitalidade e bom apetite, explorando um certo erotismo entre os gêneros, apontando possibilidades de sucesso nas relações sexuais para quem usasse tais medicamentos⁴⁷⁴.

O homem produzido pelo discurso propagandístico não poderia assumir um comportamento moleirão na sociedade. Necessitava corresponder aos estereótipos para ele elaborados, quais sejam: forte, musculoso,

⁴⁷¹ Sobre feminização da sociedade, confira ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *O nordestino e a invenção do falo*.

⁴⁷² Pílulas Ferruginosas Silvio Santos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 01 fev. 1920, p. 09; A Saúde da cidade. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 abr. 1923, p. 02.

⁴⁷³ Expressão usada popularmente para designar um remédio que cura em pouco tempo.

⁴⁷⁴ *Diário de Pernambuco*. 1920-1926.

recarregando as suas energias, tonificando os seus nervos, desenvolvendo os seus músculos. Num tempo em que era cada vez mais celebrada a velocidade, a máquina, os latejamentos dos músculos e o cuidado do corpo-máquina, ser doente ou raquítico amedrontava as famílias. O discurso médico usava estereótipos negativos, de homens flácidos e pouco resistentes, para promover cada vez mais a medicina e alimentar o desejo pelo corpo humano esbelto e vigoroso, parecido a uma máquina moderna: veloz, produtivo, disciplinado para o silenciamento. O automatismo influenciava o discurso médico e a ênfase era dada na aceleração, na tecnologia, na desmobilização das heranças do passado (máquinas arcaicas, obsoletas, não condizentes com a modernização atual), na pulsação dos instintos, no ritmo compassado.

A rua era esse espaço de agir, de excitar o espírito de homens e mulheres. A modernidade vai proporcionar um ambiente indispensável para divertir o “homem ideal” e forjar a sua identidade, introduzindo uma série de hábitos físicos, mentais e sensoriais, concentrados quase sempre nos fins de semana, como os esportes, as danças, as bebedeiras entre amigos, o uso de tóxicos (cigarros, por exemplo) e de estimulantes, as competições entre clubes, os cinemas para excitar o corpo e a mente, os desfiles de moda, as chávemas, as corridas de cavalo e de bicicletas, os passeios de automóveis, os parques de diversão⁴⁷⁵. Enfatizavam-se os movimentos, a ação física, a disposição muscular e molecular. Embora tais hábitos e práticas já existissem desde o início do século XX, é, na década de 20, que adquire um efeito sinérgico, pois constitui uma rede interativa de experiências centrais no contexto sócio-cultural, multiplicando-se as ações propagandísticas que valorizam o corpo atlético. São fontes de uma nova subjetividade, de um novo estilo de vida para o homem, principalmente o jovem burguês. Aliás, ser jovem adquire, nesse período, uma conotação especial e uma carga prodigiosa de prestígio, associado ao ser forte, ao possuir um corpo adestrado para e pela cultura física, ao celebrar os músculos e as ações coordenadas pelos esportes e exercícios físicos. Num ambiente de tecnologias, o corpo de homens e de mulheres é concebido também como máquinas, dínamos geradores de energia: *Quanto mais se aperfeiçoassem, regulassem,*

⁴⁷⁵ Prazeres modernos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 mai. 1926, p. 07.

*coordenassem esses maquinismos, tanto mais efetivo seria o seu desempenho e mais concentrada a sua energia potencial*⁴⁷⁶.

A educação física foi pensada por educadores como uma prática que modificava os hábitos das crianças e dos jovens, fabricando um corpo saudável e reprodutor de uma sociedade sã, somando-se à educação moral e cívica -, indispensável na construção do indivíduo polido e contido – e à educação intelectual, gerando a idéia de que o sujeito instruído é melhor, possui uma cognição superior aos que não freqüentam os bancos escolares. Para conscientizar a população sobre o cuidado do físico, até mesmo o cinema era utilizado como veículo propagador da saúde e da beleza⁴⁷⁷. Nesse cenário de vertigem e de velocidade, as inovações tecnológicas invadiam o cotidiano da família num surto ainda não visto antes, multiplicando-se o número de pessoas que se adaptavam aos novos circuitos de lazer, de prazer e de trabalho modernos, minando por dentro os resquícios de uma cultura dita tradicional, corroendo, como um vírus, as moléculas sobreviventes dos tempos de tradição. O mundo estável pensado por Freyre e assim conceituado em seus escritos era minado com a tecnologia da máquina e do corpo familiar que emergiam. O tempo passado era destruído pelas novas formas de energia que se ampliavam em máquinas, em exaustores, em remédios, em estimulantes, em exercícios físicos, encurtando os espaços, mas distanciando os tempos (passado *versus* presente).

No Diário de Pernambuco, percebemos vários tônicos que eram propagados como o milagre da hora. Eram drogas que mantinham, em seus comerciais, um vínculo entre o corpo humano e a máquina eletrizante. No discurso propagandístico, emergia um corpo orquestrado e sinfonizado, necessitando ser tocado pelos exercícios físicos. Os músculos, como um conjunto de cordas musicais, precisavam de bálsamos para não desafinarem em meio ao rebuliço da sociedade que glorificava a máquina. Esse ideário era consagrado pela ciência médica, principalmente após o término da I Guerra Mundial (1918), que despertou as famílias a construir filhos moldados pelas várias modalidades físicas e mentais (ginástica, esgrima, corridas ciclísticas, provas de

⁴⁷⁶ SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 33-34.

tiro, maratonas, dentre outras), potencializando o corpo já celebrado nas vitórias. O comercial do NER-VITA é emblemático a esse respeito. Que jovem ou pai de família queria ser desmoralizado diante dos olhos da sociedade? Que homem admitia fracassar numa esfera tão importante para ele? Daí o Dr. Huxley lançar receitas e xaropes milagrosos, indicados ao homem que desejasse cumprir as suas funções e gozar a vida física e moralmente:

A virilidade, o vigor e a vitalidade devem ser possuídas por todos aqueles que desejam cumprir com os seus deveres e gozar a vida. Se lhes faltam as forças ou se a sua saúde está combalida, tome NER-VITA do Dr. Huxley que, enriquecendo o sangue e estimulando o apetite, devolve a saúde e o vigor⁴⁷⁸.

Mais enfática ainda é a reportagem Boas Novas para todos os homens, que, ao apresentar o restaurador de potência *Soret*, convida o homem moderno para ser macho de fato e de direito e não somente de nome. *Soret* é descrito no anúncio como o novo e maravilhoso descobrimento médico que restaura prontamente e com segurança a perda parcial ou completa da virilidade dos homens de todas as idades. Jovem ou ancião, *Soret* é a solução! *Não vos queixeis de ser homem somente de nome e que tendeis que vos privar de todos os prazeres que vossa natureza deseja. Comprai na botica de vossa vizinhança, uma garrafa de Soret.* Diante da revigoração imediata da potência física, o homem ficará maravilhado, atônito com o resultado: *Soret é um reconstrutor ativo mental e psíquico e sentireis seus resultados benéficos em vosso organismo inteiro. Deveis pedir com insistência o Soret⁴⁷⁹.*

⁴⁷⁷ O cinema e a saúde. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 mai. 1925, p. 02 (Secção Estudos e Opiniões); BONATO, N. op. cit. p. 61.

⁴⁷⁸ Homem Robustos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 jul. 1926, p. 12

⁴⁷⁹ Boas Novas para todos os homens. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 mai. 1927, p. 05.

3.1.2. TONIFICANDO O CORPO E RESTAURANDO AS FORÇAS: a importância da alimentação no Diário de Pernambuco

Uma nação não necessitava apenas de assepsia. À esta vinha ser somada a importância da hiper-nutrição para “limpar” a família burguesa das cicatrizes tatuadas pelo descuido alimentar de outros modelos de família, incluindo, aí, a dita família patriarcal, que entrega os seus filhos para as amas-de-leite cuidarem, muitas vezes sem a menor higienização em seus seios leiteiros, conforme verificado em *Casa Grande & Senzala*. A hiponutrição foi estudada no início do século XX pelo fisiologista F. Armitage, escrevendo “*Diet and Race*” (Raça e Dieta), em 1922, e, na década de 30, pelo argentino Pedro Escudero, que detectaram os defeitos da qualidade alimentar e os seus problemas para a “inferioridade social”⁴⁸⁰.

A família burguesa, influenciada por campanhas de políticas públicas, preocupava-se em limpar o seu corpo, principalmente das crianças, do mal dos Sete Dias (inflamação no umbigo), da sarna, da tinha, de crustas leitosas, das lombrigas, da bexiga. Se muitos ainda persistiam em combaterem tais doenças com métodos populares (clisteres, purgantes, medicação evacuante, sangrias, vomitórios), o discurso médico salientava as novas drogas como Emulsão de Scott, Biolaimo, os Reprodutores Puro Sangue, elixires, óleo de fígado de bacalhau, dentre outras, como o *Nutrion*, dito nos anúncios do Diário de Pernambuco como *o mais poderoso dos tônicos: tonifica o corpo e restaura as forças. O ‘Nutrion’ vence os fastios e faz engordar tanto adultos como crianças. Nos adultos, o ‘Nutrion’ consolida os músculos, enriquece o sangue e retempera os nervos e o cérebro. Nas crianças, o ‘Nutrion’ alimenta, combatendo o raquitismo e favorecendo o crescimento*⁴⁸¹. No comercial do *Nutrion*, o físico forte e musculoso de homens que giram uma grande roda de pedra, destacando-se o peitoral, é projetado na imprensa visando exhibir os caracteres que o produto oferece, numa clara demonstração de que a embalagem do produto industrializado estava a serviço da sedução do consumidor, convencendo-o de

⁴⁸⁰ Confira FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, p. 47.

sua carência alimentar. Até mesmo concursos eram realizados para avaliar o físico dos meninos, sendo veiculados enquanto sinônimos de infância saudável e como consumidores de produtos, em especial remédios e alimentos, para a formação do corpo forte⁴⁸². O Concurso de Robustez, idéia do médico Artur Moncorvo Filho, responde a esse dispositivo de elaboração de um corpo nutrido para fortalecer a “pátria desnutrida”.

O corpo infantil aparecia aprisionado pelo consumo e o saber médico era, ao lado da imprensa e da indústria, um dos seus algozes. Os alimentos e remédios industrializados eram mostrados como eficazes para tornar homens e mulheres dispostos, calmos, animados e com possibilidades de vencerem na vida. O saber médico, legitimador desses comerciais, também era eficaz para: a) confirmar a necessidade do uso do produto; b) apelar para a cura e a prevenção de certos “males” que atacavam as famílias; c) convencer os consumidores de que o produto industrializado é mais eficiente e mais higiênico que os produtos no ambiente caseiro; d) associar o cuidado do corpo com a agilidade, o uso adequado do tempo, à prosperidade na vida moderna; e) suscitar desejos e necessidades relacionados ao consumo desses produtos⁴⁸³.

A criança é vista e dita pelo discurso médico-higienista como o corpo a quem se deve ter maior cuidado: frágil, mole, ingênuo, afeito muitas vezes a maus hábitos como o comer terra, comer com as mãos sujas. Tal procedimento preocupava tanto o poder público pernambucano, juntamente com o Departamento de Saúde e Assistência do Estado de Pernambuco, que o Diário de Pernambuco chegou a publicar, sob o título **Higiene Infantil**, um comunicado sobre alimentação, enviado pela Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, rua da Pires, nº 394, mostrando como se deve alimentar uma criança. Ser mãe, nesse comunicado, resume-se a fórmulas, a chavões que a sociedade instituiu. A mãe que alimenta é dita como a mais feliz, bem mais realizada do que aquela que divide essa “sagrada tarefa” com a ama de leite. Esta, por sinal, *é a mais cruel das tiranas e a mais transmissora de doenças*

⁴⁸¹ Diário de Pernambuco. Recife, 11 out. 1925, p. 01. Veja ainda: As vitaminas e a alimentação. Diário de Pernambuco. Recife, 18 fev. 1923, p. 02.

⁴⁸² Homem Robustos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 jul. 1926, p. 12; Cf. BRITES, O. op. cit. p. 07.

*sérias, como a tuberculose, a sífilis e a lepra. O leite materno é ideal para o combate dos “meninos franzinos”, receptáculos de gastroenterites, de raquitismo, de escorbuto infantil, de anemias, de barrigas inchadas. A criança que não mama, na tônica do discurso da Inspetoria de Higiene Infantil, é menos viva e pálida, mais sujeita a doenças do que as outras: Aprenda cada uma a dar de mamar ao seu filho conforme aconselham os médicos, que verá as doenças diminuírem e se parece curar depressa*⁴⁸⁴.

Se o desenvolvimento do futuro cidadão brasileiro começa no lar, a mãe não pode, segundo o discurso médico, se afastar desse recinto. No seio das “Marias” deveria gozar a criança de todos os cuidados. Ao lado do leite materno, já reconhecido pelos médicos como apropriado para o desenvolvimento do lactente, outros alimentos recomendados pela medicina vêm somar-se à dieta do novo cidadão, como óleo de fígado de bacalhau, água de aveia, tapioca, arroz com leite: *um bebê gordo era o ideal*⁴⁸⁵ para uma nação magra, para uma região considerada tísica, mofina, decadente. A farinha láctea Nestlé marcava sua presença na publicidade, sendo descrita como um produto rico em vitaminas, adequada para uma infância saudável e para pais felizes, envolvidos num contexto histórico de uma economia capitalista que requeria menos tempo para o preparo de alimentos e mais dedicação ao ambiente do trabalho. A publicidade, nesse contexto histórico-social, emerge como o *mito da vida moderna, apresentando-se enquanto solução mágica para tudo, com os produtos veiculados trazendo alegria, felicidade, sucesso, sendo a família – inclusive a criança – realizadora desse projeto porque consumidora*⁴⁸⁶.

A família burguesa passa a ser vigiada em seus menores detalhes e os órgãos públicos adentravam e “controlavam” cada vez mais o lar. O poder do pai, o antigo “patriarca”, começa a ser historicamente derrotado em nome do poder público. Este amedronta, assim, uma personagem que “reinou” e ditou os padrões de comportamento familiar por muitos anos. A história e o seu processo provam, então, que o poder não possui dono, mas que está entrelaçado em um jogo no

⁴⁸³ BRITES, O. op. cit. p. 15.

⁴⁸⁴ Higiene Infantil – Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde e Assistência. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 mai. 1923, p. 03.

⁴⁸⁵ As vitaminas e a alimentação. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 fev. 1923, p. 02.

qual todos podem participar⁴⁸⁷. Além disso, com o fortalecimento do poder público, o poder privado acomodava-se para sobreviver. Sua vitalidade, segundo Heloísa Toller Gomes,⁴⁸⁸ é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, ao comércio e à indústria. Percebe-se com isso que o Estado sobrepõe-se cada vez mais à família, apresentando-se como “interventor” no ambiente privado e possuidor de uma proposta para todo o corpo social. Melancolicamente “suspira” Freyre se referindo a um outro contexto – o século XIX -, mas que em muito se assemelha à década de 20:

O bacharel - magistrado, presidente de província, ministro, chefe de polícia - seria, na luta quase de morte entre a justiça imperial e a do pater familias rural, o aliado do Governo contra o próprio Pai ou o próprio Avô. O médico, o desprestigiador da medicina caseira, que era um dos aspectos mais sedutores da autoridade como que matriarcal, de sua mãe ou de sua avó, senhora de engenho. Os dois, aliados da Cidade contra o Engenho. Da Praça contra a Roça. Do Estado contra a Família.

... As cidades tomaram das fazendas e dos engenhos esses filhos mais ilustres⁴⁸⁹.

Na década de 30, aumenta a preocupação de pais, médicos e do Estado no tocante à alimentação e os anúncios de produtos alimentícios investem no vínculo criança, mãe e família, forjando a imagem ideal do “verdadeiro filho da pátria”. Sob o signo do capitalismo, médicos e industriais reconheciam no bebê um consumidor em potencial. A nação que deixava seus ares rurais, rumo à cidade, à urbanização e à industrialização nascentes, acostumava seus novos filhos com produtos industrializados, aumentando nas secções de anúncios do

⁴⁸⁶ BRITES, O. op. cit. p. 06.

⁴⁸⁷ Confira FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*.

⁴⁸⁸ Heloísa Toller Gomes faz um rápido comentário acerca do fortalecimento do poder público e da submissão do poder dos senhores de engenho àquele. Ver: *O Poder Rural na Ficção*. São Paulo: Ática, 1985, p. 52.

⁴⁸⁹ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*”, p. 18 e segs.

Diário de Pernambuco a propaganda de muitos alimentos, principalmente enlatados. Repetia-se o discurso de um Brasil industrializado que venciam o atraso do ruralismo; lia-se a “nova ordem” pela superação do arcaísmo. Nem só de verduras, cereais, frutas passadas em peneiras, batatas, folhas para chás, signos de um Brasil agrícola, necessitavam as crianças: *A indústria também reconhece nele o consumidor de milhares de litros de leite, o que exige que o bacalhau venha do fundo do mar, pelo seu valioso óleo de fígado, que as colheitas das hortas, granjas e campos sejam levadas a sua mesa, ou ao seu berço. Se o Brasil se industrializava, os cidadãos deveriam entrar também na “era do consumo industrializado” desde o berço. Notava-se um buliçoso movimento das fábricas, preparando o seu aperitivo de suco de tomates, e seu banquete de verduras, cereais, bananas, damascos, maçãs, etc.*⁴⁹⁰ Produtos antes raros, agora são freqüentes, como o chocolate Lacta e os achocolatados Toddy, limonadas refrigeradas, chás liptons, dentre outros⁴⁹¹.

Os símbolos alimentícios do Brasil agrícola, da casa do engenho, em que os doces estavam como os mais requisitados pelos ioiôs, segundo Gilberto Freyre, mudam aos poucos com o capitalismo industrial. Não apenas as comidas caseiras para alimentarem bebês. Além destas, muitos enlatados surgiram para revigorar os homens que estavam flácidos politicamente nesse contexto, os quais precisavam de um alimento que moldasse o seu físico, fazendo, assim, valer os ideais da República brasileira. Os novos cidadãos precisavam consumir vitamínicos para tornarem-se vermelhos, corados, se fortalecerem perante os homens de outras regiões brasileiras que cada vez mais se industrializavam e roubavam as atenções do governo federal.

A família burguesa nascia como emblema de uma nação, como um território de fé. Era uma nação em miniatura, um código de treinar cidadãos. Antes mesmo do escoteirismo, do exército, da guerra, eram as mães que modelavam o físico do bebê e os pais que ajudavam no seu desenvolvimento intelectual. Somados a esses discurso, alimentos celebrados em outras nações, principalmente os denominados países “desenvolvidos”, eram bem aceitos pela

⁴⁹⁰ BROBECK, F. A mulher e o lar: alimentação do bebê. *Diário de Pernambuco*, Recife, 04 out. 1936, p. 10.

burguesia, como *TODDY*, o complexo alimentar que estava fazendo a “alegria da criançada”, conforme anúncio do Diário de Pernambuco:

Celebramos em Toddy a glória das forças naturais que formam o músculo e elevam a mente.

O público brasileiro, sempre tão culto e exigente dispensou a “Toddy” o mesmo acolhimento entusiástico de tantos outros países, porque sentiu que “Toddy” é um produto de alta classe, um alimento inigualável pelo seu coeficiente nutritivo e deliciosíssimo sabor.

Crianças e adultos, sãos e convalescentes, encontram em “Toddy” o alimento ideal para todo o ano.

“Toddy” em qualquer caso é sempre um benfeitor, porque traz saúde e vitalidade, bem estar físico e mental⁴⁹².

O corpo do cidadão mirim era alvo de disciplinas. Diferentemente dos ioiôs que cresciam correndo soltos no engenho, atrás de animais de carga, brincando à solta com os moleques da senzala, aprendendo enxerimento com os negros do eito ou da casa da moenda, os meninos que nasciam em “lares modernos” não se davam mais ao desfrute de tais (maus) costumes. Vigiados e disciplinados pelos pais; pedagogizados pelo educador; normatizados pelo discurso médico, os filhos são regularizados para dormir, para comer, para tomar sol, para brincar na hora adequada. O tempo é um disciplinador desses pequenos cidadãos brasileiros, adestrados para amarem a pátria: *Um regime perfeito, por si só, não fará o ser humano fisicamente perfeito. Os especialistas dizem que se deve ter horário regular para comer e dormir, e tomar ar⁴⁹³*. Disciplinar o corpo da criança era cuidar de um cidadão que seria, no caso, “o futuro do Brasil”.

⁴⁹¹ Secção de anúncios comerciais. *Diário de Pernambuco*. Recife (1920-1930)

⁴⁹² Chegou Toddy. *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 dez. 1933, p. 05. Confira ainda a matéria “Alimentação e higiene: fatores de produção. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 jun. 1933, p. 01.

⁴⁹³ BROBECK, F. A mulher e o lar: alimentação do bebê. *Diário de Pernambuco*, Recife, 04 out. 1936, p. 10.

Influenciadas pelo discurso médico-higienista, as mães monitoravam os filhos para conseguirem um corpo atlético para honrar a família e defender a pátria:

As consultas periódicas, ao médico, também são muito importantes. Os banhos de sol, o ar puro, são essenciais. O sono durante a noite não deve ser interrompido e deverá dormir sextas regulares. Os jogos e os exercícios, ajudam o desenvolvimento do bebê. Sua roupa deverá ser cômoda e apenas a necessária. Não obstante, a base do desenvolvimento do bebê é a comida – as vitaminas e minerais, que integram sua alimentação hoje, lhe darão boa dentadura, nervos saudáveis, bom humor e digestão regular, pela vida adiante⁴⁹⁴.

O jornal, em suas páginas dedicadas à propaganda de remédios e de alimentos, de chás que curam o corpo e devolvem as forças físicas, traça o perfil de uma família preocupada com o futuro dos filhos. A família crente em Deus morreu? Não, pois o pensamento religioso não ficou à margem do processo de secularização do mundo propiciado pela modernidade. A própria modernidade é adorada, é venerada como mística, como mágica. Suas drogas curam, levantam os abatidos físicos, os combalidos organismos. A fé no progresso e a fé em Maria se conjugam nesse momento. Mesmo no seio de uma família cristianizada, podemos acompanhar, usando o pensamento de Touraine, a *transformação do Sujeito divino em um sujeito humano (...) cada vez menos absorvido na contemplação de um ser cada vez mais escondido, e se torna um ator, um trabalhador e uma consciência moral*⁴⁹⁵.

No século XX, a preocupação familiar tem alvos diferentes daquele modelo de educação dito patriarcal, estudado na segunda Cena desta tese. Antes, o discurso em vigor acentuava os valores e a preservação dos costumes. Com a emergência da modernidade, a centralização das preocupações dos pais

⁴⁹⁴ BROBECK, F. A mulher e o lar: alimentação do bebê. *Diário de Pernambuco*, Recife, 04 out. 1936, p. 10; Criança sadia e bem alimentada. *Diário de Pernambuco*. Recife, 29 nov. 1934, p. 04.

⁴⁹⁵ TOURAINE, A. *Crítica da modernidade*. 3 ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1995. p. 60.

está na educação, na prosperidade da saúde dos filhos, na estabilidade mental e física, o que leva Touraine a caracterizá-la pela *destruição das ordens antigas e pelo triunfo da racionalidade, objetiva ou instrumental*, bem como “*pelo processo de subjetivação* que é, antes de mais nada, o processo de individualismo se formando no interior dos sujeitos, levando a uma ocidentalização dos valores e normas comportamentais e impondo *a separação entre um Sujeito descido do céu à terra, humanizado, do mundo dos objetos, manipulados pela técnica* e marcado pela dualidade da racionalização e da subjetivação⁴⁹⁶. Nesse período, o corpo entra em cena para receber um “trato” da água, das técnicas e da saúde modernas, pois num ambiente mais urbano e econômico, são outras relações que vão gerir a família. A medicina social, enquanto uma estratégia bio-política, somava-se à educação para, juntas, construírem um perfil de família ideal para uma pátria que buscava uma identidade e um caráter nacionais. A educação formal afirmava-se enquanto um novo *status* para o homem moderno, constituindo-se nos discursos de políticos e intelectuais como um dos principais agenciadores da transformação do homem brasileiro, ainda meio “rude” em seus costumes, conforme veremos no item seguinte.

3.1.3. ENTRE A VONTADE DE SABER E O CUIDADO DE SI: a construção da família educada, polida e sabida

O século XX, inegavelmente, assistiu a uma expansão do ensino formal. Políticos e educadores se “uniram” objetivando construir uma nação mais igualitária, com menores taxas de analfabetismo e com currículos reformados. Isso é visível quando analisamos os Relatórios de Estado e as secções destinadas à educação no Diário de Pernambuco, intituladas **Vida Escolar** e **Da Instrução Escolar**. Diante da afirmação da ciência objetiva, pragmática, empírica, do Escolanovismo tentando se afirmar no cenário brasileiro; das reformas de ensino procurando se adequar ao novo cenário nacional; dos ideais burgueses conduzindo a sociedade ao progresso material e espiritual; a pedagogia centrada

⁴⁹⁶ TOURAINE, A. op. cit. p. 11 e 12.

na “educação integral” para a produção do “homem ideal”, via o saber como um dos pilares de acesso ao progresso da nação, pois não haveria pátria sem escolas, sem saber, sem instrução escolar moderna. A nação deveria ser formada por homens sensatos e inteligentes, destros e aptos para o comando. A escola, portanto, destinava-se a suprir o homem do conhecimento acumulado pela humanidade e o mestre era esse personagem indispensável na condução adequada e sistemática do saber⁴⁹⁷. Disciplinarização do educando e racionalização do tempo também estavam presentes, implícito ou explicitamente, nos currículos escolares. Uma pedagogia do corpo ia sendo elaborada, adestrando para a produtividade do trabalho, para a competência técnica e para a obediência política.

Na escola, em convivência com outros “cidadãos dignos”, o caráter dos rebentos é moldado para que estes sejam amantes da pátria e defensores de suas cores. Campanhas nacionalistas eram instituídas voltadas para modelar uma mente entusiasmada com os símbolos da pátria. Em maio de 1920, o Diário de Pernambuco publica, sob o título Campanha Nacionalista, os dez mandamentos da pátria, uma paráfrase dos Dez Mandamentos mosaicos que visam tornar pecado qualquer ato de infração contra as leis nacionais. Escrito por Coelho Neto para a Liga de Defesa Nacional, esses mandamentos consideram que o cidadão só ama a Deus se amar a pátria, *por nela haver lhe dado bom berço com tudo o que nela existe, esplendor, céu, beleza, fortuna e terra*. Os símbolos nacionais, como a bandeira, é a imagem viva da pátria, amada e idolatrada, assim como o próprio Deus. Como se entrega a Deus com o corpo, alma e espírito, o cidadão se entregava à bandeira nacional, *prestando-lhe o teu corpo, o teu amor, servindo-a com todas as forças do seu coração*. Se Moisés mandou honrar pai e mãe, Coelho Neto aconselhou a honra à pátria e ao passado, glorificando o túmulo dos heróis que defenderam o Brasil com a sua virtude e o seu trabalho, com a sua dedicação, força e fé no futuro da nação⁴⁹⁸.

⁴⁹⁷ A história era uma disciplina que valoriza os heróis, a narrativa cronológica e factual, os acontecimentos patrióticos, a relação entre causa e efeito, a necessidade de encontrar no passado a identidade do sujeito moderno através de personagem que pudessem valorizar esse passado e servir de exemplo para os alunos, no presente.

⁴⁹⁸ NETO, C. Campanha Nacionalista. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mai 1920, p. 01.

No decálogo de Coelho Neto, outros mandamentos estão expressos, tornando, inclusive, os pais vigilantes das atitudes dos filhos: transmite a teus filhos a instrução, pois esta é dote que não se gasta, direito que não se perde, liberdade que não se limita. Respeita os princípios que a ti são impostos, pois a obediência resulta em ordem nacional, em força suave que mantém os homens em harmonia. Ouve e obedece aos teus superiores, *porque sem disciplina não pode haver equilíbrio. Quando te vires tentado, refugia-te no trabalho, como quem se defende do demônio atrás da fortaleza, que é o altar.* Aos jovens, Coelho Neto dá a instrução de prevenir-se, economicamente, para a velhice, *que assim preparada de dia é a lâmpada que terá de alumiar a noite.* E finalizando o décimo mandamento, o discurso aborda o caráter nacional do brasileiro, a “identidade” forjada pela obediência a leis, a mandamentos: *Amar a terra em que nascestes, a qual reverterás com a morte. O que por ela fizeres, por ti mesmo farás, porque és da terra. A tua memória viverá na gratidão dos que te sucederem.* Após o decálogo, Coelho Neto enfatiza o tom patriótico do discurso, fazendo uma analogia ao próprio Jesus Cristo, quando resumiu os dez mandamentos em dois (amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo): *Esses dez mandamentos encerram-se em dois: amar a pátria sobre todas as coisas e amar aos que conosco trabalham para engrandecê-la*⁴⁹⁹. A política ganhava um corpo sacralizado.

A maternidade, uma invenção das sociedades burguesas, é cada vez mais aplaudida pelo discurso jornalístico a partir do início do século XX. A mãe era uma aliada importante do poder político, pois dela dependia a constituição de um modelo de família centrado na civilidade e na docilidade, formando a alma da juventude, inoculando-lhe os princípios da virtude, da moral e da religião. Cuidar dos filhos constitui-se, no discurso jornalístico, no “real” trabalho da mulher casada, fundamentando-se no sexo e na reprodução, atendendo ao marido quando este o solicitar e produzindo bebês saudáveis para a nação brasileira. Se o sexo para o homem era uma “recreação” ou necessidade, para a mulher era uma “obrigação” ou um ofício⁵⁰⁰. A sexualidade feminina, como aparece muitas vezes nas reportagens e crônicas, era tratada mecanicamente, como uma

⁴⁹⁹ NETO, C. Campanha Nacionalista. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mai 1920, p. 01.

máquina produtiva de “mercadorias” normatizadas: os filhos. E as escolas, por sua vez, repetem o discurso dominante na sociedade, produzindo uma cadeia de masculinidades e de femininalidades heterossexuais e ordenadas hierarquicamente, como a carreira pedagógica, notabilizada pela grande frequência de mulheres no magistério, associando quase sempre os estereótipos da mãe à professora. A sua passagem do “reinado do lar” para a escola dá-se de maneira “natural”, pois a escola é vista como o segundo templo do espírito feminino, em que o leite materno de ontem transforma-se em pão intelectual, em saberes a ensinar e posturas a corrigir. Da mesma forma se dá a passagem da criança, que deixa de chupar o peito materno para sugar o conhecimento na sala de aula. A mulher, portanto, exerce influência saliente na educação do caráter do homem brasileiro, pois *é no lar e na escola que os espíritos se fazem ou ao menos muito se aperfeiçoam, e aí estão fixados os dois pontos estratégicos da influência feminina (...)* *A mulher na família e no aprendizado, a mulher no sentimento elementar do homem, pode constituir os núcleos da cristalização da individualidade masculina, da família e da sociedade em geral*⁵⁰¹.

Não só os arquitetos eram especialistas em espaços. Os médicos também, somados aos pais e pedagogos. Mas não era apenas o espaço do corpo que deveria ser regulado por esses especialistas. Outras cartografias entravam na mira dos “corretores” da ordem e da moral republicanas. E nessas “outras cartografias”, a escola torna-se um alvo de moralistas, de médicos, dos pais e, principalmente, do Estado. Os sentidos da educação não se resumiam apenas em ler, escrever e contar. Estes eram fundamentais, acrescidos do sentido patriótico que o discurso pedagógico representava. Os alunos são diagnosticados em seu cotidiano escolar, mediante dispositivos de controle que permitem a sua regeneração física e moral. A escola assemelha-se a um “hospital”, clinicando hábitos de higiene, alimentação adequada, vícios a serem corrigidos, tarefas a serem executadas, finalizando recuperar a “mente atrasada”, rude e retardada, transformando-a em um celeiro produtivo. Um padrão de moralidade e de sociabilidade era requerido pela escola, a qual era um território estratégico para

⁵⁰⁰ ALMEIDA, J. L. de. O dia do casamento. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jun. 1924, p. 07.

⁵⁰¹ AUSTREGÉSILO, A. op. cit. p. 66.

controlar a infância e a juventude, editando livros com discursos que enalteciam à pátria, o trabalho cotidiano, o cuidado com o lar, a virtude militar, a correção, a família constituída por pai, mãe e filhos, reafirmando a monogamia conjugal e discriminando o divórcio ou a família constituída por mães solteiras.

A escola é esquadrinhada, medida e avaliada para se tornar uma geografia sem conflitos sociais, assim como o lar, a igreja e a pátria. Amor, maternidade e aconchego colorem esse discurso, em que a mãe é professora e a professora é vista e dita como materna, dócil e afetuosa, exalando calor humano. A pátria é heróica, chefiada por um líder que é um pai, um sacerdote nacional. A igreja também é circunscrita pelo aroma sacerdotal, pelo cheiro “patriarcal”, pelo perfume de mãe, da madre, dos pais, dos professores e alunos, de padres e de governantes. No caminho de casa à igreja ou desta à escola, o discurso da moralidade e da submissão é enfatizado. Caminha-se por eles hierarquicamente. Cada um deve saber que lugar ocupar no trajeto que conduz à perfeição moral, a subordinação às autoridades⁵⁰².

Tal como a casa e a igreja, a escola deve ser, também, uma geografia espacial higienizada, aconchegante, criando-se uma imagem positiva dos colégios, como uma extensão da própria casa, e isso resultou em transferir para a professora os mesmos estereótipos criados para a mãe. Nessa tríade escola, igreja e lar, os ícones considerados sagrados pelo discurso católico também estão presentes, pois as escolas são revestidas por um tecido religioso, uma plástica católica, adereçando sua arquitetura com crucifixos, com a imagem do Jesus morto ou com outras imagens sacras. Entronizadas na escola, essas imagens “levam” a atmosfera religiosa da Igreja e do lar para o ambiente da educação formal, tornando-o, também, um santuário, um altar de cultuar, de venerar, de aprender em silêncio porque o Cristo, mesmo morto, vigia, controla os gestos, policia o educando.

O saber médico investiu nas escolas, tornando-as agências divulgadoras das noções de saúde, doença, higiene e cuidado físico a partir do

⁵⁰² A transformação do lar. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 jun. 1924, p. 07; O problema da criança. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 set. 1924, p. 02.

início do século XX, amparadas por uma rede maior de saberes vinda da biologia, da psicologia, da psiquiatria, da ciência natural. Com o surgimento de uma sociedade brasileira ainda mais capitalista no início do século XX, as instituições escolares foram responsabilizadas na luta de construir cidadãos higiênicos e responsáveis. A escola não apenas educa a criança, como também reeduca a família⁵⁰³.

A República é proclamada e já emerge prenhe de muitos problemas sociais, dentre os quais destaca-se a instrução pública. Mas muitos políticos e intelectuais republicanos, como Rui Barbosa, Oswaldo Cruz, Vital Brasil, José Antônio de Melo e Souza, acreditavam que a construção de uma nação fortalecida dependeria de um conjunto de saberes, sendo a educação moral, intelectual e física um determinante ideal para a elaboração do cidadão nacional, já que a escola tinha a capacidade de investir no corpo e na mente dos alunos, provocando uma mudança de sensibilidade, de linguagem, de comportamento e de perspectivas sociais. Enquanto um lugar importante na geografia do Estado Nacional, a escola torna-se uma agência sociopolítica na construção de uma nova subjetividade, portadora de elementos estéticos e desejantes (o prédio, a farda, o *status*, a emancipação social, o emprego), criando complexos de subjetivação que atuam positivamente no cenário familiar, configurando inovadoras representações sobre o saber. A escola é metamorfoseada pela emergência de um saber operatório, materialista, unindo intelecto e profissão. A Filosofia e suas ciências afins parecem assistir a uma discriminação diante das novas descobertas, como a física quântica de Max Plank, a teoria da relatividade de Einstein, a formulação da interpretação de Copenhague da realidade quântica por Neils Bohr e Werner Heisenberg. As inovações apelam para as novas formas de pensar a educação, a profissão, a formação de cidadãos⁵⁰⁴. A penetração dessas e de outras descobertas, associadas à crescente tecnologia, modificam a subjetividade e ampliam sua influência à proporção que se renova a produção, o consumo é ampliado, as informações são mais velozes. Conforme Guattari,

⁵⁰³ BONATO, N. op. cit. p. 77; LUCENA, S. B. de. Instrução Pública. In: Mensagem do Presidente de Estado da Paraíba. 1º de Setembro de 1922, p. 51. Na década de 30, isso pode ser verificado através de ALBUQUERQUE, J. Propaganda sexual. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 nov. 1934, p. 03.

As máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes. A consideração dessas dimensões maquínicas de subjetivação nos leva a insistir, em nossa tentativa de redefinição, na heterogeneidade dos componentes que concorrem para a produção da subjetividade, já que encontramos aí: 1. componentes semiológicos significantes que se manifestam através da família, da educação, do meio ambiente, da religião, da arte, do esporte; 2. elementos fabricados pela indústria dos mídia, do cinema, etc. 3. dimensões semiológicas a-significantes colocando em jogo máquinas informacionais de signos, funcionando paralelamente ou independentemente, pelo fato de produzirem e veicularem significações e denotações que escapam então às axiomáticas propriamente lingüísticas⁵⁰⁵.

Munida de um projeto higiênico-pedagógico, a escola moderna investiu na inteligência do infante, desenvolvendo uma educação moral, coordenada com a educação intelectual e a educação física, enquadrando o corpo e a mente do aluno num ideário disciplinar da República brasileira. Corpo disciplinado era sinônimo de nação polida, desavenças políticas amenizadas. O colégio, as escolas ambulantes, os grupos escolares e as escolas normais eram construídos para instruir, formar para a cidadania, trabalhar o desenvolvimento do “homem ideal”.⁵⁰⁶ O sujeito do saber conectava-se ao sujeito do desejo, *impulsionando uma maior participação desse sujeito no processo de construção e reconstrução*

⁵⁰⁴ Confira VAGO, T. M. *Início e fim do século XX: maneiras de fazer educação física nas escolas*. Caderno CEDES, p. 32; NOVA, C. op. cit. p. 54.

⁵⁰⁵ GUATTARI, F. op. cit. p. 14.

⁵⁰⁶ Vida Escolar. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 jan. 1920, p. 03; confira ainda: MELLO E SOUZA, A. J. de. Ensino Primário. In: Mensagem do Presidente de Estado do Rio Grande do Norte. 1º nov. 1920, p. 10-11; LUCENA, S. B. de. Mensagem do Presidente de Estado da Paraíba. 1º de Setembro de 1922, p. 54.

do conhecimento⁵⁰⁷. Necessitavam, portanto, de uma disciplina e de um regulamento normatizadores, fundamentais para a ordem tão pregada pelos positivistas. Além disso, com as transformações em nível cognitivo, novas linguagens são incorporadas ao saber escolar, como dinamismo, movimento do corpo, educação da postura, entretenimento, imediatismo, produtividade e profissionalismo. A escola buscava contribuir para a consolidação de um *projeto político-ideológico de construção da nacionalidade brasileira* e objetivava “*examinar o papel do Estado em relação à inovação educacional e à imposição de modelos culturais*”⁵⁰⁸. As instituições públicas eram consideradas pelo discurso de “ideologia nacional” como organizações que poderiam regenerar a nação, reformar a sociedade e promover a ordem e o progresso que o Brasil tanto necessitava. Educar um homem envolvia, portanto, múltiplos mecanismos didático-disciplinares, inseridos em um programa político-social para a jovem república: o cidadão republicano deveria estar alicerçado aos valores científicos, morais e cívicos e “conscientes” da construção da nacionalidade.

Nesse “templo do saber”, muitos vícios eram punidos, classificados pelos educadores e higienistas como prejudiciais ao desenvolvimento do infante, como a preguiça, a moleza, a capoeira, a prática da masturbação e o homossexualismo. Tudo deveria ser bem pensado pelos educadores, inclusive o controle do tempo: tempo para a alimentação, para o recreio, para o exercício intelectual, para a ginástica, a fim de impedir o ócio e de estimular o valor do trabalho. Distribuir racionalmente as tarefas, de modo que impeça o educando de praticar atos “impuros” e prejudiciais à saúde, como o onanismo, que, de acordo com Bonato, foi uma prática perseguida pelos higienistas, médicos e pedagogos desde o século XIX. Antes desse século, a masturbação era uma prática de *forum intimum*, mas o discurso médico diagnosticou-a como um crime higiênico, um perigo à saúde física e intelectual do jovem, sendo o usuário de tal prática um “criminoso” do corpo que carregava em si as características de magro, tísico, nervoso, raquítico⁵⁰⁹. De natureza privada, a masturbação passou a ser um

⁵⁰⁷ NOVA, C. op. cit. p. 55; BONATO, N. op. cit. p. 78.

⁵⁰⁸ Vida Militar – Associação Pernambucana de Escoteiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 fev. 1923, p. 02. Veja ainda SOUZA, R. de F. op. cit. p. 104.

⁵⁰⁹ Crianças anêmicas, linfáticas, raquíticas. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 Ago. 1924, p. 05; Confira BONATO, N. op. cit. p. 80.

problema de “saúde pública” e verdadeiras “cruzadas” foram empreendidas contra os masturbadores, no intuito de provar que essa prática infecto-pecaminosa atingia tanto as fibras físicas quanto as morais do praticante, além de desmoralizar de maneira ofensiva o corpo do “pecador” e violar a sua família e, por extensão, a sociedade. Muito mais que um problema médico, era uma questão ética e religiosa⁵¹⁰.

A “escolarização” do sexo da criança travou uma luta diária no seio da família, principalmente da burguesa, que, no Nordeste, começa a ser sentida no início do século 20. Segundo Bonato, *inocente em relação ao que vem a ser uma sexualidade saudável, a criança é preocupação de todos, pois sujeita a se dedicar a atividades sexuais indevidas, por isso, perigosas*⁵¹¹. Com isso, os “desvios” da criança são punidos e o “prazer perverso” vigiado constantemente: *os vícios e os pecados foram classificados como doenças, sendo patologizados, elaborando-se toda uma patologia orgânica, funcional e mental em torno das sexualidades indevidas, desviantes*⁵¹². Mais do que cura, o masturbador necessitava de um bom sermão em tons apocalípticos, de profecias aterrorizantes. Reportando-se sobre esse ato na Europa vitoriana, Peter Gay salienta:

*... a pregação moralista dos médicos tinha características próprias. O didatismo, a prepotência, o sadismo verbal que os médicos desfechavam contra seus pacientes sempre que tocavam no assunto do “vício solitário” ou da “autopoluição” (...) eram por demais impertinentes, particularmente porque esses médicos-filósofos eram, afinal de contas, profissionais que se pretendiam cientistas e curadores...*⁵¹³

⁵¹⁰ Peter Gay salienta que a masturbação colocava-se no mesmo patamar que a sífilis e o alcoolismo no sentido de ser uma moléstia que os médicos ao mesmo tempo tratavam e xingavam o paciente. Cf. *A educação dos sentidos*, p. 226.

⁵¹¹ BONATO, N. op. cit., p. 34.

⁵¹² Idem, ibidem, p. 34.

⁵¹³ GAY, P. op. cit. p. 227.

Em *História da Sexualidade I – a vontade de saber*, Michel Foucault analisa a importância que o sexo assumiu enquanto um valor político na sociedade moderna, desenvolvendo, a partir do século XIX, uma tecnologia política da vida. O adestramento, a distribuição das forças e a economia das energias são micropoderes que regulam o corpo e a população, tornando o sexo um *alvo central para um poder que se organiza em torno da gestão da vida mais do que da ameaça da morte*⁵¹⁴, elaborando-se uma determinada moralidade para as crianças (e para as mulheres), tratando o corpo como um território capaz de assegurar a imagem da família. É o comportamento e o uso do corpo de forma “racional” que classificam os membros da família de moral ou amoral, de santo ou profano, de íntegro ou desonesto. O saber, a norma, a vida, os regulamentos, tudo é ladeado pela sexualidade. Ainda se reportando a Foucault, o corpo é entendido como o alvo central dos mecanismos de poder:

*Os mecanismos do poder dirigem-se ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, o seu vigor, a sua capacidade de dominar ou a sua aptidão para ser utilizada. Saúde, descendência, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e à sexualidade; esta não é marca ou símbolo, é objeto e alvo*⁵¹⁵.

O menino cresce mostrando troféus, emblemas, marcas de um corpo que, mesmo infantilizado, já possui os signos de macheza, de machismo, de conduta “normal”, heterossexual. Balizados no machismo “autorizado” socialmente, passam a oprimir mulheres, tyrannizar solteiros que não casavam. O sexo tornou-se um emblema de respeito e poder sociais, uma arma de prestígio, de vingança e de punição. O homem *cresce alimentando-se de múltiplas ilusões de força e senhorilidade para dar demonstrações de coragem diante da vida sem jamais poder expressar o temor de vivê-la pela grandiosidade que ela comporta*

⁵¹⁴ FOUCAULT, M. *História da sexualidade I – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. 105.

⁵¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 152.

se comparada à onipotência humana⁵¹⁶. Nesse modelo de família, ser homem requeria tatuagens que marcassem a masculinidade, apoiado pela concepção higienista, para quem a virilidade do homem era demonstrada desde cedo, devendo ser incentivada a iniciação sexual na adolescência, não mais com as escravas, mas com as cocotes estrangeiras. Os bacilos que as relações sexuais deixavam sobre o seu corpo representavam uma “virilidade adiantada”, em que o falo se tornava uma arma, um instrumento de dominação masculina, um mastro de violência simbólica sobre as mulheres⁵¹⁷.

O menino é educado para ser “normal”, o que significa ser heterossexual e entender que um dia casará, formará uma família, será pai. Esta condição é vista como um papel social, uma “obrigação”, um atestado de masculinidade centrado no modelo do “homem íntegro”. Enquanto isso, os “anormais” - libertinos, celibatários, homossexuais - eram perseguidos, punidos, marginalizados, corrigidos, classificados pelo discurso higienista como “seres abomináveis”, perigosos à saúde e à sociedade, uma vergonha para os parentes, pois em sua condição patológica, negavam a máxima da higiene que centrava-se na “vocaçãõ natural” do homem à paternidade. Para resolver esse problema, recaía à família os primeiros cuidados, como o de vigiar a criança, centrar “fogo” no onanismo e nas más inclinações, incentivar a prática dos exercícios físicos para deixarem os meninos musculosos e não flácidos. Segundo Michel Foucault, os pais tornam-se, no ambiente familiar, os principais agentes de um dispositivo de sexualidade, aliançados externamente por pedagogos e médicos, por psiquiatras e por psicólogos⁵¹⁸.

Configura-se, aos poucos, uma “sociedade disciplinar”, caracterizada pelas formas modernas de regulação dos corpos, tanto na família quanto na sociedade. Emerge um discurso que prega a disciplina, a bio-política corporal, a polícia de seu próprio corpo. Emerge um sentimento de comando, influência da “civilização”, um penhor da “ordem” e do “progresso” que consagra os jovens aguerridos, disciplinados, brilhantes, aperfeiçoados fisicamente, destros, fortes,

⁵¹⁶ NOLASCO, S. *O mito da masculinidade*, p. 29; FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*, p. 104.

⁵¹⁷ Sobre dominação masculina, verifique BORDIEU, P. *A dominação masculina*. São Paulo: Bertran, 2000; PARKER, R. *Corpos, prazeres e paixões*. 2a ed., Rio: Best Seller, 1999.

respeitadores. Unia-se a educação física à intelectual, a disciplina ao saber prático. Emerge, portanto, uma sociedade de controle e de punição, como podemos perceber no discurso seguinte, em que a mulher já nasce com a tarefa de vigiar os filhos, de cuidar de bebês. Fora desse eixo, a vida conjugal passa a ser ambientada em conflitos e intrigas.

Uma mulher casada, que deve cuidar dos seus filhos e do lar, considerará a estes como o centro de sua vida, dada a natureza da mulher, é inevitável que assim seja. E, se ao mesmo tempo, pretende atender convenientemente à sua carreira, não será afinal, senão uma alma penada flutuando entre o céu e a terra, sem pertencer nem a um nem a outro⁵¹⁹.

A aliança entre educação no lar e o projeto de construção de uma identidade nacional caminham numa mesma direção, ou seja, a construção dos indivíduos necessários à ordem sócio-capitalista que se estabelece no Brasil que se industrializa e na República que se moderniza. Cabe às escolas formarem crianças fortes, sadias, esportivas, bem preparadas em matemática, francês, aptas a se tornarem engenheiros, técnicos, capitães da indústria, suficientemente inteligentes para transformarem o Brasil num grande país industrial, comercial, de “homens práticos”. Emerge uma nova cartografia de saber baseada nos “modos de produção capitalista”, nos valores da ordem do capital, das “semióticas monetárias”, funcionando mediante *um modo de controle da subjetivação*⁵²⁰. Sobre a emergência de uma cartografia do saber reporta-se Nova:

O saber passa então a adquirir um novo status de importância, constituindo um dos principais agenciadores das transformações da vida humana. Esse saber — que não se assemelha ao conhecimento

⁵¹⁸ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I*, p. 104; Veja ainda BONATO, N. op. cit. p. 65.

⁵¹⁹ O maior conflito da vida conjugal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 set. 1928, p. 09 (grifos nossos).

⁵²⁰ GUATTARI, F. op. cit. p. 16.

*"objetivo" e "neutro" dos cientistas clássicos — tem como característica principal o fato de ser eminentemente coletivo. Assim, o próprio saber transforma-se num grande hipertexto, construído e reconstruído, a milhares de mãos e cérebros, sem eixos centrais*⁵²¹.

Os Estados durante a Primeira República reformam o ensino, procurando ajustar o Brasil a imagens de progresso. Nessa empreitada, muitas escolas estavam dispostas a disciplinarem os corpos dos alunos, com a introdução de esportes como o *foot-ball*, o *volley-ball*, o *basket-ball* e a esgrima nos exercícios físicos. Tal é o caso dos colégios Carneiro Leão, Americano Batista, Ginásio Pernambucano, Colégio Salesiano, Colégio Virgínio Marques, Ginásio Brasileiro, Ginásio Porto Carreiro, Instituto Pernambucano, Instituto Aires Gama⁵²², dentre outros que objetivavam preparar e cultuar o corpo jovem, possuidor de saúde e beleza, alimentado adequadamente: *A procura de ar puro, que a aglomeração urbana não podia oferecer, levava famílias, escolas, associações, aos pic-nics de feriados e finais-de-semana. Junto dos passeios, eles se tornavam o programa costumeiro das famílias que habitavam a cidade*⁵²³.

Em 1922, são realizadas, na cidade de Antuérpia, as primeiras olimpíadas após o término da I Guerra, fato que contribui para aumentar a glorificação do corpo e do adestramento físico. Como o maior contingente de atletas contemplava militares, muitos dos quais ainda uniformizados e prestadores de serviços em diversas unidades do Exército aliado, crescia o entrelaçamento da tríade guerra, esporte e espetáculo⁵²⁴. O futebol, introduzido no Brasil pelos ingleses, era um exemplo dessa tríade em que brigava-se pela bola, lutava-se por ela, batia-se e debatia-se em torno de um tiro ao alvo – o gol na rede. Este, quando feito, era um espetáculo. Gritos, uivos de torcedores alucinados pelas cores do “time do coração” irradiavam das arquibancadas eufóricas. Nos estádios

⁵²¹ NOVA, C. op. cit. p. 21.

⁵²² FREYRE, G. *Ordem e progresso*, p. LXII.

⁵²³ ARRAIS, G. op. cit. p. 59.

⁵²⁴ Sport (foot-ball). *Diário de Pernambuco*. Recife, 06 jun. 1925, p. 03. Confira ainda a reportagem Sport – o festival da vida moderna, publicado no Diário de Pernambuco no início da década de 20 (16 mai. 1920, p. 05), que enfatiza o futebol enquanto um esporte da multidão, bem peculiar do homem moderno, em dia com o seu físico jovem e em forma.

de futebol, preparava-se uma geração que modificava os hábitos da família com a celebração do corpo atlético. As palavras de ordem dos treinadores físicos eram adestramento e coordenação, associadas a outros hábitos como higienização, profilaxia, alimentação adequada, regularização da vida cotidiana⁵²⁵. O homem moderno passou a ser valorizado pela técnica, pela alimentação, pela racionalização do tempo, pelo cuidado com a sua saúde. A educação física era celebrada como uma disciplina que acompanhava a vida ativa de cada homem desde os primeiros dias de vida: *Depois do brinquedo vem o esporte (...) A infância e a mocidade precisam de ar, ar livre, e depois alimentação racional, vindo depois uma vida muscular alegre, interessante, consciente de seus fins*⁵²⁶.

Saúde e educação para a família moderna são preocupações dos governos considerados modernizadores. No Rio Grande do Norte, a década de 20 já surge sob o discurso de higienização e de instrução pública, sendo o presidente do Estado, Antônio José de Mello e Souza, um desses políticos preocupados em educar e higienizar a família, em torná-la um “cartão postal” a ser mostrado em discursos, em jornais, nos próprios Relatórios de Estado. Em seu Relatório, datado de 1º de Novembro de 1920, Melo e Souza mostra-se perturbado com o número insuficiente das escolas primárias e pelas denominadas “escolas ambulantes”, criadas pela Lei 471, de 03 de dezembro de 1919, bem como pela falta de professores *ao menos aproximadamente idôneos, fenômeno que me parece mais desagradável do que a própria falta de recursos*”. O interior do Estado potiguar surge como uma das muitas dificuldades, já que não dispõe de mestres capacitados, pois *os poucos professores diplomados pela Escola Normal estão exercendo a sua honrosa função nos grupos e nas escolas isoladas, e algum porventura disponível se não sujeita a ir exercê-la nos povoados do interior*⁵²⁷.

Na Paraíba, o Diretor do Departamento de Instrução Pública, Eduardo Pinto, é elogiado pelo governo de Francisco Camilo de Holanda (1918-1922) pela

⁵²⁵ Veja a secção Sport, do Diário de Pernambuco (1920-1930), principalmente na Segunda-feira, momento em que são mostrados comentários sobre os diversos jogos realizados no final de semana.

⁵²⁶ THOORIS, A. apud SEVCENKO, N. op. cit. p. 47. Veja ainda Crianças Sadias, fortes, alegres. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 dez. 1920, p. 04.

prestação de *relevantes serviços ao Estado*, aumentando o número de cadeiras do ensino primário, criando 73 escolas no Estado e montando *um aparelho completo para a campanha sistemática contra o analfabetismo*, como o aumento do número de vagas nas escolas, estimando-se *em mais de dez mil o número de alunos para as escolas públicas* no início dos anos 20. A família operária da Paraíba também deveria ser alfabetizada. Para tanto, o governador Camillo de Hollanda ampliou o ensino noturno, *principalmente na capital, dadas as vantagens decorrentes para o operariado e as classes menos favorecidas*⁵²⁸.

A transformação da economia agrária em industrial, bem mais notável a partir dos anos 20, com a presença cada vez maior de mulheres em ambiente fabril e de máquinas importadas das fábricas anglo-americanas, pareceram aos amantes do progresso uma invenção mágica, esplendorosa. Para humanizar mais ainda o progresso e a República industrial, os governadores de Estados nordestinos e prefeitos reformistas “facilitaram” a instrução pública da população com a criação de escolas e reformas de ensino para promoverem o desenvolvimento intelectual e a cultura artística dos jovens brasileiros. O “amparo material” também estava presente nos discursos e nas práticas dos “progressistas”, com a construção de habitações higiênicas (vilas operárias, por exemplo), a promoção de alimentação cientificamente orientada, a edificação de instituições hospitalares, creches, consultórios médicos, dentre outras⁵²⁹.

No ambiente escolar, o professor (ou a professora) construía um Brasil-território da ordem e do progresso, baseando seu discurso na trilogia fascista religião, pátria e família. Pedagogizando os alunos, construía um país belo, saudável, nobre e digno de ser amado, valorizado e habitado por homens amantes do solo, dos símbolos nacionais, da beleza *deitada eternamente em berço esplêndido*. Enfatizava o equilíbrio social e o papel do Estado enquanto instituição a ser respeitada por todos. O ufanismo estava oficializado em livros cheios de propaganda patrióticas, nacionalistas e de valorização do serviço militar em escolas, quartéis e grupos escoteiristas. Os livros didáticos adotados na sala

⁵²⁷ SOUZA, A. J. de M. *Relatório de Estado*. Rio Grande do Norte, 1921, p. 10 e 11.

⁵²⁸ HOLLANDA, C. de. *Relatório de Estado*. Paraíba, 1920, p. 13-14.

⁵²⁹ Confira Relatórios dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio G. do Norte (1922-1926). Veja ainda FREYRE, G. *Ordem e progresso*, p. 150.

de aula de algumas escolas, como *Coração* e *Felisberto de Carvalho*, associados a romances como os de Júlio Verne, aumentavam o “espírito” nacionalista de professores e alunos, concorrendo para o desenvolvimento em brasileiros da época do gosto pelas invenções modernas, pela conquista do ar por Santos Dumont, pelo entusiasmo pela nação. Mas haviam outros canais em que os símbolos heróicos eram propagados, como as “histórias” de Nick Carter, Sherlock Holmes e Búfalo Bill. As décadas de 20 e 30 marcam, no Brasil, um tempo de glorificações de novos ideais, em que a agilidade física, a velocidade intelectual, a rapidez de raciocínio eram celebradas. O Brasil da ordem e do progresso necessitava de um Santos Dumont que lhe avivasse a fé num futuro messiânico. Santos Dumont foi classificado como o símbolo da capacidade intelectual brasileira para obter triunfos de progresso técnico, mecânico, industrial. Ao lado de Dumont, outros homens eram celebrados como signos do moderno brasileiro, tais como Oswaldo Cruz, Saturnino de Brito,⁵³⁰ Vital Brasil, Delmiro Gouveia. Eram ditos como *homens fortes, belos, eugênicos*, embora Dumont fosse *pálido, franzino, pequenino*⁵³¹.

A apologia política inflamava discursos de escritores e políticos como Amaury de Medeiros, Manuel Borba, Estácio Coimbra, visando construir a imagem de uma nação rica, industrial, saneada pelas modernizações técnica e política. O Brasil era atraído pela mística do desenvolvimento industrial e pelas atividades urbanas que lhes *permitisse triunfos rápidos e às vezes mágicos*⁵³². Sobre essa temática, diz Freyre:

O progresso industrial do País, refletindo-se sobre a técnica de comunicações e tornando mais fácil a mobilidade brasileira no Brasil – mobilidade mais de homens sós que acompanhados de suas famílias (...) tornou mais frequentes que outrora os casos de brasileiros com dupla personalidade: uma, nas suas terras de origem e sob a censura

⁵³⁰ Saturnino de Brito modernizou os sistemas de abastecimento de água e de esgotos do Recife, nas primeiras décadas do século XX.

⁵³¹ Confira FREYRE, G. *Ordem e progresso*, p. 501 e 617.

⁵³² FREYRE, G. Os discursos do Sr. Amaury de Medeiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 set. 1924, p. 03; FREYRE, G. *Ordem e progresso*. 4 ed., Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 483.

*ou a vigilância dos parentes, dos amigos, dos conterrâneos; outras em terras estranhas...*⁵³³

Na bandeira brasileira, o lema “Ordem e Progresso”, sob inspiração dos sociólogos positivistas como Benjamim Constant, ainda conservava a tradição da ordem, concorrendo para dar ao Brasil uma característica nacional forte, com fé no desenvolvimento técnico, nas transformações sócio-políticas: *Na idéia de pensadores como Comte entendiam os positivistas brasileiros que ao gosto pelo progresso se juntava o desejo de uma tal harmonia entre os homens ou entre as classes, as nações, as raças, os sexos que outra coisa não era essa harmonia senão a verdadeira ordem*⁵³⁴.

O “homem ideal” era resultado de uma educação de caráter integral, sendo a mãe a “baliza do lar”, que transmitia-lhe amor e carinho, ternura e maternidade. Ser pai e ser mãe ganham novos significados na família burguesa, constituindo a base emocional do lar e fabricando, desde a mais tenra idade, filhos e filhas para desempenharem, futuramente, esse papel social. Do pai viriam a coragem, a força, o vigor, a virilidade. Um homem burguês era, nessa tônica, um homem educado, mas não efeminado; um homem sensível, porém não amulherado, pois na conjugação da educação os filhos teriam *direito ao amor e ternura das mães e à fortaleza e sabedoria dos pais. Precisam de que sua mãe os ameigue e seu pai os guie*⁵³⁵. A educação, enquanto um dispositivo disciplinar, é concebida politicamente como uma estratégia na produção do homem ideal brasileiro, cujo padrão de vida deveria estar baseado no trabalho, na competência e na civilidade. As autoridades civis e militares se convenciam de que seus filhos necessitavam de disciplina em todos os segmentos sociais. A objetividade e a racionalidade estavam presentes nesse saber. Conforme NOVA,

⁵³³ FREYRE, G. *Ordem e progresso*, p. 484-485.

⁵³⁴ Idem, *ibidem*, p. 16.

⁵³⁵ DIX, D. As Pérolas na História. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 jun. 1928, p. 07.

*Os modelos de pensamento e conhecimento foram sendo estruturados sob as bases da escrita que, com a criação e difusão da imprensa, foi tornando-se a linguagem oficial e dominante da sociedade emergente. Nesse processo, erigiu-se o ideal de um sujeito cognoscente de caráter determinista, linear, racional, compartimental, operacional, lógico, causal e hipotético-dedutivo que foi, de mais a mais, influenciando a mentalidade do homem...*⁵³⁶

O amante da pátria era aquele que valorizava o discurso que formava e cristalizava um homem com um “caráter nacionalista”. A mocidade atual, devido assumir determinadas posturas que desconstruíam a masculinidade, necessitava de normatização. O que isto significava? Significava que a própria educação da infância necessitava assumir um interesse capital por parte dos pais e dos educadores: *O desenvolvimento dos futuros cidadãos começa atualmente no lar com a família e prossegue na escola, sob a influência dos professores e das outras crianças*⁵³⁷. Tal como o ambiente familiar, o cenário escolar é responsabilizado pelo sucesso ou pelo fracasso de seu projeto pedagógico, no que concerne à regulação dos corpos e ao disciplinamento das condutas dos sujeitos, tornando-os hábeis, de boa índole, destros e úteis, enfim, um “bom cidadão”.

Esse “bom cidadão”, na década de 30, ganha ainda mais reforço disciplinar por parte do governo getulista. Com a reforma do ensino, tendo à frente do Ministério da Educação o ministro Francisco Campos, o aluno recebeu uma “nova carga” de deveres para com a Nação. A política getulista visava nacionalizar a educação, o que implicou um rígido controle sobre os currículos e as atividades escolares. Ao ser monitorada pelo governo, a escola tornava-se uma porta de acesso à nacionalidade, à homogeneidade nacional e ao controle das idéias exógenas que pudessem ferir a pátria brasileira. A imprensa como um todo ganhou a função de apoiar o governo e auxiliar no projeto de coesão

⁵³⁶ NOVA, C. op. cit. p. 53.

⁵³⁷ *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 jan. 1934, p. 02; veja ainda: Robustez para mãe e filho. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 maio 1933, p. 04.

nacional, sendo controlada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, tendo à frente Lourival Fontes⁵³⁸. Os filmes ganharam um olhar mais crítico. Não se devia exibir projeções cinematográficas, “malsã e sórdida”, que ferissem ou manchassem as cores do patriotismo, ou ainda que ferissem a moral da família.⁵³⁹ Entra em discussão o cinema educativo, a imagem em movimento como recurso de lapidação do brasileiro. A esse respeito, diz Almeida:

A nomeação de Francisco Campos para o Ministério da Educação foi vista como uma das primeiras indicações de que o novo governo não deixaria de cuidar do cinema educativo (...) Esse “espírito brilhante” e “sem favor considerado uma das nossas grandes autoridades em assuntos pedagógicos”, certamente não deixaria de perceber a “enorme importância do filme instrutivo como elemento de união dos brasileiros”⁵⁴⁰.

O lar e a escola, orientados para um ideal de grandeza brasileira, ministram aos filhos da pátria um caráter de educação moral e cívica. O professor idealizado nesse período é uma síntese de mãe e mestre. É o mestre que, *tendo acesso a métodos pedagógicos modernos, valia mais pelo seu “caráter, exemplo de respeito à ordem e aos seus deveres que, quotidianamente, propicia aos seus alunos” do que pelos seus conhecimentos*. Entendida como uma atividade sagrada ou como um sacerdócio, a docência *requeria “idealismo” “doação”, “sacrifício”, “renúncia e solidariedade”, numa “mística de ação que desconhece confortos, horários de trabalho, repouso, regalias regulamentares”*. O professor, modelo de virtude, era uma estratégia de Vargas no combate ao comunismo e aos “males” afins que afloravam no país, a exemplo da doutrina marxista e do liberalismo⁵⁴¹. Injetava-se representações de ser mãe, de ser criança, de ser

⁵³⁸ O DIP não apenas preparava o material propagandístico de Vargas, como também controlava com censores as matérias das imprensas escrita e falada. Cf. D'ARAÚJO, M. C. de. op. cit. p. 38

⁵³⁹ Sede de escândalos. *Diário de Pernambuco*, 16 abr. 1932, p. 05.

⁵⁴⁰ ALMEIDA, C. A. op. cit, p. 60.

⁵⁴¹ A doutrina marxista foi introduzida no Brasil “pela produção discursiva de militantes ligados ao movimento operário e, posteriormente, por intelectuais ligados ao Partido Comunista”. Cf. ALBUQUERQUE JR. D. M. de. op. cit. p. 186.

professor, modelos de uma subjetividade de natureza fabricada, maquínica, estetizada e modelizada⁵⁴².

Mas outros elementos eram importantes nessa doutrinação, principalmente quando o “filho da pátria” não estivesse na escola nem no ambiente doméstico, pois até mesmo se divertindo, como o assistir filme e os programas de rádio, deveria ser ministrado pelo discurso nacionalista. Era urgente, portanto, como sentimos no discurso acima mencionado, a necessidade de se produzir e exibir filmes que fossem capazes de *distrair sem causar danos morais, o filme de emoção sadia, não piegas, sem ridiculez humana, patriótico, superiormente social*⁵⁴³. Muitas autoridades, a exemplo de Francisco Campos, defendiam o cinema como um determinante no progresso do país, cujos filmes propagandísticos e de educação sanitária contribuem para a formação moral, cívica e educacional do povo brasileiro. Essa propaganda seria efetivada com maior ímpeto após Vargas constituir uma comissão chefiada por Francisco Campos e composta por exibidores, produtores e educadores do porte de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, assim como Roquette-Pinto, uma figura fundamental para o cinema nacional, para analisar o problema do cinema e a sua natureza educativa. Dessa comissão, resultaram: a) a I Convenção Nacional do Cinema, realizada em 06 de janeiro de 1932, na capital federal, ocasião em que foram discutidos os caminhos do cinema nacional, tais como censura, isenção fiscal, criação de uma taxa cinematográfica para exibição de filmes educativos; b) a Lei 21.240, de 04 de abril de 1932, que conquistou a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais como um recurso pedagógico adequado ao país, propício a um momento de crescente movimentação comunista, estimulada por Luís Carlos Prestes. Em 1932, lemos na Revista *Cena Muda*, o seguinte texto de autoria da diretora de filmes Carmem Santos:

Um filme é uma lição que fica gravada sem esforço na memória do espectador. Os próprios filmes sem caráter científico são também instrutivos. Educam o bom gosto e revelam a geografia e os costumes

⁵⁴² GUATTARI, F. op. cit. p. 25.

⁵⁴³ Idem, ibidem, p. 61.

*de povos diversos. Mostram a vida das grandes cidades e dos diferentes centros sociais. Um filme é sempre uma lição. Lição de psicologia. Lição de moral. Todo o filme tem um fim honesto: civilizar, instruir, educar. Os próprios filmes de enredo demonstram a vitória da virtude sobre o vício. O Brasil precisa dos filmes educativos para a instrução do seu povo*⁵⁴⁴.

O tom patriótico e nacionalista da década de 30, presente em produtores e exibidores de filmes, contribuiu para que as produtoras supram o mercado com filmes educativos direcionados por um “espírito” e pensamento brasileiros, ocupando espaços que, outrora, eram das fitas *chulas, imorais e apelativas distribuídas por empresas estrangeiras ou “cavadores”*⁵⁴⁵ nacionais. Essas fitas eram consideradas pelas autoridades políticas e educacionais como importantes veículos de doutrinação e de instrução, *uma força crescente de cultura e de nacionalismo. Diverte educando(...) Nação sem cinema é nação sem imprensa. Não tem opinião*⁵⁴⁶. O cinema possuía mais força do que o próprio exército, arregimentando um batalhão de cidadãos com suas opiniões formadas sob o discurso integralista, anticomunista e nacionalista, endossado pela polícia política e pela Igreja Católica. Carmem Santos se reportou a esse assunto da seguinte maneira:

Além de estimular o patriotismo do povo, o Cinema Brasileiro tem ainda a vantagem de tornar o Brasil conhecido de seus filhos de Norte a Sul, concorrendo, assim, para o fortalecimento da unidade nacional. Quando se compreender a finalidade do Cinema Brasileiro é que se

⁵⁴⁴ SANTOS, C. Carmem Santos e o cinema nacional. *Revista A Cena Muda*. 01 mar. 1932. Apud ALMEIDA, C. A. op. cit. p. 66.

⁵⁴⁵ A figura do cavador se fez presente no cenário brasileiro desde a produção das primeiras fitas de cinema. Argumenta Rita Galvão que o cavador era um personagem desonesto que usava a credibilidade e a fantasia que o cinema inspirava para ludibriar pessoas ricas do Brasil, principalmente fazendeiros. O ‘cavador’ ia para alguma cidade do interior brasileiro e contratava a filmagem das propriedades dos ricos fazendeiros locais. Faziam algumas cenas da fazenda sem colocar filmes na câmera e, posteriormente, fugiam para a cidade, argumentando que iriam revelar ou reproduzir o filme, torná-lo “real”. Nunca mais retornavam ao local da filmagem. Confira ALMEIDA, C. A. op. cit. p. 67 e seguintes.

⁵⁴⁶ ALMEIDA, C. A. op. cit. p. 45.

*poderá justificar os sofrimentos e as amarguras que ele tem custado aos que lhe têm dedicado anos e anos de lutas e de sacrifícios heróicos*⁵⁴⁷.

O cinema era “um livro de imagens luminosas”, um texto em movimento, um discurso proferido às vezes de maneira cômica, um retrato que se projeta maior, mais vivo e eficaz, uma máquina de propaganda, um dispositivo de poder usado pelo Estado Nacional, uma doutrina dita de forma sutil para o povo, inclusive para os analfabetos. O intuito de Vargas era educar a população por meio do cinema, do rádio, do esporte, do culto aos heróis nacionais, construindo uma nova nação aos moldes da Itália, de Mussolini, e da Alemanha, de Hitler, isto é, obediente às autoridades, afeita à lei e à constituição, corporativista e longe das revoltas. Através desse discurso, forjava-se o conceito de homem trabalhador, despolitizado, produtivo e disciplinado. Para isso, era urgente apresentar curta e longa-metragens com um discurso que norteasse o projeto estado-novista, tais como a imagem de uma família una e harmoniosa, a imagem de um Estado paternalista representado na figura do seu líder, o próprio Getúlio, administrando os conflitos sociais e eliminando as “injustiças”, enaltecendo as virtudes do homem trabalhador e as riquezas da Pátria⁵⁴⁸.

Elaborava-se um clima místico, centrado na religiosidade, para forjar a imagem do brasileiro ideal, do “homem novo” republicano. Os nomes dos filmes, de praxe, já mostram o discurso nacionalista embutido nos enredos, como *General Osório*, *Pedro II*, *Inconfidência Mineira*⁵⁴⁹, *As Sete Maravilhas do Rio de Janeiro*, *Cidade Mulher*, *Favela dos Meus Amores*, *Descobrimento do Brasil*, *Os Bandeirantes*. As imagens desses filmes eram utilizadas enquanto dispositivos discursivos de propaganda do governo Vargas, dissipando no ar e nas telas de projeção uma “onda” sensorial e emotiva, atingindo o público assistente e obtendo

⁵⁴⁷ SANTOS, C. apud ALMEIDA, C. A. op. cit. p. 67.

⁵⁴⁸ ATAYDE, T. de. Religião e família. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 ago. 1935, p. 03.

⁵⁴⁹ O filme *Inconfidência Mineira*, produzido pela Vita-Film e sob direção de Carmem Santos, comparava Tiradentes a Jesus Cristo, fazendo coro ao que Getúlio Vargas e outras figuras defensoras do Estado-Novo transmutassem elementos litúrgicos católicos aos rituais da política brasileira. Essa sacralização da política é perfeitamente entendida por Alcir Lenharo, quando analisa o corpo político do Estado-Novo, uma alusão ao corpo de Cristo. Confira LENHARO, A. op. cit.

dele respostas também emotivas, traduzidas em passividade, contentamento, satisfação, reações a-críticas. É um dispositivo de controle da opinião pública, de congelamento de opinião acerca do líder, do “pai” nacional. É um instrumento de propagação de emoções. O cinema americano já divulgava o patriotismo em seus filmes e o Brasil estava fazendo o mesmo. Na concepção de Lenharo, a propaganda do regime varguista foi despejando sobre a nação brasileira dispositivos imagético-discursivos que compreendiam movimento orientado, disciplinado, exigindo fé, solidariedade, entusiasmo, tenacidade⁵⁵⁰. Sobre a imagem cinematográfica, é o próprio Vargas que a admira como uma formidável escola:

Associando ao cinema o rádio e o culto racional dos desportos, completará o Governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que assim se formar será digna do patrimônio invejável que recebeu⁵⁵¹.

A imagem é um recurso pedagógico estratégico, a qual envolve o público receptor com facilidade, excluindo a reflexão e criando a ilusão de conhecimento. Na concepção de Marilena Chauí, as imagens podem ser consideradas como um espelhamento ampliado e iluminado de uma experiência imediata, *dotadas da capacidade de unificar aquilo que nesta última aparece fragmentariamente. Unindo o disperso, a imagem, espelho dos dados imediatos, exclui a reflexão e, simultaneamente, cria a ilusão de conhecimento, graças ao seu aspecto ordenador⁵⁵².*

O Estado Novo preparava um ambiente de doutrinação mediante vários veículos emissores de discurso. Criado em 11 de Julho de 1934, o Departamento

⁵⁵⁰ LENHARO, A. op. cit., p. 74.

⁵⁵¹ VARGAS, G. apud ALMEIDA, C. A. op. cit. p. 78.

⁵⁵² CHAUÍ, M. *Ideologia e participação popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p. 46.

de Propaganda e Difusão Cultural⁵⁵³ objetiva elaborar uma rede de poderes e saberes que agissem no interior da família e da escola, minando por dentro as doutrinas que contrariassem os ideais nacionalistas propagados por Getúlio Vargas. O programa de rádio A Hora do Brasil aparece, nesse mesmo ano, como um instrumento do poder para “controlar” a informação e manipular as opiniões criando uma aura de misticismo e religiosidade em torno da figura de Vargas, pessoalizando a relação política com cada cidadão, vasculhando a intimidade da família e atomizando a sua condição política para condensá-la num todo: a nação. É uma máquina policial presente no recôndito da família, perscrutando-lhe, controlando a sua opinião, penetrando na conversa do dia-a-dia, *na troca de impressões das pessoas, na capacidade de influir no gosto individual que reverte em considerações políticas*⁵⁵⁴.

A difusão do discurso varguista através de ondas sonoras funciona como uma micropolítica que age no interior das instituições político-sociais, dissemina-se em suas conversas, mina a capacidade de posicionar-se ao contrário do líder ou do emissor do discurso. Há uma conexão entre o nível molecular e os problemas político-sociais da nação. É o que Guattari denominou de instância molecular que é disseminada por vários territórios, em muitas geografias sociais, gestando e controlando desejos com a sua “química totalitária”, com a sua “fórmula de poder”, envolvendo, para isso, uma série de instituições, como as político-partidárias, as instituições escolares, as instituições familiares. Para isso, os dispositivos utilizados são os mais variados, *desde uma micropolítica que vise tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais, seja uma macropolítica que vise os mesmos campos (indivíduo, família, problema de partido, Estado)*⁵⁵⁵. A propaganda, como uma máquina institucional, perscruta o cotidiano de cada modelo familiar ao intervir em suas expectativas, reorientando

⁵⁵³ O Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural foi resultado do Departamento Oficial de Propaganda, criado em 1931. Ambas funcionavam como agências controladoras das notícias a serem divulgadas no ar, seja censurando, aprovando ou impedindo que a notícia (ou a música, a poesia, a crônica) fosse posta no ar.

⁵⁵⁴ LENHARO, A. op. cit. p. 43.

⁵⁵⁵ Confira GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 174. Segundo Guattari, os problemas que são gestados no interior da família são provenientes de um mesmo tipo “de agenciamento libidinal que aquele existente no campo

seus projetos de vida, docilizando seus corpos, adestrando suas mentes, implicando uma nova reelaboração de ideais políticos, imprimindo um novo sentido e uma nova relação com a política, com o trabalho, com a escola, com o impessoal (o rádio), desenvolvendo um trabalho de viés pedagógico na produção do corpo dócil⁵⁵⁶.

A família foi alvo do Departamento de Propaganda, balizado na Constituição de 1934⁵⁵⁷, conforme explicita a Comissão de Doutrina e Divulgação, na reportagem de 07 de janeiro de 1938, do Diário de Pernambuco. A família, diz a reportagem, foi objeto de cuidados especiais por parte do Estado Novo, eleita como centro de sua “estrutura moral”. Como “célula inicial” do corpo nacional, é apresentada no discurso influenciado pelo nazi-fascismo como una, orgânica, harmoniosa, articulada entre os seus membros, *célula social, de onde irradia todo o prestígio da autoridade do poder público*. O homem, a mulher e o filho são descaracterizados socialmente para serem recuperados em forma de um organismo, de uma identidade que a Nação estava engendrando. Unindo corpo político e corpo místico, o Estado Novo *estabeleceu o casamento indissolúvel como base da família*, cercando o casamento de uma rede de cautelas, protegendo a família *de todas influências deturpadoras capazes de quebrar sua contextura, rompendo os seus vínculos de coesão, indispensáveis a formar um ambiente que favoreça a eclosão de uma mentalidade sadia e disciplinada, impregnando de sentimentos nobres e altruístas*⁵⁵⁸. De acordo com Lenharo, Getúlio Vargas apresenta a nação como sua obra acabada, o arcabouço anatômico, a dimensão orgânica da sociedade que estava superando as disparidades. Cada membro dessa anatomia política encontra o seu lugar na batuta hierárquica que rege o corpo nacional⁵⁵⁹.

social. Inversamente, não é absurdo abordar um certo número de problemas sociais em grande escala, por exemplo, os do burocratismo e do fascismo, à luz de uma micropolítica do desejo”.

⁵⁵⁶ Confira FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.*; LENHARO, A. op. cit. p. 43. Ao lado do rádio e do cinema, podemos acrescentar outros meios de difusão da imagem de Vargas, como os cartazes, os selos, as placas comemorativas.

⁵⁵⁷ A Constituição de 1934 declara em seu artigo 124: “A família constituída pelo casamento indissolúvel está sob a proteção especial do Estado. As famílias numerosas serão atribuídas compensação na proporção de seus encargos”.

⁵⁵⁸ Comissão de Doutrina e Divulgação – Departamento de Propaganda. **O Estado e a Família.** *Diário de Pernambuco*, 07 jan. 1938, p. 04. LENHARO, A. op. cit. p. 34-35.

⁵⁵⁹ LENHARO, A. op. cit. p. 34-35.

A formação e a cristalização desses sentimentos “nobres e altruístas”, devem *concorrer eficientemente para a obra construtiva em que o Estado Novo está empenhado com todas as suas forças*. Família e escola formavam “um só bloco de resistência em defesa da nacionalidade”, criando um clima propício ao desenvolvimento “normal” da nação, possibilitando que o Estado Novo atinja todas as etapas construtivas em mira. Cultuava-se a família, à personalidade governamental, a religião e o Estado, os quais funcionam como órgãos integrados entre si, músculos imbricados, nervos que se calcificam, amadurecem, dão sustentabilidade ao tronco estatal. Getúlio Vargas enfatizava o *culto das instituições que constituem os dois mais sólidos fundamentos da unidade de nossa pátria: a religião e a família*⁵⁶⁰. O próprio Getúlio é o cabeça dirigente dessa grande família chamada Brasil.

Limpo, bem alimentado, bem educado. Longe da sujeira da rua, da fedentina da bagaceira, das molecagens nos rios e touceiras, o menino ia sendo moldado para se tornar um homem digno de ser cidadão e patriota, de honrar o nome de Deus, da família e da nação. Somadas a essas características, indispensáveis para não ser confundido com “um qualquer”, a vestimenta vinha tatuar o seu corpo com as marcas de modistas e de estrangeirices, contribuindo para marcar territórios sociais. No Recife, na Rua do Bom Jesus, a loja The Gentleman cuidava da aparência do homem “de família”. De menino a homem, as marcas do moderno lhes acompanhava. Mas ainda era preciso militarizar a infância para adestrar o físico do brasileiro à nova ordem política Estado-novista.

3.2. “FAÇAMOS O HOMEM À NOSSA IMAGEM E SEMELHANÇA”: a militarização da infância e a construção da pátria/família bem-comportada

3.2.1. O Escoteirismo e a produção do “corpo-cidadão”

No período de 27 de Agosto a 05 de Setembro de 1922, realizou-se no Rio de Janeiro-RJ, o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, organizado

⁵⁶⁰ ATAYDE, T. Religião e Família. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 ago. 1935, p. 03; Comissão de Doutrina e Divulgação – Departamento de Propaganda. **O Estado e a Família**. *Diário de Pernambuco*, 07 jan. 1938, p. 04.

pelo Departamento da Criança no Brasil. A infância emergia como um problema e necessitava de especialistas para cuidá-la, daí o Brasil não descuidar de reunir uma série de autoridades de todos os Estados, que tinha como objetivos discutir o “problema da criança” que aparecia como de alta transcendência para todos os países. O Estado de Pernambuco se fez representar pelo Dr. Arthur Sá, para tratar da Inspeção Médica Escolar, enfatizando, em sua palestra, que a vigilância sanitária escolar deve ser feita *com carinho e esmero*. Em seu discurso, *mostra ter conseguido em Recife que no ano passado não se observasse a disseminação da diphteria no meio escolar, graças aos cuidados postos em prática, garantindo que o governo do Estado de Pernambuco não olvidará os votos formulados a este Congresso, pois o futuro governador do meu Estado já declarou ser uma das suas maiores preocupações ampliar todos os serviços de Hygiene de Pernambuco*⁵⁶¹.

Em 1924, os países americanos encontraram-se em Santiago, no Chile, para discutir o problema da infância no 4º Congresso Americano da Criança. O Brasil não descuidou de enviar a sua embaixada a essa assembléia. Concordando que a crise que atravessa todas as nações é mais de caráter social do que político, o articulista do Diário de Pernambuco acredita que o melhor recurso para remediar tais males tão lamentáveis é o preparo do homem de amanhã: *Devemos zelar por todas elas, envidando todos os meios para fazer crescer, nos infantes de hoje, os germens dos cidadãos de amanhã. Moldando-se por esse escopo é relevantíssima a obra do Congresso que se vai reunir em Santiago*⁵⁶². Na opinião do articulista, era urgente intensificar os métodos que cuidavam da infância, pois quanto mais rápidos fossem resolvidos os defeitos dos homens, mas a pátria brasileira seria redimida:

O 4º Congresso da Criança vai discutir teses interessantíssimas sobre a educação social da criança. É tempo, aliás, de cuidarmos com eficiência de preparar para o futuro uma raça mais escolada e melhor

⁵⁶¹ Anais do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, p. 227.

⁵⁶² O problema da criança. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 set. 1924, p. 02.

*educada, que saiba dar remédio aos males que os inúmeros defeitos dos homens de agora só tem impulsionado*⁵⁶³.

O Estado deseja ver em cada garoto um soldado, brigando contra as “forças do mal” (principalmente representadas pelo Comunismo). Livros didáticos, revistas (a exemplo da *Sesinho*), palestras, discursos diversos vão saturar a família burguesa com metáforas militares e nacionalistas. Rosa de Souza argumenta que logo após a I Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil vivencia uma onda de efervescente nacionalismo. Que rosto construir para o Brasil diante de tantas rostidades? A Europa parecia feia demais diante de tantos escombros deixados pela guerra! Que projeto político escrever para um país ainda agrícola e rural, mas com sede de urbanização e de industrialização? É nesse contexto republicano que os programas de governo surgem visando a “formação das almas” patriotas, conforme expressão de José Murilo de Carvalho. Surge uma série de movimentos e de campanhas de cunho nacionalista, desejosa de soerguer moral e politicamente o país. O voto secreto, a erradicação do analfabetismo, o serviço militar obrigatório, a igualdade de gênero eram reivindicações alimentadas pelo fervor nacional e pelos políticos e intelectuais descontentes com a atual estrutura de poder da jovem República. Somando-se a essas reivindicações, a questão da nacionalidade brasileira emerge com o combate à estrangeirização, às reformas políticas, à moralização dos costumes e à regeneração nacional⁵⁶⁴. Para tanto, era preciso reeducar os cidadãos e inseri-los num programa educacional que englobasse o “pequeno cidadão”. Tem início, no Brasil, a construção da infância bem-comportada, condicionando-a a uma disciplina social.

Fundado no início do século XX (1907) pelo general inglês Lord Robert S. Smith Baden-Powell, o escotismo chega ao Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1910, impulsionado por Olavo Bilac e Mário Cardin e organizado por sub-oficiais dos encouraçados em Minas Gerais, São Paulo e Bahia, que haviam

⁵⁶³ O problema da criança. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 set. 1924, p. 02.

⁵⁶⁴ SOUZA, R. F. de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos CEDES*. Ano XIX, n. 52, nov. 2000, p. 109-110.

convivido com o movimento escoteiro na Inglaterra. Com o lema “CRIAR MOCIDADE FORTE E VALENTE PARA SER MAIS TARDE DIGNA DA PÁTRIA EM QUE NASCEU”, o escoteirismo “invade” a região Nordeste num momento em que esta necessitava de referenciais de masculinidade para a sua sociedade. Instalando-se na área urbana e concentrado-se, inicialmente, apenas nas capitais dos Estados, o escoteirismo ganhava nome, fama e honra, atingindo também outras cidades do interior, como Jaboatão dos Guararapes-PE, em 1936⁵⁶⁵. Uma das características do escotismo é a supervalorização do cenário campestre para acampamentos e retiros. Desde o início de sua fundação, o escoteirismo catequiza o seu integrante a dar sua vida pela pátria, a grande família, derramando seu sangue, se preciso, para a salvação do corpo nacional. O escoteirismo centrava-se em *slogans*, como o acima mostrado, que visavam no integrante uma passividade quanto a partidos políticos que fossem contrários ao líder da Nação⁵⁶⁶.

Depois de estar apto a ingressar no escoteirismo como “lobinho”,⁵⁶⁷ esses “pequenos guerreiros” dedicavam-se *inteiramente ao serviço de Deus, da pátria e do próximo*. Os escoteiros surgiram, na opinião do Tenente Rubens de Lima, como o exemplo dos bons filhos que cuidam da família, da religião e do patriotismo. Um modelo social de educação disciplinadora e coordenadora, baseado na modelização atlética do corpo e na obediência sem questionamentos às autoridades. Constitui-se, assim, um produtor do “homem ideal” necessário à pátria. Diante da constante ameaça das “mulheres-macho” que ocupavam empregos “masculinos”, desde a I Guerra Mundial, a prática do escoteirismo passa a ser um exercício de disciplinar e de normatizar o jovem desde pequeno, para que este assuma um comportamento de defesa nacional. Cada pequeno escoteiro é um *Brasil pequenino*. *Todas, o Brasil imenso, simbolizado nelas, vivo*

⁵⁶⁵ O escotismo. *Diário de Pernambuco*. 01 abr. 1936, p. 03 (seção Gury). Em Jaboatão dos Guararapes-PE, o escoteirismo foi fundado pelo General Newton Cavalcanti, em 1936.

⁵⁶⁶ LIMA, R. de. O verdadeiro chefe escoteiro. *Diário de Pernambuco*. 01 ago. 1936, p. 03.

⁵⁶⁷ Vocábulo que designa o escoteiro-mirim com menos de 10 anos de idade. Além do lobinho, três categorias de escoteiros eram estabelecidas fortemente hierarquizadas: aspirantes, escoteiros e escoteiros de 1ª classe. Sobre os lobinhos, Rubens de Lima enfatiza: “*Eles estudam assim, tão cedo, ainda tenros, os princípios, as normas que os tornará mais tarde os cidadãos, que os tornará dignos de habitar o solo pátrio exuberante, pródigo, rico! Vivem para servir unicamente. Aprendem a prestar serviços aos seus compatriotas sem cogitar de recompensas, praticam atos de valor e abnegação; impõe-se pela inteireza de caráter e firmeza de moral*”. LIMA, R. de. op. cit. p. 05.

*nelas, presente em sua galhardia, na beleza infantil de seu porte*⁵⁶⁸. É a tônica disciplinar do discurso nacionalista.

A disciplina do corpo é resultante de um processo de secularização e do novo ordenamento social, em que os códigos gestuais e boas maneiras são cobrados ininterruptamente. Na concepção de Vigarello, o corpo *é o primeiro lugar onde a mão do adulto marca a criança, ele é o primeiro espaço onde se impõe no interior os limites sociais e psicológicos atribuídos a sua conduta, ele é o emblema onde a cultura vem inscrever seus signos tanto quanto seus brasões*⁵⁶⁹.

A prática escoteira atendia a uma gama de “novidades” que estavam surgindo à época, para sanear a nação brasileira e limpá-la de sua “sujeira” colonial e imperial, a fim de passar para os demais países a imagem de uma República higienizada, educada, inteligente e desenvolvida. Imbuída desse ideário e influenciado por esse discurso, a Associação Brasileira de Escoteiros centralizará seus regulamentos no que há de mais “moderno” ou de mais “eficaz” para disciplinar e regular os corpos de seus membros. Os objetivos do Escoteirismo podem ser assim resumidos:

*1) Eugenia, na parte referente à educação física, à saúde, ao vigor e à destreza das gerações novas, homens e mulheres; 2) Civismo, não apenas reduzido a ensinamentos cívicos, mas o hábito de realizar os deveres cívicos, mercê das convicções adquiridas; 3) Inteligência, isto é, o desenvolvimento de algumas das mais notáveis qualidades intelectuais, a urgência, a logicidade, a divisão pronta; 4) Caráter, considerado como o hábito adquirido pela prática sistemática da bondade, em casos concretos, dia a dia, como o horror à mentira e correlato amor à verdade, à pontualidade*⁵⁷⁰.

⁵⁶⁸ Jornal Correio Paulistano, São Paulo, 8/9/1922, apud SOUZA, R. de F. op. cit. p. 116.

⁵⁶⁹ VIGARELLO, G. apud SILVA, A. M. op. cit. p. 24.

⁵⁷⁰ CAMPOS, P. D. *Estatutos e regulamentos*. Associação Brasileira de Escoteiros. São Paulo: Tipografia Pasquino, 1922, p. 7 (grifos nossos); Confira ainda: Associação Pernambucana de Escoteiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 fev. 1923, p. 02.

Os princípios e normas de eugenia, civismo, inteligência e caráter estavam balizados na Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916, para manter a coesão e o trabalho nacionais, difundir a instrução militar nas diversas instituições, desenvolver o culto ao heroísmo, fundar batalhões patrióticos, acentuar o estudo da História do Brasil e das tradições brasileiras, difundir, nas escolas, o amor à justiça e apoiar as associações de escoteiros. Era uma escola com uma função pedagógico-disciplinar, convicta na regeneração dos participantes pela atividade física, pela obediência aos códigos prescritos e pela contribuição para o louvor nacional. São bem claros, portanto, os delineamentos políticos da transformação do escoteirismo numa “sala de aula” munida por estratégias institucionalizadas que monitorassem (e impedissem) as oposições entre os seus membros e os transformasse em instrumentos destros para o combate. Pretendia-se educar o escoteiro, desde a fase lobinho, aplicando-lhe a pedagogia da higienização, da civilidade, da inteligência e do caráter destro, arrancando-o da sua posição de indivíduo e transplantando para a condição de membro conectado ao corporativismo, metamorfoseando-o em um jovem ordeiro, produtivo e normatizado pelo discurso de integração nacional. O auge desse movimento nacionalista ocorre em 1922, ano centenário da Independência do Brasil, momento inflamado pelos festejos que assumiam proporções “dignas” do fato histórico rememorado⁵⁷¹.

Com o objetivo de viver unicamente para servir, o escoteiro aprende a *prestar serviços aos seus compatriotas sem cogitar de recompensas, praticam atos de valor e abnegação; impõe-se pela inteireza de caráter e firmeza de moral*⁵⁷². Os escoteiros, na opinião do Tenente Rubens de Lima, se destacavam socialmente pelas qualidades morais e pelos dotes físicos. O discurso do tenente responde a um projeto médico de valorização do corpo reto e rígido, incorporado pelos preceitos da ginástica e amparada pela sociedade industrial. Ciência médica e indústria visavam criar no indivíduo, desde pequeno, uma disposição e uma familiarização com as ações coordenadas e disciplinadas. Os exercícios corporais adotados no escoteirismo possuem fortes raízes militares, reforçando,

⁵⁷¹ Confira NAGLE, J. apud SOUZA, R. de F. op. cit. p. 110-111.

⁵⁷² LIMA, R. de. (ten) Os escoteiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1928, p. 06.

ainda mais, a visão mecanicista de um corpo elaborado por peças às quais devemos prestar a máxima atenção para que as ações sejam sempre mais eficazes e produtivas⁵⁷³. Normatizados intelectual e fisicamente, os escoteiros passam a ser percebidos socialmente como “máquinas valorosas”, demonstrando *cabalmente o grau de progresso desse povo*. Homens de palavras e máquinas disciplinadas, os escoteiros devem ser referenciais para outros jovens brasileiros, pois a *honra do escoteiro é sagrada e a sua palavra merece toda a confiança*⁵⁷⁴. Se a República brasileira nasceu com os militares, emblemas de masculinidade, nada melhor do que eles próprios para pedagogizar o corpo do *lobinho*, apoiados por um currículo escolar que introduziu, no início do século XX, a disciplina “Ginástica e Exercícios Militares”, identificando-se como mais *uma expressão do militarismo e do nacionalismo na educação brasileira*⁵⁷⁵. Ajunte-se a isso a *feliz situação moral das classes militares no Brasil, despidas de toda preocupação de egoísmo industrial (...) afervoradas no culto da Pátria e da Honra*⁵⁷⁶. Dessa forma, o escoteirismo produz um discurso que visa disciplinarizar o corpo e a mente do brasileiro desde a mais tenra idade, adequando-o aos ideais de uma nação que buscava uma identidade nacional.

3.2.2. TREINANDO PARA A SUBMISSÃO: a militarização do corpo durante o Governo Vargas

Muitas reportagens do Diário de Pernambuco chamam-nos a atenção para aspectos relacionados com a pedagogia do corpo militarizado. Podemos citar, na década de 30, O Escotismo (01/04/1936, p. 03 – secção Gury), Campanha Escotista (01/04/1936, p. 05), A Lei dos Escoteiros, Lei Nacional (Tenente Rubens de Lima – 14/07/36, p. 05), O Verdadeiro Chefe Escoteiro (Tenente Rubens de Lima – 09/08/1936, p. 05), dentre outras que versam sobre códigos de postura, caráter, higiene e saúde, prática de exercícios esportivos, mudanças de comportamento que revertem em bem-estar para os integrantes e para a nação. O receituário de adestramento do corpo, como fica explícito na

⁵⁷³ Confira SILVA, A. M. op. cit. SOUZA, R. F. de. op. cit.

⁵⁷⁴ LIMA, R. de. (ten) Os escoteiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1928, p. 06.

⁵⁷⁵ SOUZA, R. de F. op. cit., p. 105.

matéria de 01 de abril de 1936, é repetitivo, conceitual, usando termos que aparecem em praticamente todas as reportagens e apelando para a aptidão física e intelectual: *...sem quaisquer outros objetivos, senão o de colaborar para a educação escoteira da juventude, criando instituições auxiliares das Escolas mantidas pelo Estado, incrementando o civismo, adestrando o físico e promovendo a formação de caracteres, o general [Newton Cavalcanti] utilizou-se da instituição de Baden Powell para servir de centro de interesse, objeto de atração de meninos e meninas. Só um corpo educado convenientemente poderá se tornar dócil e produtivo, delgado, ágil, esperto, ereto, entusiasta, viril, com atos e pensamentos puros, militarizado espiritualmente, assegurando os caracteres de uma “família brasileira” ou de uma “brasilidade” regenerada corporal e psiquicamente, com atitudes intrépidas, honestas, perseverantes:*

O escotismo é a mais completa das Escolas e a sua grande lei, uma lei que se poderia estimar como lei nacional. Todos precisam formar nossas fileiras. O movimento não escolhe idade nem sexos. É um conjunto novo, um agrupamento de brasilidade, uma união bem compreendida e o centro edificante da disciplina capaz de assegurar o bem estar de toda a coletividade⁵⁷⁷.

Em tempos de comunismo ameaçando a “pátria amada, idolatrada”, o Diário de Pernambuco exalta o escoteirismo e elogia a sua atuação nos movimentos nacionais, como a “Revolução de 30” e a “Revolução Paulista de 1932”. O discurso sobre o escoteirismo responde, outrossim, aos anseios do Estado Nacional emergente, procurando reforçar os símbolos e brasões nacionais⁵⁷⁸, militarizando a infância de forma sistemática e racionalizada, apoiado pelos órgãos administrativos. Esses discursos atendiam a um conjunto

⁵⁷⁶ FREYRE, G. *Ordem e progresso*. p. 47.

⁵⁷⁷ LIMA, R. de. A lei dos escoteiros, lei nacional. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 jul. 1936, p. 05.

⁵⁷⁸ A partir de 1937, várias manifestações cívicas são incorporadas às instituições nacionais, como o Dia da Raça, o Dia da Pátria, o Dia da Juventude, o Dia do Trabalho, a Semana da Independência, transformando-se em momentos míticos e sagrados, em pleno louvor ao “chefe” da nação. Cf. D’ARAÚJO, M. C. op. cit. p. 36.

de propositivos, como a preservação da memória histórica nacional, a celebração das virtudes patrióticas e a expressividade da imagem sócio-política da República, além de contribuir, dada a sua forma cooperativista, para o combate ao inimigo número um da nação – o comunismo - e para a despolitização do escoteiro, que parecia uma “marca-d’água” impressa pelo carimbo do governante ou um corpo anestesiado por lavagens cerebrais⁵⁷⁹. Essa associação era descrita por seus integrantes enquanto um ambiente de tranquilidade social, de movimentos harmônicos, de pregação do progresso nacional e de doutrinação cooperativa, em que nenhum interesse individual superava o interesse da corporação⁵⁸⁰.

Educação, militarização e moralidade contribuíam para dar uma “feição civilizada” à família e à pátria brasileiras, livrando-se da reputação de habitante de uma terra atrasada, suja, fantasiosa e primitiva. São conteúdos, de certo modo, integralistas, cimentando a base de constituição de um Estado formado por muitas instituições, mas interligadas entre si na defesa do Estado e na pregação anticomunista. Esta atendia tanto aos interesses da Igreja Católica, enquanto uma instituição em nível mundial, quanto serviu de um eficiente instrumento para denunciar, desmoralizar e desvalorizar o adversário e fornecer ao Estado varguista uma legitimidade social para as suas práticas repressoras. Alimentados pela idéia de irmandade, família e nação se mobilizavam “em nome de Deus” para combater os “mancha vermelha”, os hereges que disseminavam o ateísmo, a dissolução da família e da propriedade privada; expulsar os “inimigos de Deus” do solo brasileiro.⁵⁸¹ Esse pensamento autoritário desenvolve-se no Brasil sobretudo após os anos 20, bebendo em fontes fascista (Itália) e nacionalista (Alemanha), interferindo na política e na sociedade brasileiras ao seduzir grupos de cidadãos que, *sob o prisma da doutrina fascista, tentaram propor um modelo político viável para o Brasil*, num período que florescia no país um clima antiliberal, uma guerra ao comunismo por parte da classe média e do clero católico que, *sensíveis à*

⁵⁷⁹ Sobre a militarização da infância e o apoio pelos órgãos administrativos, confira SOUZA, R. de F. op. cit.

⁵⁸⁰ LIMA, R. de. A lei dos escoteiros, lei nacional. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 jul. 1936, p. 05.

⁵⁸¹ CALDEIRA, J. R. de C. *Integralismo e política regional*. São Paulo: Annablume, 1999, p. 14.

*penetração das idéias radicais de direita, transformaram o comunismo em inimigo comum*⁵⁸².

Ao pregar o adestramento físico conjugado com a limpeza mental, o escoteirismo respondia aos anseios de Getúlio Vargas que ambicionava a constituição de um só “perfil racial”, de um tipo físico homogêneo para o brasileiro, combinando o trato do corpo com o desejo de ver uma nação saudável e normatizada, em “marcha” para o desenvolvimento⁵⁸³. A ditadura Vargas produziu ligações “harmônicas” e orgânicas entre o Estado, a família e a defesa da honra nacional, reiventando a honra como uma estratégia de legitimação da autoridade do pai. Honrando o pai e a pátria, o Brasil seria um *Estado nacional unitário, obedecendo a um único senhor. Esta centralização e o reforço da figura do líder dariam (...) maior coesão e unidade ao país e melhores resultados nas ações administrativas do governo*⁵⁸⁴. Ao referir-se a Vargas como o “pai dos pobres”, o regime *buscou tornar naturais as estruturas hierárquicas de autoridade e assegurar a ordem social enquanto promovia a modernização econômica*⁵⁸⁵. A respeito desse “desejo getulista”, Alcir Lenharo se reportou da seguinte maneira:

*A projeção mesma de uma parte física equilibrada com a espiritual dimensiona um conjunto social equilibrado, no qual as tensões e conflitos ficam fora de lugar pela natureza singular de sua constituição. Afinal, um projeto articulado de corporativização avançava nos anos 30 e a imagem do corpo humano impunha-se como necessariamente positiva e acabada para o conjunto da sociedade*⁵⁸⁶.

Em crônica publicada em 01 de abril de 1936, a glorificação do corpo do escoteiro é mais uma vez referendada. Disciplina-se os músculos, disciplina-se

⁵⁸² CALDEIRA, J. R. de C. op. cit. p. 11.

⁵⁸³ Nessa mesma direção de desenvolver o físico das crianças, em 1938 são criados os Clubes de Menores Operários, abrigando adolescentes e combinando nesse ambiente uma extensiva atividade física e moral, tendo em mira o aumento da capacidade e melhoria, a médio prazo, do trabalho profissional.

⁵⁸⁴ ARAÚJO, C. de. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 25.

⁵⁸⁵ CALFIEULD, S. op. cit. p. 42.

⁵⁸⁶ LENHARO, A. op. cit, p. 79.

a vontade. O escotismo é valorizado por sua utilidade física e mental para as crianças, pois oferece-lhes qualidades que os tornam jovens “excelentes”, detentores de civismo, da prática diária de boas ações, da constituição de um caráter nobre e da modelização de uma conduta que estabelece um modo de ser aos sujeitos envolvidos. Tal adestramento de crianças é tão bem visto pelo tenente Rubens de Lima, que, em agosto de 1936, enfatiza sua prática pedagógica e disciplinar. Os garotos e garotas engajados nessa “digna tarefa” aumentarão as suas potencialidades e aptidões físicas e intelectuais, na ampliação de sua utilidade e docilidade para o corpo nacional, bem como no domínio de cada escoteiro sobre seu próprio corpo⁵⁸⁷. É o que Foucault denominou de bio-política, efeito de uma nova racionalidade disciplinarizante que tem como função controlar o desempenho do corpo individual e investir nos processos da vida social e do Estado Nacional, legitimando os saberes a ensinar e as condutas a adotar⁵⁸⁸.

A “cartilha” do escoteiro é um dispositivo moral que facilita o consumo de doutrinas corporativas, muitas delas atreladas a um projeto mais amplo, ligado não apenas ao sistema militar, mas ao próprio regime ditatorial de Vargas. Assim pensando, o escoteirismo pode ser compreendido enquanto um mediador entre o Estado varguista e a família, dissolvendo um conteúdo totalitarista em uma doutrina emotiva, moralista e dada ao espetáculo e ao triunfo, à valorização do princípio de autoridade e ao heroísmo, servindo de esteio para a organização do Estado Nacional. O tenente Rubens de Lima, em Pernambuco, foi um divulgador de “mão cheia” desse abecedário escotista e paramilitar, usando de um palavreado carregado de sutilezas, anunciando o desejo de que às forças militares fosse entregue a missão de construir o homem ideal para a Nação, formando-o desde pequeno até o aperfeiçoamento do chefe, o qual deveria ser um exemplo, nunca um “frouxo” diante de seus liderados:

⁵⁸⁷ O escotismo. *Diário de Pernambuco Recife*, 01 abr. 1936, p. 05 (secção Gury); LIMA, R. de. op. cit. p.05.

⁵⁸⁸ FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*.

*Não és educador? Não és responsável pelo destino de dezenas de crianças? Sim. É mais que isso. Se eles forem maus escoteiros tu és o culpado, ó chefe escoteiro! Lembra-te, nesse particular, que saindo de tua tropa, o menino será um bom ou mau propagandista de tua causa. Como atuar, pois? Primeiro e antes de tudo como exemplo. Antes de te preocupares com o menino, tens de transformar tua mentalidade, estudar sempre, investigar tudo, educar-te afinal. Bronco e ignorante, áspero ou inerte, viciado e desalinhado, de qualquer modo tornar-te-ias um péssimo educador. Os meninos olham-te constantemente*⁵⁸⁹.

Exige-se do líder uma completa infabilidade e uma obediência “cega” aos códigos de conduta prescritos na Lei Nacional. Esse código é dito como um modelo de evangelho salutar aos integrantes e à Nação. Seguido desse evangelho, o chefe não deve errar, nem falhar, nem dar mau exemplo, depurando os costumes sociais que pudessem ferir a constituição dessa organização. É chefe, é líder, é mestre, é um exemplo a ser seguido e, dessa maneira, só pode colecionar acertos. Deve, portanto: a) investir na educação para não ser bronco nem ignorante; b) cuidar da aparência para não se mostrar desalinhado perante os liderandos; c) lidar com as dificuldades físicas ou mentais como um ato de amor e varonilidade; d) suprimir os caracteres agressivos que caracteriza essa relação de poder; e) ser protetor, justiceiro, chefe militar, mantenedor da ordem, modelando os seus liderados à sua imagem e semelhança; f) estabelecer uma harmonia com os demais participantes do grupo, submetendo-se à vontade de seus superiores⁵⁹⁰. Numa instituição balizada na hierarquização, o ordenamento é imprescindível para a manutenção da disciplina e do bem-estar da corporação. A hierarquização é uma micropolítica de coerção dos estímulos, visando a modelagem do sujeito desejado.

Como é possível perceber no discurso supracitado, a organização escoteira é pautada num discurso “auxiliar” do governo varguista, funcionando como uma cruzada de “conscientização política do cidadão”, mediante a

⁵⁸⁹ LIMA, R. de. O verdadeiro chefe escoteiro. *Diário de Pernambuco* Recife, 09 ago. 1936, p. 05.

assistência a outros membros do grupo escoteiro, a produção de estímulos econômicos e a construção da imagem de um líder limpo física e moralmente. O escoteirismo era, assim, uma escola de disciplina e de “união”, assegurando a regeneração da criança buliçosa e a lapidação do trabalhador produtivo, “consciente” de que o seu trabalho e a sua obediência são fundamentais para o engrandecimento nacional⁵⁹¹. Era, portanto, uma responsabilidade biológico-moral, uma tentativa de ajustar o Brasil à modernidade, instaurando uma reordenação político-institucional de maneira que a República fosse capaz de “livrar” o Brasil do “atraso” em que andava (sub)metido. Para tanto, cabia ao Estado dispor de uma estratégia disciplinar que envolvesse educação, higienização, saneamento e racionalidade por um lado e, por outro, criar estímulos, emoções, adestramento, divertimento e gozo.

O líder e os seus liderados são produtos de códigos prescritos, de leis instituídas, de estatutos orgânicos. São projeções de uma época que ansiava a unidade política da nação. Surge das leis um escoteiro moldado, um líder submisso, uma pedra, antes áspera e perfurante, mas agora lapidada e de superfície lisa. O liderado ama o seu líder, alegra-se no desejo de servi-lo, doando-se a ponto de fazer o melhor que puder, pondo em prática uma “relação afetiva” entre o chefe e os seus súditos, a qual fundamenta-se em relações pessoais eivadas de sentimentalismo⁵⁹². É a mística da solidariedade, dos laços familiares ultrapassando os limites da casa e alcançando o território das instituições civis, militares e estatais. Isso também estava previsto nos códigos do Escoteirismo. Aliás, como argumentou Maria Célia Paoli, os membros da sociedade são produtos de leis. Na sua concepção,

É nas leis trabalhistas que emerge o operário. Nas leis sindicais que emerge a classe, nas corporações industriais e nos conselhos de Estado que se delinea a burguesia, nos planos de urbanização que aparecem as cidades, na Justiça do Trabalho que aparecem os direitos

⁵⁹⁰ LIMA, R. de. A lei dos escoteiros, lei nacional. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 jul. 1936, p. 05.

⁵⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 05.

*sociais e civis, na oficialização das datas e comemorações que aparece a cultura, na regulamentação do trabalho e do voto feminino que aparece a mulher, no código civil que aparece a família, nos registros policiais que aparece os conflitos, na burocracia federal que emerge a nação*⁵⁹³.

O corpo, enquanto um resultado de múltiplas intervenções pedagógicas, é marcado muito mais pela cultura em que está inserido do que por uma *presumível essência natural*⁵⁹⁴, adquirindo diferentes sentidos, resultante de um investimento de poderes reguladores, que impõem limitações e obrigações. O escoteiro, para assimilar o espírito do trabalho, precisa ser trabalhador; pegar na enxada, abrir os leirões, não ter medo do sol. Assim posiciona-se o tenente Rubens de Lima:

*Esta instituição não se abriu para viver em gabinetes nem para simples volteios pelas ruas da cidade! É um problema de solução prática, só se define pela produtividade, só se impõe pela fraternidade, e nas várias modalidades de seus planos, reflete pelo recalçamento das degenerescências, taras, vícios e hábitos, sobressaindo no meio de tudo a figura do Chefe como o que possui a maior personalidade entre os que edificam*⁵⁹⁵.

Para compreender o corpo enquanto um “templo” em que os regimes discursivos e o poder são inscritos, é necessário recordar Foucault, para quem é necessário mostrar de que maneira se articulam os dispositivos de poder diretamente ao corpo, a funções, a processos fisiológicos, a emoções e a prazeres:

⁵⁹² LIMA, R. de. A lei dos escoteiros, lei nacional. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 jul. 1936, p. 05. p. 05.

⁵⁹³ PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LENHARO, A. op. cit., p. 24.

⁵⁹⁴ FRAGA, A. B. *Corpo, identidade e bom-mocismo*: cotidiano de uma adolescência bem comportada. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 99.

*Longe do corpo ter de ser apagado, trata-se de fazê-lo aparecer numa análise em que o biológico e o histórico não constituam seqüência, como no evolucionismo dos antigos sociólogos, mas se liguem de acordo a uma complexidade crescente à medida que se desenvolvem as tecnologias modernas de poder que tomam por alvo a vida*⁵⁹⁶.

Rubens de Lima explora determinadas imagens de comando e submissão nas relações de poder entre chefe escoteiro e os seus liderados, definidas pelo culto ao trabalho, obediência para a construção de um corpo hábil forjado na labuta cotidiana, no fervor trabalhista, na fé no progresso da nação, na repugnância a vícios e a hábitos que degenerem a moral do cidadão. A política do culto à personalidade é visível nesse discurso, utilizada como tática que visa o controle social e a formação de um homem “superior” que não ceda à horizontalização da sociedade, à quebra das hierarquias que o liberalismo e o movimento feminista pregavam. O chefe é apresentado por Lima de maneira hagiográfica, isto é, como um domador de almas, um guia espiritual que deve se apresentar dignamente, com uma postura infalível, gestos equilibrados, palavras plácidas, mas firmes, enérgicas, que inoculem no ouvinte o respeito à pátria, ao lar e à religião⁵⁹⁷.

Para Rubens de Lima e Newton Cavalcanti, a hierarquização rígida e fortemente centralizadora constitui uma baliza a ser observada por todos os integrantes do escoteirismo, para não quebrar a harmonia e o “espírito corporativista”. A cooperação é convertida numa instância norteadora das relações entre os escoteiros e extensiva ao resto da sociedade. O chefe é quase um ser onipotente, possuído por um forte sentimento de orgulho no cumprimento de sua função. Há uma referência teológica a lardear o discurso do escoteirismo: *Prometo pela minha honra, esforçar-me o mais possível para servir a Deus e a*

⁵⁹⁵ LIMA, R. de. A lei dos escoteiros, lei nacional. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 jul. 1936, p. 05.

⁵⁹⁶ FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1*, p. 99.

⁵⁹⁷ LIMA, R. de. A lei dos escoteiros, lei nacional. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 jul. 1936, p. 05.

*minha Pátria; auxiliar o próximo em todas as ocasiões e praticar a lei de escoteiro*⁵⁹⁸. O integrante despoja-se de sua personalidade e passa a constituir um corpo, a pertencer a uma “alma” escoteira, a possuir um espírito nacional.

Ser chefe escoteiro é responder afirmativamente ao decálogo elaborado pela Lei dos Escoteiros, uma lei nacional que prescrevia um receituário a ser fielmente cumprido. Em sua “sinceridade patriótica”, deve ser um homem de uma só palavra, pois a *sua honra vale mais que a própria vida*, sendo leal às autoridades e à nação, estando sempre alerta para ajudar o próximo e praticar diariamente boas ações, ser amigo de todos, praticar a cordialidade, ser destro moralmente, cuidar dos animais e das plantas, enfim, cumprir um conjunto de princípios adotados⁵⁹⁹. O líder é disciplinado para ser uma matriz dos seus liderados. É o desejo que permeia o Estado Nacional de construir o brasileiro uno, homogêneo, sincronizado, ilustrando o modelo de uma “família brasileira” totalitária, respondendo a uma “política biológica” de eugeniação da nação. O líder escoteiro assemelha-se a Getúlio, o chefe da nação, o líder “onipotente” em seus discursos e “onipresente” nos Estados da União (estando presente em discursos propagandísticos, em cartazes, em cadeias de rádio). Esse líder é também “pai” de uma grande nação, orgulhoso de sua missão disciplinar sobre o corpo nacional, criando “forças da nacionalidade” como a Constituição de 1934, a Constituição de 1937, o voto feminino, e usando estrategicamente os veículos de propaganda para disseminar um discurso de aproximação com as denominadas “classes populares”, como os trabalhadores⁶⁰⁰.

Na crônica do general Newton Cavalcanti, percebemos que estão bem expressos o caráter educacional e as tecnologias modernas de poder empregados para a modelização do escoteiro. Em tempos de perdas de atributos masculinos, o escoteiro teria um corpo e um espírito sãos; um porte físico capaz de batalhar pela nação brasileira, de vencer guerras comunistas e intentonas. Newton Cavalcanti, em 05 de maio de 1936, fala aos trabalhadores de Jaboatão-PE da importância de inscrever seus filhos no exercício do escoteirismo, pois,

⁵⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 05.

⁵⁹⁹ LIMA, R. de. op. cit. p. 05; CAVALCANTI, N. Campanha escotista. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 abr. 1936, p. 05.

com essa atitude, todos emprestarão larga colaboração *ao fortalecimento da ordem, consolidarão a união nacional, auxiliarão o governo no fomento às nossas fontes de produção, criando uma coletividade de jovens dedicados à educação integral, ao trabalho, à disciplina, ao civismo, à moral e ao respeito à lei*⁶⁰¹. Esse discurso estava balizado nos ideais propostos por Getúlio Vargas, centrados em conceitos como progresso, federalismo, modernização e disciplinamento do corpo nacional. O regime ditatorial de Vargas funciona como uma instituição integralista, como um corpo articulado às juntas e medulas. A esse respeito, diz Lenharo:

*Assim como o corpo humano cresce para o amadurecimento e o apogeu e requer cuidados especiais para não decair, o corpo social requeria, para sua estabilização, a introdução de instituições integradoras, novos conteúdos espirituais e, acima de tudo, a condensação de uma escala de poder que coordenasse e integrasse as diferenças sociais num ponto ótimo*⁶⁰².

Amparado por tais conceitos, o movimento escoteirista tinha objetivos bem delimitados para adestrar o corpo de crianças e adolescentes que se inscrevessem em suas fileiras, receitando ocupações mentais e físicas para os seus participantes a fim de moralizarem o corpo pelos exercícios físicos, aprimorarem-se eugenicamente e inocularem os preceitos que os farão bons trabalhadores e bons “condutores sociais”: 1) cumprir a lei do escoteiro, assumindo compromisso de honrar a pátria tanto na sua vida pública quanto na particular; 2) quando adulto, auxiliar a educação da juventude, somando as suas energias, seu trabalho e seus recursos; 3) colaborar para o adestramento dos jovens nos vários ramos de sua proficiência, *a fim de que eles se tornem os especialistas práticos, os executores dos princípios ditados pelas mais altas capacidades de nosso meio*. Num ambiente marcado pelo “bom comportamento”,

⁶⁰⁰ Acerca das forças nacionalistas criadas por Vargas, confira a obra de LIPPI, L. O. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

⁶⁰¹ O escotismo. *Diário de Pernambuco*. Recife, 06 mai. 1936, p. 09.

⁶⁰² LENHARO, A. op. cit. p. 142.

o escoteirismo torna-se uma oficina que desafia muitos jovens, pois nela só pode ingressar os *que tenham ânimo, vontade forte de triunfar. Os desanimados e comodistas, os egoístas e fracos, não são capazes de mourejar nestas alas porque a campanha é tão externa, o campo tão vasto, que estiolam realmente*⁶⁰³.

O corpo do escoteiro, assim como o corpo da “família nacional”, era tatuado pelas marcas da obediência e da submissão, uma cópia legível de uma mocidade bem comportada, uma demonstração da regra que produzia instrumentos lapidados pelo discurso patriota. O escoteirismo lançava um discurso de restauração da situação flácida do homem e da pátria brasileira, crente na positividade moral e social que o “processo civilizador” comportava, estimulando a solidariedade entre trabalhadores e entre setores sociais, promovendo a docilidade política e inculcando noções de virtude e de utilidade nacional. Ao lado dessa estratégia de poder, outras serão utilizadas por autoridades políticas e civis para formar o caráter da “família ideal” da República, sendo o discurso da domesticidade uma dessas táticas, conforme veremos na cena seguinte.

⁶⁰³ LIMA, R. de. A lei dos escoteiros, lei nacional! *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 jul. 1936, p. 05.

Rupturas



Mulheres Feministas na Década de 30

CENA IV

4. A MODERNIDADE É MULHER: As “filhas de Eva” no paraíso tupiniquim

4.1. “QUERO UMA ESPOSA QUE SÓ DEPENDA DE MIM”⁶⁰⁴: Afirmando o lugar comum

A mulher deve ser bela, deve ter graça e encantos. Nem todas podem ser lindas, que a formosura não ficou em dote a todas as filhas de Eva, mas todas podem ser belas.

(Almeida Garret – A Educação da Mulher, Diário de Pernambuco, 07 nov. 1926)

ônico útero-ovariano, elixir para as damas do Nordeste, revistas de moda francesa a descoser e a coser novamente os vestidos das elegantes mulheres do Recife, cortes de cabelo que se destacam por ser a “última moda” em Paris, penteados reluzentes com os cosméticos tipo exportação, palitós cintados “*et caterva*”, cremes e rouges para afinarem a pele do rosto das mulheres, elegâncias importadas dos armários e avenidas de Paris, filmes de Hollywood a americanizar os beijos tropicais e a despertar nas jovens a sensação de modernidade nas terras tupiniquins. Nas ruas do Recife, as mulheres desfilam preocupadas com a estética do bom vestir, perdendo aos poucos o anonimato, descortinando uma geografia que há pouco lhes revelara estranha. São, conforme Abrantes, dispositivos de deslocamentos que permitem que o feminino pratique gestos mais amplos e assumam outras rostidades⁶⁰⁵. Na casa, uma mulher que, influenciada pelos modismos europeus, vive angustiada e atormentada para

604 Título retirado do artigo de jornal “A esposa perfeita”. Diário de Pernambuco. Recife, 02 abr. 1939, p. 04.

605 ABRANTES, A. *Imprensa e construções do feminino no Brasil (1850-1920)*. João Pessoa: ANPUH, 2000, p. 235.

continuar “na moda”. No cinema, filmes policiais e românticos povoam a tela e a imaginação do público.

O discurso jornalístico, destacando-se as secções destinadas ao público feminino, registra as mutações nos códigos de sensibilidade, os novos espaços abertos à circulação das mulheres. Essa produção discursiva produz subjetividades femininas via propagandas e *slogans* de produtos de embelezamento, rapidamente assimilados, *corporificados na mitificação da vaidade, do corpo, objeto do prazer*⁶⁰⁶. As secções de jornais por nós pesquisadas (Femina, Feminina, Magazine, Moda e Comportamento, Cenas e Telas) agenciam signos de uma feminização, construindo cenas dissonantes das elaboradas por Gilberto Freyre. *Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres passam assim a vivenciar lugares públicos através do uso da palavra impressa, o que lhes conferem uma visibilidade antes interdita*⁶⁰⁷.

A partir do início do século XX, as mulheres de elite começam a ganhar visibilidade pela incipiente indústria como uma consumidora em potencial das últimas novidades, recusando os modos de codificação preestabelecidos pela “cultura patriarcal” para construir outras formas de sensibilidade e novos modos de relação com o outro. No entanto, essa subjetividade emergente é de natureza maquínica, modelada, fabricada para ser consumida pelo modelo burguês de mulher. São moléculas industriais que fabricam uma “representação ideal” de ser mãe, mulher e esposa. Ocorre uma mutação da subjetividade feminina no tocante à percepção do mundo, de se envolver com os códigos urbanos emergentes, com os processos maquínicos do trabalho e do lazer. Tudo isso não emerge isoladamente, mas em *conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo*⁶⁰⁸.

O “corpo feminino do detalhe”, como argumentou Chagas, cristaliza-se como um conceito a ser pensado pela força que significa o batom, o enfeite, o

⁶⁰⁶ CHAGAS, E. P. Corpo feminino do detalhe... uma possibilidade de construção de novos territórios para a subjetividade feminina. In: ROMERO, E. *Corpo, mulher e sociedade*. São Paulo: Papirus, 1995, p. 134.

⁶⁰⁷ ABRANTES, A. op. cit. p. 235.

⁶⁰⁸ GUATTARI, F.; ROLNIK, S. op. cit. p. 27.

chapéu, o exercício físico, violentando as formas de ser e de estar da mulher colonial: gordas, desprovidas da beleza conforme construída pela modernidade. A República brasileira, em particular as décadas de 20 e 30, apresentam-nos mulheres enfeitadas, ornamentadas de cores e cortes que encantam, mas que também mascaram sua própria escravidão à moda, sua subserviência ao masculino através do batom Michel que marca os lábios, do pó facial Neve que encobre as manchas, do chapéu Cappellier que esconde a subordinação. São mulheres que *escapam ao real através do viés da simulação e constroem existências inabarcáveis totalmente pela razão masculina*⁶⁰⁹.

Enfatizar a mulher enquanto um sujeito é situa-la historicamente, atentando para as possibilidades de redefinições e de subjetivações do gênero feminino no seu movimento histórico. É perscrutar os territórios que possibilitam à mulher novas experiências de pertencimento que apontavam para a emergência de novas sensibilidades sociais e novas posturas de ser mulher, intrinsecamente relacionadas com um amplo processo de crescimento urbano-comercial, na modernização dos serviços e das áreas de lazer, do incremento dos espaços públicos, vivenciados pela população recifense e patrocinados pelos governos Estadual e Municipal, também desejosos de transformar a cidade num “cartão de visitas” para estrangeiro ver. Esses acontecimentos, como foram estudados na Cena I, estavam sintonizados com outras transformações experimentadas, de modos diversos, por todo o Brasil.

Como foi construída a imagem feminina a partir das primeiras décadas do século XX, no Recife? Quais as visões que os articulistas, em sua maioria do sexo masculino, apresentaram sobre a mulher? Nesta cena, analisaremos um *corpus* documental que apresenta distintas opiniões sobre o gênero feminino, polarizadas e múltiplas, que vão desde uma “rainha do lar” à fútil melindrosa, dada ao consumo e ao parasitismo. É, portanto, ambígua a maneira pela qual os articulistas enxergavam a mulher e sua participação no cenário público, construída ora como consumidora, ora como dona-de-casa, ora como acompanhante e adorno do marido. No entanto, em qualquer uma dessas

⁶⁰⁹ CHAGAS, E. op. cit. p. 132.

imagens, é enfatizada a posição secundária que ela ocupa, ganhando relevo sua “natural” posição: ser mãe e ser esposa.

Sinuosidades, curvas retilíneas, corpos modelados, espartilhos sendo substituídos por novas combinações, cabelos que se encurtam, saias que fogem ao padrão tradicional são signos de uma transformação da concepção do corpo e da economia do prazer. Entre revistas de moda, vestidos de modelos franceses e muito requinte, vai sendo criada uma outra geografia para a mulher, permitindo que esta se aproprie dos elementos da subjetividade e produza novos processos de singularização. São modos de referência e agências de enunciação que causam muita confusão entre os que defendiam a mulher enclausurada na alcova e os que pregavam a sua “libertação”. À parte as opiniões de articulistas que pensavam a mulher a partir de sua negação, as secções de moda e comportamento encerram o ser feminino nos limites do seu próprio corpo, competentes para o consumismo e para a captura do desejo. Padronizado sob medida, esse corpo é homogeneizado, serializado e normatizado, *sufocando a estética em prol de um belo colocado socialmente*⁶¹⁰.

Como são posições conflitantes sobre o feminino, optamos não partir de um lugar social acabado, pronto, mas de um lugar construído, marcado pelas desigualdades, pelo binarismo de opiniões, pelas múltiplas possibilidades de elaboração de vida, atravessadas por relações de poder que transitam, agem, imprimem sobre os corpos marcas culturais, estabelecem regimes de verdade, efeitos de poder, discursos sobre o sexo, os gêneros, o flapper, a fisiologia⁶¹¹. O feminino não irrompe como essência, não segue um modelo universalizante de ser mulher. Surge como vivência, experiência, forjado na sociedade plural, esfacelada em idéias, desiludida, muitas vezes, com as promessas das razões falocêntrica e eurocêntrica, que ensina a valorizar a vida a partir do outro, a negar a alteridade em virtude do lugar-comum⁶¹².

⁶¹⁰ CHAGAS, E. P. op. cit. p. 131.

⁶¹¹ A vida moderna também criou “tipos estranhos”, como o “flapper”: ‘O flapperismo’ pode-se dizer que resulta de uma fusão dos dois sexos: é uma espécie de gênero neutro, mesmo porque um dos seus postulados é a negação do amor, como coisa prejudicial e frívola”. Cf. Vida Moderna. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jun. 1924, p. 07.

⁶¹² FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. CHAGAS, E. P. op. cit. p. 125-128.

Após a Proclamação da República, a importância atribuída ao Estado e à educação ganha visibilidade na criação de uma família/nação normatizada, na elaboração da cidadã ideal. A mulher recebeu uma função política de educadora do lar e o seu reconhecimento político estava *dentro dos parâmetros normativos, elementos que capacitavam a mulher à formação de outros cidadãos, pois sua função era a reprodução, não somente biológica, mas também ideológica da unidade básica da nação, a família. A idéia defendida era a de fraternidade nacional, em que o Estado liderado paternalmente representava a unidade da pátria, defendida por heróicos cidadãos*⁶¹³.

Em matéria intitulada *A transformação do lar*, o articulista do Diário de Pernambuco assusta-se com os deslocamentos do corpo feminino do seu lugar-comum, defendendo a imagem de uma mulher preocupada com o bem-estar da família. Para ele, o lar se dissolvia porque a “melindrosa”, uma consumidora fútil, que cultivava a própria imagem, preocupava-se muito pouco com o lar e muito mais em desfilar com suas roupas requintadas de lantejoulas, de vieses franceses e de brilhos estrangeiros⁶¹⁴. Cheia de charme e circunscrita por novos costumes, a melindrosa era construída como o ser que sentia-se envolvida pela época dos automóveis, das buzinas, dos clubes, dos chás dançantes, do *footing*, da vida pública que se tornava mais intensa. Sonhava com a dança, circulava no cinema com roupas mais suavizadas e com cabelo curto, sepultando a “velha mulher” e redesenhando uma outra fisionomia feminina enérgica, ávida por novidades e por movimentos, com manuseios ágeis e sensuais. A melindrosa, mesmo modelizada por um padrão de referência estético, pode ser vista como o gênero que gesta novos desejos e afetos, mudando a sua relação com o corpo, cuidando de si e de sua aparência. Desconstruía a antiga representação da mulher ao mesmo tempo que escandalizava o articulista que, sem assinar o artigo, evoca a “feição tradicional” do lar, considerado o templo, o santuário da família, o ambiente em que os sentimentos mais ternos são cultivados e aprimorados. No templo-lar, a figura do chefe de família relembra o sacerdote de cultos primitivos, enquanto a

⁶¹³ COUTO, R. C. de M. *Eugenia, loucura e condição feminina*. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Carlos Chagas, n. 90, ago. 1994, p. 55. Veja ainda GARRET, A. A educação da mulher. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 nov. 1926.

⁶¹⁴ Vida Moderna. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jun. 1924, p. 07.

mãe é assemelhada à pitonisa, uma mulher vigilante que procura manter aceso o fogo sagrado do amor e do carinho, da poesia e do doce convívio⁶¹⁵.

Na família-santuário, os atos cotidianos – o despertar, o comer, o deitar – são transformados em rituais religiosos, em uma liturgia sagrada desenvolvida pelo “sacerdote”, pela “pitonisa” e pelos discípulos – os filhos. A mulher e os filhos preparam-se para receberem, à tarde, o “guardião do lar”, o chefe de família que volta de suas fadigas diárias. Emergindo como um conceito nesse momento, o lar é descrito como uma árvore frondosa que espalha para os seus membros frescor de lago tranqüilo; *é o traço de união que prende os membros da família, gera-lhes o sentimento das obrigações e dos auxílios recíprocos; são todos ramos de um mesmo tronco em que se reúnem e se confundem*⁶¹⁶. A figura da mãe nesse artigo é mítica, gerando, alimentando, suportando, dirigindo e mantendo a vida, incutindo nos homens os princípios sólidos de uma moral cristã, “essencial” para a formação de uma boa índole. Com risos e com lágrimas tem o filho, oferece-lhe o peito, alimenta-o constantemente. Suas qualidades maternas influenciarão bastante na constituição moral do homem brasileiro. Reúne em si as forças da natureza, tornando-se ao mesmo tempo auto-suficiente e carente de carinho, de amor, de um olhar meigo do “guardião do lar”. Apegada ao templo-lar, necessita dele para viver ou para morrer. A mãe é dita como fada no seu território mágico – a casa -, o santuário situado longe dos conflitos da rua, da gritaria, da molecagem⁶¹⁷.

Definindo a identidade feminina a partir do lugar dos papéis sexuais, o articulista enfatiza que as novas idéias que caracterizam esse momento tiravam, aos poucos, a mulher da posição de passiva, de silenciosa, de “recatada”, de “mulher-sentimento”, transformando o lar em um local onde os seus membros, desconexos entre si, congregavam-se. Faltava-lhes o feitio, a cor própria do ambiente tradicional; faltava-lhes o espírito religioso, o traço da comunhão humana, o perfume de antigüidade confortante e exalante. Essa instituição antiga estava desaparecendo nas grandes capitais, já que a modernidade roubava os

⁶¹⁵ A transformação do lar. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 jun. 1924, p. 07; *Vida Moderna. Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jun. 1924, p. 07.

⁶¹⁶ A transformação do lar. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 jun. 1924, p. 07.

⁶¹⁷ A transformação do lar. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 jun. 1924, p. 07.

atributos principais desse “santuário da família”. Nessa produção discursiva, a mulher oscila entre o corpo da espera incansável de Penélope – fiando ininterruptamente, construindo e desconstruindo a mesma tarefa, desprovida de um sentido que a justifique – e o corpo *da entrega absoluta ao Ulisses desterritorializado, puro artefato desprovido de sentido*. É um amor padronizado, de entrega ao outro, sem problematizar os padrões de referência que instituem normas para pensar o corpo, as relações de gênero, os papéis femininos. De Penélope a Melindrosas, *o fato é que a captura geralmente nos encerra em relações que semeiam corpo e amor com base em lógicas instituídas de fora*. É o amor da mesmice, do tecer e do desmanchar, do Ulisses na rua e da Penélope vigia da casa:

Ulisses viajam, não tecem. Andam por toda parte, sem estar em parte alguma. Fios, humanos ou não, não ocasionam um tecer, mas são pedaços-imagem de mundo de que Ulisses tenta se apossar a cada aventura. O mundo torna-se assim absoluto: Ulisses e o outro (todas as outras) que ele penetra. Pedaços cuja montagem forma uma imagem de mundo. Ulisses eternamente condenados à vontade de partir⁶¹⁸.

Lar e religião comungavam-se nesse artigo. A maternidade, santa e sofredora, é o ápice em que se encerra a grandeza da moral humana. A mãe é um complexo formado por dor e glória, espera e ausência do marido, expressões que se conectam para resumir a sentimentalidade da genetriz, não dada à aventura, porque é nesta que se evidencia o processo de desterritorialização, objeto de pânico para si, para o marido e para a nação. Assim como Maria, a mãe é a lição viva da educação afetiva no desenvolvimento dos filhos, devendo estes invocarem os símbolos expressos da ladainha à mãe de Cristo (*Salve, Rainha,*

⁶¹⁸ GUATTARI, F. ROLNIK, S. op. cit. p. 285; Confirma ainda CHAGAS, E. P. op. cit. p. 129-130.

mãe de misericórdia, vida doçura, esperança nossa, salve!) e os oferecerem a própria mãe, a *mater dolorosa*, o odre espiritual cheio das mágoas humanas⁶¹⁹.

A mulher, portanto, é policiada em suas atitudes por uma rede de saberes, dentre os quais situa-se o pensamento de base católica, que ordena a mulher, controlando seus gestos, seus desejos, suas emoções através de fórmulas “sagradas”. Santuário, altar e púlpito fervente são metáforas utilizadas para amedrontar o “sexo frágil” e alerta-las do perigo da desterritorialização, visto como desagregador de lares. São micropolíticas que agem sobre os corpos e sobre as mentes dos integrantes do “santuário familiar”, investindo em temas como a sexualidade, a monogamia conjugal e a virgindade, ordenando as mulheres a cultivar o lar, exaltar a moralidade e reprimir sexualmente as crianças, baseadas em leituras de encíclicas e de bulas papais. É um trabalho pedagógico que atua de forma a produzir uma subjetividade modelizada a partir dos discursos normativos. Quando isso acontece, os indivíduos reproduzem os modelos e padrões de referências e não criam saídas para os processos de singularização⁶²⁰.

A tríade lealdade, domesticidade e maternidade encaixa-se num grande mosaico social, sendo a mulher uma peça do silêncio e, muitas vezes, da constante ausência de afeto entre o casal moderno. E mesmo sendo vistos e ditos como modernos, homem e mulher desempenhavam as suas funções “inerentes” ao gênero, legitimadas socialmente. E nessa distribuição social de funções, as convenções tradicionais estiveram presentes, desde o início, nesse modelo familiar, pois o homem continua dominador e pouco sentimental; as mulheres leais, domésticas e maternas, para que fossem classificadas como santas e ordeiras, como é possível verificar na ilustração seguinte, extraída da matéria *Harmonia Conjugal*, do Diário de Pernambuco, em que o amor romântico parece já freqüentar o relacionamento conjugal, muito embora as ocupações para os gêneros continuem bem delimitadas. De terno e gravata, o marido volta do

⁶¹⁹ A transformação do lar. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 jun. 1924, p. 07; ALMEIDA, J. L. de. O dia do casamento. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jun. 1924, p. 07. Veja ainda: AUSTREGÉSILO, A. op. cit. 1923;

⁶²⁰ Confira GUATTARI, F. ROLNIK, S. op. cit.

trabalho trazendo flores para a companheira que prepara a comida para o amado. É uma fórmula sintética de “harmonizar” o relacionamento:



A família burguesa passou a assimilar e a valorizar a literatura sobre puericultura e sobre educação infantil, que começou a circular no Brasil desde o final do século XIX. A saúde dos bebês torna-se uma preocupação para os pais e para a nação, e o discurso médico-higienista ganhou novas admiradoras que lotavam os consultórios médicos. Tornou-se ridículo uma criança estar suja, malcheirosa e maltrapilha. Ser higienizado era uma exigência da República que ainda estava em cueiros. O estilo moderno de cuidar e educar os filhos triunfava e a nação queria expelir o mal cheiro dos tempos passados e sanear o novo modelo de família. Ir aos consultórios médicos tornou-se quase uma obrigação, cuidando bem da aparência física. Para isso, a clínica dentária de Dr. Barros Monteiro, localizada na Rua Nova, corrigia anomalias dentárias, tratamento de piorréias, usando processos modernos através de aparelhos elétricos como os raios ultravioletas, alta-frequência, raios infra-vermelhos, endoscopia, atomização e termocautério⁶²¹.

Num contexto em que o comportamento social era o indicador capaz de “garantir a cidadania ou estabelecer a normalidade”, o discurso dominador

enclausura nos “mosteiros” da repressão sexual a libido e qualquer manifestação sexual que saísse dos limites dos cânones propostos pelos documentos papais. O sexo é desvalorizado e as relações sexuais, mesmo entre os cônjuges, são mal ditas e mal vistas, precisando exorcizar o corpo feminino pela via da maternidade. A mãe é mostrada como pitonisa, como deusa, impensável, portanto, como portadora de uma sexualidade. Assim como Maria, a mãe santa é um instrumento de operação da graça divina. A deserotização do seu corpo permite a infantilização do feminino e provoca uma relação corpo/espço baseada em dois procedimentos: a) na domesticidade, na interioridade do lar, na proteção da família; b) no distanciamento das decisões político-sociais, afastando-a dos processos de mudança política e de transformações econômico-sociais, limitando, dessa forma, o seu poder de transformação. A emancipação feminina é descrita como um cancro que infecta o corpo saudável da família e do Estado:

A emancipação política da mulher (...) é incompatível com o estado de dependência natural feminina, sobre a qual vive o casamento, o que constitui um conflito de sérias conseqüências entre a condição de proteção e de paternidade. Há uma eqüidistância natural entre o problema da natalidade e o feminino. A mulher, na posse dos mesmos direitos que os homens, renunciaria a maternidade, cuidando de fugir da mesma⁶²².

Esses procedimentos podem ser entendidos enquanto dispositivos disciplinares de controle social que atuam na produção de um perfil feminino retido ao lar, exibindo bondade, meiguice, doçura, sentimentalidade e total submissão ao modelo cristão, à Virgem Maria, à imagem sagrada do catolicismo romano que a eleva à categoria de “Rainha dos Céus” através do dogma da Assunção. Usando metáfora de semelhante significado, esse discurso elevou a

⁶²¹ Diário de Pernambuco. Recife. 07 ago. 1928. p. 2

⁶²² A decadência do amor. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 ago. 1924 (grifos meus).

mãe à “Rainha do Lar”, dando-lhe uma natureza espiritualizada, mitológica, mostrando o céu como elo de comunhão com a terra. *Gemitus matris tuae ne obliviscaris* (“Não esqueças os gemidos de tua mãe”) é a máxima usada pelo catolicismo para assemelhar a mãe à Maria e provocar nos filhos uma afeição pela genitora, o “gomil da dor”, o “depositário da vida”. O corpo da mulher é elaborado por um conjunto de estratégias que organizam o seu comportamento dentro de determinadas funcionalidades, como a médica que objetiva a reprodução; a econômica, produzindo filhos para serem futuros trabalhadores; a política, associando a imagem da Nação à família sadia; a religiosa, tornando a mãe um ser dessexualizado que, vivendo sob a égide do catolicismo, ensina, educa, purifica a alma dos seus queridos⁶²³. O discurso católico introjeta-lhe culpa, angústia, repressão religiosa, difunde a repulsa ao sexo com prazer, limitando-o ao domínio procriativo⁶²⁴. É um discurso dominador que marca os corpos e circunscreve o lugar de cada um. É um saber que produz indivíduos que interagem e que se relacionam mediante estruturas hierárquicas, sistemas de valores e de submissão, mantendo entre si relações de poder-saber. Esses discursos institucionais são dispositivos de poder que territorializam os indivíduos, *distribuindo-lhes papéis, isto é, produzindo a subjetividade, oferecendo-lhes um local dentro do qual eles podem viver, construir relações, produzir, tanto em nível material, quanto em nível desejante*⁶²⁵.

A família burguesa ia sendo construída como o microcosmo do Estado, atuando nos corpos como um dispositivo de poder eficaz na domesticação dos seus membros, necessário para tirar o Brasil da condição de atrasado, articulando-se com a elaboração de um novo trabalhador exigido pela modernidade capitalista. São relações de poder que produzem modos de conduzir a vida, que seduzem o outro para o consumo de mercadorias, mas também de discursos, de jeito de ser, de se comportar, de compreender a realidade. Impõem normas sociais, preceitos morais, códigos de conduta, centrando o seu discurso na tríade educação, trabalho e civismo, amparado pelo catecismo católico: *Agora,*

⁶²³ Cf. AUSTREGÉSILO, A. op. cit. p. 11; BELMIRO, C. A. A fotografia na construção da gravidez. In: DUARTE, C. L. *Mulher e literatura*. Natal: EDUFRRN, 1995, p. 569. Veja ainda NERY, A. W. *Mulher e literatura*. Natal: EDUFRRN, 1995, p. 415.

⁶²⁴ FOUCAULT, M. *História da sexualidade I* (a vontade de saber).

que se tornou necessário, o Estado, como guarda do bem estar físico do indivíduo, proibirá a dissolução da família⁶²⁶. Prega a ascensão social, o *status quo*, a docilidade, a afetividade entre os sujeitos, a sujeição ao seu chefe.

No artigo *Em defesa da família*, o articulista enfatiza que o Estado começa no lar, sendo tarefa urgente erguer uma família sadia e religiosa, venerando o pai, a mãe, dirigindo-lhes preces como em um templo religioso⁶²⁷. É urgente, também, erguer uma nação que seja mais uma imagem religiosa do que uma “corte” política, chefiada por um sacerdote que é pai, conselheiro, objeto de culto e louvor. O Brasil é apresentado como uma grande família cujo chefe e domador de almas é o pai, que, por mais severo que seja, não doutrina despoticamente. Corrige porque ama, porque deseja o melhor para a família – o corpo nacional. Suas palavras são duras e plácidas ao mesmo tempo.⁶²⁸ Há uma atmosfera religiosa entre o presidente da República e os seus comandados, entre a veneração à mãe e à pátria, entre o culto à Maria e à República. Dessa forma, o discurso político perscruta, mediante símbolos, o cotidiano familiar e reforça o modelo de gênero feminino ainda herdado do período colonial, alternando-se, todavia, com preceitos científicos. Conforme Foucault, as sociedades ocidentais produziram discursos sobre o corpo, uma ciência corporal elaborada com base em diversos conhecimentos como a medicina, a pedagogia, a demografia, estabelecendo a confissão como um ritual mediante o qual o indivíduo pode se livrar de qualquer desvio de conduta que possa comprometer a sociedade⁶²⁹.

Em reportagem de 30 de março de 1924, a eficiência da família foi medida pelo seu termômetro principal: a mãe. Para saber de sua efetiva submissão ao chefe e aos deveres da pátria, trinta e três perguntas foram elaboradas e formuladas às mulheres casadas, centradas na alegria e no orgulho da mulher no desempenho do trabalho doméstico, na rapidez da sua execução, no divertimento com a família, na transformação da casa em um lugar sossegado, na contenção dos gastos domésticos, no preparo de comidas apetitosas e econômicas, no

⁶²⁵ SIEBERT, R. S. de Sá. As relações de poder-saber sobre o corpo. In: ROMERO, E. *Corpo, mulher e sociedade*. São Paulo: Papyrus, 1995, p. 27.

⁶²⁶ Em defesa da família. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1928, p. 02.

⁶²⁷ Idem, *ibidem*, p. 02.

⁶²⁸ Em defesa da família. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1928, p. 02.

⁶²⁹ Confira FOUCAULT, M. *História da sexualidade I* (a vontade de saber).

conhecimento de sabores excelentes, dentre outros que objetivavam expor a mulher a um conjunto de medidas disciplinares e corretivas, tornando-a uma precata dona de casa e uma doce esposa e mãe⁶³⁰. Ao lado da mãe eficiente, surge a imagem do chefe, a autoridade paterna que conduz a família em suas mais importantes decisões, preservando-a da dissolução, amando igualmente a todos. O pai, ao assumir funções sacerdotais, espera-se dele proteção, equidade, resolução das desavenças existentes, manutenção do equilíbrio entre os membros da sua família. Deseja-se o que “verdadeiro chefe de família” saiba convencer, persuadir, advertir com sabedoria e destreza, comandar a mulher e seus filhos numa República que se efeminizava a olhos vistos⁶³¹.

As imagens que lançarão sobre as mulheres que fogem dos clichês naturalistas e das tarefas domésticos são associadas à própria destruição do mundo, ao caos, à negatividade que aponta para o fim dos tempos – pelo menos de um tempo tradicional e patriarcal que marcava o ritmo de vida dos moradores do engenho, do sobrado, do ambiente da casa-grande. A modernidade é descrita como uma mulher pervertida e pervertedora; é puta tal qual a mulher que adota os seus estilos. A mulher despudorada traz consigo as marcas do pecado, da doença, da anormalidade, das práticas que subvertem a ordem e provocam a desordem, que formam sujeitos desconstrutores, rebeldes à regra, à ação disciplinada. Propicia, também, a emergência de novos mapeamentos na geografia feminina. Quando “desgarrada” da autoridade masculina, a mulher cria as suas próprias garras, torna-se gata, olhar felino, espírito selvagem, rasgando o verbo da tradição e arranhando a imagem do homem. Foi assim que o articulista, de pseudônimo GM, descreveu a mulher moderna, comparando-as a *gatas montesas* que requisitam um homem hábil e viril o suficiente para *tornar a emaranhá-las entre as paredes domésticas, a única jaula segura para a sua selvagem felicidade*⁶³². O modelo tradicional da mulher presa à casa e ao marido parecia se fragmentar, se destilhaçar diante das inovações, necessitando, portanto, de defensores da antiga condição feminina. As mulheres trocavam seus

⁶³⁰ A mulher no lar. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 mar. 1924, p. 06.

⁶³¹ ALMEIDA, J. L. de. O dia do casamento. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jun. 1924, p. 07.

⁶³² GM. A decadência do amor. *Diário de Pernambuco*. Recife, 05 ago. 1928, p. 09. Veja ainda A mulher no lar. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 mar. 1924, p. 06.

papéis pelos masculinos, repercutindo intensivamente nas relações de gênero, conforme nos mostra a reportagem abaixo:

Sempre nos batemos contra o detestável uso, por parte das mulheres, dos cabelos a la homme, elas quando se masculinizam pelos gestos e pelo vestir. Já são quase que insuportáveis, se querem, então, se tornar filho de Adão pelos cabelos, muito pouca coisa restará para diferenciá-las do sexo oposto⁶³³.

Para essas “gatas montesas”, há remissão dos seus pecados. É só seguir uma série de “mandamentos” escritos às mulheres, responder afirmativamente a perguntas do tipo: *Você sente alegria e orgulho no seu trabalho doméstico? Tem você tempo e disposição para, à tarde, divertir-se em prazeres domésticos com a família? Você ordena e prepara as comidas sobre uma base científica, levando em conta o valor nutritivo dos alimentos⁶³⁴.* Na concepção de Cláudia, articulista do Diário de Pernambuco, em artigo publicado na Seção Femina, fica bem claro o comportamento que uma mulher pura deve assumir no seio da família e da sociedade, comportando-se como um manequim social, um adorno que o homem pode usá-lo quando sentir necessidade. Assim estão listados os mandamentos para a mulher: a) não falar muito para não ficar escrava das próprias palavras; b) não falar da sua tristeza porque ninguém a compreenderá, nem da sua alegria para que ninguém a inveje; c) não usar vestido extravagante, com decotes sensuais; d) não ser escrava da moda, pois esta tira a dignidade das mulheres; e) não ler novelas realistas; f) não usar mais de quatro cores no vestido, pois este comportamento é adotado pelos manequins ridículos e escandalosos; g) não namorar mais de um rapaz de uma só vez, pois além de ser inconveniente para uma moça de respeito, *o noivo é um ‘objeto’ que se vai tornando muito raro em*

⁶³³ O cabelo a la homme. *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 mai. 1928, Seção Femina, p. 07.

⁶³⁴ A mulher no lar. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 mar. 1924, p. 06.

*nossos dias. E ter dois de uma vez, além de dar um horrível trabalho, prejudica a outra que não tem nem um*⁶³⁵.

Este é um importante instrumento do poder para produzir mulheres necessárias à construção da nação. Nação santa capaz de gerar e parir homens e mulheres voltados para a ordem e para o progresso. A República era a própria Maria, platônica e ideal, animada pelo positivismo. Nessa República feminina, tornava-se urgente a constituição de um modelo de mãe-missionária cívica, produtora de filhos amantes da ordem. É o nascimento de uma maternidade no Brasil com a emergência da exaltação mística à mãe, à imagem feminina da “República ideal”. Nesta, a mulher deveria estar conformada à imagem e semelhança de Maria, o ser humano que se tornou “divinizado” através da semente que lhe foi fecundada. Portanto, uma mulher só podia santificar-se enquanto fosse virgem ou quando passasse pelo ritual da maternidade, tendo, simbolicamente, seus pecados lavados pelo sangue do parto. Isso reflete o fenômeno da maternidade como uma fecunda matriz quase sempre constante no contorno feminino⁶³⁶. Emerge, nesse momento, a preocupação *em mostrar à mulher que dela dependeria o futuro de sua família, a sorte de seu casamento, a felicidade dos filhos e que era ela quem deveria se esforçar para conquistar o marido, arrumar a casa, conversar nos momentos certos para ele, evidentemente*⁶³⁷.

Ainda é Cláudia quem aconselha às mulheres a se conservarem irrepreensíveis. Utilizando um conjunto de metáforas religiosas, Cláudia faz do sentimento amoroso uma estratégia de combate da mulher, forjando uma “identidade” a partir de um discurso mítico e respondendo às necessidades de um projeto político que desejava que a submissão feminina continuasse sendo a base do matrimônio burguês. Com matéria intitulada *Qual a companheira desejável?* Cláudia apresenta um modelo de feminilidade preso ao masculino, ao mostrar que *o homem prefere em geral que a mulher seja menos inteligente e mais discreta.*

⁶³⁵ Cláudia. O que as mulheres devem fazer. *Diário de Pernambuco*, Recife, 09 set. 1928, secção femina, p. 07.

⁶³⁶ CLÁUDIA. A mulher. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 jul. 1928, p. 07. Cf. ainda BELMIRO, C. A. op. cit. p. 570.

⁶³⁷ RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*.

*Honesta, dócil, obediente... obediente incondicionalmente; não é ele o amo e senhor? Não é a sua vontade onipotente? Depois, a lei assegura – pelo menos até então assegurava – que ele é o mais forte; e o mais forte sempre tem razão*⁶³⁸.

O discurso de Cláudia funciona como um dispositivo de poder importante na elaboração de uma subjetividade feminina que se adequa aos ideais de subordinação pregados tanto pela Igreja quanto pelo Estado⁶³⁹, impedindo que a mulher pratique gestos mais amplos do que os legitimados socialmente. A vida da “alma ingênua” feminina resume-se em uma fórmula: o amor. E a convivência entre marido e mulher é convertida num passatempo do homem. A mulher *não é mais que um passatempo na vida de todo homem que tem outras preocupações muito mais sérias: o trabalho, o estudo, os negócios, o clube... as outras mulheres!* Em meio a esse passatempo, a mulher *faz do amor a sua religião; o homem faz apenas o seu prazer*. A mulher é brinquedo para o “sexo forte”: *Sê tu, mulher, o brinquedo predileto, a deliciosa boneca à qual ele volta sempre*⁶⁴⁰. Nesse caso, a mulher aprende a “falar” a partir dos referenciais de linguagem masculinos, tornando positivos a fala do homem, os seus gestos, o seu comportamento dentro e fora de casa, mantendo, portanto, a dominação masculina como legítima e normal e limitando o espaço feminino ao que é socialmente construído para ela, necessitando da legitimação do macho (marido, pai ou tutor) para desenvolver outras ocupações.

Resumidas a fórmulas e expressões do poder masculino, as mulheres construídas por Cláudia são empregadas do marido, babás de seus filhos, decoradoras do lar, cozinheiras de “mão cheia”, desempenhando suas funções sem receber salário nem mesada mensal. É um anjo desterrado que fala através das lágrimas e possui como seu império a sujeição e a humildade. É um ente meio terra, meio céu, que faz da sua graça a onipotência. É a fada da sorte da

⁶³⁸ CLÁUDIA. Qual a companheira desejável? *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 mar. 1928, p. 09. (grifos nossos)

⁶³⁹ Em reportagem de 1928, lemos: “O Estado concorda com a Igreja que ele tem tanto direito de intervir quando marido e mulher desejam separar-se como tem quando assumiu o direito de endossar e santificar a união”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1928, p. 02.

⁶⁴⁰ CLÁUDIA. A mulher. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 jul. 1928, p. 07.

vida dos homens por ser mestra, guia, arrimo, profetisa, pitonisa, lâmpada, modelo e prêmio para os seus filhos, irmãos e para o seu consorte. Se Deus é a providência, a mãe é a vice, vista como um milagre para cada incredulidade, um bálsamo para cada infortúnio, uma flor para cada aniversário, uma estrela para cada escuridão, uma almofada para cada rigidez. Seu seio é todo suspiro, seu coração é todo divindade. Esse ponto de vista não é uma singularidade dessa articulista, pois endossa sua opinião uma série de discursos que tem como padronização familiar o homem, construindo subjetividades masculina e feminina a partir da oposição binária sexo forte e sexo frágil, ambientes público e privado, docilidade e aspereza, lar e trabalho, tornando as relações de gênero naturalmente hierarquizadas⁶⁴¹.

Também amedrontado com o que a modernidade pudesse causar na sociedade, Samuel Campello realça os perigos que o feminismo representava para a mulher. Segundo esse cronista, os tempos modernos eram grandes aliados do movimento de libertação do “sexo frágil”, trazendo consigo tanta novidade que deixou a mulher meio enlouquecida, sem atinar para o certo nem para o errado. Abraça o que vem à frente. Se alguém lhe diz que é moderno, é o suficiente para venerá-lo, fetichizá-lo, absorvê-lo como um atestado de que está em dia com a moda. Lançando críticas a esse comportamento enlouquecido da mulher na década de 20, Samuel Campello é enfático: a mulher é um animal: muda de pele, muda de penas, muda de cascas. Em cada estação muda de moda. É como a lagarta que, feia e sem forma, muda para a borboleta; é como o camaleão que muda de cor quando está raivoso; é semelhante à perua, que gosta de uma boa roda; é igual à cobra que muda rápido de temperamento. Mas o que não se pode comparar mesmo à mulher é a barata: pois nem a mulher nem a moda possui essa característica. É um adorno caro, um objeto de luxo que saqueia o bolso de qualquer marido rico, frenética por alfaiate, por revistas de

⁶⁴¹ Endossando esse ponto de vista estão as matérias abaixo: FERRERO, G. O século XX. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 jul. 1926, p. 07; Em defesa da família. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1928, p. 02; CLÁUDIA. Qual a companheira desejável? *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 mar. 1928, p. 09. Nossas filhas! *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 mai. 1928, p. 04; DIX. D. As pérolas da história. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 jun. 1928, p. 07; AUSTREGÉSILO, A. op. cit. p. 69. Sobre a construção da identidade feminina resultante de um conjunto de discursos, confira ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos*. A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

moda, por estilistas e cabeleireiros, por tecidos recém-chegados da Europa: *Na moda, moem e ficam remoendo as nossas bolsas. Prova de que muito bom engenho sempre esteve a serviço da moda. Querem sempre o novo, o último, o melhor, o que provoque mais o sexo oposto: Que soberbo uma de nossas melindrosas usando anquinhas!...Será menos escandaloso que as pernas à bataclan e os decotes exagerados que o meu ilustre amigo dr. Ulisses Pernambucano, no seu louvável cuidado de educador, proibiu às estudantinhas da Escola Normal*⁶⁴². A “muda da moda”, conforme salienta Campelo, favorece a troca de roupa da mulher conforme o seu estado de espírito. A moda responde a esse desejo de mudança, criando trajés que concretizam a personalidade, o caráter, a individualidade de cada uma. Melancólica, alegre, esportiva, ingênua, fantasista, há uma toailete para cada gosto. Os homens temiam que as mulheres se desterritorializassem e, sem tino e sem rumo algum, “caíssem na buraqueira”.

4.2. “CAINDO NA BURQUEIRA”: a mulher, a honra e a modernidade – Reafirmando o lugar-comum

As práticas discursivas masculinas ou falocêntricas têm historicamente moldado e demarcado o corpo da mulher para ela mesma. (Arleen Dallery)

Humberto de Campos, Osiris Caldas, Mário Lacerda de Melo, Arnon de Melo, Luiz Sucupira, Paulino de Andrade, Padre Leonel França, Juanita Machado, Júlia Lopes de Almeida, Amaury de Medeiros, Francisco Manuel de Melo, articulistas que eram, compuseram, nas décadas de 20 e 30, um caloroso debate público sobre a honra familiar, partindo de uma personagem que em muito tipifica a época moderna: a mulher⁶⁴³. Tanto intelectuais quanto autoridades públicas

⁶⁴² CAMPELO, S. A muda da moda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 fev. 1925, p. 05.

⁶⁴³ Conforme Sueann Caulfield, até a década de 20, no Brasil, o termo “mulher moderna” era associado às trabalhadoras de fábricas, às mulheres petulantes, namoradeiras, agitadas, voluntariosas e andróginas. Simboliza as transformações do novo século que desafiavam o

consideravam a defesa da família e da sua tradição um item fundamental para “civilizar” a República Brasileira. Nessas décadas, diante da quebra de “princípios morais” da sociedade, a honestidade feminina passou a ser assunto de “difícil compreensão” por parte de juristas, religiosos e intelectuais. Que imagens foram elaboradas por esses articulistas? Que perfil feminino ganhou visibilidade? Que mudanças e práticas ordinárias afetaram o estatuto de ser mulher honesta entre o final do século XIX e o início do século XX?

Na modernização da sociedade, entender o papel que a mulher desempenha é importante para se compreender os conflitos que ela passa a vivenciar nos espaços de sedução capitalista. Honra, família e nação preocupavam tanto autoridades religiosas das décadas de 20 e 30, como o Padre Leonel de Franca, quanto as elites política e profissional, do porte de Amaury de Medeiros e Gilberto Freyre. Nas matérias do Diário de Pernambuco, vemos que a honra, principalmente a sexual, era percebida como a base da família, enquanto que esta era vista e propagada como a “base de granito da nação”. A modernização da sociedade recifense com todos os seus espaços de atração, já mostrados na Cena I deste trabalho, era, às vezes, responsabilizada como a causa da desconstrução do estereótipo da mulher “honrada” e do aumento dos desajustes sociais⁶⁴⁴. Esses articulistas, com um discurso machista e moralizador, empenhavam-se em reafirmar o lugar-comum do feminino, amedrontados com a visibilidade que a mulher havia ganhado nos últimos anos.

A honra era vista como uma mercadoria usada para estabelecer relações de gêneros centradas na hierarquização. Essa hierarquia de gênero era uma construção histórico-social baseada na anatomia dos corpos masculino e feminino e balizada na ciência médica. A família honrada era construída por uma mulher devota, ordeira, submissa e recatada⁶⁴⁵, policiada pela Igreja através do

domínio masculino e os valores da família dita patriarcal que haviam cimentado a ordem social de períodos anteriores. Cf. CAULFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Unicamp, 2000, p. 162.

⁶⁴⁴ Estudando a honra sexual na cidade do Rio de Janeiro no período 1918-1940, Caulfield deixa entender que o que as elites não percebiam ou não admitiam era que “a honra sexual representava um conjunto de normas que, estabelecidas aparentemente com base na natureza, sustentavam a lógica da manutenção de relações desiguais de poder nas esferas privada e pública”. Cf. CAULFIELD, S. op. cit, p. 26.

⁶⁴⁵ Veja FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*.

altar e do confessionário, e pelo Estado através de juristas conservadores que elaboraram o Código Penal de 1890 e o Código Civil de 1916, ambos centrados em princípios moralistas que naturalizavam a diferença entre os sexos, inscrevendo aquelas que não preenchiam os requisitos estipulados pela natureza na geografia da anormalidade, do pecado e do crime. A participação no cenário público pelo ser feminino não foi traduzido, conforme Rago, num abrandamento das exigências morais, pois *quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho*⁶⁴⁶.

A emancipação e a identidade do gênero feminino era um tema controvertido, que suscitava opiniões diferentes. Artigos moralistas e machistas compartilhavam uma linguagem comum sobre honra e relações de gênero: defendiam o confinamento da mulher sob a sombra de um protetor (pai, marido, tutor ou irmão), destituída de uma função produtiva fora do lar. O discurso da escritora Júlia Lopes de Almeida, por exemplo, estabelece como limite para o corpo feminino o ambiente doméstico, território de calor e de confraternização entre os membros, de uma solidariedade orgânica e natural. Desde o dia do casamento, a mulher passa a ser um adorno de luxo do marido, rodeando-lhe de afeto, de dignidade, purificando o nome dele, não maculando o seu sobrenome com comportamento desregrado e, conseqüentemente, não denegrindo a pátria, pois *é a nós, como mães, que a Pátria suplica bons cidadãos; é de nós, quando esposas, que a sociedade exige o maior exemplo de dignidade e de moral*⁶⁴⁷. Visto e dito por Júlia Lopes como um papel sagrado, o ser mulher e esposa é a química que comanda a fórmula da felicidade: *Serás feliz porque és bela, porque teu noivo é honesto e delicado*. As moléculas que formam uma pátria honrada são fabricadas no laboratório do lar, sendo a mãe a principal bioquímica que, com as fórmulas do amor, da lúcia, da submissão, construirá, junto ao marido, uma família e uma pátria engrandecidas, honrada e cristã, impondo-se como superior às “mulheres da rua”⁶⁴⁸.

⁶⁴⁶ RAGO, M. *Do cabaré ao lar*. 3 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 63.

⁶⁴⁷ ALMEIDA, J. L. de. O dia do casamento. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jun. 1924, p. 07.

⁶⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 07.

A esposa é mostrada por essa escritora como um importante instrumento de controle dos filhos, mas também como um objeto a ser controlado. Era uma aliada do marido na vigilância dos filhos, mas ao mesmo tempo era julgada por ele. Adequava-se, assim, às normas e contradições comportamentais que lhes eram impostas: disciplinadora/disciplinada, condição que compunha os parâmetros do mito do amor materno e da mãe cívica e heroína. Deve desejar o marido como a um leão e curvar-se como verdugo. Era esse modelo de família, semelhante às instituições política, econômica e social, primordial na formação da base da sociedade brasileira e na formação do caráter nacional. O casamento, implicitamente, ainda era entendido como uma estratégia tanto política quanto econômica. O registro de nascimento, a pureza de sangue (ausência de ascendência afro, indígena ou judia) constituíam-se em elementos fundamentais de condição social e, por conseguinte, da honra da família, embora “manchas” pudessem frequentemente ser lavadas com dinheiro ou com bens⁶⁴⁹. A defesa da honra ainda era observada enquanto uma marca de superioridade moral e de civilização avançada. Uma mulher desonrada “ofendia”: a) à autoridade paterna; b) às normas estabelecidas pelo discurso católico quanto ao casamento e ao batizado; c) à reputação pública da família; d) a sua própria integridade moral; e) ao patrimônio familiar; f) ao Estado. Pudor e fidelidade eram requisitos exigidos de uma mulher honrada. Ao contrário, estava “solta na buraqueira”⁶⁵⁰.

Essa reportagem era, na realidade, uma “batalha” discursiva que expressava os códigos de controle social impostos à mulher, caracterizadores da normatização de sua sexualidade. A religião era enfatizada como um elemento de punição, ao mesmo tempo que de purificação. Antônia Damiana, Rosário e Conceição ofenderam à moral dos recifenses. Nada mais “natural” do que serem

⁶⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 07.

⁶⁵⁰ Ofensa à moral pública. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 mar. 1920, p. 03. Essa reportagem mostra a prisão, próxima à matriz de São José, às 2 horas, pelo subdelegado do distrito, tenente Christovam Breckenfeld, das “mulheres Antônia Damiana, Maria do Rosário e Maria José da Conceição, por ofensa à moral pública.” A referida reportagem não esclarece o que tais mulheres estavam praticando, apenas que se encontravam com um “indivíduo” de nome Manoel Rufino da Silva. Depois de flagrados em seus delitos contra a moral, foram presos na Casa de Detenção.; Sobre a honra e o sangue na família da elite pernambucana, confira MELO, E. C. de *O nome e o sangue*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. Veja ainda CAULFIELD, S. op. cit. p. 29. A expressão “solta na buraqueira” é utilizada para designar a mulher que não tem peias, que anda por todos os lugares sem se preocupar com a sua reputação.

punidas pelo tenente Christovam Breckenfeld⁶⁵¹. O parecer do subdelegado representava uma micropolítica de controle do corpo feminino que representasse uma ameaça orgânica e moral à sociedade. No tocante à “normalidade moral”, os saberes jurídico e religioso também se encontravam. À parte os conflitos experimentados entre si, os padrões “normais” de conduta social aproximavam esses saberes, funcionando como dispositivos de poder na educação da mulher/família ideal. Qualquer “detalhe” ou fato histórico, como o movimento sufragista das décadas de 20 e 30, que permitisse à mulher construir um estatuto de singularidade, que apontasse para uma fuga ao padrão instituído, era punido, pois era “perigoso” à mulher inventar uma outra relação com o seu corpo, desligar-se desses modos de subjetivação do “Corpo-Penélope”, do território conjugal, para construir um devir feminino, um devir mulher.

Ainda “vasculhando” o discurso de Júlia Lopes de Almeida, é possível perceber a insistência dessa articulista no fortalecimento das hierarquias de gênero e dos espaços “adequados” para cada um, reforçando a autoridade moral do pai e do marido e criticando os estatutos da mulher prescritos sob a influência do movimento feminista. Estabelece, assim, geografias em que as mulheres podem, ou não, freqüenta-las. De um lado situam-se as cartografias do sagrado, do pudor, da graça feminina, do trono-lar e, de outro, as abominações, os vitupérios, as desgraças, as maledicências. Influenciada pela corrente positivista e com o naturalismo literário brasileiro quanto à pregação do culto à superioridade feminina (ser superior, rainha do lar), Júlia Lopes reforça a paralisação das conquistas dos direitos da mulher, além de deixar clara a intenção moralizante dos seus textos, em que as más ações e omissões das esposas e das mães são punidas. É urgente, portanto, que sejam substituídas pela generosidade, justiça, remorso, resignação, expiação exemplar, submissão ao marido⁶⁵².

Pensamento similar ao de Júlia Lopes, adotaram os profissionais liberais reformistas no final da década de 20 e, sobretudo, nos anos 30, visando enrijecer socialmente o gênero masculino e sua própria autoridade moral. À

⁶⁵¹ Ofensa à moral pública. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 mar. 1920, p. 03.

⁶⁵² ALMEIDA, J. L. de. O dia do casamento. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jun. 1924, p. 07. Veja ainda LEAHY, C. A literatura pedagógica de Júlia Lopes de Almeida. In: DUARTE, C. op. cit. p. 529.

proporção que as mulheres ganhavam maior visibilidade no cenário público, fazendo-se presentes em festividades cívicas, em chás beneficentes e em associações femininas, a atuação desses profissionais liberais, na concepção de Caulfield, ajudou a institucionalizar novas políticas sociais e jurídicas do Estado para melhor vigia-las: *Essas políticas, produtos de movimentos sociais urbanos que se fortaleceram depois da queda da República Velha, seriam apropriadas pelo Estado Novo, que pretendia acabar com o que os conservadores e os positivistas por muito tempo consideraram o ‘liberalismo excessivo’ das instituições jurídicas do Brasil*⁶⁵³.

Reportagens do Diário de Pernambuco deixavam claro que uma das preocupações da Igreja, do Estado e da própria medicina era controlar os filhos, criticando muitas atitudes individuais de liberdade “excessiva”. A relação entre o orgânico e o moral permitiu ao discurso médico, conforme Couto, influenciar outras áreas de atuação, como o jurídico e o pedagógico, reforçando os modelos de conduta vistos como adequados às mulheres. Essas instituições político-sociais tentavam assegurar a existência de uma mulher sadia física e moralmente, usando, como contra-história, a mulher pérfida como modelo para combater a ausência da mulher do lar. Couto afirma que a *trindade somática-física-moral que caracterizava a mulher ideal, sendo sinônimo de normalidade, era o reflexo do que deveria ser a nação, vista como um corpo que tinha de ser higienizado, não só orgânica como moralmente, em prol da eugenia*⁶⁵⁴. Trabalhar fora de casa era assinar o atestado de destruição moral da família e de desonra familiar.

A tal contexto normativo, é necessário somarmos outro código moralista: o hímen. Num período em que este ainda era cultuado, cercado de fetichismo, tornando-se o deus central do corpo feminino, perdê-lo era destronar uma posição do pai e dos homens da família⁶⁵⁵. O hímen, embora fosse da

⁶⁵³ CAULFIELD, S. op. cit. p. 164.

⁶⁵⁴ COUTO, M. C. op. cit., p. 53.

⁶⁵⁵ Para a “mulher de bem”, principalmente a jovem solteira, a honestidade era uma condição social e um atributo moral selados por um estado fisiológico. A ruptura do “selo” fisiológico era pernicioso, vergonhoso e feio, um dote natural irreparável. Para juristas republicanos, como Souza Lima e Viveiros de Castro, uma mulher deflorada era uma candidata em potencial à vida prostituída. Cf. LIMA, S. *Tratado de medicina legal*; CASTRO, V. de. *Atentados ao pudor*. Apud CAULFIELD, S. op. cit. p. 78.

mulher, maculava a honra e o sangue dos homens da família. No Brasil e na América Latina morriam e matavam por causa de um hímen. Punindo o defloramento, os homens estavam protegendo um princípio moral e não apenas uma tatuagem fisiológica. A literatura que tematiza a honra familiar, como Linda Lewin, Evaldo Cabral de Melo, Caulfield, Gilberto Freyre, Mário Sette, José Lins do Rego, dentre outros, apontam o hímen como um objeto de alto valor moral, de ricas transações nas relações familiares, portanto, um símbolo de *status*. Perdê-lo era cair na miséria moral e, por vezes, econômica⁶⁵⁶. Era perder a vergonha feminina e dissipar a honra masculina. Assim analisa Caulfield:

*O complexo honra-vergonha dá aos homens uma ampla liberdade sexual, ao passo que exige das mulheres a castidade e a submissão à autoridade masculina. A mulher não possui honra, somente vergonha; a honra do homem depende em grande escala da habilidade em impor autoridade e defender a honestidade sexual das mulheres da família*⁶⁵⁷.

O que é possível observar nos jornais quanto à honra masculina? Diferentemente da feminina, o homem honrado não é um homem virgem. Honestidade masculina não se refere à virtude moral no sentido sexual. Sua honra não está relacionada com a sua integridade sexual, mas com o seu comportamento em outros níveis sociais: ser um homem trabalhador, respeitador, pagador de suas dívidas, um homem de palavra, não dado à mentira. Outro item que era incluído na honra masculina, era a potência viril, celebrada em artigos e em propagandas de remédio⁶⁵⁸.

Era o feminismo que estava tornando “loucas” as mulheres, desprezando seus lares e metendo-se em assuntos políticos, “naturais” do sexo oposto. É essa a ênfase do artigo *O verdadeiro feminismo*, que faz crítica a um

⁶⁵⁶ Confira LEWIN, L. *Política e parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro: Record, 1991; MELO, E. C. de. *O nome e o sangue*; REGO, J. L. do. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1932.

⁶⁵⁷ CAULFIELD, S. op. cit. p. 46. Para Afrânio Peixoto, a preocupação excessiva com a virgindade fisiológica e com a defesa da honra sexual era uma evidência do atraso nacional. Idem, p. 53.

grupo de mulheres que acredita que *a independência da mulher só pode ser obtida com a obtenção dos direitos políticos, ponto de vista visivelmente errôneo e, sobretudo, contraditório, em tais circunstância, da própria liberdade*. Sem assinar tal artigo, o(a) articulista procura mostrar o quão erradas estão essas mulheres que se dão à “liberdade” de gritar, de exigir autonomia, de requerer o direito de voto! O verdadeiro feminismo não é este, diz o(a) articulista, pois, *onde está, realmente, a autonomia da mulher, quando esta, tendo embora o direito de voto, precisa do auxílio do pai ou do marido, para a própria subsistência?* Essa “meia dúzia de damas revolucionárias” não sabe o que é feminismo, mas aquelas que *vão fazendo sua emancipação segura pelo trabalho honesto, que lhe dignifica a vida, lhe fortalece as virtudes e, no terreno geral, enriquece a nação*⁶⁵⁹.

É preciso recristianizar a família, reformar a mentalidade pagã do mundo moderno. Foi esse o desabafo de Luiz Sucupira, em março de 1937. Descontente com o método *Ogino Xnaus* de contracepção, Sucupira mostra os malefícios que a “mentalidade moderna” causou na família, “destiolando” o casamento, incentivando a perda da virgindade e permitindo o exercício do horror ao filho. O casamento tornou-se uma aventura cercada por direitos legitimados por códigos e preceitos de lei, a procriação foi violada por métodos contraceptivos que induzem os pais a olharem para os filhos como para uma calamidade pública e privada, como um empecilho à locomoção, ao sono pesado, ao divertimento, ao direito à moda, à indisciplina dos costumes, aos banhos de mar prolongados e sem roupa, aos aperitivos, às leituras imorais, aos filmes indecentes: *Tudo isso vem o filho impedir, ou, pelo menos, perturbar que tenha o mesmo desenvolvimento e a mesma extensão*. A mulher, abandonando sua “função natural” – reproduzir -, esbalda-se nos prazeres da carne. Os poucos filhos que têm, relegam a terceiros que não primam por educação, tornando-se mirrados e frágeis, cedendo aos primeiros ataques do mundo exterior, inadaptados e vencidos pelo ambiente fora do lar⁶⁶⁰.

Escrevendo acerca da emancipação feminina na década de 30, o psicólogo Porto-Carrero mostra que a mulher que se dá a lutas feministas e a

⁶⁵⁸ Homens robustos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 jul. 1926, p. 12.

⁶⁵⁹ O verdadeiro feminismo. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 ago. 1924, p. 07.

discursos de emancipação nada mais é do que uma imitação grosseira do gênero masculino, uma aberração, *não era nada mais do que inveja do pênis*, uma forma de protesto contra a ausência da libido e do órgão sexual masculino. Emancipar-se era protestar contra a natureza, contra o estado fisiológico e biológico, era querer se tornar livre da inocência e da pureza – marcas da virgindade –, e serem afoitas e viciadas. A inocência e o vício possuíam fronteiras muito tênues, necessitando de uma redobrada tutela dos pais, maridos e do Estado sobre esse corpo desprovido de fortaleza. Comparando as atitudes psíquicas dos sexos com o ato sexual, Porto-Carrero enfatiza: *A mulher é o ser que espera, que a princípio se esquivava, ou resiste, que por fim se entrega, se abre, suporta a agressão; o homem é o ser que procura, que excita, que penetra, que agride*⁶⁶¹. Se emancipar, portanto, ganha uma gama de significados nesse momento, e a mulher que integrasse esse movimento tornava-se, de imediato, uma “virgem impura” ou mulher-macho. O estereótipo de mulher-macho era utilizado de forma pejorativa nesse período, ridicularizando o comportamento masculino que a mulher adotava. Já o estereótipo de virgem impura⁶⁶² era usado sobretudo pelos juristas e pela medicina legal, referindo-se às mulheres que, embora mantivessem intacto o seu hímen, eram arreliadas, fogosas, extravagantes e dadas aos exageros da modernidade, furando a teia de vigilância de seus protetores e freqüentando os clubes dançantes, bailes e desfiles de carnaval em companhia de outros homens, a exemplo dos namorados. Assim, a honra da mulher não se limita à virgindade, mas, também, ao seu modo de ser, o que inclui aparência, linguagem, resistência às solicitações galantes dos homens.

Se ser uma “virgem impura” já preocupava notavelmente os moralistas brasileiros nas décadas de 20 e 30, perder a virgindade causava um transtorno familiar, punha uma guerra dentro da família, um conflito que se perdurava, muitas vezes, até à morte. Perdia um valor de troca de preço altíssimo e a oportunidade de um “bom casamento” (bom casamento é colocado aqui como sinônimo de casamento com pessoa de boas condições financeiras), a chance de viver um futuro “digno” de uma donzela burguesa. O hímen era entendido como

⁶⁶⁰ SUCUPIRA, L. Os deveres do casamento. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 mar. 1927, p. 04.

⁶⁶¹ PORTO-CARRERO, J. P. “Sexo e cultura”. Apud CAULFIELD, S. op. cit. p. 192.

um código de honra a ser utilizado numa aliança – o casamento - feita com derramamento de sangue. Perdê-lo poderia ser o primeiro passo para “cair no mundo”, na “buraqueira”, se prostituir, se depravar, tornar-se um “demônio” ao invés de “anjo do lar”. A esse respeito, diz Caulfield

Desse modo, por razões culturais ou naturais, a perda da virgindade transformava as mulheres de “anjos do lar” em seres independentes, liberados e corrompidos que causavam a depravação social e espalhavam as doenças venéreas, trazendo até mesmo a degeneração física às futuras gerações do Brasil⁶⁶³.

Quanto à monogamia, esta era pregada como a mais perfeita das virtudes cristãs. Na concepção do Padre Leonel Franca, a mulher não deve ser desmoralizada, indisciplinada, mestra do sacrifício destruidor do egoísmo sexual, dada a funções genésicas contrárias a sua finalidade biológica. Naturalizada, a monogamia é dita como a *grande lei da perpetuidade do vínculo conjugal, tão imperiosamente exigida pelo bem da prole (...), postulado psicológico da felicidade individual dos cônjuges*. Para o padre Franca, é a monogamia que moraliza o instinto sexual do homem contra o anarquismo sexual, fundando o vínculo familiar estável, colaborando ativamente com os mais nobres sentimentos de benevolência, simpatia e dedicação, compreendendo a natureza, aliando-se à mais acrisolada dedicação, aperfeiçoando-se com o exercício das mais nobres virtudes. Ser monogâmico é gerar o alimento para a floração magnífica de um jardim chamado família, cuidado pelo estrume da afeição, pelo fertilizante do amor, pela água da completa doação⁶⁶⁴. Homem e mulher são enquadrados numa moldura moralista, apreciada como o futuro da nação brasileira ordeira. Esse retrato construído pelo Padre Leonel vem depor contra o movimento feminista que exigia a presença da mulher fora do lar. Conforme Caulfield, setores

⁶⁶² Sobre a virgem impura e o seu comportamento na sociedade brasileira, verifique CAULFIELD, S. op. cit., p. 186-193.

⁶⁶³ CAULFIELD, S. op. cit., p. 255.

⁶⁶⁴ FRANCA, Padre L. A monogamia e a felicidade conjugal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 mar. 1937, p. 04.

como a Igreja Católica e os militares desejavam a modernização da nação, porém desejavam que esta fosse acompanhada de uma autoridade política e moral que pudesse manter o disciplinamento social. Ambos os setores defendiam as políticas de viés autoritário e as instituições corporativistas, alertando que *sem elas a honra sexual das mulheres e da família brasileira tradicional enfrentariam uma degradação iminente*⁶⁶⁵. Dessa maneira, religiosos, civis e militares se uniram em defesa da “boa ordem” e da decência pública.

A atuação feminina fora do lar ganhava outros olhares com a penetração de idéias crescentes sobre a emancipação, embora muitas mulheres, como Edwiges de Sá Pereira, Júlia Lopes de Almeida e Juanita Machado, pregassem ainda um modelo burguês de mulher, ou seja, que fosse respeitada enquanto fêmea, definida a partir de conceitos românticos, mas ainda decifrada e codificada através do desgastado estereótipo de sexo frágil feito para o lar e para a maternidade. Nesse espaço de crescente ameaça aos valores morais ditos “tradicionais”, a defesa do corpo feminino pelo Estado moralizador era tarefa urgente, tarefa essa que vai ser mais visível na década de 30, com Getúlio Vargas que, ao implantar o Estado Novo, esforça-se *em zelar pela moral pública e pelos valores da família, vinculando-os explicitamente à honra nacional*⁶⁶⁶.

O aspecto pedagógico desses discursos revestiu-se, ao lado do Código Civil de 1916, de um caráter preventivo que deveria combater os problemas causados não só pela emancipação feminina, mas também gerados pela urbanização. O discurso jurídico e médico-sanitarista, formulados sob influxos teóricos estrangeiros e adaptados à realidade brasileira, estabeleciam os parâmetros de normalidade da mulher, tornando-se mais um instrumento da tecnologia do poder após os anos 20.

⁶⁶⁵ CAULFIELD, S. op. cit. p. 147.

⁶⁶⁶ Idem, ibidem, p. 27.

4.3. “Devagar, devagar, sobe-se a montanha sem cansar”⁶⁶⁷: desconstruindo o lugar-comum

Não se pode dizer com exatidão qual será o papel da futura Eva. Nunca atingirão à igualdade – a mulher e o homem; sexualmente diferentes, serão psicologicamente diversos.

(A. Austregésilo, 1923)

Mulheres loucas, arrelhadas, frívolas, descaradas e extravagantes, influenciadas por um discurso que pregava a transformação do corpo e da mente. Mulheres que fogem às regras, que burlam os códigos, que contestam os modelos normativos, que subjetivam outras formas de se comportar. Mulheres que “equilibram-se” sobre os saltos altos comprados na Casa Gerard, que estetizam o corpo pelo viés da arte da Rua Nova, que seduzem pelo que não dizem, mas mostram com o corpo disruptor do “padrão patriarcal”. Mulheres que *dão ao ornamento um sentido único e, ao detalhar o corpo, carregam de sentido a vida, singularizam o cotidiano e constroem possibilidades de existência situadas na ordem da estética*⁶⁶⁸. Mulheres que potencializam novas maneiras de subjetividade que irrompem socialmente, como o Movimento Feminista, que implode leis e códigos falocráticos (religioso, civil, militar) ao produzir um corpo feminino que reivindica uma outra leitura, uma outra visibilidade sobre o ser mulher, que foge à *clássica representação linear da mulher, ora passiva, ora cúmplice, ora objeto, todas supostas vítimas de seu encerramento no conceito de alienação e conscientização*⁶⁶⁹.

Esta foi a tônica da reportagem do Diário de Pernambuco, de 06 de janeiro de 1934, preocupada com as acentuadas metamorfoses que ocorriam no

⁶⁶⁷ MACHADO, J. Pela elevação mental da mulher paraibana. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mai. 1933, p. 03.

⁶⁶⁸ CHAGAS, E. P. Corpo feminino do detalhe... uma possibilidade de construção de novos territórios para a subjetividade feminina. In: ROMERO, E. *Corpo, mulher e sociedade*. São Paulo: Papirus, 1995, p. 134.

lar e com as rupturas que a mulher estava provocando a partir do início do século XX. Em 1934, o jornal enfatizava o cuidado com o ser feminino que se libertava da censura do pai e do “caráter dominador” do marido e passava a “se concentrar em si mesma”. Esse perfil de mulher constituía uma ameaça ao modelo de família ideal e aos valores por ela defendidos, (castidade até o casamento, monogamia, responsabilidade paterna), assemelhando-se a um “câncer” que mina aos poucos a hierarquia familiar. Tornam-se loucas, doidivas, atrofiando os sentimentos de maternidade, de submissão e de docilidade, para se libertarem da própria censura e se manifestarem em toda a plenitude, rasgando os vieses tradicionais. Os caprichos, que as mulheres “puras” filtram *através do sentido das conveniências*, nas “loucas” escapam livremente. A época moderna, vista e dita por esse articulista como “*o reino do frívolo*”, é o templo da alegria alvoroçada em que, a “pobre mulher”, escravizada por tanto tempo pelas normas morais da família patriarcal, perde o controle dos sentimentos, da educação e da cultura recebidos, das atividades que a sociedade lhes impõe, *para só ficar, mais ativo e sutil, o instinto de embelezar-se e de agrada*⁶⁷⁰.

Esse perfil de mulher, que subjetiva uma certa liberalização dos costumes, constrói uma hermenêutica de si, cuidando de sua aparência física, desconstruindo, para espanto de muitos moralistas, o corpo feminino apenas submissão. Margareth Rago, estudando os códigos de sexualidade feminina em São Paulo nesse mesmo período, enfatiza que *essa é uma época em que se intensificam as formas de incitação ao culto da auto-imagem e à proliferação dos “símbolos do eu”*. *Se a aparência feminina era colocada em primeiro plano pela própria mulher, preocupada em exhibir-se como figura sedutora, charmosa e sofisticada, sobretudo no caso das mais privilegiadas socialmente, tudo levava e exigia que assim fosse. Cobrava-se dela esse modo de subjetividade*⁶⁷¹.

Francisco Manuel de Melo, ainda na década de 20, preocupava-se com esse “tipo de mulher” que adentra em bailes e ambientes de dança lúbrica, acompanha os ritmos frenéticos e escandalosos da indústria de lazer, do tango,

⁶⁶⁹ CHAGAS, E. P. op. cit, p. 133.

⁶⁷⁰ A feminidade e a loucura das mulheres. *Diário de Pernambuco*, Recife, 06 jun. 1934, Suplemento, p. 02. As torturas da moda. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 set. 1924, p. 07.

do jazz, do fox-trot, propagandeados pelos clubes que se multiplicavam no Recife na década de 30 e introduziram o equipamento de maior atração aos amantes da música, da dança e da agitação: a vitrola, em substituição ao antigo gramofone, agora muito identificado com o espaço íntimo do lar. Esse comportamento, assumido sobretudo por mulheres de classe média/alta, escandalizavam as famílias conservadoras com seus trajés arrojados, com seus trejeitos sensuais, por seus “maus hábitos” como o fumar e o beber em público, até então costumes reservados ao “sexo forte”. A “mulher moderna”, ao ser possuída pelo sentimento de emancipação, perdia o respeito, a estima pela família e a consideração pelo sexo masculino, não sendo considerada, para Francisco M. Melo, um modelo normativo, pois era independente e “dada” demais ao prazer mundano. Para esse cronista, a mulher deveria ficar a casa, ocupando-se do *governo doméstico*; e é bom, e necessário, não só para que ela viva ocupada, senão para que o marido tenha menos esse trabalho⁶⁷².

Para os homens afeitos à dominação masculina, uma mulher que abandonasse sua histórica função, sua esfera de atuação, o lar, constituía uma mulher-macho, um virago, um tipo andrógino que desafiava os limites naturais de ser mulher, uma jovem aventureira que, despojando-se de sua virgindade moral por querer se tornar igual ao homem, contribuía para levantar incômodas questões quanto ao papel masculino, um papel que, segundo Gay, não se definia mais isoladamente, mas numa “constrangedora” confrontação com o sexo oposto. Os homens tentavam fechar o cerco às mulheres com o objetivo de recuperar o tempo perdido, sendo um desses cercos o velho e desgastado clichê lançado sobre a mulher de sexo misterioso e frágil, um assunto de difícil compreensão, um continente obscuro, uma geografia caótica⁶⁷³. A mudança nas relações de gênero com o aumento da liberdade das mulheres, deixava os moralistas estarecidos, aturdidos com o progresso da “desordem nos espíritos” e a vitória do vício sobre a virtude.

⁶⁷¹ RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, p. 64.

⁶⁷² MELO, F. M. de. *Governo Doméstico. Diário de Pernambuco*. Recife, 18 jan. 1925, p. 07; *Prazeres modernos. Diário de Pernambuco*. Recife, 27 mai. 1926, p. 07.

⁶⁷³ GAY, P. *A educação dos sentidos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Moralistas do porte de Leonel de Franca, Júlia Lopes de Almeida, Arnon de Melo, apoiados pela Igreja Católica e preocupados com o envolvimento de mulheres de “boa família” em territórios suspeitos moralmente, reclamavam um policiamento mais rígido dos pais e da força policial, a fim de evitar que a República não fosse ainda mais desacreditada. Mobilizava, portanto, pessoas para militarem contra a imoralidade do carnaval, a exibição de filmes impróprios, a “mancha vermelha” que amedrontava a “santa religião”. Para isso era urgente refrear as andanças das mulheres, conter o abuso das senhorinhas “sem virtude”, censurar as fitas de cinema com maior rigor, patrulhar os locais de diversão e zonestar as prostitutas em seus (in)devidos locais, como bares, cabarés, bistrôs e bordéis⁶⁷⁴. Aumentava a preocupação com as “atrações do mundo exterior” e do perigo que as senhoritas enfrentavam nas salas mal iluminadas dos cinemas e dos filmes imorais, das andanças em automóveis, do andar desacompanhada nas ruas sem a inspeção do pai, da mãe ou do tutor. A modernidade tornou-se, para muitas mulheres, correlata de independência, de emancipação, de liberação, desafio à subordinação, enquanto que o sentimento de família ia desaparecendo: *Nesta completa dispersão, o que se chamava lar, sentimento de família, desapareceu: cada qual tem a sua personalidade à parte, o seu feitio exclusivista*⁶⁷⁵. Margareth Rago nos chama a atenção para o fato de que, nesse período histórico, *é como a consumidora que passeia e enfeita o centro comercial em horário de movimento, que a mulher é evocada para atestar uma certa liberalização dos costumes, resultante do progresso e do contato com as nações mais desenvolvidas*⁶⁷⁶.

O movimento feminista já dava à luz seus escritos, gestando novos retratos para a mulher. Em 1923, o Diário de Pernambuco publicava nove itens discutidos quando da fundação, em Belo Horizonte, da Liga de Defesa dos Ideais Feministas. Ocupando a presidência de honra, Bertha Lutz enfatizava um discurso em que as hierarquias sociais se “quebravam” e as relações de gênero

⁶⁷⁴ A transformação do lar. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 jun. 1924, p. 07; Prazeres modernos. *Diário de Pernambuco*. 27 mai. 1926, p. 07.

⁶⁷⁵ A transformação do lar. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 jun. 1924, p. 07.

⁶⁷⁶ RAGO, M. op. cit. p. 56.

se “modificavam”⁶⁷⁷. De acordo com a Liga de Defesa dos Ideais Feministas, o movimento feminista no Brasil deve-se firmar enquanto órgão promotor da educação física e intelectual da mulher, elevando o seu nível de instrução; assegurando-lhe direitos políticos, civis e trabalhistas; adotando medidas de proteção às mães e à infância; estimulando o espírito de organização entre as mulheres; concedendo novas oportunidades ao sexo feminino (passear, andar sozinha na rua, trabalhar fora de casa) e facilitando um diálogo maior entre os sexos⁶⁷⁸. Nesse discurso, a mulher deixava de ser um objeto de luxo, um “*biscuit*”, um adorno, um “*aigrette*” valioso, *para ser um animal racional com todas as capacidades morais, intelectuais e políticas até hoje lhes negada pelo (...) egoísmo retibitarista (sic) e cruel*. O feminismo era compreendido como mais uma moda a ser aceita na sociedade, assim como os costumes, o macaquismo dos paletós, as elegâncias importadas. Era, portanto, uma “redenção social” para os destinos da nacionalidade⁶⁷⁹.

Lançando mão da Constituição de 1891, a primeira da República brasileira, o articulista Osiris Caldas defende o feminismo e a emancipação política da mulher, tornando-a uma cidadã e se distanciando, por esse título, dos loucos, dos marginais e dos analfabetos. “*São cidadãos brasileiros os que nascem no Brasil*”. Este é o texto constitucional que Osiris Caldas destaca para mostrar que, embora o código civil republicano, “*fartamente colaborado pelo sr. Ruy Barbosa*”, restringisse os direitos civis da mulher e a colocasse em pé de igualdade com “*os irresponsáveis dos arts. 5º e 6º do mesmo código*”, a Constituição dá respaldo à cidadania feminina. Tornemo-la cidadã! É a ênfase dada pela matéria escrita por Caldas, que, além de descrever o potencial intelectual feminino, destaca a República brasileira como um cenário de homens frouxos que atravessam uma crise nunca antes sentida, favorecendo a que, “*de norte a sul vare a descrença, a inércia, o alheamento a tudo que se relacione com os problemas político-sociais da nação*”. Criticando a frieza de Ruy Barbosa ao silenciar a mulher cidadã do Código Civil, pergunta: o que será desse povo

677 Bertha Lutz, filha do médico Adolfo Lutz, foi a primeira feminista brasileira a agitar os discursos entre os gêneros, a provocar uma discussão sobre os direitos políticos da mulher.

678 O feminismo no Brasil. *Diário de Pernambuco*. 16 jun. 1923, p. 01.

679 CALDAS, O. O feminismo. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 fev. 1923, p. 02 – secção Estudos e Opiniões.

brasileiro sem luta, sem bravura nos perigos, sem iniciativa nas dificuldades, sem ação nos trabalhos, sem se destacar nos apetites, sem se lembrar do passado, que não dá tino de si mesmo? O que será dessa república de homens inertes? Se é assim, *por que não tentar a transfusão das energias intelectuais femininas no combalido organismo da nacionalidade?* Por que não tentar recuperar as energias da nação com a vitalidade feminina? Por que não se tentar, já, *entre nós, maximé quando o descrédito do caráter nacional masculino é um fato incontestável?*⁶⁸⁰

Os simpatizantes do modernismo e do feminismo criticavam abertamente as noções tradicionais que norteavam as relações de gênero no Brasil, mostrando que essas noções contribuíam para frustrar os planos de políticos e intelectuais “progressistas” na empreitada da modernização da família compatível com os avanços econômico-sociais. O incipiente movimento feminista produzia novos agenciamentos de singularização, trabalhando por uma mudança de vida no cotidiano das mulheres, pela mutação da subjetividade quanto às maneiras de perceber o mundo, de se articular com as novas forças produtivas, com o tecido capitalista; emerge como uma resistência ao processo de “serialização da subjetividade” e como uma tentativa de produzir modos de subjetividade originais, mecanismos de singularização subjetiva. Operava-se uma revolução molecular que, mesmo encabeçada por uma minoria e criticada pela maioria, minava as grandes máquinas de controle social e as instâncias políticas que definiam a maneira de perceber o mundo⁶⁸¹. Contratando com a tradicional representação da mulher-submissão, é construída outra rostidade feminina, simbolizada pelo engajamento em lutas sociais, movimento sufragista, melhoria da condição operária e pelo desejo de transformar a sua realidade cotidiana.

Osiris Caldas não aceita o mito da passividade feminina, propondo que a mulher deveria conquistar novos espaços, sem implicar, necessariamente, numa desvalorização da família e da nação. O comportamento liberal de certas jovens era justificado pela emergência do cenário moderno, condutor de novas posturas e atitudes sociais e contribuinte na ampliação das fronteiras e regras aceitáveis do relacionamento de gênero. Osiris Caldas critica o Código Civil

⁶⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 02.

⁶⁸¹ Confira GUATTARI, F. *op. cit.* p. 27.

brasileiro e a colaboração de Ruy Barbosa quando igualam a mulher aos loucos, às crianças, aos surdos-mudos, numa época em que se modificavam as concepções, tanto civil quanto jurídica, sobre família e relações de gênero. Que República é esta que quer tornar as mulheres cidadãs, mas constitucionalmente reserva-lhe um lugar ao lado de crianças, mendigos, loucos, analfabetos e indígenas? Que República é esta que prega a igualdade de todos perante a lei, mas enclausura as mulheres em códigos morais, torna-as sujeitas à lei republicana, embora as prive de participação cívica? É um desrespeito! Conclama Osiris Caldas, tirar a cidadania da mulher, justamente num momento em que a República brasileira estava necessitando de forças e de um caráter nacionais e os homens se envolviam em um impaludismo social e político, sem luta, sem bravura nos perigos, sem iniciativas no trabalho, sem se destacar nos apetites⁶⁸².

A opinião de Osiris Caldas era compartilhada pelo professor da Faculdade de Direito de Recife, Clóvis Beviláqua, jurista da “República Velha” que negava a harmonia entre homens e mulheres se não fosse “regada” pelo amor romântico. Beviláqua defendia a idéia de que a família moderna deveria ser arquitetada pelo amor e respeito mútuo, e não pela fórmula arcaica baseada no autoritarismo e egoísmo. Buscava conscientizar as mulheres da importância de se “descolar” da imagem de mãe-passiva, anunciando a possibilidade da igualdade de direito entre os sexos. Concordava que tanto machos quanto fêmeas deveriam exercer funções diferentes na família e na sociedade, porém, que essas funções fossem *igualmente nobres e elevadas*” na família e na sociedade⁶⁸³. Numa República que se dizia moderna, o Código Civil não modernizou as relações de gênero, revestindo-se de um caráter normalizador, pois o que estava por trás de muitos posicionamentos jurídicos sobre a questão feminina era a norma de conduta ideal, a formação social do Brasil, o modelo básico da família-nação. Escrito sob a lógica da igualdade, sufoca e esmaga, simbolicamente, as diferenças. Caulfield, comentando o Código Civil de 1916, mostra que o mesmo reproduziu as diferenças nas relações de gênero entre sujeitos “capazes” e “incapazes” conforme estabelecidas pelas Ordenações Filipinas, dando à mulher, mais uma vez, uma posição de inferioridade na família e nas relações sociais:

⁶⁸² CALDAS, O. O feminismo. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 fev. 1923, p. 02.

Os maridos eram legalmente capazes, o que significava que podiam representar a si próprios e à esposa e filhos perante as instituições públicas (...) A condição “inativa” das mulheres casadas no direito constitucional era equivalente à sua “incapacidade” no direito civil – mais uma vez, uma condição que as igualava aos menores de idade, aos insanos e aos índios sob proteção do Estado⁶⁸⁴.

O que é importante ressaltar na produção discursiva do Diário de Pernambuco é que o conceito de família burguesa é construído a partir de uma postura de reação e de rejeição aos códigos que feriam a honra masculina. Tal como o discurso tradicionalista criou o conceito de família patriarcal mediante a estratégia da negação, o discurso burguês utilizou a mesma tática para legitimar um modelo de família que não ferisse a “santa” imagem masculina. Proteger esse “corpo incapacitado” era tarefa do Estado. Se na família patriarcal a mulher era pensada e discursada como uma propriedade da família, no contexto moderno é a sua sexualidade que parece virar um patrimônio, onde a instituição jurídica se coloca na função de resguardar e zelar pela honra desse bem, mediante a tutela exarcebada sobre o corpo e os movimentos do feminino⁶⁸⁵. O aburguesamento da família se dá, dessa maneira, de forma lenta e ambígua, sendo facilmente verificável na produção discursiva desse período os valores patriarcais coexistindo com os valores ditos liberais. A família e o Estado tentaram controlar os corpos femininos, com o objetivo de preservar a honra e/ou a virgindade, atitude que revela como esta, nos tempos modernos, não perde a condição de um bem, apenas ganha um valor urbanizado, medicalizado e cientificizado⁶⁸⁶.

Na década de 30, o movimento feminista, associado à luta dos trabalhadores, conseguiu vários benefícios para a mulher, como o voto feminino e a “liberdade” de trabalhar fora de casa. Esse movimento é revelador de novas

⁶⁸³ BEVILÁQUA, C. *Direito da família*. 9 ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959, p. 200.

⁶⁸⁴ CAULFIELD, S. op. cit. p. 65.

⁶⁸⁵ CAVALCANTI, S. op.cit, p. 331.

⁶⁸⁶ Idem, ibidem, p. 328.

formas de afetos, de escolhas amorosas, de oportunidades de trabalho que se apresentavam às mulheres, que aos poucos se movimentavam dentro desses novos territórios sociais. Mas nesse mesmo período aumenta o número de vozes que pregam a volta da mulher ao lar, à sua “verdadeira e natural missão” para reordenar a família e moralizá-la novamente. A emancipação feminina era vista e dita como um flagelo social que estimulava o divórcio, ameaçava a estabilidade emocional da família, diminuía o apego da mulher à domesticidade e à maternidade, dissolvia a unidade moral do lar, disseminava elementos de discórdia no relacionamento conjugal e denegria a imagem do gênero feminino. A figura materna, ao se ausentar do lar, casava-se com a desmoralização, aumentando a possibilidade de aborto e de delinquência infanto-juvenil. Ela é uma “guardiã” que deve vigiar a família vinte e quatro horas do dia, sendo a sua ausência a causa de desmoroamento. Daí os inúmeros convites para que a mulher volte ao lar, o território em que ela é mais objetiva, mais abnegada e soberana, mas tão inteligente quanto o macho⁶⁸⁷.

A volta da mulher ao lar era pregada à medida que o dispositivo da sexualidade e o movimento feminista colocavam a necessidade do “apagamento” das diferenças entre os gêneros. É voltando ao palácio familiar que a mulher assume sua feição de rainha, acompanhando os menores detalhes dos filhos, perscrutando seus passos, detalhando os caminhos a serem seguidos, vigiando os horários de acordarem (e dormirem), monitorando seus gestos, pedagogizando o seu sexo, impedindo-os que se lancem em práticas proibidas como a masturbação ou outros “vícios” que molestem o corpo e a alma da família⁶⁸⁸. No lar a mulher perpetua a memória de suas ancestrais e vive uma história construída pelos homens, subordinando-se às regularidades e linearidades para ela pregadas, combatendo a emancipação e glorificando a rotina e a submissão, evitando que as mulheres se apropriem da história, que a construam. São, portanto, resquícios de uma ordem patriarcal somados a preceitos moralizantes e

⁶⁸⁷ BROBECK, F. A mulher e o lar. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 out. 1936, p. 10 (1º Caderno); FRANCA, Padre L. A monogamia e a felicidade conjugal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 mar. 1937, p. 04.

⁶⁸⁸ BROBECK, F. A mulher e o lar. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 out. 1936, p. 10 (1º Caderno); FRANCA, Padre L. A monogamia e a felicidade conjugal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 mar. 1937, p. 04.

biologizantes que estão presentes em muitos discursos de articulistas do Diário de Pernambuco.

Códigos de identificação da mulher que se emancipa com a destruição são percebidos em alguns artigos. Causando ruptura com um jeito de ser mulher, envenenando os homens, esse tipo andrógino feminino é associado ao mundo das cobras, dos animais peçonhentos, das serpentes pestilentas. Perversa e corrompedora da moral familiar, a mulher emancipada é um ser que fratura o ideal de feminilidade patriarcal, assumindo uma postura venenosa socialmente. Assim se reporta o anônimo cronista:

*Um homem repousando sobre um prado,
Sonhou que estava por linda donzela,
Nos braços apertados.
Prisioneiro sentindo-se da bela
Deu um salto e acordou, naturalmente...
Mas, em vez de mulher, uma serpente
Rodeia-lhe o pescoço como um cinto,
Para ir estrangulando-o como a um pinto.
- És tu? Menos mal!
Outro era o meu temor – murmurou,
suspirando o sonhador, ao tempo que tirava o animal.
Porém, tanta impressão tornou-o tonto,
Que desde então esse homem confundia
Víboras e mulheres, e a tal ponto que certa vez,
depois, quando sonhava
Com outra víbora que o pescoço lhe agonia,
Abriu os olhos para, à lua do dia,
ver a sua mulher que o abraçava⁶⁸⁹.*

Na década de 30, a mulher é mais dizível no discurso do Diário de Pernambuco, sendo tematizados o seu cotidiano, a sua emergência nos espaços

de produção e consumo capitalistas, as suas queixas, a guerra com o sexo oposto para sair da condição de propriedade do pai ou do marido. A feição do ambiente familiar era marcada pelo efervescente momento de requisições de novas posturas para a mulher, como o direito ao voto, ao título de cidadã. Imagens femininas ligadas ao ideal de beleza, ao casamento e ao trabalho, ressaltando o processo de sociabilização da mulher e das ambigüidades entre os gêneros foram abordadas por vários autores, a exemplo de Osiris Calda, Rocha Miranda, Paulino de Andrade, Humberto de Campos, Carolina Nabuco, Edwiges de Sá Pereira, Juanita Machado, dentre outros. Ao lado dessas imagens, outras foram incorporadas, como a reconstituição da memória em torno da participação das mulheres em instituições públicas e/ou filantrópicas, como o Instituto de Proteção à Infância, criado em 1906 pelo doutor Artur Moncorvo Filho. Arquétipos e estereótipos sobre a mulher vão sendo desconstruídos, embora muitos continuem a ser afirmados. Territórios e funções estabelecidos por códigos de leis e normas reguladoras de comportamento, como o Código Civil, de 1916, foram enfatizados pelos autores que mostraram, também, as mulheres enquanto sujeitos sociais que integram sistemas, relações de poder e laços de solidariedade.

Paulino de Andrade, enfatizando as “impressões de um solteirão” sobre as mulheres, mostra-se escandalizado com a falta de decoro de muitas delas. Casadas, solteiras ou donzelas, o reino da frivolidade parece ter conquistado o seu espírito. O verbo mais conjugado era escandalizar: *E hoje, confesso, já não entendo nada de mulheres. Nem nas posso entender. Nunca as vi mais incoerentes.* Com largos decotes sedutores importados de Paris, ostentam-se em expor seus seios e seu pescoço permanentemente, desenhando enfaticamente as linhas do corpo, sublinhando as ancas, mostrando os ombros e o colo, exibindo a silhueta do corpo, exprimindo a individualidade anatômica. O traje virou uma arma de sedução ao avivar os encantos eróticos e provocou um perigo para as mulheres defronte a homens afoitos, atentos aos corpos femininos com vestidos cortados ao lado, na esperança de vislumbrar algum deslize das moças e enxergarem algum detalhe das belas formas. Indiscretas ou estratégicas? Talvez

⁶⁸⁹ A mulher e a serpente. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 ago. 1938, 2a seção, p. 06

sejam mais estratégicas, pois, *se porventura colhe-os um olhar indiscreto, elas, num gesto lucreciano, cobrem-se com as mãos... Como se os decotes não tivessem a finalidade própria dos decotes. A menos que tenham sido criados pelas grandes costureiras para a revelação do gesto de recato que tanto assenta nas jovens donzelas como nas castas anciãs intransigentes em melindres de pudor.* Paulino de Andrade as considera incoerentes, uma falta de decoro sexual que pode manchar sua honra. Indiscretas, exibem uma nova imagem da feminilidade - a da mulher que seduz pela estética, que louva a sua aparência, que legitima o gosto pelo corpo produzido. Aliás, incoerência e incongruência são próprias da mulher, diz ele, ao deixar o lar e atirar-se sem nenhum pudor à prática esportiva, jogando futebol, voleibol, tênis, boxe, luta romana, luta livre, advogando e... voando, votando, atirando, manejando pistolas, sobraçando fuzis, participando de protestos públicos. Atônico, exclama: *Santo Deus!...* E interroga:

... no lar, como elas serão? Volvo o olhar para o passado. Que armas poderosas tinha a mulher nas lágrimas! Armas com que nos vencia e esmagava, sem que nos humilhasse a derrota. Só em casos especiais valiam-se das unhas. Mas os arranhões que nos ficavam na cara, ostentavamo-los com orgulho, como os guerreiros as suas cicatrizes de heróis⁶⁹⁰.

Paulino de Andrade vê com desencanto o desaparecimento da “mãe de família” com molhos de chaves aos nós da saia, preparando moqueca de coco, doces e vinhos caseiros, licores de jenipapo e de cajus. Elas se foram, pois o século vinte deu-lhes novas posturas, tornando-as desregradadas, chocando estética, moral e religiosamente, ostentando luxo com uma coqueteria incoerente, escandalosa, às vezes ridícula e diabólica. Vendo a imagem da mulher pacata em cacos perante à modernidade, Paulino de Andrade tentava emendar esses pedacinhos através da colagem memorialística, evocando figuras de mães do passado, afeitas a doces, receitas e simpatias. Via com pesar a modernidade porque destronava os antigos saberes da mulher mãe. Nada mais de mezinhas

caseiras para curar catapora, sarampo, coqueluche, dentição, diarreia. O sentimento de maternidade agora recorre aos medicamentos da botica, como a droga Pariquyna, o Biotônico Fontoura e o Biolaimo. As mezinhas caseiras caíram da moda em detrimento das seções de anúncios comerciais, que apontam remédios e produtos para todos os gostos e de todos os preços, legitimados pelo saber médico que combate os curandeiros, benzedores e a auto-medicação. As mulheres têm outras aspirações, pregam a sua emancipação, sobretudo a econômica: *Não querem que os pais ou maridos continuem a ser os burros de carga (...) ouvindo dos maridos o humilhante: “Sou eu quem paga”*. Agora elas replicam: *Somos nós quem pagamos*⁶⁹¹.

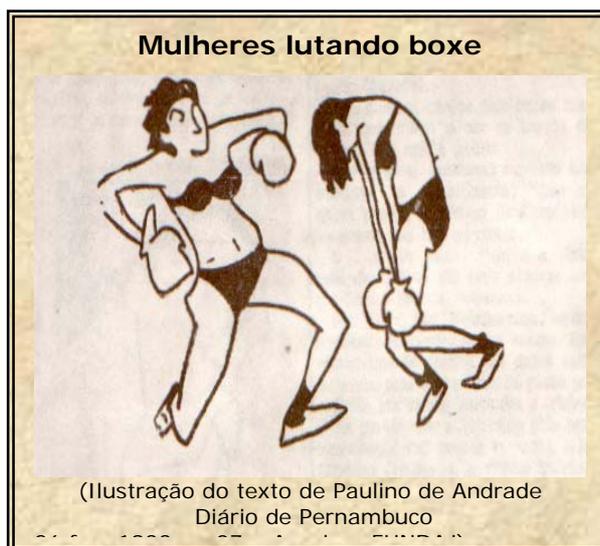
Essa metamorfose causa arrepios no articulista, que mostra como o lar “antigo” vai se dissolvendo. Um discurso muito semelhante ao pregado pelos regionalistas-tradicionistas, ou seja, as imagens de rejeição às moléculas modernas que corroem o que parecia estável. Micropolíticas do desejo que se instauram no macro-social roendo as estruturas, minando os alicerces sociais. Para Paulino de Andrade, as datas festivas não ouvem mais o piano sonolento nem as valsas lânguidas e tristes, pois foram substituídos pela vitrola que toca o jazz, as músicas eletrizantes vinda dos Estados Unidos fazendo homens e mulheres balançarem freneticamente as pernas. Foram substituídos também pelo tango sacolejante, feroz. A mulher na década de 30 quer participar ativamente do vórtice da vida moderna, trabalhando em oficinas, em escritórios públicos, em casas comerciais, em academias de lutas livres, diminuindo a “essência feminina” que há na mulher, sua reserva de inocência, seu pudor. O que acontece quando uma mulher assume esse comportamento? Subtrai-se à autoridade familiar e torna-se precoce nos mistérios do sexo e deve ser violentamente combatido pela Igreja, pela família e pelo Estado e confinada, novamente, em seus circuitos preestabelecidos – a igreja, o casamento, o batizado, o funeral. São essas as impressões de um solteirão no “frio reumático” do carnaval de 1933,⁶⁹² que via estupefato a quebra de hierarquias nas relações de gênero e os deploráveis efeitos que a modernidade provocou nos valores da família. Utilizando ainda o

⁶⁹⁰ ANDRADE, P. Impressões de um solteirão. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 fev. 1933, p. 07.

⁶⁹¹ Idem, ibidem, p, 08.

⁶⁹² Idem, ibidem, p, 08.

discurso de Paulino de Andrade, não se escolhe a companheira mais pela sua virtude, pois outros critérios de referência lhe substituíram como a esbeltez, o sex-appeal, a juventude. Na luta pela esbeltez e na negação do apetite, a construção da feminilidade se cruza com a nova exigência para as mulheres de subjetivar os valores elaborados como masculinos, como o boxe e os exercícios físicos:



Mostrando a moda como um instrumento que molda e multiplica os desejos, Gilles Lipovetsky é enfático ao afirmar que o traje não é apenas um símbolo hierárquico e signo de estatuto social, mas um instrumento de poder, de sedução, de mistério e de graça amaneirada, que afasta-se da ordem imemorial do passado e da tradição e inaugura uma jornada moderna individualizando as marcas do vestuário, idealizando a sensualidade das aparências: *Dinâmica dos excessos e amplificações, redobramento dos artifícios, preciosidade ostentatória, o vestuário de moda dá testemunho de que já se está na era moderna da sedução, da estética da personalidade e da sensualidade*⁶⁹³. Do nosso ponto de vista, a moda envolve um discurso dual, ou seja, mostrada como um código libertador, transformador e vivificante, contribui para escravizar, mediante apelos publicitários coercitivos, o corpo de homens e mulheres.

A “Eva Militante”, como batiza a escritora Edwiges de Sá Pereira, requeria um lugar para ela no “reino dos homens”. A própria Edwiges foi

⁶⁹³ LIPOVETSKY, G. op. cit. p. 66.

recomendada ao eleitorado pela Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino como a candidata ideal a ocupar uma vaga na Assembléia Constituinte, disputando o pleito de deputada pelo Partido Economista de Pernambuco, no ano de 1933. Intelectual de renome, *síntese feliz das tradições cívicas, morais e religiosas da mulher pernambucana*, Edwiges era descrita como um misto de “forte inteligência” e uma *sólida cultura, aprimoradas ambas pela elevada educação religiosa e comprovado senso de equilíbrio*. O movimento feminista mostrava que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte nos ambientes público e privado. Com o lema “pela mulher para a mulher”, Edwiges é aplaudida pela Federação Pernambucana porque dispõe de estudos especializados sobre a moderna função da fêmea na sociedade, atestando o quanto a *preocupam os interesses da família, a condição operária, as seguranças das funcionárias, a proteção às desesperadas*⁶⁹⁴.

A inclusão das mulheres na cena pública - trabalhando em fábricas, requisitando direitos, escrevendo em jornais, protestando contra a dominação masculina - trouxe um discurso cheio de ambigüidades, bem presente no Diário de Pernambuco muito mais enfático na década de 20, mais ainda bem evidente na década de 30. Essa maior visibilidade da mulher na esfera pública tinha um preço a pagar: a *enorme vigilância sobre seus mínimos gestos e a elaboração de uma nova imagem que associava à mulher ociosa e passiva do passado a figura da jovem sem nenhuma densidade, preocupada apenas com frivolidades*⁶⁹⁵. Artigos solicitavam que na história fosse também incluída a mulher, demolindo um discurso que definia a história centralizada no sexo masculino, visto como os “verdadeiros” agentes que tiveram uma importância fundamental no passado. Aqui se faz necessário recorrermos ao estudo de gênero para pensarmos a inserção da mulher nas relações sociais e institucionais nesse contexto. O gênero, enquanto um meio de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana, bem como uma maneira inicial de significar as relações de poder, leva-nos a compreender as diferenças percebidas entre os sexos e as tensões que se verificavam nas décadas de 20 e 30, no Brasil.

⁶⁹⁴ Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 maio 1933, p. 04.

⁶⁹⁵ RAGO, M. op. cit. p. 63.

Ainda de volta à matéria enviada pela Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, indicando a escritora Edwiges de Sá como candidata à constituinte, percebemos o quanto era difícil para uma sociedade em que a dominação masculina era extremamente visível aceitar uma mulher como deputada. Por quê? Porque política, no seu sentido mais tradicional, diz respeito a governo, ao Estado e à Nação, constituindo-se uma trincheira de resistência à inclusão da figura feminina ou mesmo de debates sobre as relações de gênero. Não é apenas uma figura feminina que ocupou um “lugar de macho” na esfera política, mas é um sujeito que vai introduzir questões e suscitar debates sobre a família, a sexualidade, a liberdade, contribuindo para torná-la visível como participante ativa, como possuidora de estratégias de poder que ameaçam e desestabilizam o reduto masculino⁶⁹⁶.

A Federação Pernambucana para o Progresso Feminino requisitava da República de Vargas que os direitos da mulher fossem válidos, levados em conta as aspirações femininas encabeçadas por Bertha Lutz, a fundadora de associações e pregadora de ideais libertadores da mulher. Através de artigos e engajamento em redes beneficentes, buscavam elaborar uma nova subjetividade para a mulher moderna, *que implicava necessariamente em sua participação na esfera da vida pública. Assim, embora defendessem o ideal burguês de mãe abnegada, voltada para a educação dos filhos, para os cuidados com a casa, justificavam a necessidade de que ela se inteirasse dos problemas nacionais, se educasse, trabalhasse fora para poder melhor desempenhar suas funções domésticas*⁶⁹⁷. Referendando Bertha Lutz e a sua eficiência à frente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, Edwiges de Sá Pereira, escritora pernambucana e membro da Academia Pernambucana de Letras, salienta o quanto a mulher pode fazer pela nação brasileira:

Inteligente e tenaz, de uma atividade dinâmica, soube fazer irradiar a campanha em todo país, constituindo com as associações filiadas, hoje

⁶⁹⁶ Sobre questões de gênero, consultar SCOTT, J. op. cit.; SOHIET, R. Enfoques feministas e a história. desafios e perspectivas. In: SAMARA, E. de. *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea.*; ROCHA-COUTINHO, M. L. op. cit.

⁶⁹⁷ RAGO, M. op. cit. p. 67.

existente na maioria dos Estados, uma organização uniforme, coesa, progressista, detentora de incontestável prestígio. A filial de Pernambuco, por nós organizada, adotou na íntegra o programa da “Federação Brasileira”. Este é um lábaro de altruísmo, de abnegação e de fé⁶⁹⁸.

No início da década de 30, é fundada, na Paraíba, a Associação pelo Progresso Feminino, organização similar à Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, reunindo um elenco composto por Lilia Guedes, professora Olivina Carneiro da Cunha, Ayalice Caldas, Dra. Albertina Lima, Alice Monteiro, Dra. Ascensão Cunha. Presidida pela Dra. Lilia Guedes, essa associação visava a “elevação mental da mulher paraibana”, no dizer parnasiano de Juanita Machado, simbolizando para o sexo feminino uma *flâmula da vitória ganha na luta diária por um lugar de honra na vida humana*. Na opinião de Juanita Machado, “os belos espíritos femininos” da Paraíba vêem nessa Associação um meio de afirmar-se mentalmente, de tornar-se perfeita moral, estética e cristamente, pois nesse recinto, a mulher deixa de ser tão somente uma boa esposa e uma dedicada mãe, para expandir a sua *inteligência selvosa em demonstração de cultura*, ensinando, aprendendo e saciando-se de “*beleza e de cultura*”. Deixando o lar, mas não o abandonando. Juanita Machado critica as capitais “mais afastadas” do centro Rio-São Paulo, por ainda se vestirem de ornamentos patriarcais, de costumes primitivos; de conservarem *laivos de ferrenhos preconceitos medievos*, tolhendo a *ânsia libertária da mulher repetindo velhas razões de todo derruídas hoje*. A Paraíba é um desses redutos de “primitivismo” nos hábitos e nos costumes, que castra da mulher a sua participação na vida pública, no cenário da rua, circunscrevendo-a no ambiente da casa, do quarto, da varanda, do quintal, rodeando dia e noite os berços em que dormem os “pequenos patriarcas”. É hora de a mulher brasileira abandonar as “cediças tradições” e parar de repetir aos troncos e barrancos *que o melhor emprego para uma mulher é um marido*. A mulher não é uma mercadoria que se troque com dinheiro, não é um capital exclusivo do homem. No entanto, mesmo fazendo calorosos desafios à mulher,

⁶⁹⁸ PEREIRA, E. de S. Eva Militante. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 nov. 1934, p. 28.

Juanita Machado conserva o discurso burguês que construiu o sexo feminino como belo e frágil, romântico e sensível. Diz ela:

*A mulher essa coisa frágil como uma flor e útil como um fruto, vai tentando viver nobremente pelo esforço pessoal, premunindo-se contra as surpresas do destino que pode levá-las do ambiente de um lar abastado, aos trabalhos rudes de uma fábrica, quando não à miséria moral; culpa unicamente da errada orientação lírica, mas inconsistente, da educação que lhe deram*⁶⁹⁹.

A mulher, mesmo se dizendo “progressista”, continua gaguejando uma linguagem de submissão, sendo tecida pelo próprio discurso feminino como um complemento do macho e um símbolo do lar, defendendo o modelo tradicional de ser mulher: mítica e assexuada, baseada na ciência biológica, prejudicando a compreensão acerca do significado histórico da participação social da mulher. Essa escritura de mulheres ainda era ineficiente para desconstruir a organização fálica da sexualidade, colocando ainda a mulher, o corpo e a sua sexualidade como espelhos para a identidade sexual masculina. A “coisa frágil” feminina era o referente para a dureza do macho. Ainda não há nesses escritos o deslocamento da economia masculina do desejo para uma economia feminina do prazer, mas a reprodução de uma heterossexualidade dualista, sendo o corpo feminino colonizado pela hegemonia do desejo masculino. O lar é descrito como um jardim florido pela mulher, frutificado pelos filhos, cenário, por excelência, em que essa “musa frágil” é capaz de condimentar um bom quitute e cerzir meias, bem como colaborar eficazmente com o homem e substituí-lo, quando mister⁷⁰⁰. A tônica desse discurso ainda é o dualismo entre os gêneros, centrado na idéia separada da escrita da história: a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as

⁶⁹⁹ MACHADO, J. Pela elevação mental da mulher paraibana. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 maio de 1933, p. 03.

⁷⁰⁰ MACHADO, J. Pela elevação mental da mulher paraibana. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 maio de 1933, p. 03.

mulheres ou os homens⁷⁰¹. Há em Juanita Machado um discurso que enfatiza a disciplinarização do corpo feminino, os padrões de comportamento, os códigos de sexualidade convencionais e a diferença entre os gêneros, embora recupere a imagem da mulher enquanto um sujeito ativo.

A mulher, elaborando um discurso feminista na década de 30, em busca de libertação, procura se afirmar no teatro público como uma linda “bandeirante” de “alevantado ideal”, que, num misto de bondade e de generosidade, traça um “nobre destino” rumo à educação e a libertação intelectual. Como bandeirante, desbrava o território cultural, necessitando *da compreensão elevada e justa de todos os paraibanos que verdadeiramente amam sua terra, em todos os surtos de sua potencialidade entre os quais é primordial o fator da mentalidade*⁷⁰².

A ameaça que a vida moderna empreendia sobre as hierarquias de sexo era uma constante, pois, desde a entrada da mulher no mercado de trabalho, que a figura de “dona de casa” começa a ser desconstruída, questionada, enveredando para uma inversão de papéis sociais, tornando-se uma “Eva militante”, impondo-se por si mesma na sociedade, usando a inteligência, o amor ao estudo, o *espírito de ordem e até o gênio guerreiro*. Na opinião da escritora Gina Lombroso, a “Eva militante” do novo tempo transgredia, ao sair de casa para trabalhar fora, o seu antigo *status* de guardiã da família, de sustentáculo da educação dos filhos⁷⁰³.

Gina Lombroso mostra que foi o homem quem desviou as mulheres de suas aptidões, pois, na ambiciosa exploração das indústrias e no afã incontido do ganho fácil, o homem invadiu os *domínios ilimitados da rainha do lar, destronando-a sem formalidades*, substituindo os salões femininos por outros territórios como clubes, teatros, academias, jornais. A mulher, uma vez

⁷⁰¹ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista educação e realidade*. Porto Alegre: UFRS, 1995.

⁷⁰² MACHADO, J. Pela elevação mental da mulher paraibana. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 maio de 1933, p. 03.

⁷⁰³ LOMBROSO, G. apud PEREIRA, E. de Sá. Eva Militante. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 nov. 1934, p. 28. Ao longo do artigo, Edwiges de Sá Pereira pontua as mulheres que se destacaram ao longo da história, dando ênfase às mulheres de Atenas, na Antiguidade, e Eleonora de Guyenne, no século XII.

destronada do seu posto, foi usurpada em seus afazeres tradicionais: a) os alfaiates, os chapeleiros, as máquinas de bordar tiravam a agulha das mãos delicadamente femininas que a acionavam e confeccionavam roupas com a lã e com o coração; b) as lavanderias aboliram as lixivas caseiras, e o poder da eletricidade reduziu o trabalho “essencialmente” feminino; c) o progresso capitalista acabava com as cozinheiras tradicionais, dando lugar aos hotéis que fornecem às famílias repastos prontos; d) as confeitarias e pastelarias substituem as doceiras, ao produzirem guloseimas para as sobremesas. A vida moderna, com as suas fantasias exageradas, restringe as atividades domésticas, conduzindo a “rainha do lar” a requisitar o trabalho externo, a desprezar apenas a domesticidade como medida de gozo e prazer⁷⁰⁴. É uma mulher não mais assentada na tradição, na linearidade, mas afeita à ruptura, à desconstrução dos antigos referenciais, buscando uma nova identidade sócio-política e individual.

Na sociedade capitalista moderna, a exemplo do Brasil na década de 30, crescia a necessidade da força de trabalho feminino dentro e fora das casas, provocando tensões que afetaram a estrutura das famílias, abrindo, na concepção de Samara, possibilidades de interlocução e modificando a imagem que as mulheres tinham de si próprias⁷⁰⁵. Além disso, cartografias de saber iam sendo instauradas socialmente pelas e para as mulheres, elaborando novos ideais de feminilidade. Lançando mão do dispositivo da sexualidade, as mulheres organizam-se em movimentos de libertação, desconstruindo o estereótipo de uma figura feminina “abestalhada” e reduzida ao forno e fogão, ao berço e à cama, abrindo veredas renovadoras, articulando discursos de inconformismo com a hierarquização entre os gêneros, impedindo as explicações causais baseadas na “natureza” feminina, formando possibilidades de articulação política, promovendo a descentralização dos sujeitos históricos, articulando experiências e aspirações femininas em vários momentos históricos e requerendo um lugar e uma voz dentro do discurso histórico convencional. É criado um novo ideal para o ser feminino, impondo-se o protótipo de mulher emancipada, moderna, esguia, profissional e sexy, opondo-se à mulher sedentária, entravada em sua cozinha e

⁷⁰⁴ LOMBROSO, G. apud PEREIRA, E. de Sá. *Eva Militante. Diário de Pernambuco*. Recife, 07 nov. 1934, p. 28.

⁷⁰⁵ SAMARA, E. de M. op. cit, p. 18.

alcova. Ela passeia agora com roupas mais versáteis, do “gênero *sport*”, funcionais, iniciando um processo de desnudamento do corpo feminino. Essa metamorfose conduz a mulher à direção automobilística, à prática de exercícios para “harmonizar o corpo”, aos banhos de mar com maiôs sem mangas e decotes redondos: *A cultura física da mulher é essencial não só para a própria beleza como para a regeneração física da humanidade*⁷⁰⁶.



Michel Foucault, ao falar sobre os movimentos de emancipação feminina, enxerga-os enquanto reações de uma “positividade do poder”. Assim se expressa: *O que existe de importante nos movimentos de liberação da mulher não é a reivindicação da especificidade da sexualidade e dos direitos referentes a esta sexualidade especial, mas o fato de terem partido do próprio discurso que era formulado no interior dos dispositivos de sexualidade*⁷⁰⁷.

Enfatizando a identificação do sexo feminino com o ambiente privado, Rocha Miranda critica as mulheres que aspiram à atuação no cenário público, mostrando que as mesmas constituem um perigo às “angélicas” e “ingênuas” mocinhas da sociedade. Usurpam o papel masculino, olham sem saudade para as tarefas domésticas, transmutam-se em forças do mal, em veículos de insanidade e de infelicidade, dando margem ao desequilíbrio na história. São

⁷⁰⁶ A cultura física da mulher. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1937, p. 6 (2ª secção); Harmonia do corpo. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1937, p. 6-7.

⁷⁰⁷ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*, p. 268.

mulheres que tramam, imaginam astutamente, burlam as proibições. A mulher deve ser guerreira dentro de casa, e não fora: *Batemo-nos, sim, é lógico, contra a masculinização da mulher*⁷⁰⁸. Uma “mulher macho” era uma ruptura social, pois fraturava a verticalização de gênero e violava as antigas fronteiras sexuais:

*Os distúrbios causados pela mulher masculinizada são enormes. Somente os que se preocupam com os problemas da família nos dias presentes podem avaliar e medir. Nada mais lamentável do que um lar onde impera esse feminismo deturpado que gangrena a sociedade. A sua conseqüência primeira é a falta de coesão e amor entre os seus membros*⁷⁰⁹.

As mulheres, mesmo engajadas em movimentos de emancipação, ainda eram vistas e ditas como uma categoria homogênea, caracterizadas pela biologia, cuja “essência” não era alterada. Essa postura, reforçada pela ciência biológica, contribuía para que fosse elaborado um discurso que pensasse a mulher como uma “identidade coletiva”, uma essência universal, constituindo-se em uma estratégia da produção da desigualdade de gênero, levando a um consenso, conforme Rocha-Coutinho, *no que diz respeito à percepção da inferioridade feminina como algo ‘natural’. E, se a mulher é inferior, nada mais próprio do que ela ocupar um lugar secundário ou de subordinação*⁷¹⁰.

Porém, aos poucos as tensões se instauravam no interior da família e da sociedade, pois as mulheres começaram a questionar a “essência” feminina, desconstruindo a hierarquização de gênero e introduzindo o discurso que exaltava a potencialidade da mulher. Com essa postura inicial dita feminista, fragmenta-se a imagem de que a mulher foi feita para o lar e o homem para a rua.⁷¹¹ Esses artigos, embora ainda “tímidos” quanto à libertação feminina, são passos iniciais

⁷⁰⁸ MIRANDA, J. R. Masculino & feminino. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 ago. 1935, p. 02.

⁷⁰⁹ MIRANDA, J. R. Masculino & feminino. *Diário de Pernambuco*, 17 ago. 1935, p. 02 (grifos nossos).

⁷¹⁰ ROCHA-COUTINHO, M. L. op. cit. p. 60.

⁷¹¹ Confira SCOTT, J. op. cit.

que desmistificam a classificação hierárquica de gênero feita pela historiografia, herdeira do Iluminismo, que se acreditava informada pela verdade e pela imparcialidade dos seus profissionais, os quais eliminaram as mulheres da participação na história. Dessa maneira, sujeito humano universal, razão e verdade deixavam de funcionar como axiomas em favor da historicidade e da transitoriedade do conhecimento dos valores culturais em processo de transformação⁷¹².

Esses discursos aos poucos minavam por dentro a sociedade centrada no gênero masculino e punham as mulheres, também, como sujeitos da história, principalmente na maneira como participavam nos movimentos por melhores condições de vida. Enquanto os espaços ditos tradicionais encontravam-se fechados à presença feminina, como as Academias de Letras e a política brasileira, as mulheres iam se organizando em formas alternativas de atuação, como Alianças para o Progresso Feminino, Ligas de Movimento Católico, Ação Católica, Federação Brasileira para o Progresso Feminino, entidades ligadas à filantropia ou outras instituições em que atuavam. Através dessas organizações, as mulheres lutavam tentando conseguir direitos iguais no tocante à educação, à propriedade, à profissão, à cidadania, tendo conseguido o direito ao voto no Código Eleitoral de 1932. Contudo, percebiam que os Códigos Civil e Penal e a Constituição Brasileira (1891 e 1934) estavam preocupados muito mais com o caráter reprodutivo da figura feminina, dado como natural, do que com os seus direitos de cidadã.

⁷¹² SAMARA, E. de M. op. cit., p. 58.



O feminismo horizontaliza a sociedade, diante da flacidez da figura masculina e da “energização” do intelecto e do corpo femininos. A emergência desse discurso vem reforçar o que os teóricos do gênero pregam a partir dos anos 70, isto é, que a sexualidade não é algo que possuímos naturalmente, mas que é uma construção social instaurada a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, normatizam, estabelecem saberes, produzem verdades, questionam a concepção de que todos vivem o seu corpo universalmente da mesma forma e deixa claro que a sexualidade envolve uma série de práticas discursivas e extra-discursivas, envolve rituais, linguagens, fantasias, convenções, processos culturais e plurais. Terminemos este capítulo, portanto, com uma voz feminina no final da década de 30 fazendo uma hermenêutica das mulheres emancipadas:

Vi hoje, por acaso, um jornal antigo e atraiu-me a atenção de um lindíssimo retrato de mulher: é o DIÁRIO DE S. PAULO de 26 de fevereiro. A fotografia ilustra a sua crônica.

Mulheres ambas, interessa-nos acima de tudo o nosso problema e temos, estou certa disso, o mesmo desejo de ajudar a resolvê-lo.

No entanto, nem sempre concordo com o seu parecer; acho definitivamente que a mulher que descobre o seu valor em si deve

procurar desenvolvê-lo; o cérebro não tem sexo. Mulher ou homem, um valor é sempre um valor e o meu ver em nada prejudica a delicadeza feminina.

Ponho desde já de parte a mulher que por natureza só aspira a submeter-se ao homem, a encostar-se ao homem e cuja felicidade está exclusivamente dependente do homem. Não falemos nessa que não interessa ao nosso assunto pois, está naturalmente arrumada, não é nem superior nem inferior às outras – é assim – e para ela a felicidade depende apenas do companheiro com que viver: - esposa, mãe, dona de casa tem a sua parte e talvez a melhor de todas.

Falo das outras, das que por necessidade, inclinação ou talento procuram vencer pelo trabalho, emancipando-se.

Essas, vocês as põe frente o amor como perante gravíssimo problema; não penso assim; o amor nunca é demais para a mulher, nem mesmo para as que prezam a sua independência e a conquistaram.

Amar não significa forçosamente abdicar e a oportunidade que me dá de afirmar isso dá-me também o ensejo de mostrar à mulher o perigo que há para ela e para a sua felicidade em abdicar completamente da sua personalidade ou dos seus direitos perante o homem; a mulher não deve entregar-se incondicionalmente ao homem – a não ser em casos muito especiais, como, por exemplo, o de haver o marido uma personalidade de sobremaneira forte – ficando assim sem reservas para ela e para o momento sempre provável - em que possa vir uma desilusão ou um desgosto.

O homem, como a mulher, é falível, e não devemos fazer dele um deus simplesmente porque o amamos.

Amar sim, com as suas responsabilidades e os seus deveres porque amar não é só agradar e viver num mundo, exaltado, embelezado, criado pela nossa paixão – amar é muito mais e quando a mulher vê

em seus deveres para com o homem amado, também pode exigir os seus direitos – e deixa assim de ser uma escrava.

Amar pode ser uma troca constante de encantos e é preciso manter no amor sempre a poesia e a ilusão, mas deve ser, também, e sobretudo, uma troca de inspiração e exaltação para realizar o útil e o belo desde que se trate de seres superiores. Nesse número deve estar a mulher emancipada.

Sendo assim, o amor deve ser o contrário do que se tem dito, egoísta, para se tornar altruísta – cada um deve pensar não na sua felicidade, mas sim na do outro, ficando dessa forma automaticamente assegurada a felicidade de cada um.

O ponto de partida é este: a mulher não deve fazer do homem o seu único objetivo na vida. Há coisas superiores ao homem e entre elas a maior de todas, Deus, que nos deu esse homem e que o pode tirar.

Para Ele deve ir a nossa principal adoração, os nossos principais cuidados. Assim fazem os povos do Oriente, que a Deus em primeiro lugar tudo submetem, razão, dever, inspiração – e depois vem então a nossa dedicação ao homem – perante Deus igual a nós como perante Deus são iguais as raças, as classes e tudo mais.

Dessa forma, não se fica completamente desamparada se por qualquer razão se perder esse homem.

Isto quanto à parte moral; quanto à parte sentimental, é de certo modo a mesma coisa: dar o seu coração, sim, mas não para o escravizar; dar a sua inteligência sim, mas não em detrimento da sua personalidade e das suas possibilidades pessoais, salvo a exceção que aponte.

Pensando assim, concluo que o amor não é um perigo para a mulher emancipada e se ele surgir tanto melhor, deixai-o surgir e abracem-se corajosamente as duas coisas.

A mulher emancipada não é forçosamente inimiga do homem, antes pode até ser sua melhor colaboradora.

No Brasil, o assunto está apenas desenvolvido – basta dizer que ainda é assunto que se discute! – mas noutros países quantas mulheres trabalham imensamente e são encantadoras.

Para se unir ao homem não é preciso submeter-se a ele; aliás, nem ele devia exigir isso, fórmula antiquada e injusta – União significa comunhão e não submissão, salvo, repito, exceção acima.

Nem sempre é à mulher submissa que o homem rodeia de atenções e gentilezas, muita vez é com ela que ele se esquece das mais elementares delicadezas, mesmo na vida conjugal.

Não é o homem quem escraviza a mulher – é a mulher quem se escraviza.

Neste assunto não devemos tomar por base os países latinos onde a experiência da emancipação não entrou na vida corrente. Os casos ainda são isolados, a não ser em pequeno número de Estados.

S. Paulo, por exemplo, latinismo não nos serve de base. A educação da mulher, nesse sentido, de uma maneira geral, ainda está muito atrasada – é preciso tomar como exemplo os países em que todos o diga se vêem mulheres destacando-se e vencerem – mulheres que em nada perderam a sua feminilidade e a sua graça.

Sobretudo, não tomemos São Paulo por base!⁷¹³

PENÚLTIMAS CENAS

Depois de termos contato com muitas cenas, classificadas de “tradicionais” ou de “modernas”, de patriarcais ou de burguesas, gostaríamos de traçar algumas considerações. Exploramos os cenários discursivos, manipulamos textos e imagens, ouvimos as vozes que deram visibilidade à família patriarcal e os gritos que afirmavam a família burguesa.

Dentre as várias conclusões a que podemos chegar depois da análise desse *corpus* discursivo, uma é latente e norteou as nossas indagações desde o início da sua escritura: os conceitos de famílias são construções discursivas, elaborados estrategicamente a partir de um lugar de produção, de um *locus* que lhes deu materialidade e funcionalidade.

Assim aconteceu com o conceito de família patriarcal, tecido por Gilberto Freyre após os anos 20 e (re)afirmado na produção discursiva subsequente. Diante das inovações tecnológicas e das transformações nos costumes sociais, conforme mostramos na Cena I, esse sociólogo construiu o conceito de família patriarcal como uma reação à modernidade e à sociabilidade burguesa, já que estas frustravam os projetos da elite do engenho de continuar sendo secularmente tradicional, dominadora nos níveis político e sócio-econômico.

O conceito de família patriarcal brasileira foi sendo tecido quando Freyre e os regionalistas perceberam que a modernidade estava desconstruindo as antigas sociabilidades familiares inerentes ao engenho, à casa-grande, a épocas passadas e, em seu lugar, estava construindo novas relações entre pais e filhos, homens e mulheres. Salvar aquele ambiente familiar através da memória discursiva foi, portanto, uma estratégia desses intelectuais nordestinos, motivados pela condição político-social que se encontrava a região e, particularmente, a elite ligada ao açúcar. Elaborar uma memória para essa elite foi, dessa forma, uma

⁷¹³ “Leonor”. A Mulher emancipada. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 jun. 1939, p. 06. (grifos nossos)

tática de preservar o passado, o regionalismo e o lugar socialmente determinado para os gêneros. Opondo-se aos ideais de progresso visíveis à época nos discursos de políticos e intelectuais modernizadores e modernistas, Freyre desenvolveu um gosto pelo “natural”, pelo passadismo, criticando a “escravidão moderna” que os novos tempos trouxeram sobre a língua portuguesa, as tradições, as instituições legais como a família e a Igreja. Construir o conceito de família patriarcal é fazer oposição ao estilo burguês que ora emergia; é opor-se às normas de vida criadas e divulgadas pelo industrialismo *sob um 'laissez-faire'* como nunca se viu igual.⁷¹⁴

Se Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, chegou a elogiar o processo civilizador que emergia no Brasil no final do século XIX, a disciplina e a normatividade que infundia à vida social, a liberação dos filhos e das mulheres da dominação patriarcal, nessa mesma obra Freyre desmonta seus próprios elogios ao criticar e denunciar a “vitorianização” do Brasil, que impunha uma moralidade excessiva e estetizante para o país. A opção de Gilberto Freyre pela construção de um conceito e de louvação a uma cartografia patriarcal, permite-lhe transferir para o interior de suas obras uma clara apreciação pelo Nordeste, visto e dito como a geografia que cria e conserva os mais autênticos sentimentos patriarcais:

*a civilização nordestina do açúcar – talvez a mais patológica, socialmente falando, de quantas floresceram no Brasil – que enriqueceu de elementos mais característicos a cultura brasileira. O que nos faz pensar nas ostras que dão pérolas (...) A antiga civilização de açúcar do Nordeste, de uma patologia social tão numerosa (...) em confronto com as demais civilizações brasileiras – a pastoril, a das minas, a da fronteira, a do café. Civilizações mais saudáveis, mais democráticas, mais equilibradas quanto à distribuição da riqueza e dos bens. Mas nenhuma mais criadora do que ela de valores políticos, estéticos, intelectuais.*⁷¹⁵

⁷¹⁴ FREYRE, G. *O estudo das ciências sociais nas universidades americanas*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1934, p. 26-27.

Muitas práticas discursivas se cruzaram para dar funcionalidade e instituir o conceito de família patriarcal, para dar concretude à idéia de um patriarcalismo existente desde o período colonial brasileiro. Freyre elaborou esse conceito, mas uma ampla rede de poder/saber (jornais, revistas, relatórios, congressos, encontros, instituições) lhe deu visibilidade e dizibilidade, divulgando-o não apenas em Recife, mas em toda a nação, produzindo discursos e textos na contra-mão da modernidade e da história. A partir da década de 20, as famílias que viveram durante a Colônia e o Império brasileiros foram rotuladas pelo conceito de patriarcal, naturalizando, portanto, a sua existência desde 1532. Estudar, dessa forma, o conceito de família patriarcal como se existisse naturalmente desde o início do processo de colonização, é cair no anacronismo histórico, pois nenhum objeto deve ser analisado fora de sua historicidade, de sua temporalidade. Quando isso acontece, estamos demarcando os objetos na natureza, não na história, construindo conceitos e, dessa forma, geografias de poder reacionários às transformações que ocorriam tanto em nível da sensibilidade social quanto da sociabilidade, com a formação de um espaço burguês na nação brasileira.⁷¹⁶

A construção dessa identidade para a família patriarcal, modelada por Freyre nos anos 20 e 30, é, assim, gestada no útero da modernidade, fruto da emergência de uma série de padrões de sensibilidade que provocaram rupturas quanto ao olhar e quanto ao dizer os hábitos tradicionais. No entanto, é um conceito construído para pensar o passado, o antigo, a desterritorialização e a despersonalização da elite açucareira. É um dispositivo de poder para fazer frente às mudanças que ocorriam nas cidades, no campo, nos valores familiares. É, portanto, um conceito elaborado para fazer oposição a um outro conceito de família que ora emergia no Brasil: o burguês.

A família burguesa, com os seus costumes que favoreciam a desconstrução das antigas sociabilidades e instauravam novos padrões de comportamento social, se afirmava no Recife desde o final do século XIX, quando os bacharéis começaram a adotar novas posturas, tais como o abandono das ocupações rurais e o apego às profissões burocráticas. Um novo estilo de viver,

⁷¹⁵ FREYRE, G. *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, p. 220.

de morar, de educar, de se comportar e de constituir e administrar famílias estava se instaurando socialmente, e a cidade passa a ser remodelada e dissecada pelos novos saberes emergentes – o jurídico, o sanitarista, o urbanista – para acolher melhor esses homens de “novo tipo”. Esses valores emergentes não contradiziam diretamente os pregados pelos tradicionalistas, porém os assustavam, pois eram cada vez mais acentuados os enunciados de “vida moderna”, “estilo burguês”, “novos tempos”.

Os regionalistas, particularmente Gilberto Freyre, trabalharam com a finalidade de construir uma narrativa histórico-sociológica recheada de símbolos e de metáforas do passado. Escrevendo sobre o passado, Freyre desqualifica o presente, mostrando a falência das relações sócio-familiares, da decadência moral e política do “pai de família”. Abordando a casa-grande e a sua família, Freyre criou o conceito de família patriarcal, conceito esse que incorpora todos os outros “modelos” existentes. Esse sociólogo, como foi visto na Cena II, empregou a memória dos valores familiares para legitimar o *modus vivendis* do passado com suas relações personalistas e hierarquizadas. Com essa estratégia discursiva, tentava neutralizar as ameaças que a modernidade representava. Criticando a quebra de hierarquias, Freyre enaltecia a honra e os símbolos presentes na Casa-Grande. Mas criar esse conceito, não era apenas estabelecer uma metáfora para pensar a nação brasileira como orgânica, mas também uma estratégia para mostrar o Brasil como uma grande família, a *célula mater* da sociedade, na qual cada um sabe o seu devido lugar.

Mas que estratégias o discurso burguês utilizou para ganhar espaço social? Quem ler somente as obras de Gilberto Freyre pode até concluir que a burguesia chegou para desconstruir os valores identificados com o passado. É certo que houve rupturas, deslocamentos e fissuras sociais, mas também houve continuidades. Muitos valores presentes na família dita patriarcal, como honra, moralidade, virgindade feminina, pudor, dentre outros, foram resignificados, ganhando, com a modernidade, a proteção e os aparatos técnico e burocrático do Estado. Aos olhos dos pais e das mães vigiando os filhos, foram acrescentados os “olhos” do Estado, disciplinando o espaço público, sobretudo o urbano, que

⁷¹⁶ Confira ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. op. cit. p. 461.

deixou de ser visto e dito apenas como um lugar de perdição para ganhar outra visibilidade no discurso do Estado: o espaço da ordem. Dessa maneira, patriarcal ou burguês, os conceitos são frutos de relações de poder/saber, inventados e utilizados intencionalmente, criados conforme interesses variados, à imagem e semelhança de quem os construiu e de quem os legitimou.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, A. *Imprensa e construções do feminino no Brasil (1850-1920)*. João Pessoa: ANPUH, 2000.

ALBUQUERQUE Jr. D. M. de. *História: a arte de inventar o passado*. Natal: Revista da Edufrn, 1995.

_____. *A Invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *O nordestino e a invenção do falo: uma história do gênero masculino no Nordeste (1920-1970)*. Campina Grande: UFPB, 2000.

ALMEIDA, C. A. *O cinema como "agitador de almas": Argila, uma cena do Estado Novo*. São Paulo: Annablume, 1999.

ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

ARAÚJO, M. C. de. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ARAÚJO, R. B. de. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARRAIS, R. *Recife: culturas e confrontos*. Natal: Edufrn, 1998.

ARANTES, A. *Colcha de retalhos*. Campinas: Edunicamp, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023*. Informação e documentação: referências – elaboração. Rio de Janeiro: 2000.

AUSTREGÉSILO, A. *Perfil da mulher brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.

AZEVEDO, N. P. de. *O Modernismo nos Anos 20*. João Pessoa: UFPB, 1984.

BADINTER, E. *XY – sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BANN, S. *As Invenções da História*. São Paulo: Unesp, 1994.

BELLO, J. *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

BEVILÁQUA, C. *Direito da família*. 9 ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

BONATO, N. M. *Educação [sexual] e sexualidade: o velado e o aparente*. Rio de Janeiro, 1996, 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Humanidades – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

BORDIEU, P. *A dominação masculina*. São Paulo: Bertrand, 2000.

BRANDÃO, H. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Unicamp, 1995.

BRASIL. Código Civil. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRITES, O. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). In: *Revista Brasileira de História*. V. 20, n. 39. São Paulo, 2000, p. 17.

BURITI, I. *Gritos de vida e de morte: a construção da idéia de decadência do patriarcado rural nos discursos da Primeira República (1889-1930)*. Recife, 1997, 179f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

BURKE, P. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1994.

CALDEIRA, J. R. de C. *Integralismo e política regional*. São Paulo: Annablume, 1999.

CÂNDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. 7. ed., São Paulo: Nacional, 1985.

CARVALHO, N. A construção da mulher no discurso publicitário. In: DUARTE, C. L. *V Seminário Nacional Mulher e Literatura*. Natal: Eufrn, 1993.

CAULFIELD, S. *Em defesa da honra*. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp, 2000.

CAVALCANTI, S. O. *As fontes jurídicas e a tutela da mulher*. João Pessoa: Anpuh, 2000.

CEBALLOS, R. *Homens tristes*. Campina Grande, 1999. Monografia (Graduação em História). Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba.

CHAGAS, E. P. Corpo feminino do detalhe... uma possibilidade de construção de novos territórios para a subjetividade feminina. In: ROMERO, E. *Corpo, mulher e sociedade*. São Paulo: Papyrus, 1995.

CHARLOT, Mônica. *Londres, 1851-1901. A Era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio: Zahar, 1993.

CHAUÍ, M. *Ideologia e participação popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

CONNEL, R. "Políticas de masculinidade". *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, jul/dez, 1995, p. 31-42.

CORBIN, A. *Saberes e odores*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

CORREA, M. Repensando a família patriarcal. In: ARANTES, A. *Colcha de retalhos*. Campinas: Edunicamp, 1994.

COSTA, J. F. *A inútil dureza da condição masculina*. In: Folha de São Paulo, Caderno Mais, 18 de fevereiro de 1996, p. 5-7.

_____. *A fraude e o verso: estudos sobre o amor romântico*. Rio: Rocco, 1998

_____. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 2 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1999.

COUTO, R. C. de M. *Eugenia, loucura e condição feminina*. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Carlos Chagas, n. 90, ago. 1994.

D'ANDREA, M. S. *A tradição (re)descoberta*. Campinas: Unicamp, 1994.

_____. *A cidade poética de Joaquim Cardozo: elegia para uma modernidade*. Campinas, Tese (Doutorado em Teoria Literária), Unicamp, 1993.

_____. *A polêmica revisitada: regionalismo e modernismo*. Disponível em: <URL>[http://www. Ufpe.br/eso/revista1/moema.html](http://www.Ufpe.br/eso/revista1/moema.html). Acesso em 07 mar. 2001.

DALLERY, Arleen B. (1997) "A política da escrita do corpo: *écriture féminine*". In: JAGGAR, Alison (org.) *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio: Rosa dos Tempos.

DAMATTA, R. *A casa e a rua*. 6 ed., Rio: Rocco, 2000.

DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. 4 ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: perspectiva, 1982.

_____. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. *O mistério de Ariana: cinco textos e uma entrevista com Gilles Deleuze*. Lisboa: Veja, 1996.

_____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DOMINGUES, José Maurício. *Desenvolvimento, modernidade e subjetividade*. Revista Bras. de Ciências Sociais. V. 14, n. 40. Versão on-line <URD><http://www.scielo.br/>

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio: Graal, 1986.

- EISENBERG, P. *Modernização sem Mudanças*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- FISCHER, R. M. B. Análise do discurso: para além das palavras e coisas. In: *Revista Educação e Realidade*. V. 20, n. 02. Porto Alegre: UFRGS, jul/dez/ 1995.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 11 ed., Rio: Graal, 1993.
- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995a.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1995b.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 12 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- _____. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Arqueologia do saber*. 5 ed., Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Ditos e escritos – arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. v. II, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. 6 ed., Rio de Janeiro: Forense/universitária, 2000.
- FRAGA, A. B. *Corpo, identidade e bom-mocismo: cotidiano de uma adolescência bem comportada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FREYRE, G. *Do bom e do mau regionalismo*. Revista do Norte. Recife, n. 2, p. 5, 1924.
- _____. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade de Recife*. Recife, 1934.
- _____. *O estudo das ciências sociais nas universidades americanas*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1934.
- _____. *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937
- _____. *O Manifesto Regionalista de 1926*. 4 ed., Recife: IJNPS, 1967.
- _____. *Tempos de aprendiz*. Recife: IJNPS, 1979.
- _____. *Ordem e progresso*. 4 ed., Rio de Janeiro: Record, 1990.

- _____. *Sobrados e mucambos*. 9 ed., Rio de Janeiro: Record, 1996.
- _____. *Modos de homem & modas de mulher*. 3 ed., São Paulo: Record, 1997.
- _____. *Casa Grande e Senzala*. 40 ed., São Paulo: Record, 2000.
- GALVÃO, A. M. *Amansando meninos*. João Pessoa: UFPB, 1998.
- GAY, P. *A educação dos sentidos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIUCCI, G. *Gilberto Freyre: as cidades*. In: Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2001.
- GOMES, H. T. *O Poder Rural na Ficção*. São Paulo: Ática, 1985.
- GUATARRI, F., ROLNIK, S. *Micropolítica*. Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Caosmose*. 3 ed., São Paulo: Editora 34, 2000.
- HERSCHMANN, M; PEREIRA, C. A. M. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.198.
- HEILBORN, M. L. "Construção de si, gênero e sexualidade". In: HEILBORN, M. L. (org.) *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio: Zahar, 1999.
- HÉLIO, M. *O Brasil de Gilberto Freyre*. Recife: Comunigraf, 2000.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1994,
- HOOKS, B. *Eros, erotismo e o processo pedagógico*. In: LOURO, G. L. *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- INOJOSA, J. *A arte moderna*. Recife: Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio, 1924.
- JAGUARIBE, B. Assombração e invenção: a poética do passado em Gilberto Freyre. In: *Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife, mar. 2000.
- KEHL, M. R. *A constituição literária do sujeito moderno*. <http://www.ufpb.br/>> Acesso em nov. 2000.

- KING, Y. "Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura" In: BORDO, Susan. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- LEAHY, C. A literatura pedagógica de Júlia Lopes de Almeida. In: DUARTE, C. L. *V Seminário nacional Mulher e literatura*. Natal: Edufrn, 1993.
- LENHARO, A. *A sacralização da política*. Campinas_SP: Papyrus, 1986.
- LEWIN, L. *Política e Parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro: Records, 1987.
- LINS, D. *A dominação masculina revisitada*. São Paulo: Papyrus, 1998.
- LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero*. A moda e seus destinos nas sociedades modernas. 2 ed., São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- LIPPI, L. O. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LOURO, Guacira Lopes (1999) *O corpo educado*. Belo Horizonte: autêntica.
- MAIA, Antônio. Sobre a Analítica do Poder em Foucault. *Revista Tempo Social*. São Paulo: USP, 7(1-2), 83-103, 1995
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989
- MANCE, E. A. O capitalismo atual e a produção da subjetividade. In: *V Semana de Filosofia*, V, 1998. Vitória-ES: UFES, 1998.
- MELO, E. C. de. *O nome e o sangue*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- MELO E SOUZA, G. *O espírito das roupas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- MENEZES, A. B. "Foucault e as luzes da modernidade". In: BAETA NEVES, L. F. (Org.) *Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência*. Londrina: Cefil, 1998.
- MOISÉS, C. F. Proust, um poeta fin-de-siècle. In: *Revista Cult*, ano V, nov. 2001.
- NASCIMENTO, L. *História da imprensa em Pernambuco*. Vol. VIII. Recife: Imprensa Universitária, 1967.
- NOLASCO, S. *Masculino: um dilema contemporâneo?* Rio: Rocco, 1995.
- _____. *O mito da masculinidade*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- NOVA, C. *Educação e imagem*. Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso e Leitura*. Campinas: Edunicamp, 1993.

ORTEGA, F. *Amizade e estética da existência em Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

ORTIZ, R. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PARKER, R. *Corpos, prazeres e paixões*. 2 ed., Rio: Best Seller, 1999.

PIRES, V. L. Gênero: efeitos de sentido no discurso da imprensa. *Revista Letras de Hoje*. V. 32, nº 1, p. 123-134, março de 1997.

PONTE, S. *Fortaleza belle époque*. Fortaleza: Multigraf, 1993.

PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA, 1922, *Anais...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

PRIORE, M. del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Ao sul do corpo*. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

RAJCHMAN, J. *Eros e verdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. *Os prazeres da noite*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

REGO, J. L. do. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1932.

REZENDE, A. P. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife: Fundarpe, 1997.

RIBEIRO, D. *Gilberto Freyre: uma introdução à Casa-Grande & Senzala*. In: *Viagem em torno de Gilberto Freyre*. Recife: Núcleo de Estudos Freyreanos/Fundação Gilberto Freyre/Fundarpe, 2000.

ROCHA, C. M. F. Espaços escolares: nada fora do controle. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*. Educação no Brasil: história e historiografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

ROCHA, H. P. *Imagens do analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico no Brasil dos anos 20*. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação – Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos*. Rio: Rocco, 1994.

ROLNIK, Suely. (1998) *Tristes gêneros & Macho e fêmea*. In: LINS, Daniel. *A dominação masculina revisitada*. São Paulo: Papyrus, p. 63-68; 69-73.

SAMARA, E. de M. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Gênero em debate*. Trajetória e perspectiva na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997.

SANTOS, L. de A. de Castro, *Revista Dados*, v. 41, n. 3, Rio de Janeiro, 1998.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SENNET, R. *Carne e pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SETTE, M. *Maxambombas e maracatus*. 3 ed., Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1958.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

_____. *Literatura como missão*. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

SHORTER, E. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1994.

SIEBERT, R. S. De Sá. As relações de poder-saber sobre o corpo. In: ROMERO, E. *Corpo, mulher e sociedade*. São Paulo: Papyrus, 1995, p. 27.

SILVA, A. M. Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional. *Cadernos CEDES*, Campinas, ano XIX, n, 48, p. 07-29, Ago. 1999.

SILVA, K. As fontes jurídicas e sua historicidade polissêmica. *Anais da IX ANPUH-PB*, p. 315.

SILVA, M. M. Mulher, identidade fragmentada. In: ROMERO, E. *Mulher, corpo e sociedade*. São Paulo: Papyrus, 1995.

SOHIET, R. *Gênero em debate*. São Paulo: Educ, 1997.

SORÁ, G. *A posição sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre*. *Revista Bras. de Ciências Sociais*. V. 14, n. 40. 2000.

SOUSA, S. V. de. *Cultura de falas e gestos: histórias de memórias*. Campinas, 1997, 182f. Dissertação. (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

SOUZA, É. R. de. *Com quantos gêneros se faz uma pessoa? Uma análise de gênero na obra de Radclyffe-Hall*. Disponível em: www.artnet.com.br/~marko/radhall> Acesso em nov. 2000.

SOUZA, R. F. de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos CEDES*. Ano XIX, n. 52, p. 109-110. nov. 2000.

STEPHANOU, M. *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*. Educação no Brasil: história e historiografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 327.

TAVARES, M. do C.(org.) *Que somos nós? 60 anos de sobrados e mucambos*. Recife: Massangana, 2000.

TOLSON, A. *Os limites da masculinidade*. Lisboa: Assírio Alvim, 1977.

TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. 3ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

VAGO, T. M. Cultura escolar, cultivo dos corpos. *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*. Educação no Brasil: história e historiografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

_____. Início e fim do século XX: maneiras de fazer educação física nas escolas. *Cadernos CEDES*, Campinas, ano XIX, n, 48, p. 30-51, Ago. 1999.

VENTURA, R. *Estilo tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

VEYNE, P. *Como se escreve a história ou Foucault revoluciona a história*. 4ª ed., Brasília: Unb, 1998.

WEEKS, Jeffrey. "O corpo e a sexualidade". In: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WHITE, H. *Meta História*. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *Trópicos do discurso*. Ensaios de crítica literária. São Paulo: Unesp, 1998.

WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. 2ª ed., São Paulo: Cia. das Letras. 2000.

ZALUAR, A. A desordem urbana e os antagonismos e acomodações entre Sobrados e Mucambos. In: *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife, 21 a 24 mar. 2000.

Fontes Consultadas

Jornal Diário de Pernambuco

Revista A Pihéria

Relatórios de Estado de Pernambuco (1922-1926)

Relatórios de Estado da Paraíba (1922-1926)

Relatórios de Estado do Rio Grande do Norte (1922-1926)

Arquivos Pesquisados

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

REPORTAGENS CONSULTADAS (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO e REVISTA A PILHÉRIA)

A CICATRIZ VACINAL É O MAIS POSITIVO SINAL DO HOMEM CIVILIZADO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 jan. 1925, p. 03.

A CIRURGIA COM O BISTURI RADIUM. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 ago. 1924, p. 07.

A CULTURA FÍSICA DA MULHER. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1937, p. 6 (2ª secção);

A DECADÊNCIA DO AMOR. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 ago. 1924.

A ESPOSA PERFEITA. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 abr. 1939, p. 04.

A FEMINIDADE E A LOUCURA DAS MULHERES. *Diário de Pernambuco*, Recife, 06 jun. 1934, Suplemento, p. 02.

A MODA. Secção Diário Social. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 mai 1920, p. 05.

A MULHER E A SERPENTE. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 ago. 1938, 2ª secção, p. 06

A MULHER NO LAR. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 mar. 1924, p. 06.

A SAÚDE DA CIDADE. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 abr. 1923, p. 02.

A SAÚDE DA MULHER. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 mar. 1923, p. 04.

A TRANSFORMAÇÃO DO LAR. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 jun. 1924, p. 07.

ALBUQUERQUE, J. Propaganda sexual. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 nov. 1934, p. 03.

ALIMENTAÇÃO E HIGIENE: fatores de produção. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 jun. 1933, p. 01.

- ALMEIDA, Júlia L. de. O dia do casamento. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jun. 1924, p. 07.
- ANDRADE, P. Impressões de um solteirão. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 fev. 1933, p. 07.
- ARAÚJO, J. A. C. O problema dos casamentos consaguíneos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 jan. 1920, p. 03.
- AS MOÇAS BONITAS. *Diário de Pernambuco*. Recife, 25 jan. 1925, p. 09.
- ASSOCIAÇÃO PERNAMBUCANA DE ESCOTEIROS. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 fev. 1923, p. 02.
- AS TORTURAS DA MODA. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 set. 1924, p. 07.
- AS VITAMINAS E A ALIMENTAÇÃO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 fev. 1923, p. 02.
- ATAYDE, T. de. Religião e família. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 ago. 1935, p. 03.
- BIOTÔNICO FONTOURA. *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 mar 1923, p. 08.
- BOAS NOVAS PARA TODOS OS HOMENS. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 mai. 1927, p. 05.
- BROBECK, F. A mulher e o lar. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 out. 1936, p. 10 (1º Caderno).
- CALDAS, O. O feminismo. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 fev. 1923, p. 02 – secção Estudos e Opiniões.
- CAMPELO, S. A muda da moda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 fev. 1925, p. 05.
- CARNAVAL – Iluminação da rua direita. *Diário de Pernambuco*. Recife, 29 jan. 1920, p. 03.
- CARNAVAL DE 1920. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 jan. 1920, p. 06.
- CARNAVAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 dez. 1920, p. 03.
- CASA GONDIM. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 out. 1920, p. 09.
- CASA GONDIM. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 Ago. 1921.
- CASA MARAVILHA. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 Ago. 1921.

CAVALCANTI, N. Campanha escotista. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 abr. 1936, p. 05.

CHEGOU TODDY. *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 dez. 1933, p. 05.

CLÁUDIA. A mulher. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 jul. 1928, p. 07.

CLÁUDIA. O que as mulheres devem fazer. *Diário de Pernambuco*, Recife, 09 set. 1928, secção femina, p. 07.

CLÁUDIA. Qual a companheira desejável? *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 mar. 1928, p. 09.

COMISSÃO DE DOCTRINA E DIVULGAÇÃO – Departamento de Propaganda. O Estado e a Família. *Diário de Pernambuco*, 07 jan. 1938, p. 04.

CONCURSO DE ROBUSTEZ. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 jun. 1926, p. 03.

CONSEQÜÊNCIAS DOS FILMES POLICIAIS. *Diário de Pernambuco*, 05 de jan. 1920, ano 96. n. 04, p. 03.

CRIANÇAS ANÊMICAS, LINFÁTICAS, RAQUÍTICAS. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 Ago. 1924, p. 05.

CRIANÇAS SADIAS, FORTES, ALEGRES. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 dez. 1920, p. 04.

CRÔNICA SOCIAL. *A Pilhéria*, Recife, 06 jun 1925, n. 193.

DIÁRIO SOCIAL – A Moda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 mai. 1920, p. 5.

DIX. D. As pérolas da história. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 jun. 1928, p. 07

EM DEFESA DA FAMÍLIA. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1928, p. 02.

FALCÃO, J. *Melhoramentos do Recife*. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 fev. 1920, p. 03.

FEDERAÇÃO PERNAMBUCANA PELO PROGRESSO FEMININO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 maio 1933, p. 04.

FERNANDES, A. De uns e de outros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 jan. 1920, p. 03.

FERRERO, G. O século XX. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 jul. 1926, p. 07.

FRANCA, Padre L. A monogamia e a felicidade conjugal. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 mar. 1937, p. 04.

FREYRE, G. A propósito de nomes. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mai. 1925, p. 03.

FREYRE, G. A propósito do regionalismo no Brasil. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 out. 1925, p. 01.

FREYRE, G. Os discursos do sr. Amaury de Medeiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 fev. 1924, p. 04.

GARRET, Almeida. A educação da mulher. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 nov. 1926.

GM. A decadência do amor. *Diário de Pernambuco*. Recife, 05 ago. 1928, p. 09.

GREVE. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 fev. 1920, p. 03.

HARMONIA DO CORPO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1937, p. 6-7.

HIGIENE INFANTIL – Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde e Assistência. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 mai. 1923, p. 03.

HOMENS ROBUSTOS. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 jul. 1926, p. 12.

KODAK AUTOGRÁFICA. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 ago. 1922, p.05

LEONOR. A Mulher emancipada. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 jun. 1939, p. 06.

LIMA, R. de. Os escoteiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1928, p. 06.

_____. O verdadeiro chefe escoteiro. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 ago. 1936, p. 03.

_____. A lei dos escoteiros, lei nacional. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 jul. 1936, p. 05.

LINS, A. Regionalismo e universalismo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 jul. 1941, p. 2 e 3 .

LONDRES. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 fev. 1920, p. 03. Secção Última Hora.

LOS RIOS, A. M. Impressões de Recife. *Diário de Pernambuco*. 30 jan. 1920, p. 03.

MACHADO, J. Pela elevação mental da mulher paraibana. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mai. 1933, p. 03.

- MAGDA. As torturas da moda. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 set. 1924, p. 07.
- MELO, F. M. de. Governo Doméstico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 jan. 1925, p. 07.
- MELO, O. I. B. Casa Grande e Senzala, Sobrados e Mocambos, Nordeste. *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 jul 1937, p. 04.
- MIRANDA, J. R. Masculino & feminino. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 ago. 1935, p. 02.
- MOÇA VELHA NÃO SAI MAIS DO CANTO... *A Pilhéria*, Recife, 17 jan 1925, n. 173.
- NETO, C. Campanha Nacionalista. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mai 1920, p. 01.
- NOSSAS FILHAS! *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 mai. 1928, p. 04.
- O CABELO A LA HOMME. *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 mai. 1928, Seção Femina, p. 07.
- O CINEMA E A CRIANÇA. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 ago. 1925, p. 02.
- O CINEMA E A SAÚDE. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 mai. 1925, p. 02 .
- O DECÁLOGO DA MELINDROSA. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 nov. 1926, p. 07, C. 03.
- O ESCOTISMO. *Diário de Pernambuco*. 01 abr. 1936, p. 03 (secção Gury).
- O FEMINISMO NO BRASIL. *Diário de Pernambuco*. 16 jun. 1923, p. 01.
- O IDEAL DA MULHER. *Diário de Pernambuco*, Recife, 01 jan. 1924, p. 02.
- O MAIOR CONFLITO DA VIDA CONJUGAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 set. 1928, p. 09.
- O PROBLEMA DA CRIANÇA. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 set. 1924, p. 06.
- O VERDADEIRO FEMINISMO. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 ago. 1924, p. 07.
- OFENSA À MORAL PÚBLICA. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 mar. 1920, p. 03.
- PEREIRA, E. de S. Eva Militante. . *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 nov. 1934, p. 28.

PÍLULAS FERRUGINOSAS SILVIO SANTOS. *Diário de Pernambuco*, Recife, 01 fev. 1920, p. 09.

PRAZERES MODERNOS. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 mai. 1926, p. 07.

RÁDIO CLUB. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 out. 1925, p. 03.

RIDÍCULOS (reportagens Ligeiras). *A Pílhéria*, Recife, 18 abr 1925, n. 186.

ROBUSTEZ PARA MÃE E FILHO. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 maio 1933, p. 04.

SABÃO RADIUM. Secção de anúncios do *Diário de Pernambuco*. 1924.

SCENAS E TELAS. *Diário de Pernambuco*, Recife 03 jan. 1920, nº 2 – ano 96, p 3.

SEDE DE ESCÂNDALOS. *Diário de Pernambuco*, 16 abr. 1932, p. 05.

SERVIÇO DE ESGOTOS. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 abri. 1921, p. 03.

SPORT (FOOT-BALL). *Diário de Pernambuco*. Recife, 06 jun. 1925, p. 03.

SPORT – o festival da vida moderna. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 mai. 1920, p. 05.

SUCUPIRA, L. Os deveres do casamento. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 mar. 1927, p. 04.

ULTIMA HORA – Rio, 23. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 mai. 1925, p. 03.

VIDA ESCOLAR. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 jan. 1920, p. 03.

VIDA MILITAR – Associação Pernambucana de Escoteiros. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 fev. 1923, p. 02.

VIDA MODERNA. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jun. 1924, p. 07.

